



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**CURSO DE DOUTORADO**

**Irene Bulcão**

**Investigando as Políticas de Assistência e Proteção à Infância:  
Psicologia e ações do Estado**

Rio de Janeiro  
Março, 2006.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**  
**CURSO DE DOUTORADO**

**Irene Bulcão**

**Investigando as Políticas de Assistência e Proteção à Infância:  
Psicologia e ações do Estado**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Profª. Ana Maria Jacó Vilela

Rio de Janeiro  
Março, 2006.

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
**UERJ / Rede SIRIUS / Biblioteca CEH/A**

**B933**

**Bulcão, Irene.**

**Investigando as políticas de assistência e proteção à infância : psicologia e ações do Estado / Irene Bulcão . – Rio de Janeiro, 2006.  
270 f.**

**Orientadora: Ana Maria Jacó Vilela.**

**Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia.**

**1. Assistência a menores – Brasil – 1937-1945 – Teses.  
2. Crianças – Assistência em Instituições – Teses. 3. Departamento Nacional da Criança – Teses. 4. Serviço de Assistência a Menores. I. Vilela, Ana Maria Jacó. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.**

**CDU 362.7(81)**

## **BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Ana Maria Jacó Vilela  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Maria Livia do Nascimento  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Esther Maria de Magalhães Arantes  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Cecilia Maria Bouças Coimbra  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Silvia Carvalho Josephson  
Universidade Federal Fluminense

### **Suplentes:**

---

Profa. Dra. Leila Maria Torraca de Brito  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Lilia Ferreira Lobo  
Universidade Federal Fluminense

## AGRADECIMENTOS

À Ana Maria Jacó Vilela, pela orientação e pela acolhida no Núcleo Clio-Psyché que possibilitou o convívio com “Ela” e com a “Outra”.

A todo o “povo do Clio” por todos os momentos “senzala”, mas principalmente pelos momentos “quilombo”!

Aos companheiros de orientação pela ajuda na invenção de certezas, em especial: Alessandra Daflon – amiga de todas as horas, Silvia Carvalho Josephson – que foi professora, virou colega e hoje é amiga, e Marcelo Ferreri – companheiro até no “bruxismo”.

À Maria Livia do Nascimento e Cecilia Coimbra por compartilharem os caminhos que escolhi, desde a graduação, sempre disponíveis e amigas.

À Esther Maria Magalhães grande companheira no entusiasmo com os documentos “descobertos”.

Aos funcionários das várias bibliotecas e arquivos que visitei, sua atenção é fundamental para realização de trabalhos como este.

À FAPERJ que financiou, através de bolsa, esta pesquisa.

Aos meus pais, Túlio e Ivéte, e a minha madrinha, Isa, por me incentivarem **sempre...**

Aos leitores pacientes e atentos que acompanharam meu processo de escrita, em especial à Christina Pinto da Silva Bastos e à Isa Costa.

A todos os amigos por continuarem amigos apesar das minhas ausências...

E, finalmente, proCê – Cerezzo – por tua presença morena...

Obrigadíssimo!

## RESUMO

Esta tese consiste em uma investigação bibliográfica e documental sobre as políticas de assistência e proteção à infância no Brasil. Com relação a esta questão, pesquisei “fios” de nossa história desde o período colonial até o final da chamada Era Vargas. Início este percurso histórico num momento em que o abandono de crianças não era considerado um problema, e funcionavam engrenagens de “proteção por proximidade”; caminho até os anos de 1930, quando médicos e juristas se mobilizam no sentido de organizar a assistência e a proteção ao menor de idade, contribuindo para a criação de outros modelos de atendimento à infância, baseados na assistência social e na “proteção de Estado”. Neste ponto, faço uma breve análise da chegada de Getúlio Vargas ao governo e de sua permanência nele até 1945. Em seguida discuto as mudanças ocorridas na estrutura das relações entre capital e trabalho na sociedade capitalista européia, quando o “social” se configurou enquanto um novo domínio de saber que possibilitou a emergência dos chamados profissionais do social, apontando similaridades com o processo ocorrido no Brasil durante a Era Vargas. A análise se foca, então, nos movimentos de criação e implementação de ações específicas para tratar da criança dita desassistida durante o Estado Novo, implementadas a partir do funcionamento de dois órgãos: o Departamento Nacional da Criança (DNCR) – criado em 1940 para coordenar todas as atividades relativas a proteção à maternidade, à infância e à adolescência – e o Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.) – criado em 1941 para superintender todo o serviço de amparo a menores desvalidos e delinquentes, buscando sempre identificar que noções de psicologia que se faziam aí presentes. À guisa de conclusão, compartilho descobertas, encontros e desencontros proporcionados pela realização deste trabalho.

Palavras-chave: Assistência à Infância; Era Vargas; Departamento Nacional da Criança (DNCR); Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.).

## **ABSTRACT**

This thesis consists of a bibliographical and documental investigation about the infancy assistance and protection policies in Brazil. Related to this question, I researched historical “lines” since the colonial period up to the end of the so called Vargas’ Era. I start this historical course at the moment in which the children abandonment was not considered as a problem, and mechanisms worked as “protection by proximity”; I go back to the 1930’s, when physicians and jurists mobilize themselves towards the underaged assistance and protection organization, which contributed to the creation of other attendance models, based on social assistance and on the “State protection”. At his point I make a concise analysis of Getúlio Vargas’ arrival at government and of his stay as president until 1945. Following this, I discuss the ocurred changes in the relationship structures between capital and work in the capitalist european society, when the “social” was configured as a new knowledge domain which allowed the emergence of the so caleed social professionals, pointing to similarities with the ocurred process in Brazil during the Vargas’ Era. Then, the analysis focuses itself in the creation and implementation movements of specific actions to treat the called not assisted child during the New State, implemented from the operation of two organs: the National Child Department (NCD) – created in 1940 to coordinate all activities related to the protection of motherhood, infancy and adolescence – and the Underaged Assistance Servic (UAS) – created in 1941 to superintend all the services to assist unprotected underaged and delinquents –, always searching to identify which psychology conceptions were present in both of them. As Conclusion, I share the foundings, encounters and discordances allowed by the realization of this work.

Key words: Infancy Assistance; Vargas’ Era; National Child Department (NCD); Underaged Assistance Servic (UAS)



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
 <b>CAPÍTULO I</b>	
<b>SALVAMOS A CRIANÇA DE HOJE OU PERDEMOS O BRASIL DE AMANHÃ</b> ..	18
<b>I.1 – A infância vista como “matéria prima”</b> .....	21
<b>I.2 – A Criança, Futuro da Nação – “A criança de hoje é o homem de amanhã”</b> .....	31
<b>I.3 – As Leis e o Juizado de Menores</b> .....	46
<b>I.4 – O Laboratório de Biologia Infantil</b> .....	55
<b>I.5 – A Ação Policial: menores no alvo</b> .....	63
<b>I.6 – O Mecanismo de “Abandono Compulsório”</b> .....	68
<b>I.7 – Outros Recursos</b> .....	75
 <b>CAPÍTULO II</b>	
<b>EMERGÊNCIA DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: A ERA VARGAS</b> .....	79
<b>II.1 – A Era Vargas</b> .....	80
<b>II.2 – Interpretação sobre a Emergência da “Questão Social” na Europa</b> .....	83
<b>II.3 – A Emergência da Questão Social no Brasil</b> .....	91
<b>II.4 – Reafirma-se a Infância como Futuro da Nação</b> .....	97

### **CAPÍTULO III**

<b>INFÂNCIA: UM PROBLEMA PÚBLICO NACIONAL .....</b>	<b>116</b>
<b>III.1 – O DNCr: “salvar a família para proteger a criança” .....</b>	<b>119</b>
<b>III.2 – O S.A.M.: “os filhos do Estado” .....</b>	<b>141</b>
<b>III.2.1 – Os testes psicológicos e seus usos .....</b>	<b>149</b>
<b>III.2.2 – Educar e Reeducar .....</b>	<b>161</b>
<b>III.2.3 – O Abandono e suas rotas de colisão com a delinqüência .....</b>	<b>173</b>

### **À GUISA DE CONCLUSÃO**

<b>COMPARTILHO ENCONTROS, DESENCONTROS E DESCOBERTAS... ..</b>	<b>184</b>
--	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>186</b>
--	------------

<b>Apêndice 1 – Informações dos Processos Pesquisados .....</b>	<b>198</b>
<b>Apêndice 2 – Listagem das Publicações da Coleção D.N.C. ....</b>	<b>230</b>
<b>Apêndice 3 – Sumários do Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança .....</b>	<b>234</b>
<b>Apêndice 4 – Sumários dos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores .....</b>	<b>246</b>
<b>Anexo 1 – Teste de Dearborn .....</b>	<b>253</b>
<b>Anexo 2 – Teste de Goodenough.....</b>	<b>260</b>
<b>Anexo 3 – Teste de Labirintos de Porteus .....</b>	<b>264</b>
<b>Anexo 4 – Testes Reativos de Sante de Sanctis .....</b>	<b>269</b>

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Berçário da Casa dos Expostos, que recebia crianças abandonadas na roda dos expostos .....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 2 – A Criança na Ótica da Saúde.....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 3 – Edifício do Laboratório de Biologia Infantil.....</b>	<b>56</b>
<b>Figura 4 – “Graphico mostrando o mecanismo de funcionamento dos diversos departamentos e secções do Laboratório de Biologia Infantil do Juizo de menores do Rio de Janeiro”.....</b>	<b>57</b>
<b>Figura 5 – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 1 “Boletim de Identidade” (frente).....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 6 – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 1 “Boletim de Identidade” (verso).....</b>	<b>60</b>
<b>Figura 7 – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 12 “Conclusão” (frente).....</b>	<b>60</b>
<b>Figura 8 – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 12 “Conclusão” (verso).....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 9 – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.....</b>	<b>99</b>
<b>Figura 10 – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.....</b>	<b>101</b>
<b>Figura 11 – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.....</b>	<b>104</b>
<b>Figura 12 – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 13 – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.....</b>	<b>113</b>
<b>Figura 14 – Organograma do Departamento Nacional da Criança (DNCR).....</b>	<b>122</b>
<b>Figura 15 – Cerimônia de colação de grau da primeira turma de médicos puericultores do Departamento Nacional da Criança, 25 dez 1944.....</b>	<b>125</b>
<b>Figura 16 – Aspecto da Exposição Comemorativa da Semana da Criança realizada pelo Departamento Nacional da Criança, out 1942 .....</b>	<b>131</b>
<b>Figura 17 – Aspectos da Exposição da Semana da Criança, bem como da Exposição de Puericultura de 1943.....</b>	<b>132</b>

<b>Figura 18 – Aspecto de maquete de posto de puericultura padrão, segundo normas do Departamento Nacional da Criança.....</b>	<b>133</b>
<b>Figura 19 – Organograma do Serviço de Assistência a Menores.....</b>	<b>143</b>
<b>Quadro 1 – Distribuição dos textos selecionados para análise por autor.....</b>	<b>147</b>
<b>Quadro 2 – Autores referenciados nos textos selecionados dos Arquivos do S.A.M..</b>	<b>149</b>
<b>Figura 20 –Professor André Ombredane e a professora Glória Quintela na sala de psicotécnica do S.A.M.....</b>	<b>154</b>
<b>Quadro 3 – Comparação do Q.I. entre o grupo total e o das crianças luéticas.....</b>	<b>159</b>
<b>Quadro 4 – Movimento dos exames feitos no Setor de Psicotécnica da S.P.S./S.A.M. no ano de 1944.....</b>	<b>160</b>
<b>Figura 21 - Organograma que resume estudo de Healy e Bronner.....</b>	<b>176</b>
<b>Figura 22 – Teste de Dearborn – Quadro II.....</b>	<b>254</b>
<b>Figura 23 – Teste de Dearborn – Quadro II.....</b>	<b>255</b>
<b>Figura 24 – Soluções para a questão no. 15 (bolsa perdida no campo).....</b>	<b>256</b>
<b>Figura 25 – Teste de Dearborn – Quadro III.....</b>	<b>257</b>
<b>Quadro 5 – Baremo do Teste de Dearborn.....</b>	<b>259</b>
<b>Figura 26 – Labirintos de Porteus – Ano V.....</b>	<b>265</b>
<b>Figura 27 – Labirintos de Porteus – Ano VI.....</b>	<b>266</b>
<b>Figura 28 – Labirintos de Porteus – Ano VII.....</b>	<b>266</b>
<b>Figura 29 – Labirintos de Porteus – Ano VIII.....</b>	<b>266</b>
<b>Figura 30 – Labirintos de Porteus Ano IX.....</b>	<b>267</b>
<b>Figura 31 – Labirintos de Porteus – Ano X.....</b>	<b>267</b>
<b>Figura 32 – Labirintos de Porteus – Ano XI.....</b>	<b>267</b>
<b>Figura 33 – Labirintos de Porteus – Ano XII.....</b>	<b>268</b>
<b>Figura 34 – Labirintos de Porteus – Ano XVI.....</b>	<b>268</b>
<b>Quadro 6 – Ficha para resumir o resultado dos Reativos de Sante de Sanctis.....</b>	<b>272</b>

## INTRODUÇÃO

Desde minha entrada na graduação em Psicologia, concluída em 1997 na Universidade Federal Fluminense, tenho participado de atividades de pesquisa com foco na infância e sua emergência histórica. Estive envolvida, sucessivamente, em quatro investigações pertinentes à Psicologia Social-Institucional. No primeiro, integrando o MENINAR – Meninos(as) nas ruas – (1993-1995), cujo objetivo foi o de pesquisar a institucionalização destes personagens do espaço urbano; no segundo, no grupo PIVETES – Projeto de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social – (1996-1998) que buscou analisar as práticas desenvolvidas nos equipamentos sociais voltados para a infância e a adolescência pauperizadas, e dos chamados “especialistas” que atuam nestes equipamentos, visando articulá-los à proposta teórica de que essas categorias, tanto quanto suas práticas e a noção de subjetividade são efeitos das articulações que se dão entre os campos macro e micro-políticos; no terceiro, vinculada ao Programa PIVETES – Programa de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social – (1999), que manteve o objetivo do projeto anterior; e, no quarto, desenvolvendo a pesquisa ‘Investigando as Práticas do Juizado de Menores de 1927 a 1979’ no Curso de Mestrado em Estudos da Subjetividade da Universidade Federal Fluminense, concluído em 2001, cujo objetivo foi o de interrogar a gênese histórico-social bem como o funcionamento do Juizado de Menores do Rio de Janeiro no período de vigência do Código de Menores de 1927.

Durante o estudo realizado no Mestrado/UFF constatei que o Juízo Privativo de Menores do Rio de Janeiro<sup>1</sup> foi criado, e permaneceu sendo entendido, como o órgão mais indicado

---

<sup>1</sup> O mais antigo da América Latina – foi criado em 20 de dezembro de 1923, pelo Decreto nº. 16.272 que aprovou os 104 artigos do regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinqüentes. No entanto, o início efetivo de suas funções ocorreu somente em março de 1924, tendo em vista que o primeiro Juiz de Menores, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, foi empossado em fevereiro daquele ano.

para solucionar o problema da infância desassistida, isto é, o ‘problema do menor’. Assim o Juizado de Menores, desde sua criação em 1923, cumprindo seu papel de garantir a assistência e proteção aos menores de 18 anos, pôs em funcionamento “uma mecânica de poder que concentra, reparte o espaço, ordena o tempo, fixando os corpos em aparelhos de normalização e controle, operando na demarcação de sistemas fechados, de confinamento.” (NASCIMENTO et al, 1999, p. 15)

Considero que as práticas discursivas e não discursivas produzidas e reproduzidas no funcionamento cotidiano do Juizado excluíram, discriminaram, desqualificaram e separaram as crianças e adolescentes, ditas ‘menores’, de suas famílias, resultando em ações segregadoras baseadas em políticas de saneamento social, promovedoras de uma assepsia que se propunha a colocar o “lôdo social”<sup>2</sup> longe do olhar sensível dos cidadãos de primeira classe, que não podia ser conspurcado por tão lamentável e constrangedora visão.

Investigando o funcionamento do Juizado de Menores, no período de 1927 a 1979, detectei que o Juiz de Menores, de acordo com seu arbítrio, consultava a opinião de uma equipe técnica, inicialmente composta por médicos e comissários de vigilância, e posteriormente acrescida de assistentes sociais, para sustentar suas ações e encaminhamentos.

Observei também que os discursos e as práticas fundamentadas nos procedimentos técnico-científicos, em especial aqueles dos chamados saberes ‘psi’ (psicológicos, psiquiátricos e psicanalíticos), foram sendo valorizados com o passar do tempo. Essa tendência foi reforçada quando da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069 de 1990) ao determinar que o Juiz seja obrigatoriamente assessorado por uma equipe interprofissional. Com a criação do cargo de Psicólogo (Lei nº 3603 de 2001) as Varas de Juizado da Infância e da Juventude passaram a contar oficialmente com esse profissional.

Foi nesse campo de pesquisas que surgiu meu interesse em investigar os saberes aglutinados – em especial os “psi” – no judiciário para solucionar o “problema do menor”. Assim foi construída minha proposta inicial de pesquisa, apresentada quando da seleção para o Doutorado, com o objetivo de analisar, a partir da leitura de processos, as práticas dos técnicos-especialistas do Juizado de Menores do Rio de Janeiro, buscando identificar a emergência de discursos ‘psi’ entre 1924, início do funcionamento do Juizado de Menores no

---

<sup>2</sup> “Ali, no Juízo e Menores, é despejada aquela carga de lôdo social, que tem certamente responsáveis, mas, insiste o juiz de menores, ‘não é êle’”. Trecho de entrevista dada por Mourão Russel, então Juiz de Menores, ao *Jornal Democracia*, em 28 de setembro de 1946, *apud* RUSSEL, 1948, p. 30.

Rio de Janeiro, e 1940, ano da criação do Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), com o propósito de reorganizar a assistência à infância no país. Esta escolha tinha como objetivo identificar os profissionais/especialistas presentes nesses processos e averiguar em que medida seus discursos se fizeram presentes nas decisões do Juiz de Menores.

Neste sentido realizei uma pesquisa exploratória em 1% dos processos tramitados no período referido, o que significou levantar dados em 295 processos. O contato com este material conduziu à modificação dos objetivos deste projeto, visto que, no levantamento realizado, contrariando minhas expectativas iniciais, encontrei poucas informações com relação à presença de discursos “psi”. Melhor dizendo, nas “fichas” que solicitavam tais informações, os espaços para estas aparecem majoritariamente sem preenchimento.

Entretanto, todas as leituras feitas até então apontavam a presença do discurso psicológico norteando as decisões dos juízes. Assim, uma dúvida foi construída – estaria este discurso disperso em outros?

Deparei-me então com a necessidade de reformular o projeto inicial. Resolvi, contudo, insistir em pesquisar os discursos “psi” no período relativo aos anos de 1920 a 1940 visto que, apesar do dado negativo acima relatado, identifiquei outros indícios de que a Psicologia também estava sendo chamada a colaborar com a Justiça para solucionar o “problema do menor”.

O primeiro destes indícios foi a presença, nos processos pesquisados, de fichas e formulários, mesmo que não preenchidos, solicitando informações psicológicas a respeito dos menores que se encontravam sob a tutela do Juizado de Menores. Outro foi a criação em 1936 do **Laboratório de Biologia Infantil**, serviço auxiliar do Juízo de Menores do Distrito Federal, tendo como finalidade analisar as causas físicas e mentais da criminalidade juvenil e apurar as técnicas de tratamento dos chamados menores delinquentes. Este Laboratório tinha, em seu organograma, uma seção de Psicologia.

Foi neste sentido que, investigando mais atentamente o Laboratório de Biologia Infantil, sua criação e funcionamento, formulei outra estratégia para identificar a emergência de discursos e práticas psicológicas sobre a parcela da infância atendida pelo Juizado de Menores, visto que este tema permanecia como meu objeto preferencial.

Assim, através de pesquisa bibliográfica sobre a produção do Laboratório e de seus profissionais, detectei como particularmente interessante o fato de que, nas palestras oferecidas em dois cursos realizados pelo Laboratório, com o objetivo de “preparar a

organização de uma Escola de Serviços Sociais da Infância” (RIBEIRO, 1938, p. 209), referências eram feitas a concepções e conceitos “psi”.

Foi a partir da realização destes dois cursos – um teórico “de propaganda, com uma série de conferencias doutrinárias [realizadas] no salão da Academia Nacional de Medicina” e outro de caráter “essencialmente pratico e intensivo, que durou tres mezes, de outubro a dezembro, com aulas, visitas e trabalhos praticos” (RIBEIRO, 1938, p.209) – que se criou a primeira Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro, pelo S.O.S. (Serviço de Obras Sociais), com a colaboração do Juízo de Menores e do Laboratório de Biologia Infantil, em 1938.

Empolgada com essas descobertas modifiquei meu projeto inicial, propondo-me a identificar as concepções “psi” presentes no movimento de emergência e institucionalização do Serviço Social no Rio de Janeiro. Porém buscando elementos para desenvolver esse projeto, pesquisando bibliografias referentes à história do Serviço Social, fui me afastando dos objetivos que havia proposto e percebi que o projeto estava num rumo completamente diferente e tomava uma outra forma.

Assim, meu projeto foi novamente reestruturado, tendo agora como objetivo investigar a inserção da psicologia nas políticas de proteção e assistência à infância abandonada, procurando resgatar um período da história da psicologia no Brasil em fase anterior à sua regulamentação como profissão oficialmente reconhecida. Foquei minhas análises nas políticas promovidas pelo Estado no período que vai desde a criação do primeiro Juizado de Menores no Rio de Janeiro, em 1923, até a implementação das primeiras ações do Departamento Nacional da Criança (DNCr) e do Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), vinculando-as ao final do Estado Novo em 1945. Acredito que compreender, de forma mais precisa, as relações de poder/saber e sua lógica de sustentação presentes nesse período histórico pode ajudar a pensar e a intervir na prática profissional de psicólogos que atuam nos Juizados da Infância e Juventude hoje. Afinal, vivemos um “momento de expansão da área de Psicologia Jurídica para além da Justiça Criminal, envolvendo principalmente família, infância e adolescência” (JACÓ-VILELA, 1999, p. 17) e a atuação do psicólogo pode ser marcada pela produção de outras formas de funcionamento nestes espaços, a partir de reflexões sobre sua gênese.

Portanto, meu problema de pesquisa diz respeito às formas como o discurso psicológico foi sendo incorporado às políticas de proteção e assistência à infância abandonada promovidas pelo Estado. De forma mais específica, como o discurso e a prática ‘psi’ se faziam presentes



nas políticas sociais voltadas para a infância, principalmente nas ações promovidas pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) e pelo Serviço de Assistência ao Menor (S.A.M.).

A tese se propõe, portanto, a ser uma investigação bibliográfica e documental.

Com relação à pesquisa bibliográfica realizei um levantamento de artigos, dissertações e teses que historicizam questões presentes nas discussões sobre abandono, direitos da criança, especialismo, infância, prevenção, proteção e assistência e higienismo. Assim, pesquisei fios da história do Brasil desde a colônia até a emergência do Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.) e do Departamento Nacional da Criança (DNCr) na Era Vargas, visando acompanhar os movimentos de criação e implementação de uma legislação específica para tratar da criança desassistida, buscando sempre identificar que noções de psicologia se faziam presentes.

Com relação à investigação documental, uma fonte que consultei foram os relatórios apresentados pelos Juizes de Menores, no período de 1924 a 1945, enfocando as estatísticas sobre o funcionamento de suas seções. A partir deste material tem-se a exata dimensão da população que era ali atendida e percebe-se o gradativo aumento da demanda por internação<sup>3</sup>, a falta de estabelecimentos para atendê-la, a fragilidade e descontinuidade dos serviços de assistência ao menor, o que reforça os discursos que clamavam pela formação de técnicos especializados para atuarem não só no Juizado, mas também nos estabelecimentos de assistência ao menor de idade. Outros documentos foram fundamentais como os Anais do Laboratório de Biologia Infantil, as publicações do Departamento Nacional da Criança, os Arquivos do Serviço de Assistência a Menores e as legislações que regulamentavam a Assistência Social implementadas na Era Vargas.

O resultado dessas investigações será apresentado em três capítulos. No Capítulo I – Ou salvamos a criança de hoje ou perdemos o Brasil de amanhã – construo um panorama histórico da valorização da criança no Brasil. Apresento o tratamento dado a ela no período colonial, quando o abandono de crianças não era considerado um problema e funcionavam engrenagens de “proteção por proximidade”. Comento a seguir o momento em que a exposição de crianças passa a ser encarada como um problema grave, que encontra solução com a implantação das Casas da Roda. Em seguida descrevo o movimento de médicos e juristas no sentido de organizar a assistência e a proteção ao menor de idade que contribuiu

---

<sup>3</sup> Ver estatística do movimento do Juizado de Menores do Rio de Janeiro apresentado por LIMA, 1937.

para a criação de outros modelos de atendimento à infância, baseados na assistência social e na “proteção de Estado”.

O Capítulo II – Emergência da “Questão Social” no Brasil: a Era Vargas – se inicia com uma breve análise da chegada de Getúlio Vargas ao governo em 1930 e de sua permanência neste até 1945. A seguir, acompanho o pensamento de CASTEL (1998) a respeito das mudanças ocorridas na estrutura das relações entre capital e trabalho na sociedade capitalista européia, visando apontar seus desdobramentos na concepção do que ele chama de “questão social”. Aponto, em seguida, similaridades entre o processo descrito por ele e o ocorrido na Era Vargas, quando no Brasil o “social” se configurou enquanto um novo domínio de saber que possibilitou a emergência dos chamados profissionais do social.

No Capítulo III – Infância: um problema público nacional – procurei analisar a inserção do discurso psicológico nas políticas de proteção e assistência à infância implementadas durante o Estado Novo a partir do funcionamento de dois órgãos: o Departamento Nacional da Criança (DNCr) – criado em 1940 para coordenar todas as atividades relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência – e o Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.) – criado em 1941 para superintender todo o serviço de amparo a menores desvalidos e delinquentes no Rio de Janeiro que em 1944 passa a abranger todo o território nacional.

À Guisa de Conclusão: compartilho descobertas, encontros e desencontros proporcionados pela realização deste trabalho.

## CAPÍTULO I

### SALVAMOS A CRIANÇA DE HOJE OU PERDEMOS O BRASIL DE AMANHÃ

Desde o final do século XVIII, encontramos na Europa definições de “nação” como determinado espaço físico-geográfico com lei e representação comuns. Representação de uma entidade coletiva, encarnação da nacionalidade: o “povo”. A Lei e a Legislatura, já que eram emanções do povo-Nação, passaram a simbolizar essa vontade coletiva de ser.

No processo de teorização sobre a idéia de nação nota-se uma tendência a privilegiar o campo político, com o conceito de nação pressupondo a adesão formal do indivíduo ao Estado e o respeito à Lei. É o que mostram os principais nomes da Filosofia Política, como Thomas Hobbes (1588-1679), John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Vejamos o que diziam sobre a formação do Estado: para Hobbes o homem, em estado natural, vive em conflito com os outros homens, por isto consente em transferir todos os seus poderes ao soberano em troca de paz e segurança, forjando assim o contrato social. De sua doutrina resulta a concepção do absolutismo naturalista. Locke deriva a lei civil da lei natural: todos os homens são livres e iguais e pelo contrato social renunciam ao direito de defesa e de fazer justiça com o fim de preservar e consolidar os direitos à vida e à propriedade. Sua doutrina política é a expressão teórica do constitucionalismo liberal. Na visão de Rousseau, por outro lado, o contrato social pretende desenvolver a liberdade do homem e sua legitimidade baseia-se na vontade geral, por atribuir soberania ao povo. Representa uma concepção de Estado democrático.

Uma das preocupações cruciais dos teóricos da Filosofia Política era a de conhecer as “origens” de determinada nação, de modo a relacioná-las com o presente para preparar o futuro. Como princípios causativos de uma nação eram apontados: as injunções geográficas, os direitos dinásticos, os interesses militares, a raça, a língua ou, ainda, a vontade dos homens. Dessas explicações emerge um princípio fundador da idéia de nação: o da unidade, vinculado às idéias de homogeneidade, igualdade, identidade, coesão e união. Nação seria, dessa forma, o resultado de um percurso dos indivíduos rumo à unidade, fosse ela política, cultural, étnica, lingüística ou espiritual (MOTA, 1998).

Essas discussões sobre a idéia de nação se refletem nas preocupações e nos dilemas da intelectualidade brasileira a partir dos anos 60 e 70 do século XIX. Nesta época, toda uma geração de intelectuais – que ficou conhecida como Geração de 70 –, preocupada com a vida nacional e comprometidos com a renovação e/ou inovação política e literária, se ocupavam em construir/decifrar o Brasil, isto é, se voltavam para a definição da “essência” da brasilidade.

O positivismo, o naturalismo e o evolucionismo, enfim, as principais modalidades do pensamento europeu do século XIX, vão se apresentar no pensamento nacional. No ideário presente no cenário brasileiro no último quartel do século XIX, civilização e progresso eram termos privilegiados e, de acordo com SCHWARCZ (1993), a partir da assimilação do evolucionismo, compreendidos não como conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais, sendo o progresso entendido como obrigatório. A Geração de 70, por exemplo, adotou as teses liberais, abolicionistas e republicanas, pois pensava serem a escravidão e o regime imperial obstáculos ao progresso social.

Em paralelo à entrada desses novos modelos, considerados científicos, surgem as propostas de constituição de uma memória nacional e de elaboração de uma história e geografia objetivando a construção de uma nação. Ganham, pois, impulso, diferentes centros de pesquisa e ensino. Entre estes, vale destacar os Museus Nacionais – que buscaram, de forma específica, discutir o homem brasileiro – e os Institutos Históricos e Geográficos, que visavam sistematizar e construir uma teoria da história e do espaço nacionais.

Apesar de terem origem em períodos diferentes<sup>4</sup>, a partir da década de 1880 os museus nacionais entraram em um período de apogeu, quando foram contratados vários profissionais

---

<sup>4</sup> Em 1808 foi fundado no Rio de Janeiro o Museu Nacional, em 1866 o Museu Paranaense de História Natural e em 1894 foi criado o Museu Paulista.

e os estabelecimentos foram aparelhados com vistas a cumprir seus novos fins científicos. Para além de suas especificidades, os museus cumpriram um papel importante no incentivo de estudos e pesquisas em ciências naturais e antropologia física no país, bem como personificaram um certo ideal de cientificidade e objetividade.

Os Institutos Históricos e Geográficos<sup>5</sup>, por sua vez, visavam construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos, documentos e nomes para compor uma história nacional para este vasto país. No interior do processo de consolidação de um Estado Nacional fortaleceu-se um programa de sistematização de uma história oficial para a nação. Segundo SCHWARCZ (1993, p.137) “os institutos corporificaram, pois, o local para a criação de falas oficiais sobre o país, bem como o espaço reservado a um discurso sobretudo enaltecedor da nação”.

A intelectualidade da época – composta por um conjunto heterogêneo de escritores, transitando entre a política e a literatura – tinha como propósito libertar o país do atraso político e intelectual, procurando traçar orientações que o encaminhassem no sentido do progresso. Segundo MOTA (1998):

(...) a reforma dos esquemas mentais da vida nacional passava, em primeiro lugar, pela realização de um amplo processo de educação e de acesso à informação. Somente assim seria possível transformar a massa submissa ao poder político e ao poder religioso em um conjunto de cidadãos que atuasse no sentido de transformar a sociedade preparando-a para acompanhar a *marcha do progresso* e, assim, alcançar um lugar no mundo civilizado. (p. 7, grifos da autora)

A Geração de 70, engajada na luta contra as tradições e o espírito da monarquia, comprometida com a renovação/ inovação política e literária e preocupada com a vida nacional, apontava com frequência a necessidade de que o povo soubesse ler para que os livros que circulavam pudessem servir de instrumento de intervenção na sociedade, em sua dupla dimensão: “criar” a nação e remodelar o Estado. Dessa forma, o analfabetismo tornou-se pesada herança e passou a ser preocupação central. Era preciso atacá-lo. A Geração de 70 acreditava no poder da instrução que, mais que ler e escrever, implicaria a aquisição de princípios morais e religiosos; em suma, educaria o indivíduo. Assim, a escolarização foi alçada ao lugar de veículo fundamental para a tarefa de regeneração da pátria.

---

<sup>5</sup> O Instituto Histórico e Geographico Brasileiro foi fundado em 1839, o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano em 1862 e o Instituto Histórico e Geographico de São Paulo em 1894.

A República veio acompanhada de graves desequilíbrios financeiros e perturbações políticas. Em seus primeiros momentos, a modernização das estruturas econômicas e políticas não foi alcançada. A monarquia havia sido derrubada, mas os métodos eleitorais utilizados pelas oligarquias, que reduziam ao mínimo o número de votantes<sup>6</sup>, desmentiam a existência da democracia; os escravos haviam sido libertos, mas, sem trabalho, a maioria vagava pelos campos e cidades, engrossando o contingente de párias. A nação republicana brasileira continuava excludente, fortemente hierarquizada e irremediavelmente analfabeta.

Os modelos explicativos de nação produzidos no Brasil, a partir do cientificismo e do liberalismo, que visavam alcançar a democracia e formar a cidadania, não conseguiram se sobrepor aos valores ainda monárquicos e escravocratas. Apesar de sua participação na implantação do regime republicano, a geração de 70 foi excluída dos postos decisórios e das funções públicas e seus projetos de transformação das estruturas sociais, políticas e econômicas começaram a ser desqualificados pelos detentores do poder, este dominado pela tensa aliança entre militares e proprietários de terras.

Sentindo-se derrotados e inúteis face ao regime republicano que ajudaram a implantar e que, apesar de seus esforços, mantinha as mesmas mazelas do antigo regime imperial, a maioria dos intelectuais da Geração de 70 se retirou de cena. Porém, continuava-se a acreditar que o Brasil seria uma grande nação, uma nação do futuro... Veremos a seguir como a infância assumiu lugar primordial por meio da qual se materializariam os projetos de uma nação civilizada e moderna.

## **I.1 – A infância vista como “matéria prima”**

O abandono de crianças no Ocidente é bastante antigo, mas nem sempre constituiu problema. A Alta Idade Média, por exemplo, não precisou de nenhum mecanismo especial para recolher e criar os enjeitados, em grande parte frutos indesejados de amores ilícitos.

---

<sup>6</sup> Segundo DEL PRIORE & VENANCIO (2001) a reforma eleitoral de 1881 acoplou a exigência de uma renda mínima para ser eleitor a de ser alfabetizado, critério mantido pelo governo republicano em seus primeiros cem anos de existência. Como resultado dessa exigência ocorreu uma dramática diminuição do número de eleitores e na época da proclamação da república apenas 1% da população participava do sistema político. PATTO (1999), por sua vez, diz que “(...) no Rio de Janeiro, subtraídos da população total os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, os praças, os religiosos e os estrangeiros, excluía-se do direito ao voto 80% da população” (p. 169).

Num mundo assolado pela mortalidade e carente de braços para o trabalho, essas crianças acabavam acolhidas pelos camponeses, aproveitadas como soldados do senhor feudal ou abrigadas como servos nos mosteiros. Segundo LOBO (1997, p. 396), o mesmo acontecia nas fazendas da sociedade colonial brasileira: “o bastardo, fruto da exploração sexual da mulher índia ou negra pelo senhor português, quando abandonado, ou era escravizado ou absorvido como agregado a serviço da defesa paramilitar das propriedades, como capitão-do-mato, ou em outras tarefas para as quais o escravo não era indicado”.

Os jesuítas utilizaram-se das crianças em suas primeiras Missões para a catequese dos nativos, pois acreditavam que aquelas estariam mais aptas a receber informações e a adaptar-se aos paradigmas cristãos. Entre os anos de 1550 e 1555 foram enviados ao Brasil, pelo Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos de Lisboa, vários meninos para auxiliarem na catequese. Estes se tornaram importantes auxiliares no trabalho de conversão dos índios, pois aprendiam rapidamente a falar tupi-guarani e passavam a atuar como intérpretes, intermediários entre padres e nativos.

A questão do domínio da língua tupi (...) era central (...) a Companhia de Jesus não se caracterizava por ser bilíngüe, e a função do tupi no interior da ordem “permaneceu como língua de caráter exotérico”, uma vez que somente era usada para falar com os índios; daí a importância dos intérpretes (...). (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 70)

A formação de um grupo de “meninos língua”, de intérpretes, era, pois, de extrema necessidade para a evangelização; assim, desempenharam papel de destaque na cristianização dos pequenos curumins e dos índios adultos.

O ensino de crianças indígenas também foi importante, pois estes meninos convertiam-se mais facilmente e caberia a eles transmitir aos pais e adultos as mensagens que aprendiam, sendo encarados como agentes capazes de transformar tradições. Sua educação, contudo, implicava uma transformação radical em suas vidas; vivendo nas chamadas “casas de muchachos”, deveriam aprender a doutrina e a fé cristã, as primeiras letras e os “bons costumes”. Os meninos índios passaram a usar vestimentas e eram submetidos a uma dura rotina de tarefas que incluía recitar ladainhas e a gramática, feita de perguntas e respostas; participar de aulas de flauta e canto; caçar e pescar para garantir sua alimentação e a dos jesuítas; praticar a autoflagelação, sendo seu único lazer o banho de rio. (DEL PRIORE, 1992; CHAMBOULEYRON, 1999)

Os meninos órfãos portugueses recebiam tratamento semelhante ao dos meninos índios, pois suas vidas nas vilas jesuíticas giravam em torno da educação moral e religiosa, da instrução elementar na leitura e escrita e nos bons costumes e do trabalho que realizavam para contribuir para sua subsistência.

A estratégia jesuítica de ensinar o maior número possível de meninos, imprimindo os princípios da fé e da virtude cristãs, transformou-se numa das principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus. Suas ações pedagógicas<sup>7</sup> baseavam-se na força do exemplo e na disciplina rígida, enfatizavam a instrução pelo aprendizado da leitura e escrita, além da formação religiosa através de cantos de missa, de litanias, de ladainhas, da realização de procissões, da prática de confissões e da leitura de textos sagrados. Vem daí a formação dos primeiros colégios e escolas elementares: onde quer que uma igreja fosse erguida, ao lado abria-se uma escola de primeiras letras onde os “órfãos da terra”, crianças índias e mestiças, eram iniciados nos rudimentos da fé e alfabetizados. Cabe lembrar que, apesar dessa intenção, no ano de 1750, a Província dos Jesuítas no Brasil contava com 131 “casas”, sendo apenas 17 delas colégios, destacando-se, entre estes, o Colégio de São Paulo fundado em 1554, o da Bahia, em 1564, o do Rio de Janeiro, em 1568 e o de Pernambuco, em Olinda, criado em 1576.

Nesse mesmo período ocorreu também o envio de meninas pobres que viviam em orfanatos de Lisboa e do Porto, as chamadas “órfãs do Rei”, para casarem-se. De acordo com os dados levantados por RAMOS (1999)

As cifras nos levam a conjecturar que o número de meninas entre 14 e 17 anos enviadas à Terra de Santa Cruz, não deve ter excedido a duas ou três por ano, visando, somente, às necessidades dos homens solteiros da baixa nobreza portuguesa aí estabelecidos, uma vez que a falta de mulheres brancas era sentida com mais intensidade no Oriente, pois (...) para o Brasil a emigração era principalmente familiar. (p. 33)

Essas meninas órfãs eram enviadas pelo rei com recomendações aos vice-reis e aos governadores para que fossem casadas com a maior decência possível, sendo o dote de casamento para os noivos das fidalgas o emprego em serviços públicos. Na concepção da sociedade portuguesa da época, casar com uma órfã fidalga era considerado ato tão meritório que merecia compensação com cargos públicos; no caso das órfãs pobres, por sua vez, poderia ser concedido perdão a condenados que com elas se casassem. Isto demonstra a

---

<sup>7</sup> Ver ARANTES, 1995.



preocupação em garantir um casamento às órfãs, visto que na época as únicas alternativas de vida futura, socialmente aceitas, para as meninas, tanto ricas quanto pobres, eram o casamento e/ou o convento. Em ambos os casos, dote adequado deveria ser pago para que a menina fosse aceita; na ausência de dote só a concessão de benefícios ao pretendente garantiria o casamento. Este é um bom indicativo da compreensão que a sociedade colonial brasileira tinha sobre o lugar da menina, fosse órfã desprotegida, branca, rica, pobre ou índia:

Na verdade, não se diferenciava muito da condição dos escravos, tornando-se mera mercadoria, pois era vendida ao marido para casar-se e aos conventos para tornar-se educanda ou freira. (CHAVES, 1998, p. 163)

Na sociedade colonial, “estabelecia-se importante relação entre abandono e trabalho do menor” (LOPES, 1998, p. 91), pois era comum meninos e meninas livres e abandonados encontrarem meios de sobrevivência na realização de pequenas tarefas em troca de alimento e abrigo.

No que dizia respeito aos ilegítimos, considerados pela Igreja como frutos do “pecado” pois nascidos fora do casamento católico, eram tratados pelo Estado como “marginais” uma vez que não tinham direitos e privilégios garantidos pela Lei. Mesmo considerados frutos de desvios da boa conduta moral, o que ocorria no cotidiano da época era que essas crianças conseguiam desvencilhar-se desse estereótipo e serem absorvidas pela família e pela sociedade em virtude da tolerância das autoridades civis e religiosas.

Em sua pesquisa sobre filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII, LOPES (1998) comenta que:

(...) o termo ilegítimo comportava variações, determinadas pelo relacionamento dos progenitores, nas quais as condições conjugal e social possuíam importância relevante. Apareceram, então, os naturais, provindos de pessoas solteiras; os adúlteros que, como o próprio nome já revela, descendiam de uma ação adúltera, na qual um ou ambos os pais eram casados; os espúrios, quando envolviam os pertencentes ao mundo religioso: padres, clérigos de missa, cônegos, abades, freiras e frades, e os expostos, referentes às crianças abandonadas, comumente na época, em caminhos, cantos ou à porta das casas de particulares, em razão da inexistência de instituições voltadas a seu recolhimento (p. 20).

Funcionava então um sistema informal de auxílio aos enjeitados e as crianças podiam ser inseridas em redes de parentela e de vizinhança. Uma forma dessa inserção era o apadrinhamento, uma alternativa que a sociedade escravocrata encontrou para criar as

crianças sem pai nem mãe: eram acolhidas por uma família que as mantinha como agregadas, como “moradoras de favor”, as “*crias da casa*”. De acordo com VENÂNCIO (2002, p. 131) “em fins do século XVII, essa circulação de crianças passou a conviver com formas de abandono-infanticídio, em que as crianças, (...), eram deixadas em *monturos*, ou seja, em depósitos de lixo, em ruas e terrenos baldios”. Este autor acredita que, apesar da ausência de fontes demográficas referentes a esse período, essa forma de enjeitamento pode ser interpretada como resultado do crescimento populacional.

Pode-se supor, portanto, em consonância com VENÂNCIO (2002), que foi com o crescimento populacional e das cidades que os expostos tornaram-se problema, pois as crianças “enjeitadas” e “expostas”, chamadas ainda de “desvalidas” ou “infelizes”, eram deixadas nas ruas e acabavam mortas pela fome e/ou pelo frio e, ainda, seus corpos apareciam mutilados, comidos pelos animais soltos nas ruas. A vergonhosa situação incomodava as autoridades eclesiásticas e os “homens de bem”, que clamavam por uma solução. Este incômodo provinha mais do espetáculo medonho que estas crianças abandonadas ofereciam aos passantes do que pelo fato de serem crianças. CORAZZA (2000) comenta que:

(...) a “exposição” de crianças consistia em pô-las à vista, apresentá-las, mostrá-las, exibi-las publicamente; bem como “as expostas” eram aquelas crianças que estavam à vista, oferecidas aos outros, oferecidas à-vida-à-morte. (p.60)

Estas crianças expostas precisavam, pois, ser escondidas. Criar os enjeitados frutos desse tipo “selvagem” de abandono transformou-se também em um fardo pesado demais para a sociedade e providências por parte do governo se fizeram necessárias. Como passaram a ser consideradas um problema, foram implementadas ações de inspiração religiosa, marcadas pelos sentimentos de caridade cristã para acolhê-las e assistí-las.

Era preciso organizar um sistema formal para o recolhimento dessas crianças, e foi assim que, repetindo o modelo já implantado em Portugal, tivemos o surgimento das primeiras Casas da Roda<sup>8</sup>. Ficavam, então, à disposição da assistência particular, interessada mais em utilizá-los em atividades agrícolas ou domésticas do que em proporcionar-lhes uma situação melhor.

---

<sup>8</sup> Instituição que acolhia anonimamente as crianças órfãs, rejeitadas ou desamparadas. O nome resulta de um mecanismo rotatório inventado por religiosos católicos nos mosteiros europeus, na Idade Média. Os recém-nascidos eram deixados, geralmente à noite, num compartimento que girava e transferia o bebê para o interior da instituição sem que a pessoa que o estava abandonando fosse identificada. A primeira roda construída para este fim foi a do Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198. A primeira Roda dos Enjeitados do Brasil foi instalada na Bahia no ano de 1734. Ver: ARANTES, 1999 e BARRETO, 2004.

Em toda a primeira metade do séc. XIX a legislação, no que diz respeito à infância, girava em torno do recolhimento de crianças órfãs e expostas. Marcada por uma concepção caritativa cristã, essa legislação incentivava as iniciativas privadas e as de cunho religioso e caritativo que pudessem abrigar e manter as crianças deixadas ao léu por um motivo ou outro. Entretanto, já neste momento pode-se perceber outras alianças sendo estabelecidas entre a caridade e o Estado – a caridade tomava a iniciativa e o Estado entrava com parte da verba para a manutenção dos estabelecimentos criados.

Pela legislação portuguesa, as câmaras municipais eram as responsáveis pela criação dos órfãos e enjeitados até completarem sete anos. A criação dessas crianças era custeada com verba provinda de impostos específicos da municipalidade, autorizados pelas Ordenações do Reino, que serviam para contratar o trabalho de amas-de-leite e amas-secas<sup>9</sup>. Após completarem sete anos essas crianças passavam à jurisdição dos Juizes de Órfãos<sup>10</sup>, que deveriam providenciar famílias que as abrigassem, encarregando-se de sua tutela. Segundo ZERO (2003), era função dos juizes dar à soldada<sup>11</sup> os expostos e órfãos pobres, sem prejuízo de aprenderem a ler e escrever, além de adquirirem algum ofício.

Apesar disto, os recursos da municipalidade para manter os expostos não eram suficientes. Os vereadores eram sempre muito cautelosos quanto à estipulação de impostos destinados a socorrer os enjeitados, pois estas taxas provocavam o aumento dos preços de bens essenciais à sobrevivência de vastas camadas da população. A municipalidade precisava se desvencilhar deste encargo e a melhor forma de fazê-lo era passar a responsabilidade pela manutenção dos enjeitados para as irmandades<sup>12</sup>. Na maioria das cidades brasileiras foram as Santas Casas de Misericórdia<sup>13</sup> que assumiram os expostos, para isto recebiam subsídio

---

<sup>9</sup> A ama-de-leite era a escrava que amamentava os filhos dos senhores, geralmente eram “alugadas” e seus serviços eram caros, sendo assim, utilizar os serviços de uma ama-de-leite representava *status*. Já a ama-seca cuidava da criança sem amamentá-la – por isso chamada de “seca” – e ainda prestava serviços de limpeza, arrumação e cozinha.

<sup>10</sup> O juiz de órfão era escolhido pelo Imperador, dentre os bacharéis formados em direito, habilitados para serem juizes municipais; era responsável por fazer inventários e partilhas, quando os interessados fossem incapazes de administrar seus bens; para cuidar da sua educação e destino, e para fiscalizar a boa administração, e arrecadação da fazenda. Ver ZERO, 2003.

<sup>11</sup> Esta prática consiste na entrega, geralmente de meninas, à guarda e responsabilidade de alguém para prestar “serviços leves” na casa desta pessoa, pelos quais deveria receber pagamento, sendo 2/3 deste depositado na Caixa Econômica e 1/3 entregue em mão da menor, desde que esta já tivesse 16 anos, caso contrário todo o valor determinado em Juízo para pagamento deveria ser depositado em caderneta na Caixa Econômica.

<sup>12</sup> Estas irmandades eram confrarias que podiam ser religiosas voltadas para a prática de obras de misericórdia ou leigas que exerciam diversas formas de assistência movidas pela caridade cristã.

<sup>13</sup> A irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia foi criada em Portugal, em 1498, e tornou-se a irmandade leiga de maior poder e expressão no que concerne às obras de caridade. Marca da colonização portuguesa, antes de 1750 já havia 16 Misericórdias somente no Brasil. As atividades iniciais da irmandade giravam em torno da manutenção de hospital para enfermos, de casamento de órfãs, de distribuição de esmolas, além de cuidar

econômico do poder público, que mantinha a responsabilidade legal sobre os expostos e nem sempre repassava as verbas ou, quando o fazia, era de forma insuficiente.

Em 1738, a partir de uma doação em dinheiro feita pelo comerciante Romão Duarte, foi criada a primeira Casa da Roda do Rio de Janeiro com o objetivo de recolher as crianças “enfeitadas” e “expostas”. A Casa da Roda funcionou até 1821 no Hospital Geral da Santa Casa do Rio de Janeiro, quando foi transferida para uma habitação no bairro de Santa Teresa, passando a ser chamada de Casa dos Expostos<sup>14</sup>.

A manutenção deste estabelecimento foi delegada à piedade particular e às contribuições de associações leigas, porém a partir de 1778 passou a receber doações oficiais do Estado, por meio da Câmara. Esta iniciativa inaugurou uma nova forma de associação entre a Igreja e o Estado no atendimento à criança abandonada, dando início a uma fase, que perdurou até meados do século XIX, em que a assistência foi predominantemente caritativa. Segundo LOBO (1997, p. 402) os “objetivos religiosos e sociais encontravam-se indiscerníveis no movimento da caridade levados a efeito pelas irmandades e confrarias, mesmo no caso das Misericórdias que se voltaram mais para as obras sociais que as devocionais”.

A criança deixada à Roda era imediatamente batizada, alimentada e medicada, sendo o mais breve possível entregue a uma ama-de-leite que a levava para sua casa, recebendo da Misericórdia roupas para a criança e uma quantia mensal para criá-la até que completasse três anos de idade<sup>15</sup>. Completada esta idade a criança era devolvida à Casa da Roda para ser então encaminhada a um lar adequado na cidade ou a um dos “Orfanatos”, “Recolhimentos”, “Colônias”, “Aldeias”, “Preventórios”, “Internatos”. A partir dos oito anos os meninos eram geralmente acolhidos como aprendizes ou enviados às Companhias de Aprendizes de Marinheiros ou do Arsenal de Guerra. Já as meninas eram encaminhadas para prestarem serviços domésticos, mas, devido à grande preocupação com sua honra, poderiam ficar internas em Recolhimentos até se casarem.

---

também de sepultamentos. Seu âmbito de atuação era bem mais amplo do que o que hoje entendemos como sendo o de um hospital. Ver GANDELMAN, 2001.

<sup>14</sup> A Roda foi oficialmente extinta com o Decreto n. 17.943 A, de 12 de outubro de 1927, que promulgou o Código de Menores; em seu artigo 15, lê-se que “a admissão dos expostos á assistência se fará por consignação directa, excluido o systema das rodas”. No Rio de Janeiro, porém, só foi fechada em 1938.

<sup>15</sup> A determinação dessa idade deve-se provavelmente às definições dos manuais de medicina da época que, citando Galeano (131 – 210, Grécia), afirmavam que o período da amamentação findava por volta dos três ou quatro anos de idade. Ver DEL PRIORE, 1999.



**Figura 1** – Berçário da Casa dos Expostos, que recebia crianças abandonadas na roda dos expostos.  
 Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro.

Ocorreram fraudes e abusos de toda sorte visto que as Misericórdias não possuíam meios de manter um rígido controle sobre os procedimentos das amas em relação às crianças que protegiam. Era comum que as amas contratadas para cuidar dos expostos não comunicassem a morte de uma criança e continuassem recebendo salário como se aquela ainda estivesse viva e não raro foi o caso de mães que abandonaram seus filhos à Roda e logo em seguida se ofereciam para tomá-los como suas amas-de-leite, passando assim a receber salário para criar o próprio filho. VENÂNCIO (2002) comenta que, para os administradores da Santa Casa, “de acordo com os preceitos morais da época, era preferível conviver com as possíveis fraudes, do que contribuir para a multiplicação do anti-cristão infanticídio” (p. 137). Visando sanear o sistema de rodas e melhorar a assistência prestada aos expostos, em meados do século XIX

(...) foram trazidas da França as irmãs de caridade de São José de Chamberry e mais tarde as irmãs de caridade de São Vicente de Paula para assumirem a administração das casas e rodas dos expostos de Salvador, do Rio de Janeiro e de outras mais. (MARCILIO, 2001, p. 67)

A vinda dessas irmãs de caridade para dirigirem as Rodas indica uma preocupação em ter, como responsáveis pelo cuidado e educação dessas crianças, pessoas experientes e mais aptas para garantir não só sua sobrevivência, mas também sua educação.

A Roda, que inicialmente visava acolher os ilegítimos, os frutos dos amores ilícitos, desvincula-se, portanto, com o passar do tempo, dessas questões morais, causa da grande importância dada ao anonimato na entrega da criança. Começa também a ser utilizada por pessoas das camadas mais pobres que encontravam dificuldades para manter sua prole. De acordo com VENÂNCIO (2002), nesta época o abandono não implicava a perda do Pátrio Poder e uma criança deixada à Roda podia ser reivindicada a qualquer momento pelo respectivo pai ou mãe, por isso a

(...) preocupação em se sublinhar a importância de que fossem anotadas no registro de matrícula as marcas, textos dos bilhetes, enxovais, objetos e marcas do corpo da criança, tendo em vista que se sucedesse pelo tempo adiante, aparecer-lhe pai ou mãe que os procurem, se saiba quais são pelos sinais que derem. (p. 144)

Neste sentido, a prática de deixar bilhetes junto com a criança exposta à Roda, avisando que a criança já havia sido batizada, pode indicar uma estratégia utilizada pelas mães para poder, posteriormente, identificar seu filho quando superada a situação que levou à exposição. Outra estratégia utilizada para facilitar a identificação da criança deixada à Roda era o batismo com “nomes ‘exóticos’, resultado da combinação do nome dos pais por exemplo, no entanto, dizia respeito a menos de 1% dos abandonados, sugerindo assim que tal estratégia se restringia a um grupo de pais, ou de familiares, melhor informados”. (VENÂNCIO, 2002, p. 146)

Na verdade, a grande maioria das crianças era abandonada à Roda por conta da extrema pobreza em que vivia parte da população, ou seja, a falta de condições econômicas dos pais levava-os a expor seus filhos na expectativa de que alguém os protegesse, transferiam anonimamente sua responsabilidade para outros como uma alternativa de sobrevivência para seus filhos. Estes eram muitas vezes filhos de mulheres livres negras ou mestiças, que, abandonadas por seus maridos ou amantes que iam embora à procura de melhor ocupação, ficavam sem condições para manter a sua subsistência e a de seus filhos. (VENÂNCIO, 1999; LEITE, 1992).

A ilegitimidade não era motivo forte, entre os pobres, para enjeitar uma criança, pois era comum a prática de amasiar-se e o fato de uma mulher solteira ter um filho não se constituía

em condição de desonra<sup>16</sup>. As escravas, por sua vez, raramente abandonavam seus filhos na Roda, até porque tinham a gravidez fiscalizada pelos senhores a quem não interessava perder a prole da escravaria, uma vez que a condição de exposto poderia garantir o estatuto de liberdade à criança.

Assim, após a independência do Brasil, em 1822, com as discussões sobre a primeira lei penal do Império, percebe-se o surgimento do interesse jurídico em relação aos menores de idade empobrecidos. A principal temática debatida foi a definição de limites para a responsabilidade penal.

Apesar da influência do direito romano, onde a menoridade constituía atenuante para as penalidades, no Brasil não havia distinção entre crianças, jovens ou adultos no que se referia à aplicação de penas. Foi só com a aprovação do Código Criminal de 1830 que começou a haver diferenciação das penalidades em função da faixa etária. Este Código definiu diferentes estabelecimentos de responsabilidade penal e as penas a serem aplicadas para as três faixas de idade antes dos 21 anos. A primeira estabelecia que o menor de 14 anos não tinha responsabilidade penal, porém, caso fosse comprovado que agia com discernimento, o Juiz poderia determinar que fosse recolhido às Casas de Correção até completar 17 anos. A segunda se referia a maiores de 14 anos e menores de 17 anos; estando nesta faixa, o menor julgado poderia cumprir penas como cúmplice. A terceira impunha o limite mínimo de 21 anos para que pudessem ser impostas penas drásticas, como as galés<sup>17</sup>.

Mas foi com o advento da República que a idéia da “conservação e criação de crianças” associou-se à garantia da força e vitalidade de um país que queria se modernizar. As preocupações em torno da infância empobrecida vão tomando forma e se intensificando e a criança passa a ser percebida como patrimônio da nação, revestida de um significado social positivo, pois, dentro de uma visão utilitarista, é considerada potencialmente útil. Assim, antes tratada como propriedade ou bem, passa a ser vista como investimento para o futuro da sociedade.

---

<sup>16</sup> CAULFIELD (2000) chama a atenção para o fato de não haver acordo entre os historiadores sobre essa questão e comenta que alguns argumentam “que as classes populares desenvolveram uma série de valores morais alternativos, nos quais as noções patriarcais de família, a subordinação da mulher e os ideais morais do casamento e da castidade feminina não tinham muita importância. Outros, (...) argumentam que a Igreja foi bem-sucedida na divulgação dos valores da família patriarcal, (...) embora as condições materiais impossibilitassem a muita gente viver de acordo com esses valores. Outra posição, (...) diz que, embora o patriarcado e o casamento fossem instituições fundamentais para todas as classes sociais no período colonial, o valor dessas instituições não era puramente moral, mas econômico” (p. 30).

<sup>17</sup> Antiga embarcação de baixo bordo, de vela e remos, na qual condenados cumpriam pena. Cabe lembrar que esta pena nunca foi aplicada no Brasil.

## **I.2 – A Criança, Futuro da Nação – “A criança de hoje é o homem de amanhã”<sup>18</sup>**

O Estado republicano em sua primeira fase, a denominada República Velha, estava preocupado em sintonizar-se com as transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na Europa. Para o Brasil isso significava “civilizar-se”, vencer o “atraso colonial” para que o país pudesse competir no mercado internacional; para isso, era preciso promover o trabalho assalariado e uma economia de mercado, em suma, implantar um *ethos* capitalista. (HERSCHMANN & PEREIRA, 1994)

A cidade do Rio de Janeiro foi líder nessa grande operação de (re)construção nacional pois, capital da jovem República do Brasil, oferecia um campo ímpar de atuação para os intelectuais, tendo em vista sua intensa vida política e cultural. Neste período de consolidação da ordem capitalista, o Rio de Janeiro passa por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social.

Devido à migração de escravos libertos para a área urbana e à intensificação dos fluxos imigratórios<sup>19</sup>, observava-se um aumento na densidade populacional da cidade, agravando os problemas relativos à moradia, às epidemias, à miséria e ao desemprego, demandando a invenção de novos instrumentos que permitissem a compreensão, a análise e a intervenção no espaço urbano. Sob o comando da medicina, a engenharia e a estatística começam a enfrentar os fenômenos urbanos, tratados como inerentes às grandes cidades. Assim, a cidade passa a ser campo de intervenções de um saber científico, neutro e autoconsiderado verdadeiro.

A República que se iniciava no Brasil busca a implantação de uma “nova ordem” associando as idéias de ‘ordem-progresso-civilização’ como resultantes do primado da racionalidade e da dignidade do trabalho, enquanto, por outro lado, as de ‘desordem-atraso-colônia-barbárie’ resultariam do primado das paixões e da ociosidade (EWALD, 2000).

A elite intelectual brasileira da época da proclamação da República, misto de cientistas e políticos, pesquisadores, literatos e acadêmicos, estava convencida de sua “missão patriótica”

---

<sup>18</sup> Expressão muito comum, espécie de *slogan* da cruzada pela criança, encontrada especificamente em BRITO, 1909, p. 247.

<sup>19</sup> As maiores ondas imigratórias para o Brasil ocorreram com o objetivo de trazer trabalhadores aptos a substituir os escravos na agricultura e a executar tarefas necessárias à industrialização e ao desenvolvimento econômico. Este fluxo cresce a partir das décadas de 1870 e 1880 e se estende até meados do século XX. A maioria dos imigrantes vem da Europa, mas também é significativa a vinda de japoneses. Dados estatísticos a este respeito podem ser encontrados em IBGE, 2000.



na construção de uma Nação. Suas propostas objetivavam o “saneamento moral” do país, onde a “degradação moral” passou a ser associada à pobreza, pois esta, com seus vícios, não condizia com o ideal de nação que se tentava produzir. As noções de “classes pobres” e “classes perigosas”, no início do século XX, referiam-se a uma mesma realidade. A compreensão era de que:

(...) os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são por definição, perigosos. (CHALHOUB, 1996, p. 22)

E os pobres traziam o perigo de contágio pois, enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais, as classes perigosas continuariam a se reproduzir. Assim, para se erigir uma Nação, era necessário que toda a sociedade participasse dessa cruzada saneadora e civilizatória contra o mal que se encontrava no seio da pobreza. Os pobres – trabalhadores e ex-escravos e, portanto, majoritariamente negros – encarados como “classe perigosa”, transformam-se prioritariamente em “objetos de ciencia”. Para enfrentar esse problema, a estratégia mais imediata visava reprimir os hábitos de não-trabalho dos adultos.

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. (CHALHOUB, 2001, p. 48).

Assim, as transformações sócio-econômicas, que gestaram as jurídico-políticas e científicas, pelas quais passava o Brasil no período da proclamação da República, configuraram novas formas de organização e controle da sociedade. As mudanças nas relações de trabalho e a transformação dos centros urbanos em centros produtivos fizeram emergir preocupações com a gestão e a tutela dos chamados “perigosos”. Mais a longo prazo, era fundamental cuidar da educação dos menores.

Não é difícil perceber a lógica que faz com que tais preocupações fossem prontamente associadas à fase da infância. Tendo-se consciência do significado social da infância (futuro da nação) e sendo do conhecimento corrente que a criança é facilmente moldável (para o bem e para o mal) (...) (RIZZINI, 1997, p. 190).

Assim, no final do século XIX e início do XX, no Brasil, as classes dominantes passam a não mais se preocupar apenas com as infrações às normas cometidas pelos sujeitos, mas, sim,

com as que eles **poderiam vir** a infringir. Foi neste sentido que toda penalidade passou a ser um controle que se exercia não mais somente sobre o que o indivíduo faz, sobre o que ele é, mas também no nível do que ele poderá vir a fazer, sobre o que ele poderá vir a se tornar. Ou seja, como mostra Foucault em sua análise da sociedade européia, em especial as francesa e inglesa do século XVIII, o controle não será somente sobre o que se é, mas sobre suas potencialidades. Funda-se assim a noção de periculosidade significando que:

(...) o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam. (FOUCAULT, 1996, p. 85).

Esta noção aciona a formação de uma série de “instituições de seqüestro<sup>20</sup>” que tinham como finalidade fixar os indivíduos aos aparelhos de normatização, buscando enquadrá-los ao longo de sua existência, controlá-los ao nível de suas virtualidades. Podemos dizer que esta passa a ser a era do controle social, da sociedade disciplinar, que tem como um de seus pontos de sustentação a vigilância.

De acordo com as análises de FOUCAULT (1996), na sociedade disciplinar o foco do poder é a vida e “o que importa é tornar mais fortes as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública, fazer crescer e multiplicar” (p. 183).

A difusão da noção de periculosidade e a necessidade de vigilância sobre quem pode vir a ser perigoso fizeram emergir, também no Brasil, novas formas de controle marcadas pela disciplinarização e prevenção. É nesse sentido que tanto o direito quanto a medicina passam a ter um papel central para que o país pudesse atingir o tão almejado progresso, como argumenta SCHWARCZ (1993):

Na ótica médica o objetivo era curar um país enfermo, tendo como base um projeto médico-eugênico, (...) [onde] o “homem de direito” seria um assessor que colocaria sob forma de lei o que o perito médico já diagnosticara e com o tempo trataria de sanar. (...) Nas faculdades de direito, as posições praticamente se invertem: cabia ao jurista codificar e dar uma forma unificada a esse país, sendo o médico entendido como um técnico que auxiliaria no bom desempenho desses profissionais das leis. (p. 190).

---

<sup>20</sup> Assim denominadas, pois seqüestram o corpo, o tempo, o saber e a vida das pessoas. Visam o controle, a normalização dos indivíduos através de sua inclusão em aparelhos de produção, de formação, de medicalização, de correção, entre outros. Em seu trabalho, Foucault descreve a implantação desses mecanismos de controle e disciplina na sociedade francesa do século XVIII, porém acredita-se que esse processo ocorreu também, embora tardiamente, no Brasil, a partir do princípio do século XX. Ver FOUCAULT, 1996.

No período da Primeira República será da Medicina o papel de diagnosticar, na infância, as possibilidades de recuperação e as formas de tratamento, cabendo à Justiça regulamentar a proteção, tanto da criança quanto da sociedade, visando a prevalência da educação sobre a punição (RIZZINI, 1997). Além disso, na medicina praticada no Brasil havia uma tendência a entender a higiene como uma forma revolucionária de atuar na coletividade, sendo o lema dos higienistas “prevenir antes de curar”, erradicar o mal antes que ele se manifestasse” (SCHWARCZ, 1993, p.206).

HERSCHMANN & PEREIRA (1994), por sua vez, ressaltam que a articulação entre Estado republicano e medicina resultou no fim da autonomia da família e no incremento do controle social. Cada vez mais, a medicina tornava-se responsável pela orientação da vida privada dos indivíduos. Os hábitos da população deveriam ser moralizados e inúmeras alterações nos costumes alimentares e higiênicos são ditadas pelos médicos. Era preciso “sanear a nação”.

Para além do campo estrito da medicina, a higiene pública e o saneamento passavam a propor medidas diretas de intervenção na realidade social e em diversos espaços, tais como: igrejas, escolas, portos, cemitérios, locais públicos, casas de moradia. Supõe-se que há, aqui, um prolongamento e exacerbação dos processos indicados por MACHADO ([*et al*], 1978), referindo-se ao Rio de Janeiro do início e meados do século XIX: vários pareceres médicos criticavam a direção de algumas ruas, o tipo de construção das casas, as águas estagnadas e a imundície das praias, praças e moradias, sob a alegação de que exalavam “vapores pestilentos”, dificultavam a circulação, alterando e degenerando o ar, o que o tornava mais capaz de produzir e proliferar enfermidades. Ou seja, tais medidas podem ser entendidas como parte do movimento que visava “higienizar o país e educar seu povo, [pois] é assim que se corrige a natureza e se aperfeiçoa o homem”. (SCHWARCZ, 1993, p. 169).

A higiene passa a ser a condição fundamental para o progresso e a civilização de uma nação; MACHADO ([*et al*], 1978) informa que ela

(...) será um tipo de intervenção característica de uma medicina que coloca em primeiro plano a questão de sua função social; que produz conceitos e programas de ação através de que a sociedade aparece como o novo objeto de suas atribuições e a saúde dos indivíduos e das populações deixa de significar unicamente a luta contra a doença para se tornar o correlato de um modelo médico-político de controle contínuo. (p. 53)

Nas primeiras décadas do século XX, médicos higienistas voltados para a tarefa de divulgar e empreender programas de higiene, através do saneamento, assumiram um “enfoque mais social das causas e mecanismos de manifestação de certas doenças” (CUNHA, 2002, p. 263). Assim, aspectos da vida social também passaram a merecer atenção e cuidados higiênicos tornando-se temas de artigos e teses de médicos<sup>21</sup>. A cruzada em prol de uma medicina voltada para as coisas nacionais agrupava e interligava à higiene outras temáticas, além das ligadas às preocupações com condições ambientais: atravessa discussões sobre pobreza, indigência, ignorância, analfabetismo, apontados como responsáveis pelo retardamento do progresso brasileiro, e as ligadas à saúde dos indivíduos, como a vida íntima dos casais, a amamentação e a educação física e moral das crianças.

Desta forma, o discurso médico passou a intervir na família de uma forma inovadora principalmente através das noções da Puericultura<sup>22</sup>, ciência que trata da higiene física e social da criança, segundo definição de então. O alto índice de mortalidade infantil da época era visto como obstáculo ao desenvolvimento da nação, pois o crescimento do número de cidadãos, a quantidade, e também a “qualidade”, do povo que compunha a nação, provocavam cada vez maior interesse. Preocupados, os médicos higienistas mantinham intensos debates em torno dos cuidados com a criança e apontavam as principais causas da mortalidade infantil: a hereditariedade, a ignorância e a pobreza. Neste sentido, campanhas dirigidas inicialmente à população como um todo, e em seguida especificamente às famílias da classe popular, explicavam a necessidade da reestruturação de hábitos e costumes higiênicos, constituindo um novo modelo de família: higiênica, intimista e privada.

---

<sup>21</sup> Estas teses eram as Teses de Doutorado, dispositivo utilizado desde a criação das Faculdades de Medicina até 1930 para titular os médicos; as teses defendidas pelos candidatos a este título eram uma “dissertação,” com a enumeração de “proposições” que se traduziam, muitas vezes, na transcrição *ipsis verbis* de aforismos de Hipócrates.

<sup>22</sup> ARIÈS (1981), em sua pesquisa sobre a produção da infância e da família, apontou os movimentos de Puericultura, ocorridos na Europa nos séculos XVI a XVIII, como tendo se caracterizado por uma preocupação com a criança como um ser particular, essencialmente separado do adulto e alvo dos princípios da disciplina e da racionalidade dos costumes.



**Figura 2** – A Criança na Ótica da Saúde.

Fundo: Material Educativo – s/d. Fonte: [http://www.misp.pucsp.br/museu/137\\_b\\_23\\_02.asp](http://www.misp.pucsp.br/museu/137_b_23_02.asp)

As ações dos médicos voltadas às famílias das classes média e alta visavam garantir o crescimento demográfico do país e a educação e conservação das crianças. Já as voltadas às famílias pobres focavam a moralização dos costumes e a higiene coletiva. Isto, em épocas diferentes, independentemente da classe social, produziu um movimento de recentramento da família sobre si mesma. Havia a necessidade de deixar bem claras as relações entre marido e mulher e entre pais e filhos, fortalecendo-se os sentimentos de intimidade e privacidade. O papel dessa nova família poderia ser resumido nos conceitos de ordem e estabilidade. Assim, dentro da casa deveria haver ordem e paz e as crianças deveriam ser mantidas a salvo das más influências do ambiente externo (RAGO, 1987).

Torna-se clara a utilização da mulher para atingir a família e, principalmente, seus filhos. MONCORVO FILHO (1920) chama a atenção para a importância de educar a “mulher patricia” para tê-la como aliada na “cruzada santa pela salvação dos pequeninos” (p. 9).

(...) o quanto se deve ter em conta a educação da mulher brasileira para que ella, na exuberancia de suas virtudes, de suas sublimes qualidades e de seus preciosos dons, póssa legar á geração de amanhã as mais soberbas lições. (...) salientando o incontestado valor da educação da mulher para que, ao attingir a época da maternidade pudesse dar arrhas ao seu maravilhoso mister, adduzia que á ella compete não só consagrar a vida do coração e a perfeição da alma á creança, mas também a vida do corpo, nessa satisfação de deveres, tão elevados, residindo a sua sacrosanta missão. (p. 11 – *sic*)

Redefinia-se, portanto, o papel da mulher. Este processo, que ocorria desde meados do século XIX em relação às elites, no século XX passa a ocorrer na totalidade da população. Médicos formularam discursos de valorização de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada ao cuidado permanente e direto com os filhos, transformada em “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, “rainha do lar”. Os higienistas lançaram mão de argumentos da “boa educação” e de valores associados à urbanização e modernização para convencerem as mães da necessidade do aleitamento materno natural e cuidado com os filhos, condenando a amamentação mercenária, colocada como uma das principais origens das doenças infantis. Ganhou força, no período da primeira república, um discurso de valorização do papel da mulher como mantenedora e sustentáculo da mais importante célula da sociedade: a família.

Procurava-se assim persuadir “cientificamente” a mulher de sua “vocação natural” de criação e educação dos filhos, de seu papel de mãe. Enorme responsabilidade moral foi atribuída à mulher que, tornada vigilante e atenta, era a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, desempenhando um papel fundamental no fortalecimento da “família moderna”. Esta era a “família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante que deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes” (RAGO, 1987, p. 61).

Justificando a intervenção e o controle sobre a família, na medida em que esta se transformava em parâmetro moral perante os filhos, atenção especial passa a ser dada à criança, que se torna a figura central no interior da família. Demandando espaço próprio e atenção especial, a infância tornou-se objeto privilegiado das intervenções dos médicos, que “procuraram apresentar-se como a autoridade mais competente para prescrever normas racionais de conduta e medidas preventivas, pessoais e coletivas, visando produzir a nova família e o futuro cidadão”. (RAGO, 1987, p. 118). É neste contexto que SILVA (1998) ressalta que “a infância se torna um valioso objeto da atenção médica, apropriação

incentivada ao máximo por um grande trunfo que seria a idéia de nocividade do meio familiar” (p.4).

Segundo CHAUI (2001), o desenvolvimento da nação era entendido como um processo de evolução, que começava na família e terminava no Estado, cabendo, principalmente aos médicos, a orientação das famílias. Inaugurava-se a “medicina filantrópica”, que teve dois principais pólos de ação: um primeiro focado na assistência, onde a ajuda fornecida deveria ser eventual e sempre tutelada, visando garantir a autonomia do atendido. As ações baseavam-se, assim, principalmente no aconselhamento e não mais no fornecimento de “favores”, pois a assistência deveria ultrapassar a simples prestação de socorro. Outro foco era a prevenção, onde a questão da higiene, no sentido mais amplo do higienismo, que visava preservar a sociedade liberal, impediria a desagregação e os transtornos sociais.

Estes aspectos são bem ilustrados pelo trabalho de Moncorvo Filho, responsável pela difusão das práticas burguesas de Puericultura também junto à população de baixa renda, através do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fundado por ele em março de 1899. GARCIA (2003) nos conta que

O modelo produzido no IPAI é um exemplo claro deste tipo de assistência: prestavam de forma gratuita os serviços básicos de saúde, dentro dos padrões científicos, solicitando da população assistida a obrigação de freqüentar as palestras de higiene proferidas no próprio Instituto. As doações a tal população não podiam ser feitas sob a forma de dinheiro, (...), mas havia distribuição gratuita de leite, alimentos, roupas, remédios e calçados. (p. 70)

Nota-se uma mudança na percepção de infância: de “invisíveis” as crianças passam a ser vistas como riqueza em potencial, futuro da pátria, devendo ser normatizadas para se tornarem úteis e produtivas ao país. A parcela da infância filha da pobreza, concebida como possível elemento de desordem, se representava uma ameaça ao futuro da nação, poderia ser um elemento útil, contribuindo com seu potencial produtivo para o progresso do país. Mais uma vez, portanto, a criança é tomada como “cera virgem” fácil de ser moldada para o bem ou para o mal.

Foram os médicos que lançaram o primeiro alerta para o fato de que, se o que afetava a criança comprometia o futuro da nação, era preciso educá-la ou corrigi-la para que a criança se transformasse em cidadã útil e produtiva para o país. Parte deste espírito se reflete na criação da Liga Brasileira de Higiene Mental no Rio de Janeiro, em 1923, pelo psiquiatra

Gustavo Riedel<sup>23</sup>, pois incorporava ao seu arsenal teórico os temas básicos da higiene mental e da eugenia<sup>24</sup>, tendo em vista o seu objetivo maior de colaborar no “saneamento racial” brasileiro.

As ações eugênicas baseavam-se em três preceitos básicos: o estudo das leis da hereditariedade, para melhor compreender a natureza humana e, com isso, fundamentar as restrições de uniões e estimular as desejáveis, sempre visando a melhoria da raça; a inspeção e a eliminação das características disgênicas por meio de exames pré-nupciais, da esterilização e do controle da imigração; e, por último, a divulgação e a propaganda desses preceitos com fins profiláticos.

Assim, o movimento eugênico ocupava-se do aprimoramento da raça, estimulando sua depuração mediante a aplicação de medidas educativas moralizantes e de controle da hereditariedade. Entre as ações implementadas podemos destacar a campanha pela realização de exames pré-nupciais, que visava o controle e a orientação de casamentos pois, por meio da seleção dos cônjuges, poder-se-ia incentivar o casamento e a procriação de indivíduos eugenicamente competentes. Todavia havia divergências com relação à ideologia racial, já que alguns médicos condenavam a mistura de raças por ser um dos fatores que degeneravam a espécie humana, enquanto outros aceitavam e estimulavam a miscigenação, principalmente entre brancos e negros, visando o clareamento da raça negra.

Para evitar a degeneração da prole foram propostas medidas de esterilização compulsória dos indivíduos considerados incapazes<sup>25</sup>. Estes eram os negros, os pobres, os deficientes físicos e mentais, os criminosos, os alcoólatras, os epiléticos, os sífilíticos, enfim todos os que eram vistos como ameaça para o “bom” desenvolvimento da sociedade.

---

<sup>23</sup> Gustavo Köhler Riedel (1887-1934), médico psiquiatra, destacou-se como higienista mental e divulgador dos princípios eugênicos no Brasil. Além de fundador da Liga Brasileira de Higiene Mental, lançou os “Arquivos Brasileiros de Higiene Mental” – publicação oficial da Liga e em 1932 foi nomeado Diretor-Geral da Assistência a Psicopatas do Distrito Federal. Quando era diretor da Colônia de Psicopatas, criou o Laboratório de Psicologia que foi coordenado por Waclaw Radecki.

<sup>24</sup> O termo eugenia aparece pela primeira vez em 1883 no título do livro do fisiologista inglês Francis Galton e, a partir de 1880, transforma-se em movimento social e científico, acarretando a fundação de muitas sociedades em países como a Alemanha, Inglaterra e os Estados Unidos e a realização de vários congressos internacionais (SCHWARCZ, 1993). A eugenia pode ser definida, segundo COSTA (1989) como o “(...) estudo dos fatores socialmente controláveis que podem elevar ou rebaixar as qualidades raciais das gerações futuras, tanto física quanto mentalmente” (p. 81).

<sup>25</sup> Segundo ROHDEN (2000) encontram-se, no início do século XX, referências às propostas de esterilização em algumas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em vários artigos publicados nas revistas *Brazil Médico*, *Syniátrica* e *Annaes Brasileiros de Gynecologia*.



As idéias eugênicas tiveram influência direta sobre a medicina social e a psiquiatria brasileiras. Esta última se preocupava com a questão da infância e propunha formas de promover intervenções psiquiátricas profiláticas. Assim, vendo na criança um “pré-cidadão”, “peça fundamental do homem do futuro”, os psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental incluem a questão infantil nos seus projetos, passando a considerar imperiosa a necessidade de cuidados desde a mais tenra idade. Dentre as iniciativas da Liga pode-se destacar a criação da Seção de Puericultura e Higiene Infantil, presidida por Olinto de Oliveira<sup>26</sup>, que tinha como vice-presidente Moncorvo Filho e contava com a participação de médicos como Fernandes Figueira<sup>27</sup> e J. P. Fontenelle<sup>28</sup>. A criação da Clínica de Eufrenia<sup>29</sup>, em dezembro de 1932, foi outra iniciativa da Liga; suas finalidades que não eram apenas corrigir ou reajustar, mas, sobretudo, aperfeiçoar o psiquismo, através de uma atuação médico-pedagógica direta no período inicial do desenvolvimento mental infantil, atendendo crianças desde os primeiros meses de vida até os 12 anos. De acordo com REIS (2000) a Clínica contava com três serviços técnicos – social, psicológico e clínico – que possibilitariam investigar a criança em todos os seus aspectos, fosse através de rigoroso inquérito domiciliar ou escolar, fosse por meio da aplicação de testes psicológicos variados.

Combinando a preocupação eugênica e o interesse pela higiene social, nesta fase inicial da República, os médicos voltaram sua atenção para a organização da cidade. Afirmava-se o “urbanismo modernista segregador”, com o reordenamento dos espaços urbanos, através de transformações sanitárias e urbanísticas, “motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital” (ABREU, 1988, p. 59).

---

<sup>26</sup> Olympio Olinto de Oliveira (1866-?), médico puericultor, foi presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria nos anos de 1928, 1929 e 1932; em 1930 foi nomeado Inspetor de Higiene Infantil do Distrito Federal, dirigiu a Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância, criada em 1937, que em 1940 se transformou em Departamento Nacional da Criança (DNCR) o qual dirigiu de 1940 a 1945.

<sup>27</sup> Antonio Fernandes Figueira (1863-1928) foi presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria nos anos de 1910 e 1927, dirigiu o Serviço de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde e foi diretor do “Pavilhão Bourneville” por mais de 15 anos.

<sup>28</sup> José Paranhos Fontenelle (1887-?), médico renomado envolvido com a temática da educação infantil, foi docente de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal.

<sup>29</sup> Neologismo sugerido por Mirandolino Caldas (?-?), diretor da Clínica, que “significaria, trocando em miúdos, uma espécie de eugenia mental ou psíquica, mais vinculada à questão hereditária, acrescida dos princípios da higiene mental, que priorizaria os fatores do meio. Essa nova disciplina seria composta, então, de ‘eufrenia genealógica’, preocupada com o problema ‘genotípico do psiquismo’, e ‘eufrenia médico-pedagógica’, ligada às influências ‘mesológicas’ que pedem um trabalho de caráter educativo.” (REIS, 2000, p. 144).

Nas cidades<sup>30</sup> o mercado de trabalho estava saturado pela oferta de mão de obra de tantos elementos: negros libertos, nacionais migrados do campo, estrangeiros ávidos por fazer fortuna, mulheres e crianças. A competição pela sobrevivência entre os populares ficava cada vez mais acirrada; mesmo o crescimento das indústrias<sup>31</sup> nos centros urbanos não representou expansão significativa de emprego, gerando um desnível cada vez maior entre a oferta e a procura de trabalho.

Foi neste contexto que, seguindo a tradição da Colônia e do Império, grande parte da população das cidades continuou a buscar formas de sobrevivência no mundo da rua, no mercado informal de trabalho. Eram os “mercadores” e “mascates” – vendedores ambulantes – que comercializavam pães, leite, carne fresca e tripas, frutas, candeeiros, vassouras, painéis e várias outras quinquilharias de uso doméstico.

As teorias higienistas, imbuídas de pressupostos moralistas, tinham seu referencial, como dito, na família nuclear e intimista e contrapunham em seus discursos a casa e a rua. Esta representava o lugar do desconhecido, do imprevisível, da paixão e da promiscuidade, enquanto aquela, a casa, era o local protegido, controlado, próprio para a intimidade, o silêncio e isolamento. O lar deveria ser padronizado, seus componentes deveriam exercer papéis pré-definidos: os pais deveriam ensinar as virtudes de um bom cidadão a seus filhos, assim como o gosto pelo trabalho, único meio de dignificação do homem. Por outro lado, a rua, foco potencial de doenças, era considerada como escola da vagabundagem e dos vícios, lugar de degeneração e que poderia levar um bom homem para a ociosidade (DAMATTA, 1997).

A ociosidade era vista como uma ameaça constante à ordem no Rio de Janeiro, capital do país, sendo o ocioso visto como um pervertido moral capaz de cometer crimes. O ócio aliado

---

<sup>30</sup> Passaram por esse processo várias cidades que se transformaram em pólos urbano-industriais no período da República Velha. Privilegio a cidade do Rio de Janeiro, cuja rede urbana era superior às outras devido a sua condição de sede da Corte e, posteriormente, Distrito Federal e que agrupava grande excedente de ex-escravos; porém, de acordo com HARDMAN (1979), destacavam-se ainda: São Paulo, que teve grande desenvolvimento urbano a partir de 1870, ligado à economia cafeeira e após a abolição passou a utilizar grande contingente de imigrantes estrangeiros como mão-de-obra; Salvador, com sua estrutura urbana originária do período colonial onde havia grande contingente de homens livres; Belém, pólo urbano isolado no norte do país que chegou a ocupar em 1890 o 4º lugar em população, ficando à frente de São Paulo; e outras, como Recife, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio Grande e Blumenau.

<sup>31</sup> De acordo com ARAÚJO (1998) nesta época fazia-se uso de um conceito abrangente de indústria: “o termo ‘indústria’ dizia respeito à economia em geral: ‘indústria extrativa’, ‘indústria do transporte’, ‘indústria manufatureira ou fábrica’, ‘indústria agrícola’ e ‘indústria do comércio’ (...). Bem ao gosto de uma retórica senhorial inspirada do latim clássico, este uso do conceito de indústria (...) assimilava praticamente todos os ramos da produção à ação voluntária dos homens”.

à indigência tornava-se uma ameaça e poderia levar à criminalidade. Estabeleceu-se, assim, uma relação entre ócio, pobreza e crime.

A higiene, plasmada pelo trabalho, marcaria o discurso da medicina, da psiquiatria, da educação, das relações de trabalho, da constituição das famílias no espaço urbano. Ao serem detectados “desvios” como os manifestos por crianças pobres, desprotegidas moral e materialmente, que sem ocupação vagassem pelas cidades, buscavam prontamente formas de inseri-las em instâncias disciplinares. (MARQUES, 2003, p. 62)

O espaço da rua passou a ser visto como perigoso e as crianças que a ocupavam tornam-se um “problema de segurança”. A população moralizada e bem constituída, ameaçada pelas legiões de crianças maltrapilhas e desamparadas que perambulavam pelas ruas e pelo aumento da criminalidade entre jovens e crianças, permitiu o surgimento de um discurso preocupado com a “infância perigosa”, que tornou a infância, então, alvo da intervenção policial e judiciária.

Neste mesmo período, ensaios sobre medicina legal passavam a ser mais constantes em revistas e jornais; neles o objeto privilegiado era o doente e não mais a doença; o criminoso e não mais o crime. Nestas publicações o vocabulário estrito da medicina era praticamente abandonado e surgia um linguajar que mais se aproximava da fala policial e dos discursos dos juízes de direito, que já vinham se debruçando sobre o problema da criminalidade infanto-juvenil e tinham um discurso articulado sobre a menoridade.

Junto às discussões sobre a modernização do país o Direito também passava por reavaliações no início do século XX. O embate dava-se entre os adeptos do direito penal clássico e os que sustentavam a “modernidade” do direito positivo. Para o Direito Clássico, fundamentado na universalidade da razão, o crime era compreendido como decorrente do livre-arbítrio do indivíduo, motivo pelo qual o criminoso pode e deve ser responsabilizado pelo seu ato delituoso de acordo com a gravidade deste. Por outro lado, os partidários do Direito Positivo questionavam a autonomia do indivíduo, sua capacidade de se autogovernar e de determinar sua vontade. Segundo Peter FRY (1985):

Embora houvesse muitas diferenças de opinião entre os teóricos do Direito Positivo – uns enfatizando mais os aspectos biológicos, outros os sociológicos, e outros os psicológicos (ou combinações destes) – todos tinham em comum o interesse em investigar a *personalidade* e o *caráter* dos criminosos, e em definir os meios adequados de terapia para transformá-los em cidadãos obedientes (p. 123).

Os pressupostos de clássicos e de positivistas conviveram no âmbito do Direito Penal brasileiro; adotava-se tanto a técnica do “inquérito”, que visava abstrair elementos comuns e criar classificações, quanto a do “exame”, que permite o escrutínio detalhado, revelador do mundo interno de cada um. Segundo FOUCAULT (1996) o inquérito é simultaneamente um dispositivo de exercício de poder e de aquisição e transmissão de saber que busca investigar o que se passou, reatualizar o ocorrido. É um procedimento administrativo onde o poder político é o principal personagem, que interroga, que questiona, que não sabe a verdade, mas deseja sabê-la.

Porém, vai se produzir uma prática diferente do inquérito: a vigilância e o exame. A prática do exame permite que se passe do delito cometido à maneira de ser do indivíduo, faz a maneira de ser do indivíduo se mostrar como sendo o próprio delito. Segundo BASTOS (2002)

Mesmo sendo culpado pelo crime, o que o juiz vai julgar no indivíduo, a partir do exame realizado nele, não é mais o delito, e sim as condutas irregulares dele. (...) O castigo se aplicará na biografia do indivíduo, proposta como causa, como ponto de origem da atividade delituosa e como lugar de formação do crime e do criminoso. (...) Assim, a ação punitiva do poder judiciário ganha um aparato de técnicas respaldadas cientificamente e, com isso, melhor pode exercer uma função de transformação dos indivíduos. (p.123)

Foi neste contexto que os juristas passam a ser considerados mestres no processo de civilização, guardiões do caminho certo, convictos de estarem construindo uma nova nação. Nas mãos destes profissionais e dos médicos estaria a responsabilidade de fundar uma nova imagem para o país. A figura do bacharel – que, desde a época colonial, era prestigiada – torna-se então ainda mais valorizada, devido às possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional do direito. Como diz SCHWARCZ (1993):

Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transforma em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política. (...) Convertia-se o bacharel no grande intelectual da sociedade local, chamando atenção o ecletismo das idéias e o pragmatismo em sua definição. (p. 142).

As oportunidades políticas e o problema de segurança – que representava o aumento da criminalidade – impulsionaram os juristas a uma crescente preocupação com a infância atingida pela pobreza, enfatizando-se as más conseqüências que adviriam no futuro (para ela e para o país), causadas pela vadiagem e pela criminalidade. Essa preocupação é divulgada em

inúmeras matérias publicadas em jornais e em palestras feitas por representantes das esferas da justiça e da assistência médica.

A missão assumida pelos juristas em relação à infância era tão salvacionista, conservadora e moralista quanto a do médico, do higienista e do urbanista. RIZZINI (1997) ressalta que a educação moralizadora da população pobre e digna era igualmente reconhecida como parte da missão do jurista e do médico. No entanto, o domínio de atuação dos juristas diferenciava-se daquele do médico. Enquanto aos médicos cabia diagnosticar e prevenir, a esfera jurídica encarregava-se de regulamentar matérias e criar leis que coagissem os indivíduos a respeitar as normas condizentes com a moral, o que levaria a nação à sua meta civilizatória.

Essas preocupações, embora diferenciadas e por vezes opostas, estarão presentes nas propostas de ações dos políticos da época que, não casualmente, eram médicos ou juristas.

A este respeito, o Senador Alcindo GUANABARA<sup>32</sup>, que cursou medicina até o 3º. ano e era também jornalista, na exposição de motivos para a aprovação de uma lei que organizaria a assistência à infância abandonada e delinqüente, afirmava que:

A imprensa diaria, livros, opusculos, relatorios, conferencias, congressos especiais, todas as fórmulas de manifestação da opinião affirmam, repetem, consignam, registram depoimentos, factos e estatisticas, que patenteiam, á toda a evidencia, que a infancia abandonada, augmentada em numero pelo augmento da população, continúa a viver na miseria mais affrontosa, viveiro de delinqüentes, sementeira da prostituição e do crime, que se avoluma e cresce progressivamente, deante do Estado crimosamente indifferente, ou, quando muito, reduzido á contingencia, triste, senão ridicula, de reconhecer o mal immenso e de confessar uma impotencia para reparal-o ou atenual-o, que não tem nenhuma justificativa, pois não está somente no seu poder, como principalmente no seu dever, agir para eliminal-a, substituindo-a pela acção energica e intelligente que lhe compete. (1917, p. 9)

Os intelectuais da época defendiam arduamente a criação de um “sistema de proteção aos menores”, começando a ser elaborada e discutida uma legislação própria, ao mesmo tempo em que ações desenvolvidas pela iniciativa privada de amparo ao menor passam a ser tuteladas pelo Estado (RIZZINI, 2000).

---

<sup>32</sup> Alcindo Guanabara (1865-1918), jornalista e político, em 1918 foi eleito para o Senado, como representante do Estado do Rio de Janeiro.

Inicia-se um avanço dos profissionais do direito sobre um território cuja administração até então era primordialmente policial – pois era papel da polícia retirar das ruas e encaminhar menores abandonados e vadios, parte da população diversificada que habitava as ruas e ameaçava a ordem das cidades, para locais de internação. Entendia-se que a ação policial sobre menores fazia parte de um esforço de ordenação do espaço urbano.

Surgia a assim chamada “questão do menor”, cuja formulação e busca de soluções encontravam na esfera jurídica seu principal catalisador, pois exigiam políticas públicas renovadas para enfrentá-la. Observa-se, então, a criação do “menor” como categoria jurídica específica e que passa a simbolizar a parcela da infância que é abandonada ou delinqüente, filha da pobreza e percebida como potencialmente perigosa. Pode-se perceber este processo através de vários mecanismos; por exemplo, LONDOÑO (1992) chama a atenção para os primeiros empregos dados ao termo “menor”, afirmando que este e seu correlato menoridade foram inicialmente utilizados por juristas na determinação da idade como um dos critérios para definir a responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos. RIZZINI (1995) clareia essa idéia:

A infância foi nitidamente ‘judicializada’ neste período. Decorre daí a popularização da categoria jurídica ‘menor’, sem qualquer tipo de problematização nos debates da época. O termo ‘menor’ e suas várias classificações (abandonado, delinqüente, desviado, vicioso, etc.) foram naturalmente incorporados na linguagem, para além do círculo jurídico. (p. 115)

Para dar conta da “questão do menor” as propostas formuladas oscilavam entre dois pólos: ora o foco das discussões incide sobre a defesa da criança, que deve ser protegida; ora sobre a defesa da sociedade contra essa criança perigosa, que deve ser disciplinada e vigiada, já que representa “o futuro da nação”.

Aí estão os “homens de direito” e de “medicina”. Uns com a lei, outros com o remédio. Em ambos apenas uma certeza: a vontade de ter nas mãos o comando dos destinos dessa pobre nação. (SCHWARCZ, 1993, p. 238).

### I.3 – As Leis e o Juizado de Menores

Após falar da atuação de médicos e juristas, cabe aqui investigar um pouco mais de perto como se estabeleceu o alicerce legal, institucional e administrativo para garantir a assistência a menores no Brasil antes da promulgação do Código de Menores em 1927.

Após a Independência do Brasil em 1822, a atenção à infância e juventude se limitava aos casos de crianças órfãs e enjeitadas, resolvidos por meio da prática de recolhimento em “Casas dos Expostos” (ou “Rodas dos Expostos”, como também eram chamadas). Como já referido anteriormente, a responsabilidade de zelar pelos Expostos – os menores abandonados – ficou a cargo da iniciativa privada de cunho religioso e caritativo e os poderes públicos participavam dessas iniciativas unicamente com subsídios financeiros.

O interesse de cunho jurídico, nesse período, parece restrito ao Código Criminal de 1830, que estabelecia a responsabilidade penal para menores a partir de 14 anos. Já na segunda metade do século XIX, o interesse particular do Imperador D. Pedro II pela formação educacional de suas filhas se refletiu na legislação. Foram formulados Decretos<sup>33</sup> que tratavam do ensino primário e secundário e criavam escolas públicas. O Código Civil de 1853 faz referência aos menores abandonados e define que estes teriam tutores nomeados pelo juiz, ou seriam recolhidos a estabelecimentos públicos; na falta desses estabelecimentos, ficariam sob a tutela de pessoas que, voluntária e gratuitamente, se encarregassem da sua criação.

Neste mesmo período tomava corpo a legislação referente aos escravos e, em 1871, a Lei nº. 2040, que ficou conhecida como a Lei do Ventre Livre, estabelecia que a partir de então os filhos de escravos nasceriam libertos. RIZZINI (2000) chama a atenção para a importância desta lei, pois “crianças, cujos destinos eram traçados no âmbito restrito das famílias de seus donos, tornar-se-iam objeto de responsabilidade e preocupação por parte do Governo e de outros setores da sociedade (...)” (p. 15).

Sem querer diminuir a relevância desta lei para o movimento abolicionista, cabe deixar claro, porém, que na prática, pouquíssimas crianças ganharam efetivamente a liberdade por

---

<sup>33</sup> Em 1851, o Decreto nº. 630 reformava o ensino primário e secundário do Município da Corte; em 1854, Decreto nº. 1331A aprovava Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte; em 1863 o Decreto nº. 3183 permitia a admissão de meninos pobres no Collegio Macaúbas; em 1870 a Lei nº. 275 criava um collegio para meninos indígenas; e em 1874 o Decreto nº. 5532 criava dez (10) escolas públicas de instrução primária no Município da Corte.

conta da Lei do Ventre Livre. O texto da Lei estipulava algumas condições para tornar liberta a criança nascida de mãe escrava. A criança deveria ficar em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, que tinham a obrigação de criá-la e tratá-la até a idade de oito anos completos; a partir desta idade, o senhor da mãe tinha como opções: receber uma indenização do Estado, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos, como paga por tê-lo sustentado. Caso optasse pela primeira alternativa, o senhor deveria comunicar tal decisão ao governo no prazo de trinta dias, a contar daquele em que o menor chegou à idade de oito anos; assim o governo recebia o menor, e lhe dava destino, sendo a indenização pecuniária paga em títulos de renda. Se o senhor não fizesse esta declaração, ficaria entendido que optou por utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

Seguindo o caminho da primeira opção, segundo a Lei, o governo entregaria a associações por ele autorizadas (as mais comuns eram a Roda dos Expostos e os Recolhimentos) os filhos das escravas, nascidos desde a data da promulgação da lei, assim como os cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou os tirados do poder destes por sentença do juízo criminal, caso os senhores das mães os maltratassem ou lhes infligissem castigos excessivos. Estas associações teriam o direito de utilizar os serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos e poderiam ainda alugar os serviços destes, isto é, dá-los à soldada.

Mesmo assim, segundo RIBEIRO (1995), nas áreas de maior concentração de escravaria, após a promulgação da Lei do Ventre Livre, muitos foram os fazendeiros que mandaram abandonar as crias de suas negras nas estradas e vilas próximas, pois, não sendo estas mais um “bem” seu, não se sentiam na obrigação de alimentá-las. Por outro lado, a indenização que o governo oferecia não compensava os 13 anos de trabalho (dos 8 aos 21) de que ainda poderiam usufruir. Sendo assim, a maioria dos senhores de escravos optava por continuar com as crianças nascidas libertas (ou “ingênuas”, como eram chamadas). Percebe-se então que as cláusulas restritivas contidas na própria Lei evidenciavam que o “ingênuo” não havia perdido seu valor de mão-de-obra, pois seu valor-mercadoria foi habilmente substituído pelo valor-trabalho, seja a serviço do senhor da mãe, seja a serviço das associações (MATTOSO, 1992).

Basta, pois, fazer algumas contas para concluir que, quando da abolição, em 1888, as crianças supostamente libertas pela lei do Ventre Livre tinham, as mais velhas, 17 anos, ou seja, ainda trabalhavam, em sua maioria de forma escrava, pois ou estavam dadas à soldada



por alguma instituição de caridade autorizada pelo governo, ou ainda estavam servindo aos senhores de suas mães.

Como visto, com o advento da República implanta-se um projeto de construção da nação preocupado com a formação de indivíduos úteis para a sociedade e para o Governo. Neste sentido, a criança pobre passa a ser vista como um “magno problema” uma vez que era o futuro cidadão-trabalhador. Toma corpo a problemática da criança dita moralmente abandonada e delinqüente que se torna, então, alvo de vários tipos de intervenção assistencial. A assistência à infância deixa de ser somente uma questão de moral ou de benemerência e passa a ser, também, uma questão de política econômica do Estado. O poder público assume mais diretamente a responsabilidade por ações assistenciais. Assim, socorrer a criança pobre transformou-se em um dever do governo, principalmente em resposta a uma demanda econômica.

Já desde o início do século XX era amplamente aceita a idéia de que os menores deveriam ser educados em “instituições apropriadas” que, calcadas na razão científica, deveriam ter claros seus objetivos e seus métodos de trabalho, apresentando resultados palpáveis. As discussões e as práticas assistenciais voltadas para a infância desvalida eram marcadas pelo higienismo, e a política de atendimento priorizada pelo Estado republicano, seguindo a tradição das iniciativas caritativas, baseava-se na internação. Já funcionavam muitos institutos, reformatórios e escolas premonitórias e correccionais, que visavam recolher e educar os “menores abandonados e vagabundos”, a assistência preocupava-se em prevenir as desordens e recuperar os desviantes. (RIZZINI, 1995)

Tratava-se, pois, de substituir o modelo dos antigos asilos por escolas de trabalho, o aprendizado de uma profissão sendo o único instrumento capaz de tornar o menor desvalido em adulto válido para a sociedade.

Em 1906 o então deputado Alcindo Guanabara apresentou para discussão no Senado o primeiro projeto de lei visando organizar de “maneira definitiva e eficaz a assistência que o Estado deve aos menores abandonados e delinqüentes” (GUANABARA, 1917, p. 5). Este projeto foi rejeitado por um parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Em 1912, outro projeto de lei era apresentado para discussão na Câmara pelo deputado João Chaves e pelo senador Mendes de Almeida, inovando ao propor juízes e tribunais especiais para menores e afastando da área penal as resoluções sobre a infância abandonada e criminosa.

A discussão desses dois projetos caminhou lentamente e RIZZINI (1995) levanta duas hipóteses para explicar a demora na regulamentação dessa legislação especial para menores: “uma que realmente não constava das prioridades do Governo, (...); e outra que houve uma guerra mundial neste período, o que deve ter influenciado de forma a desviar as atenções sobre a urgência do problema da infância” (p. 124).

O conteúdo dessa proposta de legislação intervinha no Pátrio Poder, o que causava um ponto de resistência tendo em vista possibilitar uma intervenção direta no interior das famílias. Por outro lado, a discussão em torno dessa lei abriu brechas para a transferência do poder soberano sobre as crianças das famílias moral e materialmente incompetentes para o Estado. Desta forma, instalou-se um regime de tutela rígido, principalmente sobre as famílias pobres. Assim, a família se viu cada vez mais presa a uma rede de tutores sociais e especialistas: o juiz, o médico e o educador.

Foi com o novo fôlego adquirido nesse debate que em 1923 passou a fazer parte do quadro administrativo da Justiça a figura do Juiz de Menores, criada na reorganização pela qual passou a Justiça do Distrito Federal.

O Decreto 16.272, de 20 de dezembro de 1923, aprovou o Regulamento da Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes. Entre seus 104 artigos destaca-se o que criou “no Distrito Federal um Juízo de Menores, para assistência, protecção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados e delinquentes”. Nos 36 primeiros artigos se encontram presentes as definições de abandonado, vadio, mendigo, libertinos, além da regulamentação dos casos em que era possível a suspensão ou perda do Pátrio Poder e a destituição da tutela, assim como as medidas aplicáveis aos menores, fossem eles abandonados ou delinquentes. Os 68 artigos restantes, reunidos em parte especial, tratavam do funcionamento do Juízo Privativo dos Menores e dos procedimentos para instauração de processos. Além disso, criava um abrigo subordinado ao juízo, tratava dos institutos disciplinares e implantava o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores.

Em 1924, este Conselho foi regulamentado pelo Decreto nº. 16388, que assim definia suas finalidades:

- I – vigiar, proteger e collocar os menores egressos de qualquer escola de preservação ou reforma, os que estejam em liberdade vigiada e os que forem designados pelo respectivo juiz;
- II – auxiliar a acção do juiz de menores e seus commissarios de vigilancia;

- III – exercer sua acção sobre os menores na via publica, concorrendo para a fiel observância da lei de assistencia e protecção aos menores;
- IV – visitar e fiscalizar os estabelecimentos de educação de menores, fabricas e officinas onde trabalhem e communicar ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores os abusos e irregularidades que encontrar;
- V – fazer propaganda na Capital Federal e nos Estados, com o fim não só de prevenir os males sociaes tendentes a produzir o abandono, a perversão e o crime entre os menores, ou comprometter sua saúde e vida, mas também de indicar os meios que neutralizem os effeitos desses males.

Finalmente, em 1927, o Decreto 17943-A consolidava as Leis de Assistência e Proteção aos Menores e criava o Código de Menores, retomando e ampliando os pontos tratados nas legislações anteriores.

Contando com um total de 231 artigos, o Código de 1927 se dividia em duas partes: Geral e Especial. Na primeira, os artigos apresentados eram aplicáveis em todo território nacional, enquanto os da parte Especial se referiam especificamente à cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

É na parte Geral desse Código que se pode identificar uma série de definições que deixa perceber a tentativa de dar conta do maior número possível de situações envolvendo a infância e a juventude. Nela cria-se o Juízo de Menores e define-se sua competência, funcionamento e estrutura, seu quadro de funcionários e suas incumbências, além de estabelecer os procedimentos a serem seguidos nos processos.

É nessa Parte Geral também que os juristas, no intento de elaborar uma lei mais completa e clara, esquadrinham a parcela da infância para a qual se dirigiam. Estabelecem-se classificações para os menores, começando pela divisão por idades<sup>34</sup> e passando pelas categorias de “exposto”<sup>35</sup>, “abandonado”<sup>36</sup> – podendo ser moralmente ou materialmente

<sup>34</sup> Primeira idade – até 2 anos; segunda idade – de 2 a 7 anos; terceira idade – 7 a 14 anos e idade da puberdade – 14 a 18 anos.

<sup>35</sup> De acordo com o Art. 14 eram “considerados ‘expostos’ os infantes até sete annos de idade, encontrados em estado de abandono, onde quer que seja.” (MINEIRO, 1929, p. 33). Estes, apresentados pelas mães ou simplesmente abandonados nos “recolhimentos”, deveriam ser acolhidos em estabelecimentos de assistência, sendo, nos Arts. 15 a 20, proibido o sistema das “rodas” e estabelecidas normas de funcionamento de “asilos” ou “recolhimentos” destinados a criar essas crianças. Os Arts. 21 e 23 regulavam a situação de “expostos” que não eram entregues a “asilos” e ficavam então “sob a tutela das pessoas que voluntaria e gratuitamente se encarreguem de sua criação, ou terão tutores nomeados pelo juiz.” (MINEIRO, 1929, p. 36). Quem entregasse um “exposto” a qualquer pessoa sem o conhecimento da autoridade competente ou não o apresentasse à autoridade pública para as providências cabíveis, estava, de acordo com os Arts. 24 e 25, sujeito à pena de prisão por um a seis meses e à cobrança de multa.

<sup>36</sup> A lei estabeleceu no Art. 26 que “Consideram-se abandonados os menores de 18 annos: I – que não tenham habitação certa, nem meios de subsistencia, por serem seus paes fallecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou

abandonado, – “vadio”<sup>37</sup>, “mendigo”<sup>38</sup>, “libertino”<sup>39</sup>, além de definir as medidas a serem tomadas em cada um desses casos pelo Juiz, as quais resumiam-se na guarda, assistência, vigilância, educação e preservação dos menores, que poderiam ser encaminhados a estabelecimentos de assistência onde ficariam internados ou entregues à guarda de pessoas consideradas idôneas.

O Código também estabeleceu as condições para se retirar ou suspender o Pátrio Poder, para dar e destituir a tutela de alguém sobre uma criança, para a escolha de um guardião<sup>40</sup> e o que fazer quanto ao abandono e internação de crianças em estabelecimentos ou em companhia de um particular, determinando procedimentos legais e prazos, além da autoridade judicial nos casos de tutoria e guarda de menores.

Outras definições foram traçadas em relação aos menores delinquentes: diferenciações entre infante e adolescente, responsabilidade criminal, prisão e outros tipos de penalização, substituição do regime penitenciário pelo regime educativo-disciplinar, além de diferenciações entre pena e medidas de segurança. Esta parte tratava também de menores

---

por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam; II – que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; III – que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupilo ou protegido; IV – que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de actos contrários à moral e aos bons costumes; V – que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; VI – que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida; VII – que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam: a) – vítimas de maus tratos físicos habituais ou castigos immoderados; b) – privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; c) – empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde; d) – excitados habitualmente para a gatunice, mendicância ou libertinagem; VIII – que tenham pai, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível: a) – a mais de dois anos de prisão por qualquer crime; b) – a qualquer pena como co-autor, cúmplice, encobridor ou receptor de crime cometido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes” (MINEIRO, 1929, p. 37-38).

<sup>37</sup> Eram considerados “vadios” (Art. 28) os menores que: “a) vivem em casa dos pais ou tutor ou guarda, porém, se mostram refratários a receber instrução ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos; b) – tendo deixado sem causa legítima o domicílio do pai, mãe ou tutor ou guarda, ou os lugares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicílio, nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de ocupação immoral ou prohibida” (MINEIRO, 1929, p. 41)

<sup>38</sup> Já os ‘mendigos’ (Art. 29) eram “os menores que habitualmente pedem esmola para si ou para outrem, ainda que este seja seu pai ou sua mãe, ou pedem donativo sob pretexto de venda ou offerecimento de objectos” (MINEIRO, 1929, p. 44).

<sup>39</sup> Eram considerados ‘libertinos’ (Art. 30) os menores que habitualmente: a) – na via pública perseguem ou convidam companheiros ou transeuntes para a prática de actos obscenos; b) – se entregam à prostituição em seu próprio domicílio, ou vivem em casa de prostituta, ou frequentam casa de tolerância, para praticar actos obscenos; c) – forem encontrados em qualquer casa ou logar não destinado à prostituição praticando actos obscenos com outrem; d) – vivam da prostituição de outrem” (MINEIRO, 1929, p. 49-50).

<sup>40</sup> O guardião ou “encarregado de guarda” era definido no Art. 27 como “pessoa que, não sendo seu pai, mãe, tutor, tem por qualquer título a responsabilidade da vigilância, direcção ou educação d'elle, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia” (MINEIRO, 1929, p. 41).

anormais, da periculosidade do menor delinqüente, da prisão preventiva, da internação provisória e do segredo de justiça no processo e na audiência.

Quando trata do trabalho dos menores, o Código define a intervenção do Estado para regulamentar e fiscalizar o trabalho dessa faixa da população, estabelecendo a idade para admissão, a duração permitida da jornada de trabalho, além de uma série de outras disposições. Trata, também, da vigilância sobre o menor, permitindo à autoridade pública, encarregada de sua proteção, visitar qualquer lugar onde se encontrassem, procedendo a investigações em escolas, asilos e locais de trabalho, ou ainda em famílias que tivessem sido alvo de alguma denúncia. Define, também, condições para o acesso de menores a teatros, cinemas e casas de espetáculos e diversões. Foram ainda instituídas medidas de repressão a vários tipos de atentados contra a saúde e a moralidade dos menores, substituindo alguns artigos do Código Penal e definindo penalidades e multas a serem aplicadas.

O Código de Menores, concebido portanto com um escopo bastante amplo, detalha as atribuições da autoridade competente, o Juiz de Menores, assim como as prerrogativas do Juizado. Ao longo de seu texto, muitas situações são alocadas na esfera de ação do Juiz. Para demonstrar a abrangência da Lei, destaco o Art. 147 que versa sobre a competência do Juiz de Menores e se constitui de dezesseis incisos, dos quais ressalto os seguintes:

- I, processar e julgar o abandono de menores de 18 annos, nos termos deste Codigo e os crimes ou contravenções por elles perpetrados;
- II, inquirir e examinar o estado physico, mental e moral dos menores, que comparecerem a juizo, e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsaveis por sua guarda;
- III, ordenar as medidas concernentes ao tratamento, collocação, guarda, vigilancia e educação dos menores abandonados ou delinquentes;
- [...]
- VII, expedir mandato de busca e apprehensão de menores, [...];
- VIII, processar e julgar as infracções das leis e dos regulamentos de assistencia e protecção aos menores de 18 annos;
- [...]
- XI, fiscalizar o trabalho dos menores;
- XII, fiscalizar os estabelecimentos de preservação e de reforma, e quaesquer outros em que se achem menores sob sua jurisdicção, tomando as providencias que lhe parecerem necessarias;
- [...]
- XIV, exercer as demais atribuições pertencentes aos juizes de direito e comprehensivas na sua jurisdicção privativa;
- XV, cumprir e fazer cumprir as disposições deste Codigo, applicando nos casos omissos as disposições de outras leis, que forem adaptaveis ás causas civeis de sua competencia; [...]. (MINEIRO, 1929, p. 382).

Verifica-se, pois, que eram muitas e abrangentes as atribuições conferidas ao Juiz por meio desta Legislação. Ele concentrava funções dos três poderes: a assistência e a vigilância, próprias do Executivo; a produção de normas jurídicas, típica do Legislativo; e a aplicação da norma aos casos concretos, privativa do Judiciário, ao qual, de fato, estaria subordinado.

Embora a proposta de criação de um Juízo de Menores para o Distrito Federal tenha sido apresentada em 1906 no Projeto de Alcindo Guanabara, o Juízo Privativo de Menores do Rio de Janeiro – o mais antigo da América Latina, como já mencionado anteriormente – só foi criado em dezembro de 1923. O início efetivo de suas funções ocorreu em março de 1924, tendo em vista que o primeiro Juiz de Menores, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, foi empossado em fevereiro daquele ano.

De acordo com o Art. 37, era função do Juízo de Menores prestar “assistencia, protecção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados e delinquentes” (BRASIL, 1924, p. 371). Para tal, segundo o Art. 39, além do Juiz de Menores, contaria com o seguinte pessoal: “1 curador, que acumulará as funções de promotor; 1 medico-psiquiatra; 1 escrivão; 1 escrevente juramentado; 6 commissarios de vigilancia; 2 officiaes de justiça; 1 servente; 1 porteiro.” (BRASIL, 1924, p. 372).

A aprovação do Código de Menores, em outubro de 1927, alterou pouco o quadro de pessoal do Juizado; segundo o Art. 148, foi acrescido apenas o cargo de advogado e aumentado o número de escreventes juramentados (de um para quatro), de comissários de vigilância (de seis para dez) e de oficiais de justiça (de dois para quatro).

O período em que o Juizado esteve sob a direção do Juiz Mello Matos caracterizou-se pelo seu aparelhamento assistencial. Foram criados, no Distrito Federal, vários estabelecimentos de proteção à infância, como a Escola de Reforma João Luiz Alves, a Casa Maternal Mello Matos, o Recolhimento Infantil Arthur Bernardes, a Casa das Mãezinhas, o Instituto Sete de Setembro, o Abrigo de Menores, entre outros.

Com a morte de Mello Matos, em 1934, Burle de Figueiredo foi designado para este cargo e permaneceu à frente do Juizado de Menores até sua promoção para a Corte de Apelação em 1936. Foi durante sua gestão que ocorreu a primeira reorganização da estrutura do Juizado, com a criação do Laboratório de Biologia Infantil como um dos serviços auxiliares do Juízo de Menores do Distrito Federal. A criação e o funcionamento desse Laboratório serão discutidos mais detalhadamente em outro tópico deste capítulo.

Porém, foi só com o passar dos anos que o Juizado se estruturou administrativa e burocraticamente. Um corpo administrativo e organizacional foi criado aos poucos, viabilizando a aplicação da Lei. Concomitantemente, a rede de instituições foi sendo ampliada e, assim, foram surgindo outras engrenagens características da proteção do Estado que, postas a funcionar em torno do Juizado, possibilitaram uma ação mais efetiva. Porém o problema da falta de lugares em estabelecimentos adequados se mantém crônico e

(...) muitos dos encaminhamentos à soldada ou devoluções para famílias, guardas ou tutores são feitos por falta de vagas nas instituições disciplinares e patronatos agrícolas. Este problema se agrava grandemente com o passar dos anos. (OLIVEIRA, 2000, p. 72)

Não obstante, à medida que o Juizado se organizava, foi sendo delimitado seu campo de ação, redundando na produção de uma demanda específica. Assim, OLIVEIRA (2000), comentando o funcionamento do Juizado de Menores no período posterior à promulgação do Código, afirma que:

A impressão que se tem é a de que o Juízo atua menos como órgão capaz de solucionar questões judiciais a respeito da infância, mas, sobretudo, como instituição para prover assistência à criança proveniente de família sem recursos. É delegado ao Juízo o poder de solucionar inclusive casos de relacionamentos. O pai que se julga incapaz ou tendo esgotado seu arsenal disciplinar sobre a criança, a encaminha ao juiz. Este, por sua vez, tenta abarcar e solucionar todos esses problemas. (p. 71).

Produziu-se nesta época uma crença de que o Estado poderia, através do ensino proporcionado em seus estabelecimentos de internação, garantir a possibilidade de ascensão social e um futuro digno a seus filhos. Aumenta assim a demanda por internação<sup>41</sup> nas diversas instituições de assistência, solução pensada pelas políticas públicas da época como forma mais adequada de lidar com o problema da infância considerada desassistida.

O crescimento populacional, que ampliou o número de menores de 18 anos, aliado à péssima distribuição de renda do país, que afetava mais de perto as classes menos favorecidas, influenciou diretamente no aumento da população que buscava o Juizado para garantir acesso à proteção do Estado. Além disso, muitas famílias foram, gradativamente, sendo conduzidas

---

<sup>41</sup> Dados sobre o aumento do número de pedidos de internação podem ser encontrados nos levantamentos estatísticos do movimento do Juizado de Menores apresentados pelos Juizes em relatórios ao Ministério da Justiça. Ver: LIMA, 1937 e 1939; GUSMÃO, 1941, 1943 e 1944; RUSSEL, 1947, 1948, 1950 e 1952.

a se perceberem como incapazes de criar seus filhos seja pela miséria em que viviam, seja pelo sentimento de incompetência então criado. NASCIMENTO & BULCÃO (2002) afirmam que, através dos “discursos competentes” e das práticas de moralização e culpabilização utilizadas pelo aparato institucional ligado ao Juizado de Menores, os espaços de assistência especializados constituíram um processo de desqualificação das formas de vida das famílias pobres, que produziu e reforçou a produção de subjetividades incompetentes, de famílias incapazes de solucionar seus problemas.

Um destes espaços de esquadramento do menor foi o Laboratório de Biologia Infantil. Este Laboratório é especialmente interessante para os objetivos deste trabalho, pois contava com um serviço de psicologia, onde encontramos, pela primeira vez, a presença explícita do “psicologista”, normalmente pedagogos que haviam se especializado em psicologia, seja por cursos de pequena duração, seja por autodidatismo.

## **I.4 – O Laboratório de Biologia Infantil**

Criado em 1935, e posto a funcionar de fato a partir de julho de 1936, nas dependências da desativada Seção Feminina do Instituto Sete de Setembro<sup>42</sup>, o Laboratório de Biologia Infantil (L.B.I.) se efetivou como um dos serviços auxiliares do Juízo de Menores do Distrito Federal.

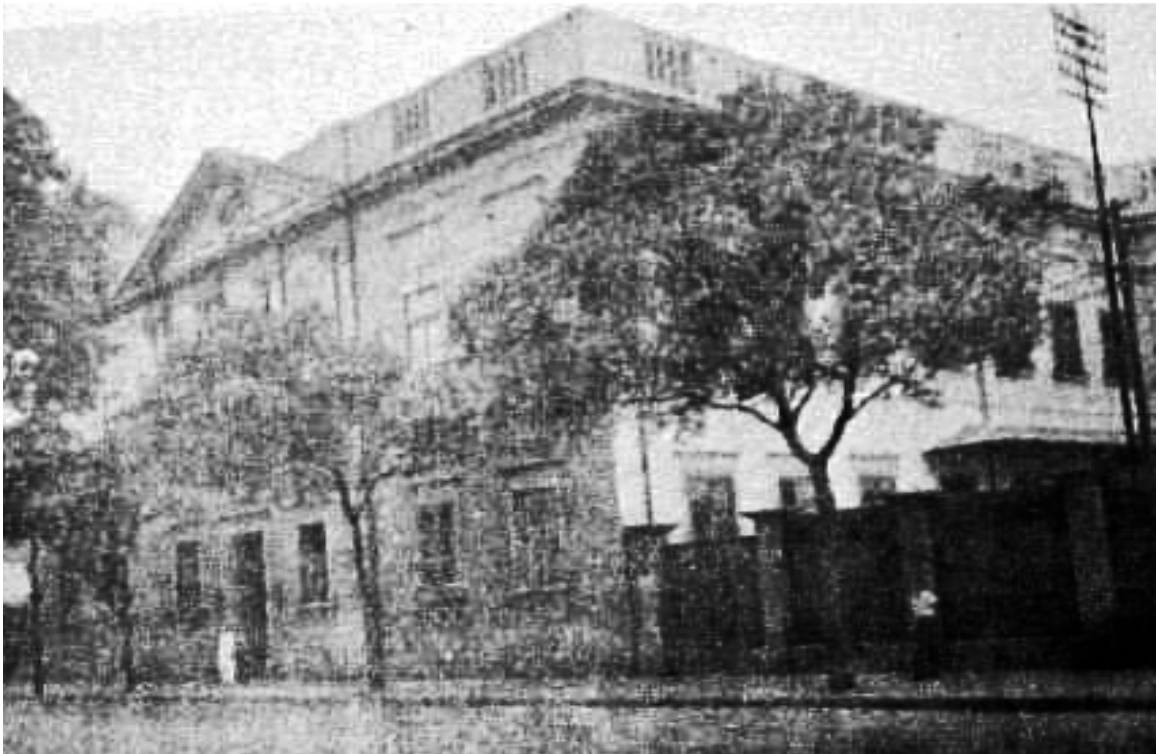
O Laboratório de Biologia Infantil foi criado por portaria do então Juiz de Menores, Dr. José Burle de Figueiredo, de acordo com autorização do Sr. Ministro da Justiça, usando da faculdade conferida pelos arts. 131 do Código de Menores e 3º da Lei n. 63, de 13 de junho de 1935 e deveria compreender os seguintes serviços:

- A- Identificação e photographia a que serão submetidos todos os menores apresentados ao Juizo;
- B- Exame medico-anthropologico;
- C- Psychologia e orientação profissional;
- D- Centro de estudos e formação social. (LIMA, 1937, p. 28)

---

<sup>42</sup> O Decreto n. 18.923, de 30 de setembro de 1929, dá ao Abrigo de Menores do Distrito Federal, criado juntamente com o Juízo de Menores em 1923, a denominação de Instituto Sete de Setembro.





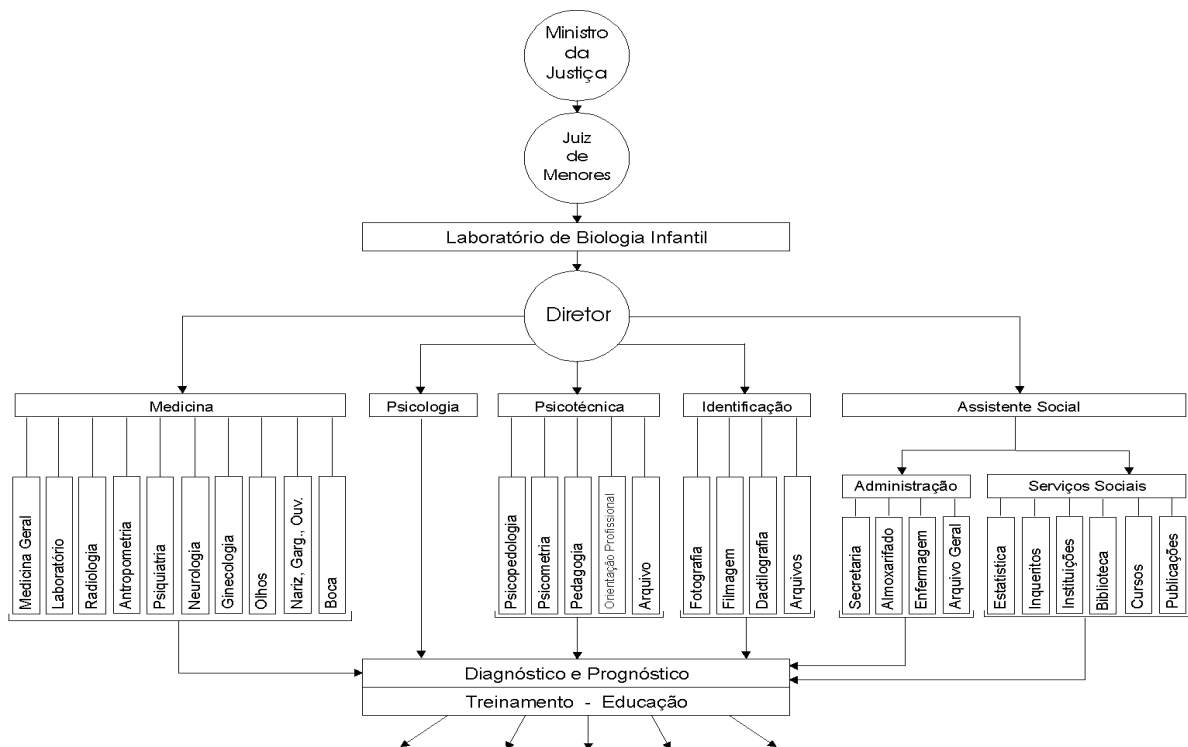
**Figura 3** – Edifício do Laboratório de Biologia Infantil.  
Fonte: RIBEIRO, 1937A.

O Laboratório foi organizado por Leonidio Ribeiro<sup>43</sup>, seu primeiro diretor, que o concretizou nos moldes do Centro Médico de Observação de Roma, sendo seu funcionamento influenciado pelos trabalhos realizados no Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, também dirigido por Ribeiro nesta época. No período de 1936 a 1937, sob sua direção, o Laboratório priorizou práticas médicas legais de identificação e fichamento das crianças para lá encaminhadas pelo Juiz de Menores.

Consonante com a finalidade de conhecer, estudar e classificar os menores encaminhados pelo Juizado de Menores, o L.B.I. contava com departamentos de medicina, psicologia, psicotécnica, identificação e assistência social como o gráfico/organograma elaborado por RIBEIRO (1937A) – para ilustrar o mecanismo de funcionamento do Laboratório – permite observar.

---

<sup>43</sup> Leonidio Ribeiro (1893-1976), renomado médico-legista, em 1925 tornou-se docente concursado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em 1931 foi convidado para implementar reformas e chefiar o antigo Gabinete de Identificação que passaria, então a se chamar Instituto de Identificação, o qual dirigiu até 1944. Em 1933, ganhou o prêmio Lombroso. Em 1951 fez parte do grupo de fundadores do Instituto Internacional de Criminologia, nesta época dirigiu o Instituto Larragoiti, da Companhia Sul América.



**Figura 4** – “Graphico mostrando o mecanismo de funcionamento dos diversos departamentos e secções do Laboratório de Biologia Infantil do Juízo de menores do Rio de Janeiro”.  
Fonte: RIBEIRO, 1937A.

Visando fornecer as bases científicas para o tratamento médico-pedagógico do menor, garantindo ferramentas que possibilitassem ao Juizado de Menores atuar mais eficientemente em suas funções de encaminhá-lo aos estabelecimentos disponíveis, o Laboratório inaugurou uma rotina médico-científica de estudo, tratamento e assistência no âmbito de instituições criadas para reprimir, cuidar e curar a infância dita “abandonada e delinqüente”.

O primeiro procedimento para atender os menores encaminhados ao Laboratório consistia em sua identificação e, para isso, além da fotografia e da impressão digital do menor, eram realizados exames antropométricos, onde medidas do crânio, de ossos do tronco e da arcada dentária eram minuciosamente anotados seguindo a importância dada à época à antropologia física. Em seguida eram realizados os exames clínicos – quando o menor poderia ser examinado por psiquiatras, neurologistas, ginecologistas, otorrinolaringologistas, oftalmologistas e dentistas – e os exames psicotécnicos – que combinavam métodos pedagógicos e testes psicológicos e visavam a orientação profissional. Nas palavras do próprio RIBEIRO (1937B)

O exame medico capaz de descobrir as doenças dos menores abandonados ou criminosos, para tratá-las convenientemente não

seria, porém, suficiente para decidir sobre o seu destino definitivo. (...) A contribuição da *psychologia* e da medicina pode ir muito mais longe, em serviços e medidas praticas que lhe serão uteis durante a existencia inteira. Quero referir-me ao exame *psychotecnico* que permite ao individuo escolher uma profissão, de acordo com suas tendências naturaes. (...) Vê-se, assim, que as grandes linhas da obra de reabilitação social das crianças deformadas, *physica* e moralmente, so podem ser traçadas dentro do quadro da medicina e por meio dos conhecimentos fornecidos pelo exame *medico-psychologico*. (p. 174).

O Laboratório contava com importantes personalidades da época em seu quadro de funcionários: Leme Lopes<sup>44</sup> chefiava o Departamento de Psicopatologia e Lourenço Filho<sup>45</sup> figurava como responsável pela Seção de Psicotécnica.

A Seção de Psicotécnica tinha dois funcionários – Maurílio Braga de Carvalho e Helena Palladini Cardoso<sup>46</sup> –, segundo RIBEIRO (1939) “Dois professores (...) encarregados de aplicar os diferentes testes psicológicos, a fim de poder aconselhar as profissões mais adequadas e que devem ser preferidas pelos menores, após as provas necessárias” (p. 125). OLIVEIRA (2000) identificou quatro métodos utilizados para a determinação dos interesses: observação do comportamento, avaliação da reação quando estimulados centros de interesse específicos; testes e inquéritos; e método misto. Segundo a autora, os testes e inquéritos eram os mais utilizados no L.B.I. “por serem mais rápidos e cômodos, pois podem ser aplicados individual e coletivamente”, sendo ainda mais interessantes em relação aos outros métodos “por sofrerem pouca influência do pesquisador” (p. 105).

Segundo RIBEIRO (1939), no Laboratório de Biologia Infantil

Cada assistente faz um resumo do resultado de suas pesquisas em fichas especiais estandartizadas e numeradas, das quais guarda uma cópia, no seu serviço, enviando as restantes à Diretoria, onde são estudadas, confrontadas e reunidas, em *dossier* geral, depois de fixadas as conclusões biológicas, médicas e psico-pedagógicas. (p. 125)

---

<sup>44</sup> José Leme Lopes (1904-1990), médico psiquiatra carioca, foi catedrático de Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil.

<sup>45</sup> Manuel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), educador, adepto das teorias da Escola Nova e diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foi um dos mais importantes nomes na consolidação da Psicologia no Brasil. Liderou o processo que resultou na regulamentação da profissão e implementação dos cursos específicos para a formação do psicólogo. Mais informações, ver CAMPOS, 2001.

<sup>46</sup> Não foi possível reunir informações que possibilitassem construir uma biografia de Maurílio Braga de Carvalho e Helena Palladini Cardoso.

Na pesquisa exploratória<sup>47</sup>, realizada em processos tramitados no Juizado de Menores do Rio de Janeiro, no período de 1924 a 1940, foi possível localizar algumas destas fichas. Como a de número 12 tem como título “Conclusão”, suponho que o jogo completo era composto de 12 fichas, porém nenhum processo apresentou todas estas fichas. Consegui identificar as seguintes:

- 1 – Boletim de Identidade,
- 3A – Medicina Infantil,
- 4 – Laboratório,
- 5 – Oto-Rino-Laringologia,
- 6 – Oftalmologia,
- 7 – Boca,
- 8 – Neurologia,
- 12 – Conclusão.

As que mais freqüentemente estão presentes nos processos são as de números 1 e 12, que reproduzo a seguir:

**LABORATORIO DE BIOLOGIA INFANTIL**  
JUIZO DE MENORES DO DISTRITO FEDERAL

**BOLETIM DE IDENTIDADE**

de [REDACTED]

Registro geral 1311

Côr. Preta Sexo. Masculino Idade. 10 anos

Naturalidade. D. Federal

Filho de [REDACTED]

e de [REDACTED]

Data da identificação. 23 de Maio de 1928

DIRETOR

**Figura 5** – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 1 “Boletim de Identidade” (frente).  
Fonte: Processo 886/1938.

<sup>47</sup> Ver no Apêndice 1 algumas informações relativas aos processos pesquisados. Todos os nomes que aparecem nos extratos dos processos são fictícios, respeitando as disposições legais do Estatuto da Criança e do Adolescente nos artigos 143: “vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional (...) vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome”; e 247, que proíbe “divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente a que se atribua ato infracional”.

9.7  
886-38

F. D. *V 43/3*  
*F 2002*

POLEGARES

DIREITO	ESQUERDO

ASSINATURA DO IDENTIFICADO *Angela*

*Amândia*  
Chefe de Seção de Identificação

**Figura 6** – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 1 “Boletim de Identidade” (verso).  
Fonte: Processo 886/1938.

**LABORATÓRIO DE BIOLOGIA INFANTIL**

C.L. **CONCLUSÃO** *P 886-38* **12**

Dr. V. B.

Registro geral - 1311 Idade 10a. Cór - preto

Nome - ~~XXXXXXXXXXXX~~

Nacionalidade - Distrito Federal

Procedência - Inst. 7 de Setembro

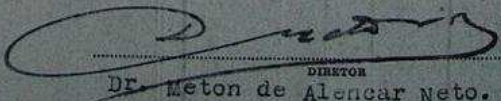
HISTÓRIA - Internado pela mãe, que vive separada do marido, por falta de recursos.

**Figura 7** – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 12 “Conclusão” (frente).  
Fonte: Processo 886/1938.

DIAGNOSTICO: - 1) R. de Wassermann, negativa  
 2) Prova de Von Pirquet, positiva  
 3) Infecção tuberculosa latente  
 4) 4 caries dentarias  
 5) Analfabeto  
 6) Sub-normal no limite da debilidade mental.

INDICAÇÕES: - 1) Tratamento dentario  
 2) Estagio em preventorio  
 3) Regimen escolar especial  
 4) Transferencia para preventorio.

Rio de Janeiro, ..... 23 de Maio de 1938. ....

  
 DIRETOR  
 Dr. Meton de Alencar Neto.

**Figura 8** – Laboratório de Biologia Infantil – Ficha 12 “Conclusão” (verso).  
 Fonte: Processo 886/1938.

Nos processos pesquisados não há indícios referentes aos meios utilizados para se alcançar os diagnósticos apresentados no que se refere à psicologia, porém OLIVEIRA (2000) conseguiu identificar, a partir da análise dos **Anais do Laboratório de Biologia Infantil**, renomeado para **Anais do Instituto Sete de Setembro**, que os testes de Barragem de Pressey, de May e Hartshorne e de Fernald-Jacobson foram utilizados no Laboratório. Segundo a autora, a indicação de tratamento para os casos onde era diagnosticado algum tipo de “anormalidade mental” relacionava-se com métodos educacionais, como o ensino profissional; no entanto, o encaminhamento dado era sempre a internação em instituições disciplinares não sendo realizado qualquer tipo de intervenção psicológica ou educacional.

Apesar do destaque dado à orientação profissional dos menores, no Relatório que resume os trabalhos do L.B.I. no ano de 1936 (RIBEIRO, 1938) nenhum comentário é feito a este respeito. O relatório restringiu-se a comentar a necessidade do fornecimento de medicamentos e do material necessário para tratar das doenças físicas diagnosticadas em quase todos os menores examinados e da organização de “classes de anormaes”, uma no próprio Laboratório e outra na Escola de Débeis da Quinta da Boa Vista, visto que verificaram “a grande freqüência de menores anormaes, analfabetos ou atrasados, que

precisam de métodos especiais de educação, ao lado do tratamento rigoroso de suas doenças físicas” (p. 211).

Surgido no âmbito da medicina legal e da polícia, o L.B.I. transitou rapidamente da identificação dos menores para a pesquisa, respondendo à necessidade de estudos e pesquisas científicas para um melhor conhecimento do “problema do menor” dando novas características ao exercício das funções do Juízo de Menores.

O Laboratório refletia a influência de princípios da eugenia: nos encaminhamentos que fazia ao Juiz de Menores, a maioria indicava a internação do menor, pois, compreendendo a criminalidade e a delinqüência como doenças que poderiam ser transmitidas pelo ambiente social, sugeriam que a criança fosse afastada do ambiente familiar, por ser este normalmente considerado nocivo, para que ela pudesse se transformar em um ser adulto saudável e útil à sociedade.

Por ser uma repartição autônoma, diretamente vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a criação do Laboratório não alterou o quadro funcional do Juizado, embora uma nova gama de profissionais tenha sido incorporada. Eram educadores, psiquiatras e enfermeiros que ocupavam vários cargos, dentre os quais destaca-se o de psicólogo(a) ou “psicologista” que, à época, poderia ser exercido por profissionais de qualquer especialidade que, normalmente, eram autoditadas em psicologia ou haviam feito cursos de especialização na área, uma vez que não havia estabelecimentos de formação de psicólogos<sup>48</sup>.

Em 1938 ocorreu uma sutil mudança na feição do Laboratório, por sugestão do Dr. Sabóia Lima (Juiz de Menores) aprovada por Francisco Campos (Ministro da Justiça e Negócios Interiores): foi anexado ao Instituto Sete de Setembro, ficando ambos sob a direção do médico pediatra Meton de Alencar Neto. Embora essa anexação tenha sido realizada em 1938, somente seria regulamentada através do Decreto-Lei n. 1.797, de 23 de novembro de 1939.

Esta mudança deveu-se às críticas das quais o Laboratório era alvo, uma das mais severas dirigindo-se ao fato de ter se tornado um órgão exclusivo de pesquisa cujas orientações não

---

<sup>48</sup> O primeiro curso de psicologia no Brasil foi criado no ano de 1953 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a profissão de psicólogo só foi regulamentada em 1962 pelo Decreto-Lei nº. 4.119. Segundo COIMBRA (1995), “no eixo Rio-São Paulo, em 1965, funcionavam seis cursos de Psicologia: três em universidades privadas e três em universidades públicas”. (p. 116).

podiam ser seguidas, pois não havia um órgão de execução adequadamente aparelhado. A fala do Juiz Sabóia LIMA (1937) a este respeito é bem ilustrativa:

O meu ilustre antecessor [Dr. Burle de Figueiredo] declarou que a criação do Juízo de Menores em 1924 foi grave erro, sem a concomitante organização administrativa e técnica dessa assistência social. O mesmo posso repetir quanto á criação do Laboratório de Biologia Infantil, desde que o Juízo de Menores está completamente desaparelhado para seguir as conclusões dos laudos, que não teem utilidade pratica. (p. 31).

Ou seja, a descontinuidade dos serviços de assistência e a falta de estabelecimentos que pudessem cumprir as determinações do Laboratório acabaram por transformá-lo em um “instituto de ciência pura”, já que o Juízo não era capaz de seguir adequadamente suas recomendações por não dispor de estabelecimentos como hospitais, instituições de ensino, etc. Dessa forma, a anexação do Laboratório ao Instituto Sete de Setembro acabou por beneficiar o Instituto, com a incorporação do aparelhamento técnico classificatório de que dispunha o Laboratório de Biologia Infantil. Por outro lado, beneficiou os menores, pois permitiu que algumas doenças diagnosticadas pelo Laboratório, tais como sífilis, verminoses, “tuberculose latente”, doenças da garganta e dos ouvidos, fossem tratadas na enfermaria do Instituto.

Não ocorrem mudanças significativas nos serviços oferecidos pelo antigo Laboratório de Biologia Infantil após sua incorporação ao Instituto Sete de Setembro, porém algumas transformações no quadro de pessoal indicam a adoção de novos procedimentos. Os exames de psicologia, pedagogia e clínica médica conquistaram território e o serviço de assistência social passou a ser reconhecido como aspecto central para o tratamento de crianças abandonadas e delinqüentes.

## **I.5 – A Ação Policial: menores no alvo**

A polícia, um dos agentes de controle da “ordem pública” nas cidades, sempre teve como uma de suas tarefas a vigilância da população virtualmente suspeita de qualquer crime ou contravenção. De acordo com VIANNA (1999) era parte da rotina policial, no começo do século XX, recolher, receber ou responder pela internação de menores, ação que era parte de um esforço mais amplo de ordenação do espaço urbano do qual a polícia participava de forma



ativa através da detenção de vadios e mendigos de qualquer idade. Mas no caso de serem menores de idade a polícia

... tinha sempre em seu horizonte a intervenção, o julgamento ou a recondução para um universo de controle privado, fosse ele dado pela própria família originária ou por outros indivíduos a quem era transferido esse controle (...). (p. 153)

Como vimos, com a criação do Juizado de Menores em 1923, passa a ser competência do Juiz de Menores processar e julgar o abandono de menores e os crimes ou contravenções por eles perpetrados, cabendo a ele ordenar as medidas concernentes ao tratamento, colocação, guarda, vigilância e educação destes menores. Retira-se, assim, da polícia o poder discricionário de intervir sobre o menor e suas redes de relação, que havia se legitimado no exercício cotidiano de recolhimento e identificação de menores.

Dentre os processos pesquisados, 39 foram abertos por encaminhamentos feitos por Delegados de Polícia e, nestes, a maior parte tratava de menores detidos por policiais para terem seu “destino” decidido, como mostram alguns extratos de processos:

Faço apresentar a V.Exa. para se digne dar-lhe o conveniente destino, o menor Severino, de 13 anos de idade, filho de Pedro e Ana, residentes em São Paulo, de onde veio, segundo allega, em companhia de um individuo, que o abandonou, furtando-lhe, ainda, algum dinheiro. (Petição Inicial – Processo nº. 107/24).

Tenho a honra de fazer apresentar a V.Ex., para ter o conveniente destino, o menor de 15 anos de idade, Jeremias, que se encontra em completo abandono nesta Cidade, sem família e sem um tecto para se abrigar. (Petição Inicial – Processo nº. 299/26).

Faço apresentar a V.Excia. afim de dar o conveniente destino, o menor Heitor, o qual vive perambulando nas ruas deste districto, na pratica de diversos furtos. (Petição Inicial – Processo nº. 350/32).

Estas petições trasformavam-se em processos e transcorriam geralmente com os seguintes despachos: “interne-se”, “ouça-se o menor que será internado”, “interrogado, recolha-se”.

Era tão grande a interação entre as Delegacias, onde o recolhimento e a identificação de menores foi consolidada e legitimada enquanto função específica da polícia, e o Juizado de Menores, responsável pela assistência, proteção, defesa, processo e julgamento de menores abandonados e delinquentes, que foi criado um Serviço de Fiscalização e Repressão à

Mendicância e Menores Abandonados, fruto da iniciativa de Filinto Müller<sup>49</sup> – Chefe de Polícia de 1933 a 1942 – e de Sabóia Lima – Juiz de Menores, serviço que fica conhecido como Delegacia de Menores<sup>50</sup>. A partir do ano de 1937 encontram-se alguns processos abertos por esta delegacia, porém o recolhimento de menores não lhe era exclusivo e outras delegacias continuaram encaminhando menores ao Juizado. Apesar dessa interação, é revelador o conteúdo de um despacho feito por Sabóia Lima em resposta à petição feita pela Delegacia do 21º Distrito Policial, onde ele afirma que:

Os pedidos de internação devem ser feitos diretamente a este Juízo e não por intermédio da Polícia. Si Hernesto quer internar o seu filho, apesar de não haver vaga, requeira. (Despacho do Juiz de Menores – Processo nº. 850/37).

Nota-se que a intervenção das Delegacias não era bem vinda pelo Juiz em caso de internação feita por solicitação do responsável, casos em que o pedido deveria ser encaminhado diretamente ao Juizado de acordo com definições do Código de Menores que, quando deste despacho, já se encontrava em vigência há 10 anos. Isto indica que o Juizado ainda não estava consolidado frente à população como lugar para onde deveriam ser encaminhados os pedidos de internação, mantendo-se a Delegacia de Polícia como referência para solução desse problema.

Por outro lado, em casos que envolvessem crime ou contravenção a intervenção das Delegacias é mais que bem vinda, é necessária. Já desde o Código Penal de 1890 estava previsto entre os crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor o de “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude” (art. 267). CAULFIELD (2000), em seu estudo sobre a honra no cotidiano da população carioca, afirma que “durante as décadas de 1920 e 1930, a cada ano,

---

<sup>49</sup> Filinto Strubling Müller (1900-1973), político e militar mato-grossense, uma das mais polêmicas e controvertidas figuras da política nacional, comandou violenta repressão aos opositores do Estado Novo; de 1931 até 1944 dirigiu os destinos da polícia do Distrito Federal, neste período, entre outros órgãos, criou a Inspeção Geral de Pesquisas Científicas, a Inspeção Geral de Polícia e a Polícia Especial. Com a redemocratização de 1945, elegeu-se senador por seu estado em várias legislaturas; depois do golpe militar de 1964, foi um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime.

<sup>50</sup> Em 16 de janeiro de 1937, Sabóia Lima – Juiz de Menores – encaminha ofício ao Chefe de Polícia solicitando “que a Polícia centralizasse todo o movimento de menores sob a direção de uma autoridade policial” (LIMA, 1937, p. 171). Respondendo a esta solicitação, Filinto Muller, então Chefe de Polícia, baixou no dia 18 de janeiro de 1937 uma portaria na qual resolve “Criar, directamente subordinado a esta Chefia, o Serviço de Fiscalização e Repressão á Mendicancia e Menores, em substituição ao Serviço de Fiscalização e Repressão á Mendicancia.” (p. 172) e designou o Dr. Jayme de Souza Praça para superintender este Serviço que teve sua “jurisdição prorrogada para todo Distrito Federal, com competência para processar todos os casos puníveis em relação a mendigos e menores e ordenar as providências necessárias para a boa execução dos serviços que lhe estão affectos, mantendo entendimentos com o Juiz de Menores nas questões de sua competência” (p.173).

aproximadamente 500 famílias, a maioria pertencente à classe trabalhadora, recorriam à Polícia do Rio de Janeiro porque suas filhas haviam sido defloradas” (p.24). E é em conformidade com essa afirmação que se encontram entre os processos abertos pela polícia vários casos de “desvirginamento”, “estupro”, “defloramento” e “atos de libidinagem”.

Nestes casos, um processo crime era iniciado e tramitava na Delegacia de Polícia onde a queixa fora registrada; entretanto, quando do envolvimento de menor de idade, fazia-se necessário comunicar ao Juiz de Menores para que este designasse um Tutor ou Curador para acompanhar o processo junto à Delegacia, o que resultava na abertura de outro processo, que tramitava no Juizado de Menores.

Geralmente estes processos eram abertos na esperança de que as autoridades forçassem os defloradores a se casar, pois “o homem que roubasse a virgindade de uma moça honesta tinha a obrigação de ‘reparar o mal’ com o casamento” (CAULFIELD, 2000, p. 40), o que se vê no Processo nº. 1350/29, aberto a pedido da Delegacia do 30º Distrito Policial:

Faço apresentar a V.Excia. a menor Isaura, para que lhe seja nomeado tutor ad-hoc, que acompanhe a ação criminal, contra Fernando, deflorador da referida menor, que é orphã de pae, encontrando-se sua progenitora no Estado de Minas Geraes, declarando a menor ter 15 annos de idade, completados em 19 de agosto do anno corrente. (Petição Inicial – Processo nº. 1350/29)

Em resposta a essa solicitação o Juiz nomeia Tutor ad-hoc e ordena que “proceda-se ao exame de corpo de delito” e que Isaura seja internada no Abrigo de Menores. CAUFIELD (2000) comenta, ainda, que quase todas as moças afirmavam que os defloradores haviam feito promessas de casamento, exatamente o que encontramos nas declarações prestadas por Isaura ao escrivão do Juizado de Menores:

(...) que ha três mezes mais ou menos conheceu Fernando, de quem ficou noiva, pretendendo com elle casar brevemente; (...); que no ultimo domingo foi levada por Fernando para sua casa, onde reside com outros rapazes, tendo ali, sob promessa de casamento deflorado a depoente; (...). (Processo nº. 1350/29)

E este caso encerra-se com a “reparação do mal” pela via do casamento, que foi autorizado pelo Juiz após o seguinte pedido:

Fernando, servente de pedreiro, analfabeto, residente (...), tendo deflorado a menor Isaura, a qual foi apresentada a V.Excia. para lhe ser nomeado tutor ad-hoc para a menor, o que foi feito na pessoa do Dr. Custodio José de Castro, e apos a mesma ter sido recolhida ao

Abrigo de Menores Secção Feminina, e como o peticionário deseje casar-se com a dita menor, reparando assim o mal, requer a V.Excia. ordene a respectiva licença para o seu casamento com a dita menor. (Processo n.º. 1350/29)

Esse mesmo funcionamento ocorria em processos com pedidos de alvará para casamento, um exemplo é o processo a seguir:

Fabiano, tendo deflorado a menor Délia, de 17 annos de idade e desejando com ella contrair matrimonio, requer a V.Ex. o consentimento para tal fim. (Petição Inicial – Processo n.º. 392/30)

O Juiz despacha o processo pedindo que prestassem declarações o suplicante e a menor:

[Fabiano] (...) declarou que é noivo da menor Délia, com dezessete annos de idade incompletos, orphã de Paes; que deseja reparar o mal causado a mesma menor, contraindo matrimonio com ella; que conhece a pessoa por quem foi a menor alludida criada, vivendo a mesma em companhia dessa senhora, que se chama Aparecida; que não conhece parentes da sua noiva. E mais não disse e nem lhe foi perguntado. (Processo n.º. 392/30)

[Délia] (...) declarou que é orphã de Paes; que mora com uma senhora que a creou desde pequena, de nome Aparecida, moradora á rua acima citada; que deseja se casar com seu noivo Fabiano, conhecendo-o ha um anno e três mezes; que não tem parentes nesta capital. E mais não disse e nem lhe foi perguntado. (Processo n.º. 392/30)

O Curador de Menores opina pela declaração de abandono da menor Délia e não se opõe ao alvará requerido. O pedido é assim deferido e o alvará de consentimento do casamento é expedido pelo Juiz. CAUFIELD (2000) chama a atenção para o fato de que havia grande debate no campo jurídico sobre honra nos diferentes âmbitos da lei, mas, dado o consenso de que a família era a base da nação e o espaço onde se produziria uma força de trabalho dedicada, honesta e disciplinada, não é de estranhar que o defloramento deveria ser punido, pois uma vez que a mulher perdesse a virgindade estaria correndo grave risco de cair na prostituição.

## I.6 – O Mecanismo de “Abandono Compulsório”

De acordo com a definição do Decreto 16272/23 em seu art. 46, “o processo para verificação do estado de abandono de menores é summarissimo”, e poderia transcorrer conforme os seguintes procedimentos:

§ 1º Este processo póde começar ex-officio, por iniciativa do curador, a requerimento de algum parente do menor, ou por denuncia de qualquer pessoa.

§ 2º Instaurado o processo por uma das fôrmas indicadas no paragrapho precedente, será notificado o pae, a mãe, o tutor ou encarregado da guarda do menor, para comparecer em juízo, no prazo de 48 horas, assistir á justificação dos factos allegados, com intervenção do curador, e apresentar sua defesa.

§ 3º Se quizer o juiz mais amplos esclarecimentos, como exame pericial, ou outros, ordenará sua execução no mais curto prazo.

§ 4º Com as provas produzidas, irão os autos á conclusão do juiz, que, depois de ouvir o curador, proferirá sentença.

§ 5º Da sentença caberá appellação para a Côrte de Appellação, recebida sómente no effeito devolutivo.

Por sua vez, o Juiz Sabóia LIMA (1937), em seu relatório sobre o funcionamento do Juizado no ano de 1936, diz que:

Os processos de abandono e consequentemente internação exigem trabalho do cartorio que tem que providenciar para o exame medico-pedagogico a realizar-se pelo medico do Juizo, aos exames de Laboratorio de Biologia Infantil e a remessa dos autos ao comissario designado para proceder ás investigações. (p. 9)

Foi interessante perceber, nos processos pesquisados, como a declaração de abandono de menores, necessária para realização de qualquer tipo de intervenção do Estado, foi se modificando com o tempo e se transformando num procedimento quase que automático.

Nos primeiros anos do funcionamento do Juizado, o procedimento para a declaração do abandono visando posterior internação vinha precedido por uma investigação realizada por um Comissário de Vigilância a pedido do Juiz. Somente após a apresentação de um relatório favorável por parte do Comissário é que o Juiz decretava o abandono.

O pedido de internação junto ao Juizado de Menores foi muito utilizado por mães pobres e sem recursos para garantir a sobrevivência de seus filhos e, se possível, prepará-los para

“enfrentar o mundo”, o que significava garantir uma educação que permitisse sua inserção no mundo do trabalho. Alguns extratos de processos confirmam essa hipótese:

Márcia Cristina, mãe do menor Alberto filho de um soldado do Corpo de Bombeiros desta Capital morto durante a epidemia que assolou esta cidade no ano de 1918 não possuindo meios para a manutenção e educação de seu filho que conta 7 anos de idade vem requerer a V. Exia. que se digne mandar interná-lo em estabelecimento de onde possa sahir para ser útil á Pátria. (Petição Inicial – Processo nº. 2/27).

Baseado no resultado final das investigações por mim efetuadas, que vieram demonstrar não possuir a requerente de fls. 2, os necessários recursos econômicos para manter e educar o menor seu filho, que motivou o seu pedido de internação, além do mesmo ser muito desobediente e de índole rebelde, o meu conceito é favoravel ao desejo daquela senhora, por julgar a internação do menor um amparo de inteira justiça. (Relatório da Investigação do Comissário de Vigilância – Processo nº.436/35)

Seu pedido se prende ao fato da menor ter alcançado idade de tomar uma educação especial, o que não pode manter a peticionaria, que luta com grande dificuldade econômica, visto, empregar-se como domestica em casa da família Cata-Preta, onde não pode ter a menor em sua companhia, bem como ter salario pequeno – (...) –, não podendo custear seus estudos. (Relatório da Investigação do Comissário de Vigilância – Processo nº. 23228/36)

Fica claro nos muitos processos abertos pelas mães das crianças, que elas, quase sempre, têm que manter a si e aos filhos sozinhas, sem a ajuda de um companheiro, por serem ou solteira, ou separada ou viúva, sendo a situação de pobreza a causa predominante nos pedidos de internação. Estas solicitações são feitas por mulheres que têm que trabalhar para garantir seu sustento e o de seus filhos, conseguindo empregos como doméstica, cozinheira, copeira, lavadeira, costureira ... enfim, no mercado semi-escravocrata de “funções destinadas à mulher”. Na maior parte dos casos, moravam com seus filhos em um só cômodo, ou na casa dos patrões ou em pensões e cortiços. Desta forma, viam-se mais cedo ou mais tarde colocadas em um impasse: ficavam com as crianças e passavam fome por falta de dinheiro, pois não conseguiam trabalho, ou iam trabalhar para obter alguma renda e não tinham onde deixar seus filhos. Um exemplo disto é o processo nº. 400/26, de petição inicial datada de 28 de junho de 1926, constando do seguinte texto:

Diz Estefânia, viúva, analfabeta, com 4 filhos menores, que, achando-se em extrema pobreza, para poder sustentá-los, necessita que Vossa. Ex. se digne providenciar para que seus dois filhos Alberto e Marcelo,

respectivamente com 10 e 12 anos de idade, sejam internados em um dos patronatos de menores existentes a esta cidade ou nos subúrbios.

Na investigação realizada pelo Sr. Joaquim da Silva Rosa – Comissário de Vigilância – a respeito da internação dos menores a pedido do Juiz Melo Mattos apensada ao processo no dia 23 de julho do mesmo ano, encontramos as seguintes informações:

A mãe dos menores, (...), não tem recurso algum e por isso não pode cuidar da educação dos referidos menores que necessitam receber instrução afim de que se habilitem a futuramente ocupar qualquer emprego ou officio donde auferam meios para a subsistência de sua mãe e irmãos.

Declarou ainda [a mãe] que está muito esperançada em conseguir abrigo para os menores em questão, porque assim sendo, poderá com mais facilidade trabalhar para o sustento e educação de Alexandre e Luis, que ficam em sua companhia.

Somente em 16 de outubro o Juiz, após encaminhar o processo para o Curador de Menores se manifestar, declarou “abandonados nos termos do n. III do art. 2º. do Dec. n. 16272, os menores (...) que ficam sob a protecção e vigilância deste Juízo”, sendo encaminhados para o Patronato Arthur Bernardes. Em 17 de agosto de 1927 a mãe pede o desligamento dos filhos do Abrigo por dispor de meios para sustentá-los. Ao responder à solicitação de informação sobre os menores, o Diretor Geral do Povoamento do Solo comunica ao Juiz que Marcelo se evadiu do Patronato Arthur Bernardes. Ao que parece a mãe das crianças não chega a tomar conhecimento desta informação pois o pedido de desligamento se repete em 14 de novembro de 1933. Não consta no processo nada que esclareça o que aconteceu com essa família, nem sequer o pedido de seu arquivamento. Indicando um certo descaso com processos desse tipo, o seguinte bilhete manuscrito é encontrado em meio a suas folhas:

Recebi estes autos em 5-2-1938, das mãos do funcionário Gastão Lori, que os encontrou no fundo de uma gaveta.  
(desde o anno de 1935, estavam fora do arquivo)  
A encarregada.

Com o passar dos anos e o aumento da incidência de pedidos de internação<sup>51</sup>, muitos desses não são mais atendidos e encontramos processos “indeferidos por falta de vaga” e muitos outros em que no último despacho simplesmente lê-se “aguarde vaga”. O problema da

---

<sup>51</sup> Ver nota 40 e BULCÃO, 2001.

falta de vagas para o encaminhamento de menores é referido em relatório do Juizado de Menores referente ao ano de 1936:

O Juiz de Menores, que esta desapparelhado para acolher todos os menores, precisa agir com criterio. De acordo com os meios que dispõe, limita-se a amparar aos mais necessitados que recorrem á sua autoridade, espontaneamente ou por intermedio de outrem, collocando-os sob o amparo da lei. No anno de 1936, sómente a metade dos pedidos de internação puderam ser atendidos. (LIMA, 1937, p. 12)

Chama a atenção também, a partir de 1937, o número de processos de internação em que as investigações não são mais realizadas. O último despacho é uma ordem do Juiz: “Investigue-se” que, no entanto, fica sem resposta alguma. Pode-se supor que talvez isso tenha ocorrido dado o aumento no número de pedidos de internação e a manutenção do mesmo número de Comissários de Vigilância, responsáveis pelas investigações necessárias.

A partir de 1938 ocorreu uma mudança na constituição dos processos de internação e abandono. Começa a aparecer um formulário intitulado “Informações para instituir o pedido de internação e conseqüente declaração do estado de abandono do menor”, que deveria ser preenchido a partir dos dados coletados com o requerente da internação, geralmente a mãe. Uma das últimas perguntas desta ficha é a de número “24º. – Affirma o responsável que o menor necessita de internamento por conta do Juízo de Menores e assim ser considerado como abandonado?”. A simples resposta a essa pergunta com um “sim” passou a ser suficiente para que o Juiz declarasse o abandono do menor, ficando dispensado qualquer outro tipo de investigação sobre a efetiva necessidade ou não de internação.

Um fato que chama a atenção nos processos pesquisados é que, com o passar do tempo, os processos de internação deixam de contar uma história. Os dos anos de 1937 a 1940 apresentam cada vez menos informações, compondo-se apenas da petição inicial e do despacho do Juiz, o que deixa sem saber, afinal, que fim levou aquela criança. Perguntas como: foi internada?, onde?, quanto tempo durou a internação?, foi dada à soldada? permanecem sem resposta.

Esse movimento, além de refletir uma burocratização na forma de lidar com esse tipo de processo, pode também indicar a construção de outro espaço para tratar da assistência à infância, fora da alçada do Juizado de Menores. Ou seja, constata-se que esta “ausência de informações” pode estar indicando condições de possibilidade para a criação do Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), em 1941. O S.A.M. sistematiza e orienta a assistência a



menores internados em estabelecimentos oficiais e particulares, podendo-se perceber uma mudança no lugar de gerência das políticas públicas para a infância, saindo do espaço jurídico-policial e entrando no da assistência social.

O processo nº 3069, aberto em 15 de dezembro de 1938, e cujo último despacho do Juiz data de 16 de janeiro de 1942, é exemplar desse movimento de esvaziamento do processo como registro de uma história. Este processo é iniciado com a petição de “Yvone, solteira, tecelã, (...), [que] requer a V. Excia a internação dos menores Inácio e Deise, com 6 e 4 anos de idade, filhos da requerente e de Daniel, por falta de recursos para a manutenção dos menores e educação”, junta a este pedido o formulário “Informações para instituir o pedido de internação e conseqüente declaração do estado de abandono do menor”. No mesmo dia 15 o juiz solicita que seja feita investigação por um Comissário de Vigilância; no dia 26 de dezembro de 1938 o relatório do Comissário informa que os menores são

Filhos naturais de Daniel e de Yvone, brasileiros, solteiros; vivem maritalmente ha 10 anos; (...). Acontece porém, que, o pae dos menores, adoeceu gravemente – Ursula no estomago [sic]– impossibilitado de trabalhar, embora sendo, motorneiro da Ligth, porém, só tem um ano na companhia razão porque, não tem direito a vencimentos e nem auxilio algum; a requerente é mãe não tem podido trabalhar tendo em vista o tratamento do homem como dos filhos. Assim, tendo em vista o estado de falta de recursos materiais e economicos para ter e manter os dois filhos é a razão em que pede a internação em estabelecimento do Juízo.

Informado desta situação o Juiz despacha “Aguarde vaga”, em 27 de dezembro de 1938. Em 16 de janeiro de 1942, Yvone volta ao Juizado e “requer a V. Excia. [Juiz] se digne de mandar devolver-lhe a certidão de registro de nascimento de seus filhos Inácio e Deise, com onze e oito anos, respectivamente, cujos documentos estão anexos ao processo de sua internação, que não foi efetuada”. Sem nenhum registro que indique o que ocorreu, aparece anexado no processo um formulário da Seção de Pesquisas Pedagógico-Sociais do Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Este formulário intitulado “Remessa” é datado de 13 de junho de 1946 e dele constam perguntas sobre a situação econômica e moral do menor que segue o seguinte roteiro:

SITUAÇÃO ECONÔMICA:

- 1º. – Quem sustenta o menor?
- 2º. – Qual o seu meio de vida?
- 3º. – Quanto ganha?
- 4º. – Quantas pessoas vivem com esse ganho?

5º. – A quanto monta a receita mensal?

6º. – A quanto monta a despesa mensal?

7º. – Tipo de habitação:

8º. – Conservação e higiene:

9º. – Condições em que dorme o menor:

10º. – Estado de saúde aparente do menor:

SITUAÇÃO MORAL:

1º. – Com quem vive o menor?

2º. – A Família do menor é legítima?

3º. – Vive em harmonia?

4º. – Se o menor vive com família estranha, mencionar pessoas que a constituem, organização, ocupação de seus membros, situação econômica, instrução:

5º. – Assistência prestada ao menor (boa, má, deficiente). Por que? (Processo 3069/38)

No espaço destinado às conclusões, com data de 25 de outubro de 1945 e assinado pela Assistente Social Elvira Estrella, encontramos o seguinte relato:

A requerente mudou-se de residência

A requerente, mãe dos menores, compareceu ao nosso Serviço declarando-nos:

a) não dispõe de recursos para manter os filhos estando, no momento desempregada;

b) foi dispensada da fábrica por motivo indeterminado;

c) vive, de favor, com os filhos, em um barracão coberto de palha

Verificamos o menor Inácio se encontra licenciado da Escola Quinze de Novembro desde agosto de 1944

O referido menor esta foragido da casa da mãe.

Em vista da falta de recursos, o caso da menor Deise, se nos afigura como um caso de internação urgente e o menor Inácio deverá ser apresentado a este Serviço.

Com essas informações fica impossível recompor o que aconteceu com Yvone e seus filhos. Sabemos que Yvone continuou solicitando a internação de seus filhos, só que desta vez ao S.A.M., porém, apesar do relatório acima recomendar a “internação urgente” de Deise, não sabemos se isso ocorreu, nem se Inácio chegou a se apresentar ao Serviço.

As informações disponíveis permitem concluir que uma solicitação de internação foi feita em dois momentos distintos a dois órgãos diferentes, a primeira em 1938 ao Juizado de Menores e a seguinte em 1945 ao S.A.M.; ambas indicam a falta de recursos como justificativa para o pedido, porém o destino dado aos menores, que deveriam ocupar o centro da atenção, fica inacessível pela leitura desses documentos.

Pude perceber que a investigação antes realizada pelo Comissário de Vigilância passa a ser executada pela Assistente Social, pois ambos pesquisam a vida, os hábitos e as relações entre a família e o menor. Essa mudança da responsabilidade sobre a investigação acerca da família e do menor pode ser relacionada com o fato de não termos encontrado, no corpo dos processos, material para analisar, nas práticas discursivas dos técnicos-especialistas do Juizado, a emergência de discursos ‘psi’.

Uma possibilidade para entender esta ausência é que a produção desse tipo de informação passou a ser de responsabilidade de assistentes sociais e psicologistas, que trabalhavam no Laboratório de Biologia Infantil – órgão subordinado ao Juizado de Menores que funcionava em prédio próprio – e tenha ficado arquivada em outro lugar que não nos processos. Encontrei reforço para essa hipótese nas pesquisas realizadas por Eliane BRENAL (2004). A autora buscou suas fontes de pesquisa nos arquivos da FEBEM em São Paulo e utilizou prontuários de crianças encaminhadas para internação entre os anos de 1938 e 1960. Reunidos nestes prontuários ela encontrou, entre outros documentos, exames como “Síntese Psicopedagógica” e relatórios ou pesquisas sociais. Ou seja, as poucas fichas do L.B.I. encontradas nos processos também podem ser um reflexo da construção de um outro espaço para o arquivo das informações referentes ao estado de saúde, à vida pregressa dos menores e às expectativas para seu futuro. Leonidio RIBEIRO (1939) se referia ao L.B.I. como “uma verdadeira clínica especializada no diagnóstico das doenças gerais da infância” onde se pode realizar “uma observação rigorosamente científica e completa (...) do ponto de vista físico e psicológico” (p. 124), e ao descrever o funcionamento dos vários setores do Laboratório reforça a hipótese levantada, pois diz que:

Cada assistente faz um resumo do resultado de suas pesquisas, em fichas especiais estandardizadas e numeradas, das quais guarda uma cópia, no seu serviço, enviando as restantes à Diretoria, onde são estudadas, confrontadas e reunidas, em um *dossier* geral, depois de fixadas as conclusões biológicas, médicas e psico-pedagógicas são classificadas nos arquivos centrais. Resumo das conclusões gerais dos exames e os conselhos e planos de tratamentos pedagógicos, assim como o boletim de identidade, são enviados ao Juiz de Menores, acompanhados de um relatório, que é sempre muito minucioso quando há interesse da Justiça em conhecer pormenores do caso em julgamento. (p. 125).

Esse relato dos procedimentos do Laboratório associado à pequena frequência com que encontrei as referidas fichas e ao fato de não ter lido nenhum “relatório minucioso” podem indicar a falta de interesse do Juiz em ter essas informações anexadas ao corpo do processo.

No artigo citado acima, Ribeiro, ao afirmar que as fichas que constituem o *dossier* de cada menor são classificadas nos arquivos centrais, deixa uma pista de que talvez essa documentação tenha sido incorporada aos arquivos do Instituto Sete de Setembro, posteriormente englobado pelo Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.).

## I.7 – Outros Recursos

O mecanismo de decretação de abandono e internação serviu para o Estado se apossar de um certo tipo de existências infantis e transformá-las visando seu melhor interesse. Os estabelecimentos de internação deveriam atender às necessidades sócio-educacionais e transformar os menores abandonados em força de trabalho útil.

O alto custo dos internatos destinados ao abrigo dos menores leva à transformação destes estabelecimentos e, como o Estado arcava com parte das despesas, implanta-se cada vez mais a necessidade de transformar essas “existências inúteis”, esse “desperdício de forças vivas”, em menores “aproveitáveis”.

Nesse sentido encontram-se, entre os processos, alguns em que aparece a prática da soldada. O processo nº. 354, aberto em 15 de março de 1924, revela que a menor Estela, com 17 anos quando no início do processo, passou por onze casas de família entregue à soldada. O processo é aberto pelo Sr. Fernando, um negociante, que solicita que Estela, então interna na Casa de Prevenção e Reforma, lhe fosse entregue. Estela foi seguidamente devolvida e entregue a outras famílias, passando alguns períodos novamente na Casa de Prevenção até que, em 27 de janeiro de 1927, a Sra. Rita – última a levá-la à soldada – comparece ao Juízo para comunicar que Estela “sahio de sua casa indo se empregar em outra casa, devido a referida menor lhe ter dito que havia atingido a maioridade”. Esse processo do primeiro ano de funcionamento do Juizado é especialmente interessante, pois registra todas as idas e vindas da menor, o que com o passar do tempo deixa de ser anotado no corpo do processo, conforme já referido.

Também se buscava a intervenção do Juizado de Menores para que se pudesse garantir acesso a algum tipo de benefício, isto é, movimentação de dinheiro deixado em herança para a criança, movimentação de caderneta aberta em nome do menor, garantia de pagamento de pensão de alimentos pelo pai, de recebimento de pecúlio pelas caixas de aposentadoria e

pensão e até mesmo garantia de tratamento médico. No processo nº. 548 a petição inicial é datada de 20 de abril de 1930 e relata que

Heitor, brasileiro, proprietário, residente á rua ....., vem trazer ao conhecimento de V. Ex. o seguinte:

O irmão do suplicante Luiz, falecido em 11 de julho de 1929, tinha sob sua guarda uma menor Zélia, sua afilhada, que lhe fora entregue por sua mãe (...), falecida, e abandonada por seu pae (...), que se acha em lugar ignorado. Procedida a abertura do testamento de Luiz, de quem o suplicante é o testamenteiro e inventariante de espólio, verificou-se o legado de vinte contos de réis (20:000\$000) para a referida menor, internada no Collegio das Irmãs Dorotheás, sob a responsabilidade do Suplicante (doc.1).

Como não esteja legalizada a situação do suplicante, vem requerer a sua nomeação de tutor da referida menor.

Em 4 de junho o Juiz defere o pedido e nomeia Heitor como tutor da menor Zélia e determina que “o legado seu applicado em apólices federaes nominativas, com a clausula da menoridade, e os juros depositados na Caixa Econômica em nome da menor, e á disposição deste Juízo, nomeando o corretor Jorge Goulart”. Em 16 de abril de 1934 a própria Zélia vem ao Juizado informar que foi emancipada pelo Juiz da 2ª Vara de Órfãos e requerer “providenciar junto a Caixa de Amortização para que possa receber os juros vencidos e a vencer de suas apólices federais, diversas emissões bem como a Caixa Econômica para movimentar sua caderneta no. 44485 – 4ª serie – aberta neste estabelecimento.” Seu pedido é deferido pelo Juiz no dia 4 de maio deste mesmo ano.

Casos onde a intervenção do Juiz de Menores se fazia necessária para que fossem pagas pensões e pecúlio também eram comuns, como mostra o processo nº. 2119, aberto em 9 de junho de 1939. Na petição inicial:

O abaixo-firmado tem em sua companhia, ha quatro anos, o menor acima mencionado, seu sobrinho por afinidade, filho de João e Albertina, falecida, ex-funcionaria do Moinho Origlez [?]. Esta, por sua morte, deixou ao filho, quinhentos e tantos mil reis, a serem pagos pela “Caixa Funerária do Moinho Origlez [?]”. Sucede, porém, que esta, apesar dos esforços empregados pelo abaixo firmado e do tempo decorrido – cinco annos – até agora não se dispos a realizar o pagamento devido. Assim, este vem, respeitosamente, recorrer a V.Excia, solicitando sua intervenção no caso, devendo a importância respectiva, logo que recebida, ser depositada em caderneta da Caixa Econômica, em nome do alludido menor.

No mesmo dia o processo é encaminhado pelo Juiz ao Curador de Menores, que no dia 12 de junho se pronuncia solicitando que lhe seja informado “quanto tem o menor a receber e

qual o processo lá adotado para o pagamento”. Essa é mais uma das solicitações que permaneceram sem resposta, ou seja, este é um dos muitos processos em que se fica sem saber qual foi seu desfecho.

Uma exceção é o processo de Tutela nº. 2545, aberto em 31 de julho de 1939, que conta uma história completa. Iniciou-se com um ofício da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários encaminhado ao Juiz de Menores:

Afim de que possa esta Caixa providenciar o pagamento da pensão a que tem direito o menor Sebastião, filho do falecido ferroviário Aderbal e dona Maria, solicito a fineza de vossas ordens determinando quem deve receber mensalmente o benefício do aludido menor, para o que, incluso vos remeto copias da sindicância procedida por esta Caixa, bem como do relatório final do processo.

Anexo ao processo encontram-se dois relatórios elaborados pela Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários sobre a pensão deixada por Aderbal. A pedido do curador de menores foi ouvido o depoimento da avó paterna de Sebastião e um Comissário de Menores foi designado para “verificar o estado da mãe do menor e da possibilidade dela exercer tutela”. No resultado das investigações, apresentado em 16 de agosto de 1939, o Comissário relata que Maria

(...) é amaziada com o operário de nome Manoel e isso, ha mais de 6 anos também, antes do falecimento de seu marido; Ella esta de facto, de cama ha 20 dias, tendo de quando em vez hemopetizes o que, talvez, seja do Pulmão, (...). Assim é que justifica-se o motivo de, não comparecer em Juízo conforme a determinação da curadoria deste Juízo e como se vê, não esta em condições Moraes e econômicas para ter o filho em questão, em sua companhia, de vez que, tem também em sua companhia, uma filhinha de 3 anos de idade de nome Amanda, do seu amante; Bem como, declarou-me que, esta de pleno acordo, com as providencias solicitadas nesse juízo, em beneficio de seu filho Sebastião, pois que, a avó paterna e requerente, é quem o tem educado e criado o menino dez dos 18 mezes de idade; (...). (Grifos no original).

Em 21 de agosto de 1939 o Curador de Menores se pronuncia sugerindo que “seja deferida tutela a avó do menor Sebastião em vista da incapacidade da mãe que vive amasiada e em estado grave de saúde” e no dia 25 seguinte o Juiz aprova essa “promoção” do Curador, sendo no mesmo dia assinado o termo de tutela de Sebastião pela avó paterna.

Outro tipo de processo que se torna mais comum a partir de 1938 é o de Abandono e Alimentos ou simplesmente Alimentos. Nestes geralmente constam depoimentos dos pais do

menor envolvido e ofícios encaminhados à empresa na qual trabalha o pai para que seja descontada na folha de pagamento a quantia estipulada pelo Juiz para o sustento do filho, como por exemplo:

Nildete, (...), é casada com Josué, empregado no comércio, trabalhando na “Casa Jurity”, tendo o casal quatro filhos menores, de nomes, Jonas, Marcos, Wilsa, e João, respectivamente de 8, 5, 4 e 3 anos de idade. Como seu marido tenha abandonado o lar, abandonando também moral e materialmente os menores supra citados, vem a peticionaria requerer legalmente a V.S. determine que o mesmo seu marido contribua com uma quota fixa, mensal, para alimentos de seus filhos, após suspende-lo do Pátrio Poder como determina o art. 41 do Código de menores. A peticionaria é pobre e não tem elementos com que manter e educar os seus filhos, pelo que invoca em seu benefício a Justiça gratuita, apresentando como seu procurador “ad-justia” o advogado deste juízo. (Processo nº. 1501/40)

Estas são praticamente “petições-padrão”; este tipo de processo parece já burocratizado desde os primeiros casos, pois as petições iniciais são redigidas pelo advogado do Juizado, adotando-se um texto padrão com poucas variações.

Procurei, neste capítulo, construir um panorama das práticas de assistência e proteção à infância desde o Brasil colônia até meados da década de 30. Neste período, já estamos na chamada Era Vargas. Assim, no próximo capítulo analisarei as Políticas Sociais do governo Vargas apontando a organização de uma política de proteção de Estado vinculada ao mundo do trabalho e a estruturação da Assistência Social.

## CAPÍTULO II

### EMERGÊNCIA DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: A ERA VARGAS

Pretendo, neste capítulo, apresentar alguns aspectos relevantes para esta tese em relação à Era Vargas<sup>52</sup>, pois este período da história do Brasil, em função das profundas transformações políticas, sociais e econômicas nele ocorridas, foi e ainda é tema específico de vários estudos<sup>53</sup>. O que pretendo aqui é compor um pequeno panorama, visando apontar que a emergência do que CASTEL (1998) chama de “questão social” se inicia no Brasil neste período, em função da instauração de um capitalismo industrial. Assim, a já antiga dicotomia relativa à infância das classes populares consolida dois alvos distintos para as ações do Estado: a criança – pobre – e o menor.

Inauguraram-se outras formas de intervir sobre a infância “em perigo” e a “perigosa” e a oscilação dos discursos sobre elas polariza-se na Era Vargas. Uma série de leis então criadas focalizou, por um lado, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, através de

---

<sup>52</sup> A denominada “Era Vargas” é normalmente dividida em três períodos distintos de ocupação do poder por Getúlio Vargas: o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

<sup>53</sup> Alguns destes foram utilizados como referência neste trabalho, mas uma bibliografia mais completa pode ser encontrada no site do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas – [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).



programas de educação e saúde, estruturando políticas sociais básicas (Conselho Nacional de Serviço Social, Departamento Nacional da Criança/DNCR, Legião Brasileira de Assistência/LBA) e, por outro, medidas de recuperação e controle dos menores abandonados e delinquentes, através da internação e repressão à criminalidade, firmando políticas “especiais” (compensatórias), que variavam de acordo com o “grau de periculosidade” do menor (Serviço Nacional de Menores/S.A.M.; Delegacias de Menores; estabelecimentos de triagem e internação de menores).

## **II.1 – A Era Vargas**

Para compreender a chegada de Vargas ao poder, faz-se necessário conhecer alguns movimentos e transformações iniciados na década de 20 que contribuíram para a derrocada da República Velha (1889-1930) e que culminaram com a denominada “Revolução de 30”. Um deles foi a solidificação, nos anos de 1920, de uma classe média urbana composta por funcionários públicos, militares, empregados em serviços e profissionais liberais que, insatisfeita com o domínio imposto pelas oligarquias agrárias, mobilizar-se-ia no sentido de remover estas oligarquias do poder. Um outro foi o movimento de jovens militares que defendiam o direito ao voto secreto e a moralização da classe política do país, apontada como corrupta – os tenentistas, cujo slogan era “representação e justiça”.

As classes médias, com os “tenentes” à frente, pretendiam basicamente a realização do ideário liberal-democrático: além do voto secreto e da moralização das eleições, também reformas sociais, sobre as quais não se posicionavam com muita clareza.

A Revolução de 30 impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, ao mesmo tempo em que içou ao poder Getúlio Vargas. Este movimento rompeu com o monopólio exercido, até então, pelas oligarquias agrárias ligadas à “política do café com leite” e abriu caminho para a modernização do capitalismo no país, viabilizando a implantação de uma política econômica voltada também para a industrialização.

Após a eclosão do movimento revolucionário, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas toma posse da chefia do Governo Provisório, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do “Povo”, por quem se dizia legitimado. Assim, em 11 de novembro foi promulgado o Decreto nº. 19398 que, institucionalizando os poderes

discricionários do chefe do Governo Provisório, reuniu nas mãos de Vargas as funções e atribuições do Poder Executivo e do Poder Legislativo, garantindo sua prerrogativa de governar através da elaboração de decretos-lei. Ficavam dissolvidos, portanto, o Congresso Nacional, as Câmaras estaduais e municipais e qualquer outro órgão legislativo ou deliberativo existente no país. O Governo Provisório se definia *a priori* como um período passageiro, situação excepcional com duração prevista até à proclamação de uma nova Constituição, suspendendo, assim, a de 1891 (GOMES, 1986).

Vargas visava unir os inúmeros setores que o apoiaram, formando um governo de coalizão, uma vez que nenhuma das forças políticas detinha poder suficiente para exercer o controle isoladamente. Cumprindo o compromisso assumido, após controlar a Revolução Constitucionalista de 1932, as eleições foram realizadas em maio de 1933 e a Assembléia Constituinte foi instalada em novembro deste mesmo ano. Com a promulgação da Constituição de 1934 chegou, pois, ao fim o chamado Governo Provisório instaurado com a vitória da Revolução de 1930.

Segundo FONSECA (1989) a volta ao regime constitucional não significava, para Getúlio, o final do ciclo revolucionário, pois “incorporada pelo governo a reivindicação da constituinte, a eleição de seus membros e a instalação da Assembléia eram, antes de tudo, programa e concessão do Poder Revolucionário”. (p. 172).

Getúlio Vargas foi eleito presidente pelo Congresso em julho de 1934 e exerceu o mandato constitucional até novembro de 1937. Em 1937, com a aproximação das eleições, alegando a existência de um plano comunista para a tomada do poder, o “Plano Cohen”<sup>54</sup> como ficou conhecido, Getúlio Vargas, com o apoio das Forças Armadas e de parcelas da sociedade, deu um golpe para manter-se no poder e instaurou uma ditadura, que ficou conhecida como Estado Novo. Assim, a Constituição de 1934 durou pouco, três anos. Iniciou-se o período que foi, a um só tempo, de grande avanço nas políticas sociais e econômicas, sobretudo devido à implantação de uma ampla legislação trabalhista – para os trabalhadores urbanos –, de apoio à industrialização, e de expressivo retrocesso em termos de liberdade política, com a extinção dos partidos políticos e o incremento da censura e da repressão.

---

<sup>54</sup> O Plano Cohen foi um documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937. Previa a mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, o incêndio de prédios públicos, a promoção de manifestações populares que terminariam em saques e depredações e até a eliminação física das autoridades civis e militares que se opusessem à insurreição. Supunha-se que era um plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento havia sido forjado.

A Constituição outorgada em 1937 acabou com o princípio de harmonia e independência entre os três poderes. O Executivo foi considerado “órgão supremo do Estado”, o presidente sendo a “autoridade suprema” do país, controladora de todos os poderes dos Estados da Federação e nomeando interventores para governá-los. Os partidos políticos foram extintos e instalou-se o regime corporativista, sob autoridade direta do presidente. A “Polaca”<sup>55</sup> instituiu a pena de morte e o estado de emergência, que permitia ao presidente suspender as imunidades parlamentares, invadir domicílios, prender e exilar opositores.

Instalada a ditadura e sufocadas as oposições, Vargas consolidou o seu projeto de Estado autoritário e centralizador. Concentrando todos os poderes em suas mãos, passou a dirigir os diversos setores da vida do país, apoiando-se em um forte esquema de propaganda, organizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e em medidas de caráter populista que buscavam construir a idéia de um Estado paternal, assistencial, e, portanto, indispensável.

A imprensa, o cinema e o rádio foram bastante utilizados como instrumentos de controle e formação de opinião pública. O rádio, principal veículo de comunicação de massa do período, veiculava as idéias do governo e construía a boa imagem do presidente: o “pai dos pobres”.

O fortalecimento do Estado era justificado pelo discurso de que só um Estado forte e centralizado seria capaz de promover o desenvolvimento nacional; neste sentido, apoiá-lo, não criticar, não se opor, submeter-se, enfim, seria sinônimo de patriotismo. Foi assim que o nacionalismo passou a ser a bandeira do Estado Novo e o civismo exaltado como nunca.

Com a II Grande Guerra Mundial (1939-1945) os militares ganharam poder e em outubro de 1945 depuseram Getúlio Vargas, convocando uma Assembléia Nacional Constituinte. E, segundo a Constituição de 1946, foram realizadas eleições em todos os níveis.

Após o governo do General Eurico Gaspar Dutra<sup>56</sup>, Getúlio Vargas retornou ao poder em janeiro de 1951 após vencer seus opositores por larga maioria nas eleições presidenciais realizadas em 1950. Tendo conquistado 48,7% dos votos, demonstrou o prestígio que gozava

---

<sup>55</sup> A Constituição de 1937, redigida por Francisco Campos, foi depreciativamente apelidada de “Polaca”, pois, inspirada nas Cartas fascistas da Itália e da Polônia, tinha o autoritarismo e o centralismo como características fundamentais.

<sup>56</sup> Eurico Gaspar Dutra (1885-1974), político e militar, foi Ministro da Guerra no governo Vargas de 1936 a 1945, reponsável pelo envio da Força Expedicionária Brasileira para a Itália, foi eleito presidente em 1946, exercendo o cargo até janeiro de 1951.

junto à maioria da população. Entretanto, o que nos interessa nesta tese é seu primeiro governo, os 15 anos que vão de 1930 a 1945 que, sem dúvida, mudaram a feição do Brasil.

## **II.2 – Interpretação sobre a Emergência da “Questão Social” na Europa**

Acompanharei aqui o pensamento de CASTEL (1998) sobre as mudanças ocorridas na estrutura das relações entre capital e trabalho na sociedade capitalista européia, apontando seus desdobramentos na concepção da “questão social”. Isto porque parece ser na Era Vargas que, no Brasil, o “social” se configura como efeito de práticas reguladoras dos desfuncionamentos da sociedade e se torna objeto de conhecimento e de intervenção por parte do Estado. E é a objetivação do social enquanto um novo domínio de saber que possibilita a emergência dos chamados profissionais do social.

A “questão social” coloca em cheque a capacidade de uma sociedade existir como um conjunto de homens ligados por relações de interdependência. Surge de uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão da sociedade e é explicitamente nomeada, na Europa do século XIX, a partir da entrada em cena do pauperismo, isto é, da tomada de consciência das péssimas condições de vida das populações pobres, simultaneamente agentes e vítimas da revolução industrial.

CASTEL (1998) afirma que “o ‘social’ consiste em um sistema de regulações não mercantis” (p. 31), definindo-o como “uma configuração específica de práticas que não se encontram em todas as coletividades humanas” (p. 48). Inicia seu percurso de análise descrevendo o que chamou de “Sociedade Sem Social”. Essa sociedade, inteiramente regida pelas regulações de sociabilidade primária, isto é, por sistemas de regras que ligam os membros do grupo sem a intermediação de instituições específicas, tende a funcionar mobilizando seus próprios recursos. Neste modelo de sociedade, que pode ser chamada de sociedade “assegurada”, “provida” ou “de permanência”, desde o nascimento o indivíduo está preso a uma rede complexa de obrigações que reproduz regras da tradição e do costume e

onde funciona um “sistema das solidariedades e das coerções da linhagem e da vizinhança” (p. 50).

Neste tipo de “sociedade sem social”, quando a rede de proteção mais próxima falha, a sociedade mobiliza suas potencialidades e a sociabilidade primária é distendida, isto é, regulações coletivas garantem uma assistência mínima aos “desfiliados”, visto que o abandono total de um membro abala a coesão do grupo. Sendo assim, tende “a funcionar como sistemas auto-regulados ou homeostáticos que recompõem seu equilíbrio mobilizando seus próprios recursos” (CASTEL, 1998, p. 51). Nela, a assistência aos carentes é uma consequência obrigatória do sistema de interdependência – “generosidade necessária” – e não uma opção a cargo da iniciativa pessoal. CASTEL (1998) fornece como exemplo desse esquema, com alguma precaução<sup>57</sup>, a sociedade feudal tal como existiu no Ocidente antes do ano mil: são “sociedades camponesas”, comunidades territoriais restritas, de estrutura fechada, onde havia uma extrema valorização dos laços de sangue e linhagem e o passado era sacralizado, gerando relações permanentes de dependência e interdependência. Afirma, ainda, que na Europa, por volta do século VIII, os laços de vassalagem<sup>58</sup> garantiam proteção eficaz contra os riscos com os quais a sociedade feudal convivia: a peste, a fome, as intempéries.

Da “desconversão”<sup>59</sup> desse modelo de sociedade sem social é que emerge a problematização moderna do social. É nesse momento que surgem intervenções especiais constitutivas do social-assistencial onde “o atendimento aos carentes torna-se objeto de práticas especializadas” (p. 57) e formam-se as instituições “sociais”. NASCIMENTO & DAVILA (2000) resumem esse processo como o “momento em que a auto-regulação não é mais capaz de resolver os desfuncionamentos de uma comunidade” (p. 251).

O “social-assistencial” constitui-se com o objetivo de suprir de forma organizada, especializada, as carências da sociabilidade primária, visando assim afastar os riscos da

---

<sup>57</sup> Sociedades feudais com alto grau de diferenciação não se enquadrariam neste esquema, pois “a multiplicação dos *status* intermediários leva (...) à entrada em crise do tipo de controle feudal e à emergência de zonas de turbulência povoadas por indivíduos que se situam entre os *status* consagrados” (CASTEL, 1998, p. 57) acarretando o rompimento das redes de sociabilidade primárias.

<sup>58</sup> Na organização feudal, o vassalo oferece ao senhor, ou suserano, fidelidade e trabalho, em troca de proteção e um lugar no sistema de produção. O senhor feudal também é vassalo de outro senhor, e assim sucessivamente, até chegar ao rei, o suserano maior.

<sup>59</sup> CASTEL (1998) prefere adotar este termo à palavra crise, que considera vaga, ou a palavra decomposição, em sua opinião exagerada. Emprega “desconversão” para “caracterizar a passagem de sistemas com regulações rígidas (...) a organizações sociais em que o indivíduo não está mais organicamente ligado a normas e deve contribuir para a constituição dos sistemas de regulação” (p. 109).

desfiliação. CASTEL (1998) destaca algumas características formais do que chama Social-Assistencial:

- 1) “*construção* de um conjunto de práticas com função protetora e integradora (e, mais tarde, preventiva)” (p. 57). É, assim, uma intervenção da sociedade sobre si mesma, na qual se desenvolveram e se tornaram cada vez mais complexas as estruturas de atendimento assistencial, que passam a funcionar desatreladas das relações de pertencimento familiar, de vizinhança e de trabalho;
- 2) “essas práticas sempre apresentam pelo menos esboços de *especialização*, núcleos de uma profissionalização futura” (p. 57), pois são práticas que exigem profissionais com habilidades específicas, os chamados especialistas ou “funcionários” do social;
- 3) “esboça-se também uma *tecnicização* mínima” (p.58), avaliam-se situações, selecionam-se os que merecem auxílio e definem-se categorias para orientar as ações. Ou seja, funda-se um núcleo de conhecimento sobre os atendidos;
- 4) a “*localização* dessas práticas apresenta-se de imediato e faz surgir em seguida uma clivagem entre práticas ‘infra-institucionais’ e práticas ‘extra-institucionais’” (p. 58);
- 5) Entretanto, não basta ser carente de tudo para ser enquadrado na esfera da assistência. “*Dentre as populações sem recursos, algumas serão rejeitadas e outras atendidas*” (p. 59), distinção para a qual haverá dois critérios, o pertencimento comunitário e a inaptidão para o trabalho.

O social-assistencial, portanto, mantém uma relação estreita com a territorialização pois, para CASTEL (1998), “a assistência é primeiramente uma proteção próxima” (p. 60), o conjunto de suas práticas sendo dominado por dois vetores fundamentais: a relação de proximidade entre os que assistem e os assistidos e a incapacidade destes para o trabalho. Com relação ao primeiro eixo, o indigente tem mais chance de ser assistido à medida que faz parte de redes de vizinhança, isto é, é conhecido e reconhecido, mantendo uma relação de pertencimento com a comunidade. O exercício da assistência, dependendo da disponibilidade de recursos e da homogeneidade da comunidade, é análogo à sociabilidade primária, pois, garantido o pertencimento ao chamado “domicílio de atendimento”, o indigente teria suas privações minimizadas ao máximo pela assistência. Quanto ao segundo eixo, “um critério discriminante essencial para ser assistido é, realmente, o reconhecimento de uma incapacidade para trabalhar” (CASTEL, 1998, p. 86). Visto que o núcleo da assistência constitui-se na

interseção desses dois eixos, para garantir o recebimento de auxílio seria necessário associar a total incapacidade para trabalhar com a máxima inserção comunitária, que seria uma espécie de modelo ideal do assistido. CASTEL (1998) comenta que poder-se-ia

(...) ler os desenvolvimentos da assistência como uma sofisticação progressiva dos recursos postos à disposição de seu projeto, isto é, uma especialização, uma institucionalização, uma tecnicização, uma profissionalização cada vez mais avançada a que se associam meios financeiros cada vez mais abundantes. (p. 87).

Acompanhando CASTEL (1998) cabe perguntar quem depende das intervenções sociais. Um primeiro perfil desta população remete a uma “teoria da desvantagem”, são os que não conseguem por si mesmos suprir suas necessidades básicas porque não podem trabalhar. Vivem em situações reconhecidas de dependência, têm deficiências físicas ou psíquicas ou alguma enfermidade ou doença que os isenta da obrigação do trabalho. São velhos, crianças, cegos, paralíticos, idiotas, estropiados de todos os tipos os clientes potenciais do “social-assistencial”. Como conseqüência, encontramos a simulação da invalidez como uma primeira estratégia para adequar-se o mais possível ao modelo ideal do atendimento assistencial, donde a associação da mendicância aos “espetáculos das chagas”, que vão desde a simulação de doenças e feridas até as mutilações auto-infringidas, com o objetivo de garantir o auxílio.

A indignação válida suscita, dentro das categorias específicas da assistência, um problema fundamental: “como transformar um mendicante de auxílio em um produtor de sua própria existência?” Entretanto, o próprio CASTEL (1988) aponta a dificuldade em responder a esta questão, visto que “a ‘boa resposta’ não é do registro assistencial mas, sim, do registro do trabalho” (p. 93).

Os primeiros traços de uma política assistencial moderna – “classificação e seleção dos beneficiários dos socorros, esforços para organizá-los de um modo racional sobre uma base territorial, pluralismo das instâncias responsáveis, eclesiásticas e laicas, ‘privadas’ e ‘públicas’, centrais e locais” (CASTEL, 1998, p. 95) – já podem ser percebidos no social-assistencial a partir dos séculos XII e XIII, porém continua-se exigindo o duplo critério (domiciliação e incapacidade para o trabalho) para garantir a assistência; além do mais, a questão da mendicância válida se soma à questão da vagabundagem, dando nova feição à problemática dos socorros.

Quando do enfraquecimento da sociedade feudal surge um novo personagem neste cenário: os proletários, isto é, os que só dispõem da força de seus braços para sobreviver, e

que, conquanto permaneçam integrados, são simplesmente pobres, fazem parte do mundo – ainda não suscitam uma “questão social” pois o problema, em meados do século XIV, é a ausência de um mercado de trabalho que absorva essa mão-de-obra flutuante. O problema é momentaneamente resolvido pela peste, que mata os mais vulneráveis, garantindo aos sobreviventes acesso ao incipiente mercado de trabalho e até eventuais aumentos de salários; a situação da assistência fica favorável, estabilizada, até o início do século XVI quando há uma retomada no crescimento demográfico.

Um outro perfil aponta para os que são capazes de trabalhar, mas não o fazem, são os “indigentes válidos”, é a situação do vagabundo. Este, considerado “‘inútil para o mundo’, (...) é o exemplo do drama do desfilado por excelência, aquele que não tendo nenhum ‘estado’, não usufrui de nenhuma proteção” (CASTEL, 1998, p. 119). Dois critérios foram forjados, ao longo do século XVI, para definir a categoria de vagabundo: a ausência de trabalho, ou seja, a ociosidade associada à falta de recursos e a ausência de vínculos de pertencimento comunitário. Esse homem sem trabalho nem bens, “‘morando em toda parte’, para retomar uma expressão freqüente nos processos contra a vagabundagem, é um ser de lugar nenhum” (p. 120). Por terem rompido o pacto social – trabalho, família, moralidade, religião – e estarem fora da lei das trocas sociais, os vagabundos foram estigmatizados e combatidos como malfeitores e passaram a aparecer nas listas de inimigos públicos, junto com assassinos, ladrões violadores de igrejas e seqüestradores de mulheres.

Dessa forma, a categoria geral de vagabundo foi construída como um ser totalmente a-social e perigoso; indivíduos que não têm lugar na estrutura social, transformam-se em um problema de polícia, ocultando-se assim o problema social que representavam. Os vagabundos assumem a função de “classe perigosa”, afinal, “quem nada tem e não está ligado a nada é levado a fazer com que as coisas não permaneçam como são” (CASTEL, 1998, p. 138). Assim, não só a vagabundagem era tida como delito em si mesma como poderia levar a que se cometessem outros delitos. Representando um risco de desestabilização social, a vagabundagem é a forma de expressão e ocultamento da questão social na sociedade pré-industrial, pois, encoberta pelo rótulo do vagabundo e da vagabundagem, coloca-se a questão do assalariado e do assalariamento. Isto porque a vagabundagem expressa e dissimula, simultaneamente, a reivindicação ao livre acesso ao trabalho e força a redefinição das relações de produção em novas bases, reformulando a questão social. O livre acesso ao trabalho, contrapartida da revolução industrial, põe fim aos impedimentos do advento de uma condição salarial.



Para CASTEL (1998) a condição de assalariado está no cerne da questão social e para compreender suas principais transformações é preciso reconstruir as mudanças naquela. Tal condição, que já foi considerada incerta, indigna, miserável e até degradante – “estar ou cair nessa condição era instalar-se na dependência” (p. 21) – tornou-se matriz para a “Sociedade Salarial”. Da situação de descrédito completo adquiriu, pois, o estatuto de fonte principal de renda e de proteção contra os riscos sociais.

No final do século XVII e início do XVIII o lugar até então ocupado pelos mais desfavorecidos foi modificado por dois novos dados. O primeiro diz respeito ao fato de que as formas complexas de organização do trabalho nas sociedades pré-industriais não garantiam, à maioria dos que viviam de seu trabalho, as proteções vinculadas ao trabalho regulado; entrava em cena a questão da “vulnerabilidade de massa”. Foi a consciência desta que levou à constatação de que não era mais possível reduzir a questão social ao tratamento dos indigentes incapazes de trabalhar – que eram assistidos – e dos vagabundos – que eram reprimidos. CASTEL (1998) ressalta que os responsáveis pela ordem pública passam a se inquietar não “só com a proliferação do número dos que não trabalham (os vagabundos e os mendigos assistidos), mas com a precariedade da situação daqueles que trabalham” (p. 221), pois os baixos salários recebidos pelos trabalhadores, assim como a instabilidade do emprego, as ocupações provisórias e as alternâncias entre tempos de trabalho e de não-emprego poderiam desembocar numa explosão de violência em função da privação total.

O segundo dado refere-se à transformação da concepção do trabalho, que ascende da situação mais desprezada ao lugar de honra como medida da riqueza. Foi só com o liberalismo que a representação do trabalho vai ser “liberada” e o imperativo da liberdade do trabalho se imporia, “a verdadeira descoberta que o século XVIII promove não é, pois, a da necessidade do trabalho, mas sim, a *necessidade da liberdade de trabalho*.” (CASTEL, 1998, p. 232, grifos do autor).

O advento da modernidade liberal marca uma ruptura na história da promoção da condição de assalariado, “ela deverá impor o livre acesso ao trabalho *contra* as regulações anteriores: fazer com que o trabalho ‘livre’ não seja pensado *por falta*, como aquilo que escapa aos estatutos reconhecidos ou impostos, mas, sim, que se torne o próprio estatuto da condição de assalariado a partir do qual se reestrutura toda a questão social” (CASTEL, 1998, p. 209).

A filosofia política do liberalismo redefine completamente as funções do Estado, passando a ser papel deste garantir que o jogo dos interesses se expresse livremente. Dessa

forma, o modelo de assistência caritativo – baseado em instituições fechadas como fundações e hospitais – passou a representar um verdadeiro crime contra os novos princípios da economia liberal, pois tornava estéril a riqueza potencial que os pobres assistidos representavam, uma vez que anulava sua força de trabalho. A riqueza da nação depende, desse momento em diante, do uso racional da força de trabalho de sua população.

O trabalho torna-se, pois, “um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (CASTEL, 1998, p.24); assim, é a partir de sua entrada no mundo do trabalho que o indivíduo pode ser reconhecido enquanto membro de uma coletividade e adquire um *status* social positivo, podendo usufruir de uma série de direitos (assistência médica, aposentadoria, auxílio doença, pecúlios, etc.). O cidadão-trabalhador tem acesso ao restrito universo da cidadania pela inserção no regulado e controlado mundo do trabalho. Neste sentido diversos projetos pedagógicos se complementaram na tentativa de construção deste novo personagem.

Estruturas de assistência confessional são (re)constituídas e voltam à cena, fazendo às vezes de serviço público, mobilizando as elites sociais para tutelar os desafortunados. Este mecanismo era a busca de respostas não estatais para a questão social, pois a filantropia não poderia ser encampada pelo Estado, visto ser contrária aos princípios de governabilidade liberal: “O governo não deve nada a quem não o serve. O pobre não tem direito senão à comiserção geral” (CASTEL, 1998, p. 303). A assistência deveria permanecer no campo da obrigação moral exercido pela virtude moral de utilidade pública, dessa forma, como não haveria obrigação em prestar assistência aos pobres, esta não geraria um direito. Assim, a política social, com natureza moral e com caráter voluntário, se voltava aos grupos em situação de minoridade e deveria ficar sob a responsabilidade dos cidadãos esclarecidos.

Já no final do século XVII, as estratégias de moralização da classe trabalhadora começaram a se organizar em três planos. O primeiro era a assistência aos indigentes, em que a relação era de ajuda e os serviços oferecidos serviam de instrumento de recuperação moral e, como faziam bem ao beneficiado, este devia responder com gratidão. CASTEL (1998) chama atenção para o fato desta beneficência não ser ingênua, porque “constitui um núcleo de peritagem de onde poderá sair o trabalho social profissionalizado: avaliação das necessidades, controle do uso das ajudas, intercâmbio personalizado com o cliente” (p. 320). O segundo plano era o desenvolvimento de instituições de poupança e previdência voluntária, instituindo-se uma “pedagogia da previdência”. Estas instituições, caixas econômicas e sociedades de socorros mútuos, poderiam prevenir os males causados pela indigência – a previdência era o remédio para os casos de acidentes, desemprego, doença e velhice. O

terceiro plano dizia respeito à instituição da proteção patronal, garantia da organização racional do trabalho e, ao mesmo tempo, da paz social. Segundo CASTEL (1998) “é na empresa que a idéia de proteção ganhou toda sua força, pelo fato do poder quase irrestrito do empresário sobre os operários” (p. 28).

Foi somente no século XIX que a “questão social” apareceu explicitamente sob a forma do pauperismo. Num contexto onde a miséria e o pauperismo eram considerados anomalias do proletariado urbano e fruto de sua má formação moral, a intervenção social deveria então ser canalizada para a produção de efeitos amenizadores dos conflitos sociais, mantendo o *status quo*, a paz e a coesão social. A “questão social”, em sua versão do século XIX, referia-se à “questão da reabilitação das classes trabalhadoras ‘gangrenadas’ pela chaga do pauperismo” (p. 317). Em consonância com essa análise, DONZELOT (1986) afirma que foi o aumento das ondas de indigentes, fruto do pauperismo, que exigiu uma transformação do Estado no sentido de se tornar a “instância reorganizadora do corpo social em função do direito dos pobres à assistência, ao trabalho e à educação” (p. 54).

No início do século XX o papel do Estado começa a ser questionado pelos reclamos da classe operária por direitos, visto que “a única forma social que pode assumir o direito de viver, para os trabalhadores, é o *direito ao trabalho*. É o homólogo do direito de propriedade para os abastados.” (CASTEL, 1998, p. 350, grifo do autor). Novas relações se estabelecem entre trabalho (condição de assalariado), seguridade e propriedade. É a condição de não proprietário e, conseqüentemente, as imposições do mundo da necessidade, que obrigavam o trabalhador a vender sua força de trabalho. Assim, são os trabalhadores que põem em cena a “oposição entre propriedade e trabalho que, desde sempre, se traduziu pela oposição da segurança e da insegurança” (p. 386). É a passagem da propriedade privada para a propriedade social como garantia da propriedade de si na sociedade ocidental, ou dito de outra forma, a passagem da “seguridade-propriedade” para a “seguridade-direito” que:

(...) marca a primeira etapa de uma virada que vai levar à sociedade salarial moderna: uma sociedade em que a identidade social se baseia no trabalho assalariado mais do que na propriedade. (p. 386).

Será o Estado o garantidor deste novo tipo de propriedade: a social, que diz respeito à proteção e ao direito da condição de trabalhador. A propriedade social reabilitaria a classe não proprietária, que sem ela estaria condenada à insegurança social permanente, mediante seguridade social e serviços públicos. Assim, a reformulação da questão social:

(...) vai consistir não em abolir a oposição proprietário-não proprietário, mas em redefini-la, isto é, em justapor à propriedade privada um novo tipo de propriedade, a *propriedade social*, de um modo que se possa continuar fora da propriedade privada sem estar privado de seguridade. (pp. 386-387)

A problemática da proteção social, com efeito, passou a girar em torno do novo *status* da condição de assalariado:

Compreende-se assim, que a condição de assalariado seja, simultaneamente, a base e o calcanhar-de-aquiles da proteção social. A consolidação do estatuto da condição de assalariados permite o desenvolvimento das proteções, ao passo que sua precarização leva novamente à não seguridade social. (CASTEL, 1998, p. 413).

Com a implantação do modelo de economia liberal instauram-se diferentes procedimentos de conservação e formação da população e neste processo emergem os chamados “trabalhadores sociais” que paulatinamente assumem a missão de “civilizar” o corpo social. Estes profissionais – assistentes sociais, educadores especializados, psicólogos, reunidos em torno do “trabalho social”, começaram a ocupar espaço nos aparelhos judiciário, assistencial e educativo. Apesar da multiplicidade de suas inserções observa-se uma unidade no campo de suas intervenções: as classes menos favorecidas, no interior das quais se privilegia a infância. DONZELOT (1986) argumenta que:

Toda a novidade do trabalho social, toda a sua modernidade consistiria justamente nesta atenção mais concentrada com relação aos problemas da infância, num questionamento conseqüente das antigas atitudes de repressão ou de caridade, na promoção de uma solicitude educativa sem fronteiras, visando mais a compreensão do que a sanção judiciária, substituindo a boa consciência da caridade pela busca de técnicas eficazes. (p. 92)

### **II.3 – A Emergência da Questão Social no Brasil**

As análises de Castel com relação às metamorfoses da questão social acompanhadas acima serão utilizadas para pontuar, em relação ao Brasil, movimentos similares aos apresentados, em consonância com as análises de SANTOS (1979) de que

(...) o histórico da interferência governamental na regulamentação das relações sociais no Brasil não se afasta do padrão revelado pela experiência de outros países. (...) a crescente intensidade e magnitude dos conflitos gerados pela forma industrial de produção e acumulação de bens termina por provocar a ingerência do Estado no âmbito das relações de trabalho, em primeiro lugar, evoluindo, posteriormente, para o que, por costume, se denomina de legislação previdenciária. (p. 15).

A história da política social brasileira está impregnada de reminiscências escravistas e se estrutura sob a noção de “privilégios X dívida” e não de direitos. SCHEINVAR (2001) aponta como somos marcados por relações entre os que têm e “doam” (patrão, padrinho, líder político...) e os que não têm e, gratos, recebem. O discurso político permanece sustentado na esperança, no desejo de que alguém faça algo, na confiança pessoal no *Senhor*, permanecendo longe da análise da correlação de forças do movimento social, da reivindicação dos direitos e da luta através da articulação partidária.

Pode-se observar, entretanto, que o conteúdo que prevalece na política social do século XX no país é traçado pelo modelo do Estado de bem-estar social (*Welfare State*) – modelo importado da Europa e incorporado a partir das particularidades nacionais. A implantação deste modelo não nasce de uma preocupação com as problemáticas sociais, mas de um processo de adaptação do Brasil às condições do capitalismo internacional posto que, segundo DRAIBE (1989), pode-se definir o *Welfare State* como:

(...) uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração e substituição de renda, assistência social e habitação, que a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e salário da economia, afetando portanto, o nível de vida da população trabalhadora (p. 18).

Ao Estado de Bem Estar Social cabe assegurar não somente o cumprimento da lei, mas também condições sociais mínimas para os trabalhadores e para o conjunto de seus cidadãos.

No Brasil a constituição do Estado Social, ou Estado Previdência, nunca chegou a alcançar o nível da existente nos Estados Unidos e em países europeus; sendo assim, não é possível falar de um Estado de Bem Estar tal como se observa na experiência internacional. Porém, consideradas as especificidades da experiência brasileira, pode-se afirmar que foi a

partir de 1930 que o Estado passou a intervir de forma mais explícita nas relações entre capital e trabalho, sendo possível falar em uma proposta do Estado de Bem-Estar no Brasil por conta das transformações, embora tímidas, desencadeadas no plano político institucional, especialmente nas áreas de educação e de assistência social.

Foi no Governo Provisório de Getúlio Vargas que entrou na ordem do dia a necessidade de se pôr em prática uma nova política social no país. Para tal se iniciou, em novembro de 1930, uma grande reforma administrativa, com a criação de novos ministérios e a conseqüente redistribuição de competências entre as diversas pastas. Interessa particularmente a estruturação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo em vista as transformações que provocaram no enfoque dirigido à infância e à juventude. Por isto, voltaremos a eles mais à frente.

Para gerir o conjunto de problemas dos excluídos das políticas previdenciária e trabalhista, a assistência social surge como possibilidade. Até então esta era marcada pela caridade privada e realizada através de obras sociais, da assistência paliativa e imediatista concebida dentro dos parâmetros do assistencialismo messiânico e destinada aos “necessitados”, aos “pobres”, como vimos no Capítulo I. A nova política social, todavia, visava proteger os trabalhadores recém-integrados ao sistema fabril e formar uma cultura do trabalho e, por isso, os serviços sociais e assistenciais, vistos como parte da estratégia global do Estado, passam a ter como alvo preferencial parcelas do proletariado urbano. Desta forma a prestação de serviços sociais e assistenciais é utilizada não só como um mecanismo de complementação salarial – necessário à reprodução da força de trabalho, mas como instrumento de controle social.

Assim a política social vai se firmando enquanto função estatal, fortalecendo a idéia de que o Estado é o principal agente implementador de políticas sociais.

O ano de 1936 foi no governo de Getúlio Vargas dedicado à assistência social. Neste mesmo ano, como dito anteriormente, foi criado o Laboratório de Biologia Infantil, um dos serviços direcionados à infância que espelha a influência concreta das propostas para a área social de seu governo, marcadas pela

(...) preocupação com a formação de um “novo homem” e a de uma “nova raça”, que aliada aos princípios da eugenia e ao ideal de valorização do trabalho, irão alimentar a ênfase na criança como futuro cidadão/trabalhador. (FONSECA, 1993, p. 99)

A organização nacional da assistência social como modalidade do serviço público foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 525 de 1938, com a instituição do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) no Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Após quatro anos, em 1942 cria-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), materializando a primeira instituição pública federal de assistência social. De acordo com o Decreto-Lei nº 4830, de 15 de outubro de 1942, seu objetivo era “prestar, em todas as formas úteis, serviços de assistência social, diretamente ou em colaboração com instituições especializadas, [a LBA] fica reconhecida como órgão de cooperação com o Estado no tocante e tais serviços” (art. 1º). Estatutariamente a presidência estava assegurada às primeiras-damas da república, a partir da idéia de que, por ser dirigida por pessoa tão próxima ao Presidente, explicitava a sua relevância. Por outro lado, o fato do cargo ser a elas atribuído, independentemente de sua formação técnica ou vinculação com a área, mostra um descompromisso com a eficácia deste trabalho. Além disto, este fato remete não só à valorização do papel da mulher como “rainha do lar”, responsável pela manutenção da família, já referida no Capítulo I, mas, também, à marcante presença feminina na promoção da caridade e da assistência ao pobre, sempre incentivada pela igreja católica.

A assistência social esteve carregada de um duplo objetivo, isto é, de conter conflitos e de responder ao agravamento da miséria.

Uma das características da política de assistência social, de acordo com PEREIRA (1995), é a de ser genérica na atenção e específica em relação aos destinatários, diferentemente das demais políticas sociais, que são genéricas na clientela e específicas na atenção. Com relação à política de assistência social, um bom exemplo é a própria LBA, que em seu programa de atendimento incluía os serviços mais díspares – assistência judiciária, atendimento médico-social e materno-infantil, distribuição de alimentos para gestantes, crianças e nutrízes, serviços de creches e abrigos para crianças, adolescentes e jovens, programas educacionais para o trabalho, assistência ao idoso (asilos e centros de convivência) sempre direcionados à população em estado de vulnerabilidade social. Por outro lado, as leis trabalhistas exemplificam uma proposta de política social, uma vez que garantem um benefício específico a todos os trabalhadores, por exemplo o pagamento de indenização ao operário ou à sua família em caso de acidente de trabalho.

ALENCAR (1997) afirma que a questão social foi se explicitando e sendo reconhecida politicamente “à medida que dava conteúdo e forma a uma estrutura jurídica e institucional responsável por regulamentar e gerir os conflitos e relações de trabalho” (pp. 102-103), ou

seja, dessa forma institucionalizou-se o papel do Estado como grande mediador do conflito capital x trabalho.

Aparentemente a tendência universal da política de bem-estar, de acordo com SANTOS (1979), inicia-se com programas relativos a acidentes de trabalho, expandindo-se para cobertura de velhice, invalidez e dependentes, atingindo posteriormente o auxílio à doença e à maternidade, alargando-se para abonos familiares chegando, por fim, ao seguro-desemprego. A legislação brasileira conforma-se a esta tendência, afinal o Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919 regulou as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho, definindo este episódio, obrigando o patrão a pagar uma indenização ao operário ou à sua família em caso de acidente decorrente do trabalho ou durante a execução deste; em seguida, foi aprovada uma legislação que tratava simultaneamente de velhice, invalidez e morte, doença e auxílio-maternidade. O Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, criou uma caixa de aposentadoria e pensões para os empregados das empresas de estradas de ferro existentes no país, sendo que de acordo com o seu art. 9º os empregados passaram a ter os seguintes direitos:

- 1º, a socorros medicos em casos de doença em sua pessoa ou pessoa de sua familia, que habite sob o mesmo tecto e sob a mesma economia;
- 2º, a medicamentos obtidos por preço especial determinado pelo Conselho de Administração;
- 3º, aposentadoria;
- 4º, a pensão para seus herdeiros em caso de morte.

Posteriormente o Decreto-Lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, instituiu o regime de benefícios de família dos segurados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e, finalmente a Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, criou uma espécie de auxílio-desemprego quando instituiu o cadastro permanente das admissões e dispensas de empregados, estabelecendo medidas contra o desemprego e de assistência aos desempregados.

A assistência social carrega, pois, uma pesada herança de assistencialismo e uma difícil definição de sua objetividade no conjunto das demais políticas sociais.

A evolução da assistência social no plano teórico migrou do modelo meritocrático<sup>60</sup> – onde as desigualdades são encaradas como naturais, não cabendo ao Estado intervir para

---

<sup>60</sup> Fundado na crença de que o problema da igualdade deve restringir-se à possibilidade de que todos os cidadãos tenham acesso aos recursos que os armariam para competir no “mercado” e na crença de que o jogo desimpedido da oferta e da procura seria suficiente para premiar os mais capacitados. De acordo com SANTOS (1979), o credo meritocrático sustenta que “os homens são desiguais (...) e a distribuição de benefícios econômicos e



remediá-las – para o modelo institucional redistributivista, que adota como princípio estruturante o direito do cidadão e o dever do Estado.

Segundo RODRIGUES (1986) “no campo específico da legislação social, a ação de Vargas significou, na realidade, a acentuação de uma tendência já observada nos anos anteriores” (p. 512). Benefícios já conquistados anteriormente por algumas categorias em função das greves e as novas leis promulgadas no setor trabalhista foram concentradas, em 1943, na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Porém, deve-se atentar para o fato de que durante a Era Vargas as questões trabalhistas foram tratadas sempre de cima para baixo, sempre sob a supervisão do governo que, com a lei sindical estabelecida pela Constituição de 1934, tirou a autonomia dos sindicatos, criando a figura do sindicalista “pelego”, ou seja, vinculado ao governo e um mero reprodutor das suas decisões.

A resolução da questão social precisava incluir todos os problemas de caráter econômico e social, pois, para o governo Vargas, o trabalho era não apenas instrumento para “ganhar a vida” mas, sobretudo, meio de “servir à pátria”.

Os mecanismos utilizados pelo Estado para manter sob controle a classe operária, entre eles sua política de “colaboração entre as classes” – que na verdade mascarava a luta entre trabalhadores e capitalistas – visava favorecer o processo de industrialização que interessava, sobretudo, à classe empresarial. De acordo com tal análise, percebe-se que o Estado Novo, longe do caráter operário que muitos procuram lhe imputar, manteve-se vinculado à burguesia, classe favorecida pelo projeto de seu governo. Diante desse quadro, compreende-se a expressão “pai dos pobres e mãe dos ricos” relativa ao governo de Vargas.

“Pai dos pobres” para uns, “mãe dos ricos” para outros ... Getúlio Vargas personificou o populismo no Brasil, manipulando com habilidade as carências do povo brasileiro para consolidar o seu poder e utilizando-o como uma das principais bases de sustentação do seu governo. Segundo FALLEIROS (1995), Vargas combinou em seu governo a “mão de ferro da repressão” com a implementação de medidas assistenciais e uma política social.

MONFREDINI (2003) afirma que a emergência no Brasil do sistema de proteção social foi, também, a fase da gênese da assistência social profissionalizada, através das ações desencadeadas no plano público. Somente num segundo momento se observa a expansão institucional do sistema de proteção social, “a assistência social caminha para sua

---

sociais reflete essa desigualdade, através do mercado, e nenhuma ação *pública*, tendo por objetivo escamotear esse duro fato, é legítima” (p. 18, grifo do autor).

estruturação, buscando substituir o ‘espírito’ filantrópico e religioso pelo conhecimento técnico científico, definindo sua representação institucional” (p. 50). Temos um movimento, de acordo com as análises de IAMAMOTO & CARVALHO (1985), em que, da caridade tradicional – levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas –, passa-se para a centralização e racionalização da atividade assistencial e da prestação de serviços sociais pelo Estado. Assim o Estado passa “a atuar sistematicamente sobre as seqüelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores”. (p. 79)

## **II.4 – Reafirma-se a Infância como Futuro da Nação**

Como vimos, implementar políticas sociais era uma questão absolutamente relevante para o Estado durante a Era Vargas, principalmente após o golpe de 1937 quando se investiu fortemente em um discurso de legitimação centrado na promoção da justiça social. A infância foi eleita como alvo privilegiado na implementação das políticas sociais já que corporificava os ideais de formação de um novo homem e de valorização do trabalho como caminho para a construção de um novo país. Portanto, várias ações governamentais incidiram diretamente sobre a infância, como parte importante do projeto de reformulação do papel do Estado. Conforme visto no capítulo anterior, já desde a década de 1920 a infância era encarada como um problema social, porém somente na década de 1930 começou a ser desenvolvida uma política nacional para essa faixa da população:

(...) denominada “política do menor”, articulando repressão, assistência e defesa da raça, se torna uma questão nacional, e, nos moldes em que foi estruturada, vai ter uma longa duração e uma profunda influência nas trajetórias das crianças e adolescentes pobres desse país. (FALEIROS, 1995, p. 70)

Com efeito, já em 1932 Getúlio Vargas (apud VILLENA, 1988, p. 261) advertia, em sua mensagem de Natal, aos interventores estaduais, que toda atenção devia ser dada “aos problemas concernentes à proteção e à saúde da infância, pois, nenhuma obra patriótica, intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país, excede a esta, devendo

---

constituir, por isso, preocupação dominante em toda atuação política verdadeiramente nacional”.

Em circular emitida, naquele mesmo Natal, Vargas qualificada como “uma prece em prol da infância no Brasil, um grito de patriotismo, que criou para o governo brasileiro uma obrigação moral e um compromisso de honra”, o presidente dizia que:

Os poderes públicos têm no amparo à criança, sobretudo quanto à preservação da vida, à conservação da saúde e ao desenvolvimento físico e mental, um problema de maior transcendência, chave da nossa opulência, principalmente em nossa terra, onde, mais talvez do que nas outras, se acumularam fatores nocivos à formação de uma raça forte e sadia. (apud Annaes Brasileiros de Gynecologia, 1936, p. 326).

O Brasil estaria no caminho certo desde que colocasse em prática as idéias que Vargas proferia, encharcadas das teorias racistas, higienistas e eugênicas. O projeto de construir um homem novo, o cidadão do Estado Nacional, transforma a infância em vetor, e para alcançá-lo seria necessário, inicialmente, levar a criança a tornar-se um adulto sadio, inculcá-lhe bons hábitos e uma disciplina racional. À criança foi atribuída a capacidade de construir uma nação forte, uma pátria una.



**Figura 9** – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.  
Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

Assim, três grandes áreas tornaram-se alvos da política social: a **família**, o **trabalho** e a **educação**. A primeira, por ser considerada como a base social, econômica e moral do homem. Sendo assim, “se o Estado voltava-se para o homem, era pela família que ele o atingia mais profunda e rapidamente. Desta forma, era pela família que o Estado chegava ao homem e este chegava ao Estado. Ela era a ‘célula política primária’, o *leitmotiv* do esforço produtivo dos indivíduos.” (GOMES, 2003, p. 448). O trabalho, por sua vez, por ser entendido como o meio pelo qual o homem se “integrava à sociedade em que vivia” (p. 447), necessitava, pois, que fosse nele impressa uma organização ao mesmo tempo humanista e científica, capaz de criar um novo conceito de trabalho e de trabalhador, este disciplinado e

produtivo. Fica claro que “a preocupação com a família e o trabalho era, portanto, uma questão central à proteção do homem brasileiro e ao próprio progresso material e moral do país” (p. 449). Foi neste sentido que a educação, o terceiro alvo, ganhou relevância por ser “apontada como o único e verdadeiro instrumento para uma profunda transformação na classe trabalhadora e no povo do país” (p. 449).

A **família** passou por transformações, como vimos no item I.2 do capítulo anterior, e passou a ser considerada instância privilegiada para a interiorização de um modo de vida afinado com o conjunto de valores e atitudes requeridos pela nova ordem social, tendo em vista que através dela se reproduzem papéis e funções sociais. ALENCAR (1997) reafirma a idéia que, se “a organização da produção material exigia um certo tipo de socialização do trabalhador e, conseqüentemente, de sua família, tornava-se imperativo a internalização de um modo de vida que implicasse uma nova ética das relações afetivas, do trabalho, do lazer” (p.100).

Essa preocupação com a família se revela nas Leis, Decretos-Leis, nas instâncias burocrático-administrativas e institucionais que foram criadas para protegê-la. A seguir algumas medidas promovidas pelas ações do Executivo federal, estadual e do antigo Distrito Federal que visavam diretamente à família.

Em 1934, foi criada a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância vinculada ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, sob a direção de Olinto de Oliveira<sup>61</sup>, sinalizando que doravante a preocupação de promover o bem-estar, a saúde, o desenvolvimento e a educação da criança – desde antes do nascimento, pela assistência à maternidade, até a idade escolar e a adolescência – era incumbência do Estado. Subentende-se que, do contrário, a tarefa política de construir uma verdadeira nação composta de homens racialmente fortes e úteis ao “progresso do país” poderia ficar comprometida.

---

<sup>61</sup> Mário Olinto de Oliveira (1898-1972) foi eleito membro da Academia Nacional de Medicina em 1958. Além de ter dirigido a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, trabalhou no Serviço de Puericultura da Cruz Vermelha e do Instituto Oswaldo Cruz e chefiou a equipe de pesquisa do Instituto Nacional de Puericultura.



**Figura 10** – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.  
Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

Em 1939, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº. 1765, de 10 de novembro, criando a Comissão Nacional de Proteção à Família, que tinha como incumbência elaborar projetos de lei com o fim de dar execução aos preceitos constitucionais pertinentes à proteção devida pelo

Estado à família e logo após elaborar o projeto do Estatuto da Família<sup>62</sup>, no qual seriam consubstanciados os princípios da política nacional a este respeito. A comissão formada visaria, segundo o art. 3º:

- I - Facilitar a realização do casamento: a) pela restrição dos impedimentos; b) pelo reconhecimento do casamento religioso; c) pela gratuidade dos atos do casamento civil; d) pela concessão de empréstimo para casamento.
- II - Instituir o abono familiar.
- III - Ampliar o conceito do bem de família.
- IV - Facilitar a aquisição de casa própria.
- V - Amparar a maternidade, a infância e a adolescência.
- VI - Dar proteção aos filhos ilegítimos.
- VII - Assegurar aos pais de família, sem prejuízo das condições de ordem geral, a preferência para o provimento nos empregos públicos e particulares.
- VIII - Instituir benefícios especiais em favor das famílias numerosas.
- IX - Facilitar às famílias pobres a própria manutenção e a educação da prole.
- X - Definir os crimes contra a família e suas sanções, e regular-lhes o processo e o julgamento.
- XI - Criar fontes de renda, mencionadamente o imposto sobre celibatários e casais sem filhos, para dar ao Estado os meios de ocorrer às despesas com a proteção à família.
- XII - Adotar as demais medidas que tenham por objetivo assegurar de qualquer outro modo a proteção à família.

Do trabalho desta comissão resultou o Decreto-Lei nº. 3200, de 19 de abril de 1941, que dispôs sobre a organização e proteção da família. Contando com XVI capítulos, esse Decreto-Lei, entre outras coisas, regulava o casamento de “colaterais do terceiro grau”, dispunha sobre os efeitos civis do casamento religioso, instituía a gratuidade do casamento civil, autorizava o desconto direto em folha do pagamento referente à pensão alimentícia, estabelecia incentivos financeiros ao casamento e à procriação – entre eles, o “abono familiar” para chefes de família numerosa, definida no art. 37 como aquela que “compreender oito ou mais filhos, brasileiros, até dezoito anos de idade, ou incapazes de trabalhar” –, facilitava o reconhecimento de filhos naturais e definia que sempre que o decreto-lei se referisse, de modo geral, a filhos, considerar-se-iam abrangidos os legítimos, os legitimados, os naturais reconhecidos e os adotivos, além de instituir que:

Art. 30 – As instituições assistenciais, já organizadas ou que se organizarem para dar proteção às famílias em situação de miséria, seja

---

<sup>62</sup> O “Estatuto da Família” foi um Decreto-lei datado de 7 de setembro de 1939 que assinado por Getúlio Vargas nunca chegou a ser promulgado.

qual for a extensão da prole, mediante a prestação de alimentos, internamento dos filhos menores para fins de educação e outras providências de natureza semelhante, serão, de modo especial, subvencionadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Antes disso, através do Decreto-Lei nº. 2024, de 17 de fevereiro de 1940, o governo federal fixou as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país, o que, nas palavras do Decreto-Lei, significaria

(...) criar para as mães e para as crianças favoráveis condições que, na medida necessária, permitam àquelas uma sadia e segura maternidade, desde a concepção até a criação do filho, e a estas garantam a satisfação de seus direitos essenciais no que respeita ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida. (Art. 1º).

Vale ressaltar que este mesmo Decreto-Lei criou um órgão federal responsável pela coordenação de todas as atividades nacionais relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência: o Departamento Nacional da Criança, que será foco de análise do próximo capítulo deste trabalho.

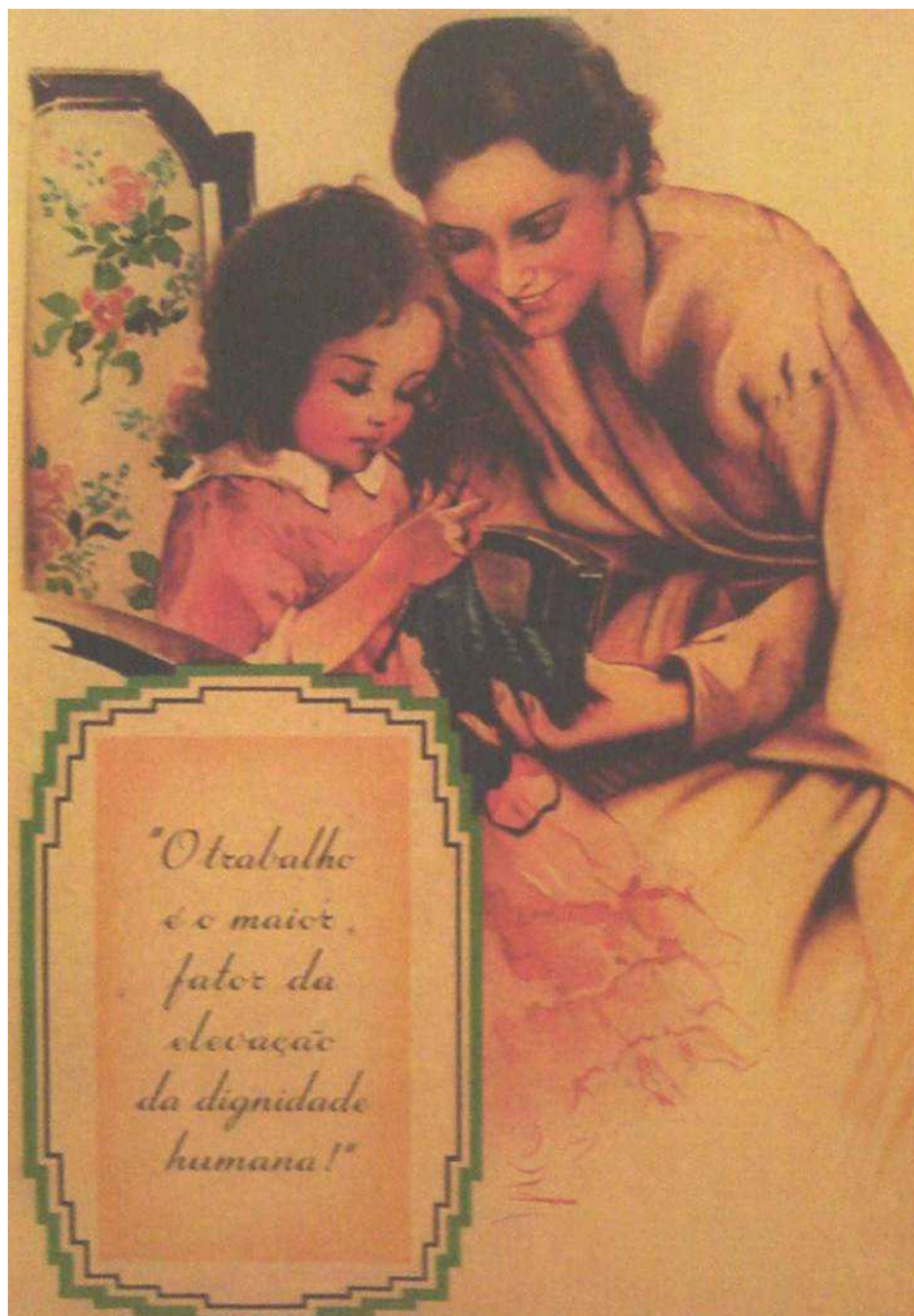
Os órgãos da administração estadual tiveram que se reestruturar para dar forma e operacionalizar muitas das propostas indicadas pelo Executivo Federal. Nesse sentido, de acordo com ALENCAR (1997), no âmbito dos estados foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública em 1938, que a partir de 1940 passou a contar com uma Divisão de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência e em 1942 foi criada a Fundação Lar Operário Fluminense que, através de uma atuação de cunho educativo, “visava dar assistência material, moral e espiritual às famílias trabalhadoras pobres” (p. 108). Cabe ainda destacar a criação da LBA, já mencionada anteriormente, voltada de início para apoiar os combatentes na II Guerra Mundial e suas famílias e que logo passou a prestar assistência suplementar à sociedade civil em geral.

No âmbito municipal, em 1944 foi reorganizada a Secretaria Geral da Saúde e Assistência na qual foram criados o Serviço de Reeducação e Readaptação Familiar e o Serviço de Vilas e Parques Proletários onde eram desenvolvidos programas de educação social e moral.

Com relação ao **trabalho**, por sua vez, GOMES (2003) afirma que a emergência de estabelecimentos e leis que guardam uma relação, direta ou indireta, com as questões relativas



a este tema, sobretudo o trabalho urbano, foi determinada por “uma ‘concepção totalista de trabalho’, atenta às mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação etc.” (p. 448).



**Figura 11** – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.  
Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

Ao lado de medidas de incentivo à indústria básica e da implantação de uma política financeira e cambial, medidas que fortaleceram a capitalização industrial, o Estado Novo elaborou uma legislação ligada às áreas trabalhistas e previdenciárias.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio reflete a disposição de Getúlio Vargas para alterar os rumos das políticas trabalhista, previdenciária e sindical até então adotadas pelos governos da Primeira República. Demonstrando a prevalência da economia agrícola, até então as questões relativas ao mundo do trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura, sendo na realidade praticamente ignoradas pelo governo e deixadas a cargo das oligarquias agrárias. Porém, a nova importância da indústria e do assalariado fez com que este novo Ministério concretizasse o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho e harmonizar as classes sociais por meio da regulamentação estatal via Justiça do Trabalho e o sindicalismo tutelado.

Do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fluiu a legislação trabalhista cujo vasto campo de aplicação, segundo SCHWARTZMAN (1983), poderia ser esquematizado em dois grandes grupos.

No primeiro seriam reunidas as providências de PROTEÇÃO AO TRABALHADOR, relativas às principais reivindicações, legalmente reconhecidas e asseguradas como direito individual do operariado brasileiro. No segundo grupo, indicar-se-iam as conquistas de caráter institucional, relativas à ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, que não representam, propriamente, direitos individuais do operário e sim prerrogativas da sua classe social. (p. 329 – grifos do autor).

Ao primeiro ministro do Trabalho, Lindolfo Collor (1931-1932), coube colocar em andamento medidas destinadas a mudar o padrão das relações de trabalho no país. Durante sua gestão, o Ministério conheceu intensa atividade legislativa e esboçou as linhas-mestras de sua atuação nos anos seguintes.

No campo da organização sindical, o Decreto nº 19.770, de março de 1931, denominado “Lei de Sindicalização”, tinha como objetivo fazer com que as organizações sindicais de empresários e trabalhadores tivessem como função precípua serem órgãos de colaboração do Estado. A nova lei adotava o princípio da unidade sindical, ou seja, apenas um sindicato por categoria profissional por região era reconhecido pelo governo. Apesar da sindicalização não ser obrigatória, a lei estabelecia quem poderia pertencer ao sindicato, e mais, o funcionamento deste passa a depender de registro no recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Pelo Decreto nº 22.132, de 25 de novembro de 1932, fixou-se que somente empregados sindicalizados poderiam apresentar reclamações trabalhistas perante as Juntas de Conciliação e Julgamento. Afetadas de formas diferentes, lideranças católicas, empresariais e de trabalhadores reagiram contra essa política de enquadramento, pois, embora a

sindicalização permanecesse facultativa, os não-sindicalizados eram deixados fora do acesso aos benefícios garantidos pela legislação social.

Com o intuito de viabilizar o novo modelo de sindicalismo, tratou-se também de introduzir outras leis trabalhistas e previdenciárias. No que se refere à questão dos direitos trabalhistas, o governo procurou atender algumas reivindicações históricas do proletariado, justificando-as, todavia, como uma outorga pelo Estado de direitos aos trabalhadores.

Tanto na gestão de Lindolfo Collor, que deixou o ministério em março de 1932 como, principalmente, na do seu sucessor Salgado Filho (1932-1934), foram inúmeras as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as relações de trabalho no país. Salgado Filho implementou algumas delas do período anterior, como o trabalho feminino e as Comissões Mistas de Conciliação. Além disso, instituiu, em março de 1933, a carteira profissional e criou os Institutos de Aposentadoria e Pensões, que revolucionaram o tratamento da questão previdenciária no país. Estes se juntaram às Caixas de Aposentadoria e Pensões que já funcionavam desde a década de 1920. Eram, contudo, órgãos controlados pelo Estado e responsáveis pela extensão de direitos sociais a categorias de trabalhadores em âmbito nacional. Durante a década de 1930, foram criados Institutos de Aposentadoria e Pensões de várias categorias como industriários, comerciários, bancários, funcionários públicos etc.

Em julho de 1934, Agamenon Magalhães assumiu a pasta do Trabalho. Sua gestão foi marcada pela intensificação do controle ministerial sobre as organizações sindicais e pela instituição do seguro em caso de acidente de trabalho e de indenizações em caso de demissão sem justa causa. A gestão seguinte ficou a cargo de Valdemar Falcão (1937-1941), que regulamentou o salário mínimo em 1938 e criou, em agosto de 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Em 1º de maio de 1941 foi finalmente inaugurada a Justiça do Trabalho. Entre junho e dezembro de 1941, o ministério foi dirigido interinamente por Dulfé Pinheiro Machado. Em seguida a pasta foi entregue a Marcondes Filho que permaneceu até a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Podemos destacar, em sua gestão, a sistematização e o aprimoramento de toda a legislação social até então produzida, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

À **educação**, o terceiro objeto da política social varguista, era atribuído o “poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (SCHWARTZMAN, BOMEY, & COSTA, 2000, p. 69).



**Figura 12** – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.  
Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

Foi na transição do Império para República que o chamado “movimento de entusiasmo pela educação” surgiu; contava com participação popular e de entidades da sociedade civil e teve como principal veículo de divulgação as inúmeras “Ligas contra o analfabetismo”. Esse movimento concentrou suas forças nas campanhas de expansão quantitativa da rede escolar e de alfabetização da população pois pregava a alfabetização como instrumento político, uma vez que possibilitaria o aumento do contingente eleitoral, tendo em vista que os analfabetos não tinham direito de voto.

Neste sentido, a Primeira República tentou várias reformas, sem êxito, para solucionar os problemas educacionais. A primeira delas, empreendida por Benjamin Constant em 1890, tinha como princípios orientadores a liberdade e a laicidade do ensino, além da gratuidade da escola primária. Uma das intenções desta Reforma era transformar o ensino secundário, dando-lhe um caráter humanístico e não apenas preparatório para os cursos superiores; outra, era substituir a predominância literária pela científica, o que ocorreu pelo acréscimo de matérias científicas (matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia e moral) às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico<sup>63</sup>.

Essa reforma não chegou a ser posta em prática e outras se seguiram: a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, desoficializou o ensino, isto é, restabeleceu no país a doutrina da liberdade de instrução, tornando as escolas – fundamentais, secundárias e superiores – estabelecimentos autônomos, tanto didática como administrativamente, e determinou a realização de exames de admissão, com provas escritas e orais aos candidatos aos cursos secundários. A reforma de Carlos Maximiliano, Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, reoficializou o ensino no Brasil, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o acesso às escolas superiores através da instituição do exame vestibular. A reforma Rocha Vaz, Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, estabeleceu uma legislação que permitia ao Governo Federal uma ação conjunta com os Estados no atendimento ao ensino primário; além disso, introduziu a cadeira de “Instrução Moral e Cívica” nos cursos primário e secundário e ampliou os poderes da “Polícia Escolar”, concedendo-lhe um status de “Polícia Acadêmica”, passando o Governo a reprimir qualquer manifestação contrária às suas decisões. Essas, porém, não passaram de tentativas frustradas, ficando longe de poderem ser consideradas uma política nacional de educação (ROMANELLI, 1982).

A intensificação do capitalismo industrial determinou o aparecimento de novas exigências educacionais e, sob o lema “Escola para todos”, a Educação assumiu dimensão de problema nacional. O movimento de entusiasmo pela educação toma novo fôlego na década de 1920 e, de acordo com BASTOS (1998), privilegia uma “abordagem pontual e individualizante (...) como a única possível e suficiente: as reformas são feitas por cada um dos estados, cada escola modifica seus regulamentos, cada turma é avaliada por suas características, cada criança é tratada a partir de seus problemas” (p. 94).

---

<sup>63</sup> O modelo de ensino enciclopédico sobreleva a quantidade da informação oferecida, acreditando que, quanto mais conteúdos forem passados aos alunos, mais estes se desenvolveriam.

Em 1931 ocorreu a IV Conferência Nacional de Educação<sup>64</sup>, cujo tema central era “As Grandes Diretrizes da Educação Popular”. Contou com a presença de Getúlio Vargas e de Francisco Campos, ministro do recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Nesta conferência ficaram claras as quatro forças políticas que se contrapunham no campo educacional, naquele momento, cada uma identificada por um grupo de seguidores. O primeiro, e um dos mais fortes, era o dos pensadores conservadores católicos, descontentes com as reformas do ensino acontecidas nos anos 20, contrários a todas as teses escolanovistas – que serão vistas mais à frente –, mas, principalmente, contra a laicidade do ensino. O segundo grupo – composto pelos chamados “liberais” – congregava os que defendiam as teses da pedagogia nova e propunham a obrigatoriedade, a laicidade, e a publicidade do ensino; tendo ficado conhecidos como os “profissionais da educação”. O terceiro grupo aproximava-se dos católicos, mas seus membros se mostravam ainda mais conservadores, eram contrários às melhorias qualitativas das escolas populares e se opunham também à democratização das oportunidades de escolarização para a maioria da população. O quarto grupo era formado por cidadãos oriundos das classes populares que, fortemente influenciados pelo pensamento do Movimento Operário, defendia a democratização do ensino, dizendo que, por trás da ignorância, estava a fome.

Estes quatro grupos empenhavam-se em traçar diretrizes educacionais para o projeto de um “Brasil Novo”. Cada um à sua moda pretendia trazer contribuições para a melhoria da educação nacional. Na verdade, todos buscavam ser a força hegemônica capaz de construir as diretrizes educacionais da nova República. Entretanto, os dois primeiros grupos – os conservadores-católicos e os liberais – representavam as maiores forças e, tanto quanto os governistas, pretendiam uma “reforma dentro da ordem” – eram o movimento de “entusiasmo pela educação”.

Este movimento perde forças em função da entrada em cena dos chamados “intelectuais da educação” que criticam o simples aumento quantitativo da instrução popular. Ligados aos órgãos de governo responsáveis pela educação, implantaram uma série de reformas visando à otimização do ensino através da melhoria das condições didáticas com técnicas pedagógicas. Constituíam-se um novo movimento: o “otimismo pedagógico”, fortalecido pelos escolanovistas preocupados com a qualidade do sistema educacional, seu bom funcionamento

---

<sup>64</sup> Desde o final da década de 20 a Associação Brasileira de Educação reunia os educadores de todo o país para debater os grandes temas da educação nacional.

e sua modernização. Desta forma a escola deixa de ter um caráter político tornando-se um problema de técnica.

Na década de 1920, o ideário da Escola Nova, proposto por Dewey<sup>65</sup>, já estava amplamente disseminado no meio educacional brasileiro e conjugava-se muito bem com o nascente movimento do otimismo pedagógico. Tendo como ponto de partida a crítica à “Pedagogia Tradicional”, a “Pedagogia Nova se apresentou na forma de um pensamento educacional completo, na medida em que compreendia uma política educacional, uma teoria da educação e de organização escolar e metodologia próprias” (GUIRALDELLI JR, 1990, p. 26). Esta característica permitiu ao “escolanovismo” compor um conjunto de regras que orientou as reformas educacionais estaduais, visto que vários dos chamados “educadores novos” ou “pioneiros da Educação Nova” faziam parte da administração das Diretorias de Instrução Pública em vários estados: São Paulo – Sampaio Dória (1920-1925), Lourenço Filho (1930-1931), Fernando Azevedo (1933) e Almeida Jr. (1935-1936); Pernambuco – Carneiro Leão (1928-1930); Minas Gerais – Francisco Campos (1927-1930); Ceará – Lourenço Filho (1922-1923); Bahia – Anísio Teixeira (1925-1927), e na capital federal, Rio de Janeiro – Carneiro Leão (1922-1926), Fernando Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935). Desta forma, pode-se concluir que a expansão do escolanovismo pelo Brasil deveu-se à inserção de seus postulantes no campo das iniciativas públicas.

A pedagogia científica e a Escola Nova foram as propostas de maior relevância no sentido de prestar um “bom serviço” ao Estado, propondo diretrizes educacionais para o projeto de um “Brasil Novo”.

O escolanovismo coloca a criança como centro do processo ensino-aprendizagem ao propor uma aprendizagem ativa, onde a criança, com seus interesses, necessidades e capacidades individuais, deve ser respeitada, por ser o principal fim da educação. Um de seus efeitos foi abrir caminho para a psicologização dos temas pedagógicos, pois de uma maneira geral, atribui grande importância ao estudo e ao conhecimento das características “intrínsecas” ao processo de aprendizagem: percepção, inteligência, capacidade, interesse e destreza. Segundo SAVIANI (1986) “a partir das experiências levadas a efeito com crianças ‘anormais’ é que se pretendeu generalizar procedimentos pedagógicos para o conjunto do sistema escolar” (pp. 11-12). Ainda segundo este autor, ocorreu uma “espécie de bio-

---

<sup>65</sup> John Dewey (1859-1952), filósofo e pedagogo norte-americano, cunhou a expressão “escola ativa” para denominar o ensino baseado em experiências práticas. Dedicou esforços na aplicação da psicologia a problemas da educação. Além disto, tem grande importância para a psicologia devido ao desenvolvimento de um alicerce filosófico para o funcionalismo.

psicologização da sociedade, da educação e da escola” (p. 12). Isto pode ser verificado, por exemplo, pela presença obrigatória da disciplina Psicologia no currículo da Escola Normal desde 1916<sup>66</sup>.

Os movimentos de renovação escolar e de racionalização do trabalho colaboraram para a transformação da Psicologia em conhecimento chave para explicar e nortear as ações didático-pedagógicas. Esta se torna modelo interpretativo hegemônico no campo da educação, tendo Lourenço Filho<sup>67</sup> como um de seus principais intérpretes. LOURENÇO FILHO (1967) em seu livro “Introdução ao Estudo da Escola Nova” apresenta os princípios da Escola Nova: respeito à personalidade do educando ou o reconhecimento de que ele deverá dispor de liberdade; compreensão funcional do processo educativo, quer sob o aspecto individual, quer social; compreensão da aprendizagem simbólica em situações de vida social; e, compreensão de que as características de cada indivíduo serão variáveis, segundo a cultura da família, seus grupos de vizinhança, de trabalho, recreação, vida cívica e religiosa.

Para Lourenço Filho, os testes seriam o principal instrumento a ser utilizado para avaliar as capacidades individuais e controlar as ações pedagógicas. Neste sentido, foi fortemente influenciado pelos textos de Claparède<sup>68</sup> que tratavam do tema, dando grande relevo aos testes, às medidas e padrões. Lourenço Filho participa da divulgação dos princípios escolanovistas, incrementa as atividades de laboratório na formação de professores, ajuda a psicologia a se afastar da psiquiatria e do campo das doenças mentais ao trabalhar com aspectos normais do comportamento da criança, favorecendo a criação de um campo próprio de investigação para a psicologia. Todas essas atividades estão norteadas pela doutrina liberal e sua ênfase na liberdade e nas capacidades individuais.

A coroação deste processo ocorreu com a fundação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1930, que produziu a centralização de estudos e pesquisas sobre o problema da educação, podendo-se afirmar que “o antigo caos e a anterior dispersão dos serviços educacionais cederam lugar a um sistema nacional harmônico, coeso e funcional, que comunica a todas as instituições e aparelhos do nosso ensino uma mesma dinâmica e um só sentido” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 359).

---

<sup>66</sup> Decreto nº 1059, de 14 de fevereiro de 1916, que normaliza a nova organização da Escola Normal do Município do Distrito Federal.

<sup>67</sup> Ver nota 46.

<sup>68</sup> Édouard Claparède (1873 -1940), psicólogo e médico suíço, é considerado em seu país o primeiro nos estudos da Psicologia da Criança. Em 1930, esteve no Brasil a convite de Helena Antipoff e ministrou cursos e palestras na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Influenciou grandes pensadores da Psicologia, entre eles Helena Antipoff, Lourenço Filho e Jean Piaget. Mais informações ver CAMPOS, 2001.



O Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública tinha, entre outras atribuições, unificar a política educacional e formular um projeto cívico-pedagógico para engendrar um “novo homem brasileiro”. Neste sentido, o sistema educacional brasileiro foi estruturado dentro de uma lógica de **educação** “formadora de capital humano”, ou seja, voltada para o mundo do **trabalho**. Em 1931, o governo provisório sanciona uma série de decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras, o que ficou conhecido como Reforma Francisco Campos.

Em 1934, com a nova Constituição, pela primeira vez a educação aparece como direito de todos, devendo ser ministrada pela **família** e pelos Poderes Públicos. Ainda em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo, a primeira a ser criada e organizada segundo as normas instituídas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras proposto em 1931. Em 1935 o Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, cria a Universidade do Distrito Federal, com uma Faculdade de Educação na qual se situava o Instituto de Educação.

Porém, com a promulgação da Constituição de 1937, o Estado Novo se desincumbiu da educação pública, pois a arte, a ciência e o ensino passaram a ser livres à iniciativa individual ou de associações particulares, tirando do Estado o dever da educação. Isto ocorreu embora o próprio Vargas, em discurso intitulado “A instrução profissional e a Educação”, proferido em 1938, se afirmasse convencido “de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: – é preciso que todos os brasileiros recebam educação” (p. 120).

Como já vimos, o Estado Novo foi marcado pela valorização da nacionalidade e da soberania nacional, sustentáculo da proposta de implantação de um regime autoritário que deu ênfase a atividades cívicas promotoras do patriotismo. Em 1942, outra grande reforma do ensino ocorria com a decretação das chamadas Leis Orgânicas do Ensino – série de Decretos-Leis que ficaram conhecidos também como Reforma Gustavo Capanema. A maior inovação desta reforma foi a oficialização do “dualismo educacional”, isto é, “a organização de um sistema de ensino bifurcado, com ensino secundário público destinado às elites condutoras e um ensino profissionalizante para as classes populares” (GUIRALDELLI JR, 1990, p. 84). A Lei Orgânica do Ensino Secundário, decretada em 1942, ficou bem distante dos princípios escolanovista pois deixava claro que a escola deveria contribuir para a divisão de classes, separando dirigentes e dirigidos pelas diferenças de chances de aquisição cultural.

Outras Leis Orgânicas surgiram, criando um sistema de ensino profissionalizante; este não atendeu aos interesses imediatistas da industrialização crescente, nem aos anseios das classes médias que se esforçavam para manter os filhos no ensino secundário alimentando o sonho da ascensão social de modo individual, evitando assim a profissionalização precoce. Diante desse quadro, o governo acabou por criar um sistema profissionalizante em paralelo com a rede pública: o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambos em parceria com a iniciativa privada.



**Figura 13** – Página extraída de 'A juventude no Estado Novo'.  
Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

Algumas outras entidades que, posteriormente, passaram a ter grande importância nos processos de educação formal do país, também foram criadas neste período: o Instituto

Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)<sup>69</sup>, o Instituto Nacional do Livro e o Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. GUIRALDELLI JR (1990) comenta que “independentemente do conservadorismo ou dos possíveis avanços que se possa encontrar na Reforma Capanema, sua notabilidade e relevância se deu pelo seu caráter pioneiramente sistematizador do ensino nacional” (p. 88).

Paralelamente à ampliação do sistema educacional em nível nacional, ocorreram algumas outras iniciativas visando a criação de uma organização da juventude. Um primeiro projeto foi elaborado em 1938, idealizado pelo Ministro da Justiça Francisco Campos. Esse projeto inicial propõe a criação da Organização Nacional da Juventude, instituição de âmbito nacional e caráter paramilitar, voltada para jovens dos 13 aos 18 anos. Inspirada em organizações similares então existentes na Itália e na Alemanha, seguindo os moldes fascistas, a criação da Organização Nacional da Juventude foi discutida no interior do próprio governo; entretanto, esse projeto sofreu várias críticas e foi duramente combatido. O então ministro da Guerra, general Eurico Dutra, denunciou a inspiração externa do projeto, estranho às tradições do Brasil e mostrou-se contrário ao caráter paramilitar previsto para a organização.

Na versão final, Decreto-Lei n.º. 2072, de 8 de março de 1940, foi implantada a Juventude Brasileira, cuja organização desfazia de qualquer traço que a fizesse parecer uma milícia. A proposta aprovada era a de uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, um movimento com a finalidade de promover a educação cívica, moral e física da infância e da juventude e o fortalecimento da pátria através do culto dos símbolos nacionais. Entretanto, seu âmbito de ação acabou por se limitar ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais e, em 1944, a proposta do Ministro Capanema de extinguir o quadro de funcionários da secretaria geral da Juventude Brasileira e incorporá-los à Divisão de Educação Física é efetivada sem muito estardalhaço pelo Decreto n.º. 17889, de 26 de agosto de 1945.

Apesar das mudanças na política e na economia, assim como das novas relações de sociabilidade que redundaram em outro conceito de social, com relação à assistência e proteção à infância, restava um “solo” assistencial que adquiriria uma nova roupagem, é o que

---

<sup>69</sup> Foi criado, por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, sendo chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. No ano seguinte, o órgão iniciou seus trabalhos de fato, com a publicação do Decreto-Lei n.º 580, regulamentando a organização e a estrutura da instituição e modificando sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Segundo o Decreto-Lei, cabia ao INEP “organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos”. Também cabia ao INEP participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

se apresenta no próximo capítulo. O projeto de reformulação do papel do Estado repercutiu diretamente na legislação voltada para a infância, à medida que a situação de carência da criança era associada ao quadro social de pobreza da população. Deflagrando a existência de dois alvos para as ações do Estado: a criança e o menor, uma série de leis é criada na passagem dos anos 30 para os 40, focalizando, por um lado, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, através de programas de educação e saúde, que buscavam estruturar políticas sociais básicas (Conselho Nacional de Serviço Social, Departamento Nacional da Criança, Legião Brasileira de Assistência); e, por outro, a recuperação e o controle dos menores abandonados e delinquentes, através da internação e repressão à criminalidade (Serviço Nacional de Menores/S.A.M., Delegacias de Menores).

## CAPÍTULO III

### INFÂNCIA: UM PROBLEMA PÚBLICO NACIONAL

Acompanhou-se no capítulo anterior como, durante a Era Vargas, o Estado brasileiro redefiniu suas formas de intervenção na sociedade e implantou uma política de cunho social, assumindo funções na área da saúde, educação, previdência e assistência. Neste período novas formas de gestão dos problemas dos excluídos começaram a ser implementadas e desta política surgiram três grandes áreas que se tornaram alvos privilegiados da política social: a **família**, o **trabalho** e a **educação**. Neste capítulo será tema a política social instaurada no Estado Novo no que tange aos serviços de assistência voltados principalmente à infância. Investigar-se-á a criação de dois órgãos federais que tinham este objetivo: o Departamento Nacional da Criança (DNCr) – que coordenava as ações de proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país e o Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.) – que sistematizava os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, ambos já citados no capítulo anterior. Tornava-se nítida na política de Estado a diferenciação de duas categorias indiscutivelmente separadas e específicas: a criança e o menor.

Além de investigar a implementação de políticas de proteção e assistência à infância através do DNCr e do S.A.M., pretendo apontar como o discurso psicológico foi sendo incorporado às práticas cotidianas desses órgãos. Porém, para entender as condições de possibilidade para esta incorporação é preciso tecer alguns comentários sobre a entrada do discurso psicológico no Brasil.

De forma alguma pretendo fornecer um panorama exaustivo e completo deste assunto, até porque sobre a historiografia da psicologia no Brasil vasto material tem sido produzido e

publicado por pesquisadores articulados em torno deste tema. Destaco, entre os grupos de pesquisa, alguns: o de “História da Psicologia”<sup>70</sup>, o de “História da Psicologia e Contexto Sócio-Cultural”<sup>71</sup>, o “GT em História da Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia”<sup>72</sup>, o de Subjetividade e História<sup>73</sup>, e o de “História da Psicologia e História da Educação em Minas Gerais”<sup>74</sup>.

A Psicologia alcançou o estatuto de ciência autônoma na Europa em fins do século XIX, porém, sua entrada e desenvolvimento no Brasil ocorreram de forma gradativa, trazida por brasileiros que iam estudar e se aperfeiçoar no exterior e por estrangeiros que aqui vieram convidados para ministrar cursos, dar conferências ou prestar assessorias.

Os primeiros sinais desta entrada podem ser percebidos, na virada do século XX, pela presença nas teses apresentadas nas Faculdades de Medicina, da Bahia e do Rio de Janeiro, com temas de interesse psicológico. Percebe-se nestas produções uma diferença relativa aos temas priorizados: nos trabalhos apresentados na Faculdade da Bahia, a preocupação principal estava relacionada com a aplicação da psicologia nos problemas sociais, como na Higiene Mental e Psiquiatria Forense. Por outro lado, na Faculdade do Rio de Janeiro, os interesses estavam relacionados à psicologia experimental em suas interseções com a neuropsiquiatria e a neurologia (PESSOTTI, 1988).

A formação de um saber psicológico brasileiro em moldes acadêmicos se inicia nas Faculdades de Medicina – da Bahia e do Rio de Janeiro – e nas escolas de formação do magistério. PESSOTTI (1989) chama esse período de “institucional” da psicologia no Brasil e afirma que foram os profissionais da medicina e da educação, preocupados com questões científicas, que se vincularam a esta área específica do saber chamada Psicologia.

A história dos laboratórios brasileiros de Psicologia é imprecisa, porém, OLINTO (1944) registra que, nas primeiras décadas do século XX, funcionaram oito bons laboratórios de Psicologia Experimental só no Rio de Janeiro. Afirma ainda, que este movimento de criação de Laboratórios de Psicologia também esteve presente nos estados de São Paulo e Minas

---

<sup>70</sup> Funcionando desde 1983, reúne pesquisadores de diversas instituições de ensino: FRB, PUC-MG; PUC-SP; UFES; UFSC; UNEB e UNIB.

<sup>71</sup> Funcionando desde 1991, reúne pesquisadores de diversas instituições de ensino: FEAD-MG, PUC-MG, UFMG e UFOP.

<sup>72</sup> Funcionando desde 1996, o GT reúne pesquisadores, vinculados aos programas de pós-graduação das seguintes instituições de ensino: PUC-SP, UERJ, UFBa, UFMG, UFRGS, UNB, UNESP, UniMarco, USP e USP-Ribeirão Preto.

<sup>73</sup> Funcionando desde 2000, reúne pesquisadores de diversas instituições de ensino: UERJ, UFF, UFRJ e UNESA.

<sup>74</sup> Funcionando desde 2003, reúne pesquisadores da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Gerais. Muitos destes Laboratórios de Psicologia eram comandados por médicos e estavam vinculados a Hospitais, principalmente aos voltados ao atendimento de alienados; alguns outros nasceram ligados às Escolas Normais e, freqüentados por normalistas e outros estudantes, promoviam cursos de aperfeiçoamento e conferências o que colaborou para a divulgação da Psicologia.

Este período é caracterizado por ANTUNES (1991) pela pregnância de uma “preocupação com os fatos de natureza psicológica, especialmente relacionados aos métodos de ensino, pois estes remetem à necessidade de conhecimento a respeito do educando e à formação do professor” (p. 61)

Em análise feita a partir da produção escrita sobre Psicologia no Brasil, JACÓ-VILELA (1999) afirma que neste momento houve uma “opção por estudar o indivíduo isolado, considerando seus processos cognitivos e afetivos como dados, ‘naturais’, próprios da ‘essência humana’. Opção que lhe garante – ou com a qual espera alcançar – um lugar entre as Ciências (...)”.

A preocupação com os fenômenos psicológicos também aparecia vinculada à outra área do saber: a Educação. Na passagem da década de 1920 para a de 1930, em meio aos debates sobre a importância da Educação para a formação da nacionalidade e o progresso da nação, o movimento de organização científica e institucionalização acadêmica da Psicologia ganhou maior densidade teórica e expressão pública.

Segundo MONARCHA (2001), foi nesta época que “a psicologia aplicada à educação recebeu um poderoso impulso (...) graças ao chamado ‘movimento dos testes’ no âmbito de várias Escolas Normais e Diretorias-Gerais da Instrução Pública” (p. 14). Foi o aperfeiçoamento das técnicas de diagnose e predição científica, utilizando provas breves e objetivas na forma de testes, escalas e questionários passíveis de aplicação em larga escala, que possibilitou que os saberes e práticas psicológicas passassem a ocupar espaço mais significativo dentro do modelo assistencial adotado para a infância.

Este movimento de implementação e expansão dos procedimentos de classificação e mensuração dos indivíduos, de acordo com suas habilidades e características psicológicas, deveu-se em muito a sua aliança com o projeto idealizado pelo Estado brasileiro. Nas décadas de 1930 e 1940 o país passava por um processo de modernização e a tarefa que se colocava era: formar bons trabalhadores, indivíduos considerados úteis à sociedade; e a Psicologia oferecia ferramentas que possibilitariam estimular de forma coordenada e

científica as habilidades naturais dos indivíduos. A aplicação de testes psicológicos visava tanto a constituição de turmas homogêneas como a orientação para alocação no mercado de trabalho. E proliferaram-se estudos e ensaios onde a Psicologia aplicada à Educação, aparece alicerçando propostas pedagógicas, visto que oferecia um método objetivo para o conhecimento do homem e de seu processo evolutivo (MASSIMI, 1990).

Foi com o “movimento dos testes” que a Psicologia conquistou espaço para se expandir, afinal, escapa dos muros dos laboratórios e ganha mundo. São os reflexos destes movimentos que se buscará, a seguir, nas primeiras ações implementadas pelo DNCr e pelo S.A.M..

### **III.1 – O DNCr: “salvar a família para proteger a criança”**

Um corpo burocrático e administrativo começou a se formar em 1930 dentro do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, discutindo principalmente como deveria se organizar a política de proteção materno-infantil. A atuação de um grupo de médicos puericultores, imbuídos de um discurso universalista, propunha criar uma política para todas as mães e crianças, e não somente para as pobres. Os marcos mais importantes deste processo foram: a realização de uma Conferência Nacional de Proteção à Infância, em 1933; a criação de uma diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, que existiu no período entre 1934 e 1937; e a substituição desta por uma Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, que existiu entre 1937 e 1940, quando foi transformada no DNCr.

Voltado para o atendimento à criança, o Decreto-Lei 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país. Determinava que deveria haver articulação entre os órgãos administrativos relacionados com a questão em níveis federal, estadual e municipal, além da necessidade de prover a cooperação destes com as instituições particulares de assistência voltadas para este campo.

VASCONCELOS (1940), ao analisar a significação do Decreto-Lei de criação do Departamento Nacional da Criança, afirma que:

(...) o problema da criança encontrava-se por assim dizer asfíxiado, sem possibilidade de solução razoável (...). Problema ao mesmo tempo sanitário, sociológico, político, jurídico, problema de segurança e defesa nacionais, não deveria continuar na dependência da autoridade da Saúde Pública (...). (p. 5)



Este Decreto-Lei criou, entre os órgãos da administração federal, o DNCr, como aquele supremo, de coordenação de todas as atividades nacionais, realizadas nos níveis federal, estadual e municipal, relativas à proteção à maternidade, à infância e à adolescência, tendo como competência especial:

- a) realizar inquéritos e estudos relativos à situação, em que se encontra, em todo o país, o problema social da maternidade, da infância e da juventude;
  - b) divulgar todas as modalidades de conhecimentos destinados a orientar a opinião pública sobre o problema da proteção à maternidade, à infância e à adolescência, já para o objetivo da formação de uma viva consciência social da necessidade dessa proteção, já para o fim de dar aos que tenham, por qualquer forma, o mister de tratar da maternidade ou de cuidar da infância e da adolescência os convenientes ensinamentos desses assuntos;
  - c) estimular e orientar a organização de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares destinados à proteção à maternidade, à infância e à adolescência;
  - d) promover a cooperação da União com os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre, mediante a concessão do auxílio federal para a realização de serviços destinados à proteção, à maternidade, à infância e à adolescência;
  - e) promover a cooperação da União com as instituições de caráter privado, mediante a concessão da subvenção federal destinada à manutenção e ao desenvolvimento dos seus serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência;
  - f) fiscalizar, em todo o país, a realização das atividades que tenham por objetivo a proteção à maternidade, à infância e à adolescência.
- (Decreto-Lei 2.024/40)

Vê-se logo, pela leitura de suas finalidades, que o DNCr não é destinado a executar serviços, mas sim um órgão normativo, de coordenação, orientação e estímulo a outras ações. O Decreto-Lei que o criou, no entanto, era bastante abrangente concedendo ao DNCr prerrogativas pelas quais os médicos puericultores, do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, lutaram durante muito tempo para conquistar, sendo a mais importante delas a exigência de que estados e municípios organizassem serviços congêneres nos moldes propostos pelo Departamento. A cruzada pela salvação da criança, como já visto no Capítulo I, iniciou-se ainda no período da Primeira República, com o lema: “salvar a criança para salvar o país”, sendo importante marcar que com a criação do DNCr este lema sofre uma mudança e a fórmula que passou a ser utilizada era: “salvar a família para proteger a criança”. Formava-se um conjunto indivisível reunindo a pátria, a família, a mulher e a criança.

Através do cuidado com a gestante, cuidava-se da criança, antes mesmo de seu nascimento; assim, seria possível preparar e preservar o adulto, futuro trabalhador. Segundo PEREIRA (1992) o Estado deveria intervir para manter a estabilidade da família evitando que ela fosse atingida por qualquer tipo de ameaça; para tanto, uma rede de instituições deveria ser formada seguindo os preceitos científicos elaborados pelo DNCr.

O fim último do Departamento seria o de manter a estabilidade da família através da união do Estado e da sociedade. Uma vez mais, o papel da mãe é privilegiado: ela é responsável pelos cuidados físicos e pela educação moral das crianças, devendo mantê-las saudáveis e na escola. Havendo qualquer falha neste intento, a criança deveria ser resguardada dos perigos da falta de cuidados e da má convivência, sendo, portanto, enviada para uma das instituições sob a tutela do Estado – administradas S.A.M. – que será analisado mais à frente neste capítulo. Assim, o DNCr tem como um de seus principais objetivos:

(...) criar para as mães condições que lhe permitam uma sadia e segura maternidade, e para as crianças as garantias dos seus direitos essenciais quanto ao desenvolvimento físico, à conservação da saúde, do bem estar e da alegria, à preservação moral e à preparação para a vida. (LIMA, 1947, p. 240)

Logo que foi criado o DNCr, sua direção geral foi entregue ao Dr. Olympio Olinto de OLIVEIRA<sup>75</sup> que, em discurso veiculado na “Hora do Brasil”, já afirmava ser “impossível ao Departamento atacar logo de começo todo o conjunto da obra que lhe atribue a lei” (1940A, p. 8), apontando dentre os problemas mais urgentes e preocupantes os que serão priorizados:

São eles, quanto à maternidade, à higiene pré-natal e à assistência ao parto; quanto à criança, a mortalidade infantil e a questão correlata, da alimentação; quanto ao adolescente, a proteção ao menor abandonado e a profilaxia da vagabundagem e da delinquência. (p. 8)

O Decreto-lei 3.775, de 30 de outubro de 1941, dispôs sobre sua organização, dividindo-o em quatro órgãos: a Divisão de Proteção Social da Infância, dirigida pelo Dr. Gustavo Lessa<sup>76</sup>, a Divisão de Cooperação Federal, dirigida pelo Dr. Gastão de Figueiredo<sup>77</sup>, o Serviço de Administração, chefiado por Álvaro Alves de Sá<sup>78</sup> e o Instituto Nacional de Puericultura,

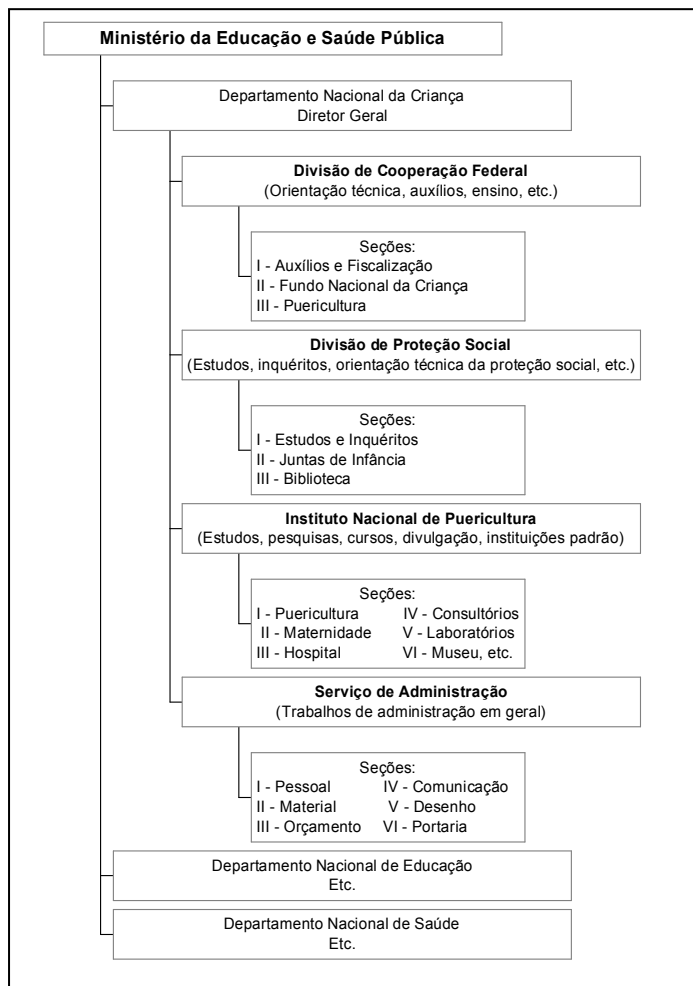
<sup>75</sup> Olympio Olinto de Oliveira (1866-?), médico puericultor, em 1930 foi nomeado Inspetor de Higiene Infantil do Distrito Federal e de 1940 a 1945 dirigiu o DNCr.

<sup>76</sup> Gustavo Lessa (1888-1962), médico e sanitarista, membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), cuja direção exerceu várias vezes a partir de 1928.

<sup>77</sup> Não foi possível reunir informações que possibilitassem construir uma micro-biografia de Gastão de Figueiredo.

<sup>78</sup> Não foi possível reunir informações que possibilitassem construir uma micro-biografia de Álvaro Alves de Sá.

dirigido pelo Prof. Mário Olinto de Oliveira<sup>79</sup>, sendo que este Instituto incorporou o Hospital Arthur Bernardes e o Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil. A figura 14 mostra o organograma do DNCr:



**Figura 14** – Organograma do Departamento Nacional da Criança (DNCr).

Fonte: BOLETIM TRIMESTRAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA, p. 8.

As propostas e medidas do DNCr, organizadas sob o ponto de vista sanitário e higiênico, tinham como foco central a luta contra a mortalidade infantil, afinal “O Brasil precisa cada vez mais de braços para o trabalho. Com a paralisação quase completa das correntes imigratórias, cumpre-nos por todos os meios proteger o desenvolvimento da população (...)” (BOLETIM TRIMESTRAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA, 1944, p. 2).

<sup>79</sup> Mário Olinto de Oliveira (1898-1972), médico, membro da Academia Nacional de Medicina, eleito em 1958, foi professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas, trabalhou no Serviço de Puericultura da Cruz Vermelha e do Instituto Oswaldo Cruz e chefiou as pesquisas do Instituto Nacional de Puericultura.

O Departamento dava prioridade às obras, programas e leis de natureza preventiva desenvolvidas localmente nos Estados e Municípios. O contato entre o DNCr e os agentes locais, no sentido de “estimular e orientar a organização de estabelecimentos estaduais, municipais e particulares”, dependia de um corpo de técnicos que transmitisse suas orientações e fiscalizasse o seu cumprimento. Para isso fazia-se necessária a formação de pessoal especializado nos Estados e Municípios, visto que o corpo técnico do Departamento era constituído por um pequeno grupo de peritos, composto de doze médicos – entre eles Flammarion Costa, Silveira Sampaio, Hermes Bartolomeu, Getulio Lima Jr., Luiz de Castro Leitão, Orlando Seabra Lopes, Julio Cavalcanti Lopes e Cleto Seabra –, dois técnicos em educação e uma enfermeira. Este grupo deveria, além de prestar serviços na sede do DNCr, viajar pelo interior do país para colaborar, estimular e orientar as autoridades estaduais e municipais e, ainda, fiscalizar as instituições de assistência.

Neste sentido o DNCr organizou, em 1942<sup>80</sup>, cursos de puericultura e de administração de serviços de amparo à maternidade, à infância e à adolescência. Neste ano, manteve duas modalidades de cursos de puericultura: “um para médicos e estudantes, a título de especialização e outro para senhoras da sociedade e futuras mãezinhas para que estas fiquem identificadas com o sublime encargo de saber criar eugênicamente os seus filhos” (BOLETIM TRIMESTRAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA, 1942, p. 37).

Destinado ao preparo de especialistas aptos para organizarem e dirigirem tais serviços, em qualquer ponto do território nacional, os cursos oferecidos aos médicos, que deveriam ter pelo menos 2 anos de experiência na área, tiveram duração de 4 meses, com turmas de 30 alunos, e abordaram os seguintes assuntos:

Art 2º. – (...)

- 1 - Higiene pré e pós natal. Higiene do recém-nascido. Revisão do estudo da obstetrícia.
- 2 - Higiene da infância. Revisão dos problemas correlatos de nutrição.
- 3 - Noções de bioestatística aplicada.
- 4 - Problemas econômicos e sociais do Brasil.
- 5 - Administração pública no Brasil: federal, estadual e local. Organização da educação e da saúde pública.
- 6 - Assistência social, especialmente à maternidade, à infância e à adolescência. Direitos da criança. Código de menores. Justiça de menores.
- 7 - Organização e administração dos serviços de amparo à maternidade, à infância e à adolescência. (Decreto nº. 10.475/42)

---

<sup>80</sup> O Decreto-lei nº. 4.730, de 23 de setembro de 1942, organiza os cursos e o Decreto nº. 10.475, publicado no mesmo dia os regulamenta.

A intenção do Estado em garantir uma proteção racional e científica gerava a necessidade da especialização profissional. Com a intenção de capacitar pessoal para atuar em cidades do interior do país, dava-se prioridade aos cursos promovidos pelo Departamento para médicos vindos do interior, que tinham bolsa de estudos e as passagens pagas pelo Estado.

Por outro lado, o oferecimento de curso exclusivo “para senhoras da sociedade e futuras mãezinhas” deixa claro, mais uma vez, o intento de capacitar as mulheres para uma certa maternidade. Este curso na verdade formaria pessoal auxiliar que poderia trabalhar em qualquer estabelecimento de cuidado à criança, seriam visitadoras por exemplo, que ficariam responsáveis por difundir em suas comunidades de origem os princípios da puericultura; ou seja, se transformariam em multiplicadoras que iriam ensinar as mulheres a serem boas mães, afinal, como afirma FIGUEIREDO (1943),

A mão que embala o berço, governa o mundo. Sim, porque essa sentença, tomada no sentido figurado, visto que, o embalo é prejudicial ao recém-nascido e ao lactante, subentende que à criança foram prodigalizados todos os cuidados e recursos a que tem incontestável direito nesse frágil período da existência (...). (p. 11)

No ano seguinte foi sistematizado o oferecimento destes cursos<sup>81</sup> que passaram a ter as seguintes finalidades:

Art 2º. – (...)

- a) formar pessoal habilitado a organizar e dirigir serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência;
- b) promover o aperfeiçoamento ou a especialização de médicos para serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência;
- c) formar pessoal habilitado a executar serviços técnicos auxiliares, referentes à finalidade do Departamento Nacional da Criança. (Decreto-lei nº. 5.912/43)

Para preencher estas finalidades os cursos do DNCr compreenderiam 3 modalidades: I - Curso de Puericultura e Administração (C.P.A.) – repetia o anterior e era voltado para a formação de Médicos Puericultores, II - Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Médicos (C.A.E.) – visava o aperfeiçoamento e a especialização de médicos puericultores e III - Cursos de Treinamento de Pessoal Auxiliar (C.T.P.) – tinha a finalidade de formar técnicos auxiliares e curiosamente só era oferecido “a candidato do sexo feminino, (...) maior de 18 anos, (...) [que prestasse] um exame de admissão que será constituído de provas de nível

---

<sup>81</sup> Decreto-lei nº. 5.912 e Decreto nº. 13.701, ambos de 25 de outubro de 1943.

correspondente à segunda série ginásial acrescida de noções de ciências físicas e naturais”. (Art 33 do Decreto nº. 13.701/43).



**Figura 15** – Cerimônia de colação de grau da primeira turma de médicos puericultores do Departamento Nacional da Criança, 25 dez 1944.

Da esquerda para a direita: sentados, a partir do terceiro Gustavo Capanema e Olinto de Oliveira e de pé Mário Olinto.

Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

Também em 1943, foi convocada pelo Ministério da Educação a Segunda Conferência Nacional de Proteção à Infância<sup>82</sup>, que abordou problemas de feição mais caracteristicamente social: a infância abandonada e a adolescência desamparada, com as suas conseqüências, a vadiagem, a mendicidade e a delinqüência juvenis, assim como os melhores meios de preveni-las e remediá-las. Este tema está perfeitamente alinhado com os problemas relativos à adolescência listados por Olinto de Oliveira – diretor do DNCr – assim que assumiu o cargo.

Outra forma de difundir o programa de proteção do DNCr e suas propostas era através de publicações que, como já visto, ficavam sob a responsabilidade da Divisão de Proteção Social da Infância. Segundo FONTOURA (1944), estas publicações eram “destinadas a esclarecer

<sup>82</sup> A Primeira Conferência Nacional de Proteção à Infância foi realizada em 1933, e – convocada por iniciativa de Getúlio Vargas – teve grande repercussão, abordando temas relacionados com o amparo da criança, entre os quais os considerados à época de maior urgência eram: o combate à mortalidade infantil, a alimentação nas diferentes idades, a propaganda da puericultura e a proteção da maternidade. À sua realização seguiu-se a criação da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, transformada posteriormente em DNCr.

os trabalhadores sociais da criança, pois até então existia apenas boa vontade, e qualquer conhecimento a respeito tinha que ser bebido nas publicações americanas” (p. 300-301). Mesmo enfrentando algumas dificuldades financeiras, esta divisão manteve uma série de publicações: pequenos folhetos com ilustrações, textos “doutrinários” e livros que detalhavam análises sobre problemas específicos, estes últimos reunidos na “**Coleção D.N.C.**”<sup>83</sup>, além do periódico “**Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**”<sup>84</sup>.

Para acompanhar o funcionamento e as ações empreendidas pelo DNCr todo o material publicado por este órgão – que foi possível localizar – foi utilizado, priorizando o periódico “**Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**” – do período de junho de 1941 a março de 1946<sup>85</sup>, visando investigar o discurso “psi” em suas ações e propostas.

Cabe ressaltar que todo o material produzido pelo Departamento era distribuído gratuitamente, pelo correio, a quem quer que o solicitasse. Suas publicações começaram em 1940 e continuaram a ser editadas até a década de 60. Além de conter propostas propriamente médicas para o cuidado da saúde da criança, VIEIRA (1988) aponta que estas eram acompanhadas “de uma série de normas e preceitos morais que visavam limitar a mulher a seu papel de progenitora e dona do lar” (p. 6).

No primeiro contato com publicações da “**Coleção D.N.C.**” chama atenção a presença constante do “Credo do Departamento Nacional da Criança” na contra capa dos volumes e dos “Direitos da Criança Brasileira” na última folha dos textos. O “Credo do DNCr”, que reproduzo abaixo, reflete bem suas propostas.

### **Credo do Departamento Nacional da Criança**

CREMOS no futuro do Brasil, pela proteção integral da Criança.  
 CREMOS que a base do bem estar e do futuro da Criança reside no lar e na família bem organizados.  
 CREMOS nos deveres do Estado para com a Criança em geral, mas principalmente a abandonada e necessitada.  
 CREMOS na benéfica influência dos serviços de proteção à infância bem organizados e exercidos por pessoal competente e devotado.  
 CREMOS que na proteção à infância é muito mais importante a influência de pessoal habilitado, experiente e dedicado, que a das condições materiais.

---

<sup>83</sup> Vide Apêndice 2 – Listagem das Publicações da **Coleção D.N.C.**

<sup>84</sup> Ver Apêndice 3 – Sumários do Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança.

<sup>85</sup> Apesar do período desta pesquisa estar vinculada ao final do Estado Novo, o que ocorreu em 1945, optei por incluir o **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança** de março de 1946, uma vez que este apresenta em seu conteúdo informações referentes ao ano de 1945.

CREMOS na benéfica influência da educação dos pais e responsáveis no futuro da Criança.

CREMOS no papel imenso das instituições privadas de proteção à infância, quando bem orientadas e harmônicamente coordenadas.

CREMOS nos melhores resultados da compreensão, da doçura e de uma disciplina equânime, do que no rigor e nas punições, na reeducação dos menores transviados.

CREMOS que os direitos da Criança não podem depender da forma pela qual seus pais se tenham comportado.

CREMOS que, para que o bem futuro da Humanidade, como para o do Estado, da família e do indivíduo, a proteção bem entendida à Criança é mais importante e essencial que qualquer outra das atividades dos governos.

No Credo do D.N.C., vêm-se sintetizadas suas principais propostas. Fica patente que para que o Brasil tivesse “futuro” era dever do Estado garantir à criança “um lar e família bem organizados”. E que para concretizar tal missão era primordial a ação do Departamento na formação de “pessoal habilitado, experiente e dedicado” e no incentivo à criação de “instituições privadas de proteção à infância”, sempre “bem orientadas e harmonicamente coordenadas” pelo DNCr. Fica ainda explícita neste discurso a diferença existente entre a criança – sempre nele referida com letra inicial maiúscula – que deve ter “proteção integral” e o menor – referido como “transviado” – que deve ser “reeducado” com “compreensão”, “doçura” e “disciplina”.

Interessante contradição pode ser percebida quando se lê atentamente os “Direitos da Criança Brasileira” proclamados pelo próprio DNCr:

### **Direitos da Criança Brasileira**

*Proclamados pelo Departamento Nacional da Criança.*

A tóda criança nascida ou residente no Brasil reconhecemos os seguintes direitos, empenhando-nos, cada um na medida de suas forças, por proporciona-los, sobretudo àquelas a quem a má sorte feriu ou deixou ao desamparo:

- 1) ser atendida desde o seio materno, e nascer bem, evitados o quanto possível os riscos de morte, doença ou deformidades;
- 2) ser criado sob o carinho maternal e no ambiente da família, ou, na falta dêste, num que se lhe aproxime o mais possível;
- 3) nunca sofrer fome ou penar por falta de elementos nutritivos indispensáveis;
- 4) ser tratada como criança e como tal respeitada e atendida nos seus justos interesses e aspirações;
- 5) receber os princípios de educação que a preparem para a vida, e lhe permitam tomar consciência do seu próprio destino;



- 6) receber assistência médica e higiênica que lhe evite riscos de doença e de morte;
- 7) jamais ficar abandonada à sua própria sorte, sem anteparo material, social e moral, eficiente e carinhoso;
- 8) não ser menosprezada por motivos de família, ilegitimidade, pobreza, raça, religião, deformidade física ou mental;
- 9) nunca ser vítima de crueldade ou exploração, nunca ser submetida a trabalhos que lhe possam prejudicar o desenvolvimento normal e a saúde, o caráter, a educação, a liberdade, a alegria de viver;
- 10) nunca permanecer segregada de convivência social, proporcionada às suas condições pessoais;
- 11) não ser considerada criminosa e responsável quando em falta social, devendo em tal caso receber assistência judiciária especializada e os corretivos adequados;
- 12) ser, com sua mãe, a primeira a receber socorros em caso de calamidade pública.

Apesar da tentativa do DNCr de propor ações para “tôda criança”, quando chama a atenção no texto para “àquelas a quem a má sorte feriu ou deixou ao desamparo” faz foco na criança pobre e desvalida. Apesar do direito expresso no item 8 afirmar que a criança não deve “ser menosprezada” por motivos – entre outros – de pobreza, o próprio DNCr mantém uma visão assistencialista messiânica, onde deve ser salvo quem precisa de salvação, ou seja: o pobre. Vemos que essa visão é ratificada, porém acrescida de um toque de “justiça social”, pelo BOLETIM (1943) que afirma:

O dever do Estado, de atender com certa preferência aos pobres ou aos desamparados, não decorre da comiseração ou do espírito de caridade, mas de um outro princípio, o da justiça social, a obrigação de equilibrar para todos as possibilidades que permitirão a cada um elevar e valorizar a sua própria personalidade, obrigação esta mais estrita ainda em relação à criança, que nem tem culpa do ambiente em que nasceu ou vive, e mal se pôde esforçar por modificá-lo ou elevar-se acima dêle. (p. 4)

Nos “Direitos da Criança Brasileira” estão ainda presentes, mais uma vez, as preocupações com: a mortalidade infantil, a construção de uma família nuclear, a correta alimentação da criança, a educação para o trabalho, a preservação da saúde através da medicina e da higiene, a obrigação do Estado na garantia de amparo material, social e moral e a diferenciação no meio das crianças pobres vistas como “em perigo”, daquelas consideradas em “falta social”, ou seja, as “perigosas”.

Outra marca das propostas do DNCr era o discurso da “cooperação social”, isto é, estava sempre presente o apelo a formas não oficiais de ação a serem implementadas nos municípios. Neste sentido é importante a iniciativa das Juntas Municipais da Infância<sup>86</sup> que deveriam mobilizar ativistas da localidade: médicos, professores, ‘senhoras da sociedade’, religiosos, autoridades públicas, etc.

Mobilizar a cooperação da sociedade era primordial tanto que, com o propósito de “despertar o maior entusiasmo entre os filantropos brasileiros”, em 1944 foi lançada a campanha de “Redenção da Criança”. Esta campanha, iniciativa conjunta do DNCr, LBA e Diários Associados, seguia o exemplo do que acontecia em países como os Estados Unidos e a Inglaterra “onde as obras sociais são custeadas por particulares”. Afinal:

Os homens que realizam fortuna no comércio, na agricultura ou na indústria devolvem uma parte à coletividade, empregando-a em empreendimentos educacionais, sanitários, fomentando transcendentais pesquisas científicas e fomentando estudos e atividades que, afinal de contas, contribuem para o progresso do país. (BOLETIM, 1944, p. 2)

Segundo seus organizadores esta campanha alcançou seu objetivo, pois “alguns dos nomes mais ilustres das indústrias e da alta finança de todo país” aderiram “à sublime cruzada” pela infância fazendo doações ao DNCr (BOLETIM, 1944, p. 2). Esta tônica da cooperação social não deve ser vista apenas como um substitutivo à falta de apoio e verbas do próprio Departamento, mas sim como propaganda da idéia de que cabe aos membros da sociedade proteger a criança. O DNCr, através de um discurso médico-científico, se apresentava como um perfeito *locus* propagandístico para mobilização da sociedade, servia como mais uma, entre tantas outras, medida propalada pelo discurso oficial que tinha como explícito direcionamento as condições de vida dos trabalhadores urbanos. O próprio VARGAS ([1942]) afirmava que era:

(...) preciso que as crianças anônimas da prosperidade individual sejam devidamente amparadas (...) nas creches, recebendo, com os cuidados higiênicos necessários, alimentação sadia e adequada, e os mais crescidos estudem nos jardins de infância e escolas próprias da idade. (p. 157).

---

<sup>86</sup> A criação de Juntas Municipais da Infância obedecem a uma disposição do art. 13 do Decreto-Lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, que diz que: “Será constituído, na sede de cada Município, sob a forma de uma junta, um órgão especial que terá a atribuição de cuidar permanentemente da proteção à maternidade, à infância e à adolescência, promovendo a execução das medidas que forem necessárias para que se efetive, em cada caso, essa proteção”. E o DNCr era responsável por orientar a formação destas Juntas.

A máquina do DNCr foi posta em funcionamento e, de acordo com PEREIRA (1992), apesar de uma série de deficiências gerou “um modelo assistencialista novo diante do que havia sido proposto antes e que perdurou após a queda do regime [getulista]” (p. 205). Entre as principais ações desenvolvidas pelo Departamento pode-se destacar a promoção dos Cursos, já comentada acima, as comemorações da Semana da Criança e a implantação de Postos de Puericultura, Creches, Jardins de Infância, Casa da Criança e Missões da “Infância Feliz”, analisadas a seguir.

Já em 1939 os médicos puericultores vinculados ao Ministério da Educação e Saúde Pública organizaram a primeira Semana da Criança, que enfatizava os problemas da alimentação infantil, porém foi somente em 1942 que esta passou a ser comemorada, todos os anos, na semana em que caísse o dia 12 de outubro. Foi a partir deste ano que o evento assumiu um significado maior, e sua comemoração passou a ocorrer em todo o país e não só no Distrito Federal (COSTA, 1945). Esta semana deveria servir de ponto de partida de vasto movimento nacional de amparo à maternidade e à infância. Não resta dúvida que a Semana da Criança era o ponto alto do programa do DNCr, era o momento em que a sociedade se via envolvida com o Estado no projeto de “salvação” e “criação do futuro” da nação. Olinto de OLIVEIRA (1943A) afirma que

A Semana da Criança não é uma finalidade em si. Não se quer fazer festas para aparecer. O que se quer é impressionar vivamente o público, chamando-lhe a atenção e instruindo-o sobre determinados problemas da infância, cuja solução não pode ser dada exclusivamente pelo elemento oficial, tão vastos são eles e tão entranhados se acham na própria massa da população. (p. 48)

Para conseguir mobilizar a sociedade a Semana da Criança precisava ser preparada com antecedência, e o DNCr iniciava esse processo com a distribuição de folhetos elaborados especialmente para este fim. Nestes, o tema escolhido era divulgado juntamente com uma série de sugestões de atividades a serem desenvolvidas para nortear as comemorações da Semana da Criança nos Estados e Municípios. Os temas adotados foram os seguintes:

1942 – “A Alimentação da Criança”

1943 – “A Infância Abandonada”

1944 – “Proteção à Infância”

1945 – “A criança, as atividades agrícolas e a alimentação”

As atividades da Semana da Criança envolviam vários órgãos governamentais – os Juizados de Menores, o Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), o Serviço de

Alimentação da Previdência Social (SAPS), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) – além de representantes de associações, da Igreja e “autoridades reconhecidas” que atuavam na assistência e proteção à infância. Estas atividades incluíam: concursos diversos; visitas a instituições, geralmente incluindo distribuição de presentes e roupas às crianças; sessões de cinema; inaugurações de obras do programa do DNCr ou qualquer outra iniciativa relacionada com a maternidade e a infância, como escolas e colônias de férias, comemorações nas escolas, exposições e palestras no rádio. No Distrito Federal sempre se organizava uma grande exposição envolvendo o tema em destaque, que posteriormente era enviada a outras capitais.



**Figura 16** – Aspecto da Exposição Comemorativa da Semana da Criança realizada pelo Departamento Nacional da Criança em outubro de 1942 nas dependências do Ministério da Educação e Saúde.

Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.



**Figura 17** – Aspectos da Exposição da Semana da Criança, bem como da Exposição de Puericultura de 1943.

Observar sobre a porta os dizeres: “A criança abandonada é um futuro cidadão perdido para a pátria”.

Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

A Semana da Criança se inseria num calendário de comemorações que incluía o Dia do Trabalho, o aniversário de Getúlio Vargas, a data de estabelecimento do Estado Novo, o Dia da Raça, o Dia da Independência, entre outros. Estas comemorações se davam no que GOMES (1988) chamou de “tempo festivo” inaugurado pelo Estado Novo e tinham o objetivo de cristalizar um padrão específico de relação entre Estado e Sociedade, onde aquele, encarnado na figura de Vargas, doava benefícios aos cidadãos e estes, em troca, deveriam retribuir a dádiva, reconhecendo a autoridade e dedicação do Estado. No caso da Semana da Criança não havia propriamente uma dádiva oferecida pelo Estado, mas sim de forma indireta através do estímulo à “elite moral” e “aos mais afortunados” para que auxiliassem, através de doações, na grande tarefa nacional de preservar a família e de formar o futuro cidadão.

Preservar a saúde da criança pela manutenção da estabilidade de sua família implicava a constituição de meios que executassem esta dupla tarefa. Para tanto, uma rede de estabelecimentos deveria ser formada seguindo os preceitos científicos elaborados pela burocracia federal sediada no DNCr. De acordo com PEREIRA (1992), no âmbito da atuação prática, houve dois tipos de organismos: os mais diretamente voltados para a assistência material e outros mais dedicados à assistência moral, “ou seja, uns estabelecimentos seriam médicos e outros educacionais” (p. 229). Entre os primeiros destacavam-se os Postos de Puericultura, os Lactários, as Gotas de Leite e as Missões da Infância Feliz, já entre os

segundos eram previstos as Escolas Primárias, as Creches, os Jardins de Infância, os Parques Infantis e as Casas da Criança.

A idéia do Posto de Puericultura era a mais antiga e básica nos projetos dos médicos puericultores do Ministério da Educação e Saúde Pública, já estava esboçada nos consultórios de higiene infantil lançados na época da chamada Campanha Nacional pela Alimentação da Criança promovida em 1934/35. De acordo com as instruções do DNCR<sup>87</sup>, qualquer povoação de 500 habitantes deveria manter um Posto de Puericultura para conservar a criança em plena saúde, “mostrando-lhe o desenvolvimento, evitando-lhe doenças e preparando-a para crescer sadia e robusta” (BRASIL, 1942A, p. 14). Um Posto de Puericultura completo deveria contar com um consultório de higiene pré-natal e infantil, um lactário, um gabinete dentário, uma cantina maternal (e eventualmente escolar), clube de mães, e se possível um serviço obstétrico domiciliar.



**Figura 18** – Aspecto de maquete de posto de puericultura padrão, segundo normas do Departamento Nacional da Criança.

Fonte: CPDOC - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.

<sup>87</sup> Foram publicados vários textos especialmente voltados para a construção e o funcionamento de Postos de Puericultura, ver em especial: OLIVEIRA, Olinto de. **Postos de Puericultura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942; OLIVEIRA, Olinto de. **O Lactário e sua Organização**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943; BARTHOLOMEU, Hermes. **Especificações do Posto de Puericultura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

Por outro lado, a Casa da Criança era um estabelecimento destinado a receber crianças de todas as idades durante as horas em que as mães, obrigadas a trabalhar, não poderiam cuidar convenientemente delas. A Casa da Criança deveria manter várias seções, entre elas: Creche, destinada a cuidar de crianças de até um ano de idade, devendo ser instaladas próximas a centros que congregassem mães nutrízes, para assegurar a amamentação materna – a creche era defendida pelo DNCr como único estabelecimento capaz de combater, de forma eficaz, o comércio de “criadeiras”, pois permitiria a amamentação da criança garantindo sua sobrevivência saudável; Jardim da Infância e Escola Maternal, dedicados especialmente à educação doméstica e social de crianças de 2 a 6 anos; Parques de Recreio ou Infantis, que freqüentados por crianças de várias idades, deveriam possibilitar o desenvolvimento “ao ar livre das suas qualidades de observação, espírito de iniciativa, coragem, capacidade criadora, sociabilidade, etc.” (BRASIL, 1944, p. 17)

Uma outra proposta do DNCr era a criação de Missões da “Infância Feliz”, destinadas a despertar por toda parte – distritos e povoados – um interesse maior pela infância. Tais Missões, segundo as instruções do DNCr, deveriam trabalhar com os seguintes intuitos:

- 1) divulgar noções de Puericultura, de modo prático e objetivo; 2) proporcionar meios de recreação sadia e acessível à grande maioria das crianças; 3) estimular e orientar o cultivo da terra, com o fim de melhorar a alimentação.

Ainda de acordo com o DNCr, “o pessoal dessas Missões poderia ser assim constituído: um médico, uma enfermeira, uma assistente social, uma professora, um agrônomo ou técnico agrícola e um auxiliar” (BRASIL, 1945, p. 11). Estes deveriam se esforçar por instituir com simplicidade e “se possível promover os meios capazes de ir ao auxílio das crianças famintas ou mal alimentadas”. (BRASIL, 1945, p. 12)

Na apresentação e análise das facetas do funcionamento e das ações empreendidas pelo DNCr ficou patente a pregnância do discurso médico higienista de cunho preventivista. No período privilegiado neste estudo – Era Vargas – nos discursos do DNCr não estava presente o discurso “psi” em seu arcabouço de sustentação, porém, no **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**, aparecem, de forma isolada, textos em que referências explícitas são feitas à Psicologia. São eles:

- **Número 17 – junho de 1944:** Clínica do Comportamento (I)– Dr. Guerreiro Ramos

- **Número 19 – dezembro de 1944:** Clínica do Comportamento (II) – Dr. Guerreiro Ramos
- **Número 20 – março de 1945:** Psicologia Educacional e Proteção Social à Infância – Helena Antipoff
- **Número 21 e 22 – abril a setembro de 1945:** Recepção do Prof. Mira y Lopes feita no D.N.Cr.

O **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**, segundo OLIVEIRA (1940), era uma publicação que visava levar a todos os recantos do Brasil “os princípios que nos hão de guiar, os ensinamentos do estudo e da experiência, as notícias dos resultados que iremos alcançando, e também as das bênçãos que forem recaindo nos que a ela se consagrarem de todo coração” (p. 2). Eram pouquíssimos os trabalhos originais publicados e os textos assinados, geralmente, eram extratos de palestras proferidas em eventos realizados com o patrocínio do DNCr, caracterizando-se assim por textos curtos, elaborados provavelmente pelo redator responsável<sup>88</sup>. O Boletim era um informativo das realizações e conquistas alcançadas pelo DNCr em todo o país. Constam dele séries de pequenas notas informando a criação e as atividades de Departamentos Estaduais da Criança e Centros de Puericultura, informes sobre visitas recebidas na sede e campanhas promovidas pelo DNCr, além de reproduções de comentários da imprensa sobre suas atividades, de correspondências recebidas e circulares enviadas, e de palestras feitas durante as Semanas da Criança.

O texto de Guerreiro RAMOS<sup>89</sup>, “Clínica do Comportamento (I)”, publicado na edição de junho de 1944, apresenta a Psicologia Social como “uma ciência constituída”, “distinta da psicologia *tour court* e da sociologia”. Porém para explicar esta especificidade diz apenas que “a sociologia estuda o grupo, a psicologia, o indivíduo e a psicologia social, a pessoa”. (1944, p. 7)

Segundo RAMOS (1944), as características principais do sistema de referências da Psicologia Social podem ser sintetizados nas duas proposições seguintes:

I – A explicação do comportamento não pode ser feita em termos de causa e efeito. Não há causas para nenhum aspecto do comportamento: há, sim, fatores interativos.

<sup>88</sup> Foram redatores do **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**: Mário Pereira de Vasconcellos, Dante Costa, Silva Pinto, Silveira Sampaio, Darcy Evangelista e A. Sousa Figueiredo, todos médicos.

<sup>89</sup> Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) sociólogo baiano, depois de se dedicar brevemente a pesquisas então típicas de Sociologia, como os problemas de puericultura, optou preferencialmente pelos estudos de administração e organizações; na década de 1940 fez parte do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Mais informações ver OLIVEIRA, 1995 e SILVA, 1986.



II – A experiência ou a vivência única e individual do universo é um fator interativo básico de qualquer espécie de comportamento. (p. 7)

Desta forma, seria “possível intervir no funcionamento do processo de formação da pessoa” e, neste sentido, “corrigir os seus desvios”. RAMOS (1944) afirma que tal entendimento teria levado “alguns psicólogos sociais” americanos a se “especializar em clínica” visando a correção de desvios do comportamento. Sendo o autor sociólogo, não é de estranhar que, quando faz referência a alguns autores norte-americanos que publicaram trabalhos sobre “clínica do comportamento”, vários desses autores citados tenham sido vinculados à Escola Sociológica de Chicago, como: W. I. Thomas<sup>90</sup>, Robert Park<sup>91</sup>, Ernest Burgess<sup>92</sup>, Clifford Shaw<sup>93</sup>. Outro nome presente neste rol foi Harvey Carr<sup>94</sup> vinculado à escola funcionalista de Chicago, que deu início ao movimento rumo ao estudo do chamado comportamento manifesto e objetivo conduzindo a psicologia americana ao extremo oposto do estruturalismo: o comportamentalismo (SCHULTZ e SCHULTZ, 1992, p. 163). Enquanto o funcionalismo era fundado como uma escola distinta de pensamento, uma guinada para um tipo prático de psicologia, ocorria simultaneamente nos Estados Unidos, o nascimento de uma psicologia pragmática em uma forma “utilitária”: “os psicólogos aplicados levaram sua psicologia para o mundo real, para as escolas, fábricas, agências de publicidade, tribunais, clínicas de orientação infantil e centros de saúde mental, e fizeram dela algo funcional em termos de objeto de estudo e de uso” (SCHULTZ e SCHULTZ, 1992, p. 175).

Ao final de seu texto RAMOS (1944) promete, no número seguinte, apontar “quais são os aspectos do comportamento, que podem ser tratados pelo psicólogo social” (p. 7). No entanto, seu próximo texto só sai na edição de dezembro do Boletim.

Nesta segunda parte de seu artigo, o autor inicia afirmando que “a psicologia e a psicologia social revelaram que toda anormalidade comportamental é natural” (1944A, p. 33), isto é, faz parte da natureza humana, nada tendo a ver com “a falácia da concepção mística do

---

<sup>90</sup> William Isaac Thomas (1863-1947), sociólogo, um dos fundadores da Escola Sociológica de Chicago, que ficou famoso pela frase: "Se o homem define situações como reais, elas são reais em suas conseqüências".

<sup>91</sup> Robert Park (1864-1944), sociólogo, professor da Universidade de Chicago, publicou vários artigos sobre “ecologia urbana”, o mais conhecido – “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” – foi traduzido em diversas línguas.

<sup>92</sup> Ernest Burgess (1886-1966), sociólogo da Universidade de Chicago e do Chicago Crime Commission, realizou estudos em “ecologia social” a partir de uma perspectiva etnográfica.

<sup>93</sup> Clifford Shaw (1895-1957) sociólogo, foi aluno de Burgess na Universidade de Chicago. Em 1927 foi trabalhar no “Institute for Juvenile Research” onde desenvolveu pesquisas sobre delinqüência juvenil.

<sup>94</sup> Harvey A. Carr (1873-1954), matemático, foi assistente do laboratório de psicologia comportamental de Watson (1878-1958) e em 1908 substituiu-o na Universidade de Chicago; dirigiu o Departamento de Psicologia desta universidade no período de 1919 a 1938.

comportamento” que acreditava que os “desvios de comportamento” tinham “um patrocínio demoníaco”. RAMOS (1944A) reafirma o sucesso que a aplicação de “terapêuticas psicossociais” alcançavam no exterior e comenta que dentro em breve passará a ser “obrigatória, nos currículos de medicina, a psicologia social e a sociologia”, e as pessoas “se habituarão a consultar o psicólogo social tão freqüentemente como o médico” (p. 33). Antes de apresentar “os aspectos do comportamento que podem ser tratados pelo psicólogo social”, faz uma ressalva para observar que diferente da “conduta” – que “se refere às atitudes conscientes” – o conceito de “comportamento” inclui “estas e às inconscientes” (p. 33), apresentando então uma discriminação sumária dos aspectos comportamentais tratáveis:

- a) Desvios comportamentais da criança, tais como: fobias, rebeldia, inclinações psíquicas anormais, etc.
- b) Reeducação de pais.
- c) Delinqüência juvenil e de adultos.
- d) Evasão (Toxicomanias – Suicídio – Masturbação).
- e) Preparação para o casamento.
- f) Desajustamentos conjugais.
- g) Desajustamentos profissionais.
- h) Complexo de inferioridade.
- i) Mania de perseguição.
- j) Desvios sexuais.
- k) Prostituição.
- l) Reabilitação moral.

E desta forma encerra o texto prometendo retomar o “assunto no próximo número”, o que nunca chegou a acontecer. É interessante, porém, observar a diversidade dos aspectos comportamentais apontados como tratáveis pela aplicação da Psicologia. Logo no início da listagem é apresentada a expressão “Desvios comportamentais da criança”, o que remete imediatamente à noção de desvio, vinculada na época a definições advindas de estatísticas, onde, de forma ampla, o desvio é o que escapa à média ou aquelas baseadas numa analogia médica, onde o desvio é entendido como algo patológico que revela a presença de uma doença passível de tratamento. Outras expressões como “Reeducação de pais”, “Preparação para o casamento”, “Desajustamentos conjugais”, “Desajustamentos profissionais” conduzem a áreas onde as técnicas de aconselhamento psicológico já eram aplicadas como medida preventiva. Por outro lado, remetem à psicanálise a utilização dos termos “Complexo de inferioridade”, “Mania de perseguição”, “Evasão”, indicando um conhecimento do autor sobre as teorias de Adler e Freud. E, agrupados ao final da listagem vemos o conjunto

“Desvios sexuais”, “Prostituição” e “Reabilitação moral” que indicam a vinculação com um projeto terapêutico de “ortopedia moral”, onde maus comportamentos são corrigidos e princípios de moralidade são adquiridos.

Outro texto, publicado no Boletim, que faz referência explícita à Psicologia é “Psicologia Educacional e Proteção Social à Infância” de Helena Antipoff<sup>95</sup>. Este, na verdade, é um trecho de um relatório apresentado ao DNCr sobre a realização de uma série de “Cursos de Férias de Orientação Psico-Pedagógica” realizados em Minas Gerais. Estes cursos abordaram:

(...) temas de evolução psíquica (do jogo primitivo ao trabalho superior), o valor biológico do jogo e as diversas atividades da criança – desenho, dramatização (...) trabalhos manuais (...) tecelagem artística (...) marcenaria (...) fabricação de instrumentos de música (...) fabricação de brinquedos de papelão, principalmente, para crianças de idade pré-escolar. (ANTIPOFF, 1945, p. 38)

A parte reproduzida no Boletim destacou que uma das turmas deste curso contou com a participação voluntária de quatro menores, de 12 a 15 anos, que acompanharam sua parte prática. Os menores demonstraram grandes facilidades de aprendizagem, tendo um deles se tornado auxiliar na parte do curso referente à fabricação de instrumentos de música e de brinquedos de madeira. Esta observação levou ANTIPOFF (1945) a propor:

(...) que o Departamento Nacional da Criança, (...), oportunamente, [deve] instituir pequenos “cursos volantes”, administrando-os diretamente aos menores, nos próprios estabelecimentos de assistência a menores (...) aptos para diversos trabalhos: modelagem, tecelagem em teares rústicos, fabricação de brinquedos em papel, papelão e madeira compensada, fabricação de pianos e flautinhas de bambú, dramatizações no Teatro de Fantoques” (p. 39).

Afirma ainda que esta experiência seria interessante sob três pontos de vista:

(...) introduzir atividades recreativas nos estabelecimentos de assistência a menores, geralmente de vida monótona e tristonha, dum lado; do outro, permitir o aparecimento de núcleos de atividades autônomas, executadas pelos próprios alunos, em formas mais simpáticas de “regime democrático” nos estabelecimentos, onde costumam reinar as forças rígidas de “absolutismo monárquico”, e que deixam os menores em estados passivos e de subordinação, não muito

---

<sup>95</sup> Helena Wladmira Antipoff (1892-1974), nascida na Rússia realizou sua formação como psicóloga em Paris e Genebra, veio para o Brasil em 1929 a convite do Governo de Minas Gerais. Fundou a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte em 1932, trabalhou no DNCr de 1944 a 1949. Mais informações ver CAMPOS, 2001 e ANTIPOFF, 1975.

propícia ao seu desenvolvimento social. Enfim, escolhendo grupos de crianças mais aptas para cada tipo de atividades, o Departamento Nacional da Criança contribuirá à seleção dos bem dotados e permitirá, futuramente, à educação destas aptidões especiais latentes, que nos regimes atuais de muitos estabelecimentos não chegam nem a se revelar. (p. 39)

A sugestão de ANTIPOFF (1945) de capacitar os menores recolhidos em estabelecimentos de assistência “para diversos trabalhos” pode ser entendida como um reflexo de uma preocupação constante em relação a eles: sua reinserção de forma produtiva na sociedade (p. 39).

Em 1945 o Professor Emílio Mira y Lopez<sup>96</sup> foi convidado pelo DNCr para uma série de conferências e trabalhos. O DASP e a Divisão de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde Pública cooperaram nessa iniciativa que se constituiu na realização de uma série de conferências em torno da orientação e seleção profissional e em demonstrações sobre interpretação de seu “test miocinético”<sup>97</sup>. A matéria publicada no Boletim – “Recepção do prof. Emílio Mira y Lopez feita no D.N.Cr.” (BOLETIM, 1945, p. 21) – se mantém dentro de seu espírito informativo, transcreve o programa das atividades de Mira y Lopez e reproduz as saudações proferidas – por Olinto de Oliveira, Helena Antipoff e Leme Lopes – nas sessões em que o visitante foi recebido.

De acordo com o programa das atividades, a primeira saudação proferida foi a da Prof<sup>ª</sup>. Helena Antipoff em sessão no Departamento Nacional da Criança onde Mira y Lopez fez “Demonstração dos testes miocinéticos”. Nesta oportunidade, Antipoff faz uma apresentação do convidado, destacando que “há 20 anos atrás exatamente, lembro-me bem, Claparède, na Universidade de Genebra, apresentava a seus alunos e assistentes o Dr. Mira, como um dos mais brilhantes e ativos fundadores da Psicotécnica, na Europa” (p. 25). Prossegue ressaltando a variedade de assuntos aos quais Mira dedicou-se, afirmando que:

Em educação, em direito, trabalho, guerra, revoluções ... aplicou a ciência do homem. Nada é estranho a êste espírito curioso, a êste observador e crítico sagaz e incançável na procura da explicação da conduta humana em sua marcha evolutiva, como em todas as suas modalidades normais e patológicas. (BOLETIM, 1945, p. 25 – *sic*)

<sup>96</sup> Emílio Mira y Lopez (1896-1964), médico psiquiatra espanhol, se estabelece no Rio de Janeiro em 1946 quando assumiu a direção do Instituto de Seleção e Orientação Profissional - ISOP (Fundação Getúlio Vargas). Ao lado de outros psicólogos, Mira y Lopez participou das lutas pela regulamentação da profissão e pela formação acadêmica regular do psicólogo no Brasil.

<sup>97</sup> Teste criado por Mira y Lopez com o intuito de selecionar pilotos durante a Guerra Civil Espanhola, ficou conhecido como PMK e é constituído por 6 folhas com cinetogramas, lápis, mesa própria e anteparo para impedir a visão.

Comenta ainda, que mais impressionante que a diversidade de temas é o modo como estes são tratados “em todos os seus escritos (...) a clareza é o atributo essencial. Por mais complexas e intrincadas que sejam as questões, o preceito de cortesia, que se exige do sábio, (...) – a clareza é sempre respeitada” (p. 25). Finalmente, encerra sua saudação destacando o fato de ser Mira um “otimista” que “crê na ciência”, “crê na possibilidade duma sociedade melhor”, que acredita que a Psicologia e a Psiquiatria desempenham “um importante papel na constituição de uma sociedade futura, mais feliz, mais equitativa, mais autenticamente democrática” (p. 26).

No mesmo dia, em sessão no auditório do Palácio da Educação, Mira y Lopez fez uma conferência sobre “O desenvolvimento do ‘nudo’ crono-topo-cinético na primeira infância” e foi saudado por Olinto de Oliveira que o incluiu “na brilhante linhagem dos Preyer, dos Tiedmann, dos Bühler, dos Claparède”, figurando “com destaque na dos paidopsicologistas” (p. 23 – *sic*). Em meio ao discurso que exalta a importância de Mira, Olinto de Oliveira ao longo de sua fala se mostra pouco convencido por seus argumentos afirmando, porém que “os argumentos do ilustre mestre, mesmo quando não nos convençam, terão o alto mérito de fazer-nos rever e procurar consolidar os nossos” (p. 23). Ao final da saudação, reconhece e pede “perdão pela maneira insólita” (p. 24) com que o recebe afirmando que “(...) minhas objeções, (...) representam apenas o pensar de uma época que já passou. E pudei simplesmente dizer que a ciência, no seu constante e vertiginoso evoluir, não pode demorar-se a tomar em consideração opiniões de octogenários” (p. 24 – *sic*).

Dias depois, em seção no Instituto Nacional de Puericultura do DNCr, Mira y Lopez antes de proferir conferência sobre “Higiene mental de adolescêntes” foi saudado por José Leme Lopes, que inverte a praxe protocolar e ao invés de apresentá-lo ao auditório, “pede permissão” e “apresenta uma síntese do espírito desta casa” (p. 27), onde ressalta o fato de ser “o I.N.P. um dos poucos hospitais gerais, em nosso meio, que mantém em sua equipe psiquiatras, não só para estudar e tratar os casos psicopatológicos, mas para uma íntima conjugação de esforços e colaboração nas pesquisas”, justificando assim “a ansiedade em ouvi-lo” (p. 27).

É interessante notar que o Boletim privilegiou reproduzir as saudações feitas a Mira y Lopez ao invés de suas próprias palavras, o que reafirma a hipótese de que o Boletim não tinha a pretensão de divulgar conhecimentos científicos, mas sim, auto-referenciar suas iniciativas e conquistas.

No entanto, parece ter sido essa visita de Mira y Lopez de grande incentivo para a posterior criação do Centro de Orientação Juvenil (C.O.J.)<sup>98</sup>, com o qual o discurso “psi” entra de forma massiva no elenco de propostas e ações do DNCr. Planejado pelo Prof. Mira y Lopes e por Helena Antipoff, em colaboração com o Diretor, Dr. Flamarion Afonso Costa<sup>99</sup>, e técnicos da Divisão de Proteção Social, o C.O.J. foi o principal setor de atividade da Seção de Orientação Social da Divisão de Proteção Social do DNCr.

Este Centro, com sede no Distrito Federal, destinava-se “principalmente ao estudo de técnicas de trabalho, demonstração e treinamento de pessoal, no campo de orientação psicológica” e atendia “menores necessitados de assistência, para solução de seus problemas de ajustamento à vida na família, na escola, no trabalho e na sociedade, bem como a seus pais e responsáveis” (BRASIL, 1956, p. III).

Foi a partir dessa iniciativa que a Psicologia entra como mais uma engrenagem na maquinaria do DNCr. Até então sua preocupação era majoritariamente médica, focada na saúde física e visando minimizar a mortalidade infantil. A partir da criação do C.O.J. clara ênfase passou a ser dada à orientação e seleção profissional, porém não cabe aqui comentar suas ações uma vez que escapa ao período privilegiado neste estudo.

O DNCr sobreviveu à divisão do Ministério em 1953, quando foram criadas as pastas da Saúde, por um lado, e Educação e Cultura, por outro. Sua extinção ocorreu em 1970, quando foi reduzido à condição de Coordenação de Proteção Materno-Infantil, como resultado de um processo de diminuição das suas atribuições que se iniciou em 1966.

Acompanhando os discursos veiculados pelo Boletim Trimestral do DNCr, nota-se que não estava presente em seu início o discurso “psi” em seu arcabouço de sustentação, diferentemente do que se encontrou com relação ao S.A.M. e que apresento a seguir.

### **III.2 – O S.A.M.: “os filhos do Estado”**

Quase dois anos depois da criação do DNCr, o Estado reconhece a extensão e a gravidade do “problema do menor”, admitindo que sua solução ia além dos recursos e atribuições do

---

<sup>98</sup> Criado pela Portaria nº 80, de 9 de dezembro de 1946.

<sup>99</sup> Não foi possível reunir informações que possibilitassem construir uma micro-biografia de Flamarion Afonso Costa.

Juizado de Menores. Neste sentido, resolveu criar o Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.), pelo Decreto-Lei nº. 3.799, de 5 de novembro de 1941, “transformando” o Instituto Sete de Setembro – já mencionado no item I.4, quando se falou sobre o Laboratório de Biologia Infantil.

Na exposição de motivos para a criação do S.A.M., redigida pelo DASP, e publicada no Diário Oficial nº 261, de 11 de novembro de 1941, vemos que “competiria ao novo órgão velar pela unidade e uniformidade de ação na prestação de proteção a menores, continuando a cargo do Juízo de Menores a fiscalização do regime disciplinar e educativo dos internatos, de acordo com a legislação vigente”, deixando claro que “não há, portanto, possibilidade de choques entre o diretor do novo órgão e o juiz de Menores, não só porque os campos de ação são diferentes como também as articulações são privativas” (ALENCAR NETO, 1942, p. 10).

Desta forma, segundo seu decreto de criação, o S.A.M. tinha como objetivos:

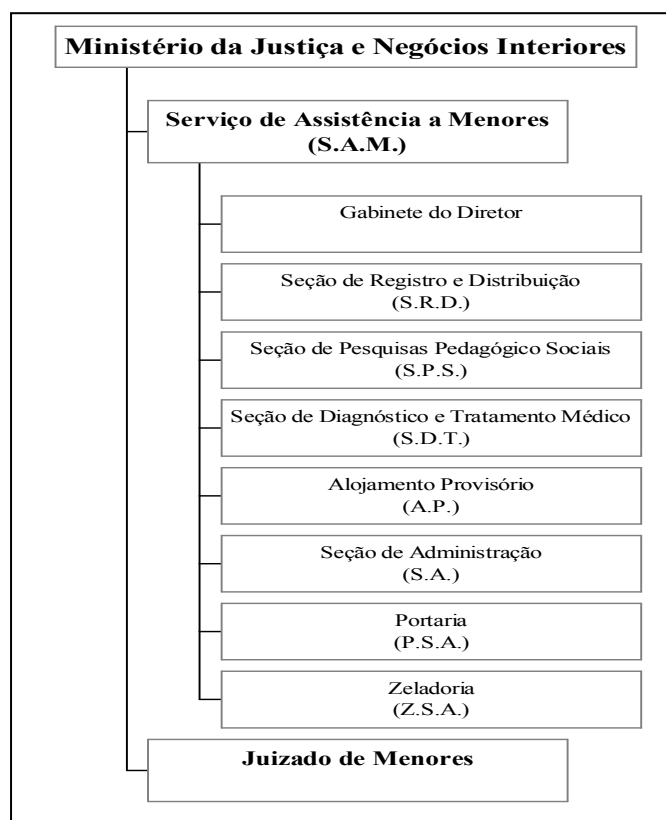
- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinqüentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinqüentes;
- c) abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) estudar as causas do abandono e da delinqüência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas.

De acordo com ALENCAR NETO (1945A), destes seis itens

depreende-se a necessidade de congregar esforços, polarizar atenções, estimular iniciativas, facilitar pesquisas, desenvolver atividades, que, dispersas até então, contribuíssem para retardar a marcha ascensional, o desvelo sempre crescente, que deve ter o Estado, para atingir, com segurança, a proteção global dos desvalidos, o que significa, em última análise, cuidado específico a cada um dos seus tutelados. (p. 122).

O S.A.M. foi organizado em quatro seções: Seção Administrativa (S.A.); Seção de Pesquisas e Tratamento Sômato-Psíquico (S.P.T.); Seção de Triagem e Fiscalização (S.T.F.);

Seção de Pesquisas Sociais e Educacionais (S.S.E.), além de órgãos executores, uma vez que foram incorporados à sua estrutura a Escola Quinze de Novembro<sup>100</sup>, a Escola João Luis Alves<sup>101</sup>, o Patronato Agrícola Artur Bernardes<sup>102</sup> e o Patronato Agrícola Venceslau Braz<sup>103</sup>. Com sua competência redefinida, o S.A.M. passou a atuar em todo o território nacional<sup>104</sup> e sofreu uma reestruturação, ficando organizado de acordo com o organograma apresentado na Figura 19.



**Figura 19** – Organograma do Serviço de Assistência a Menores.  
Elaborado a partir de ALENCAR NETO, 1946.

Subordinado diretamente, não por acaso, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e não ao Ministério da Educação e Saúde como era o caso do DNCr, o S.A.M. colaborava

<sup>100</sup> A Escola Quinze de Novembro foi fundada em 3 de dezembro de 1899, pelo então chefe de polícia do Distrito Federal – Dr. João Brasil Silvado. Em 02 de março de 1903 pelo Decreto nº 4.780, aprova o regulamento da Escola, que passa a ser administrada pelo Estado e a chamar-se “Escola Correccional Quinze de Novembro”.

<sup>101</sup> O Decreto nº 17.172, de 30 de dezembro de 1925, resolveu que a Secção de Reforma da Escola 15 de Novembro passaria a se denominar Escola João Luiz Alves, “como justa homenagem a esse illustre estadista” que prestou “relevantes serviços” quando “exerceu o cargo de Ministro da Justiça e Negocios Interiores”.

<sup>102</sup> O Decreto no 17.139, de 16 de dezembro de 1925, criou no municipio de Viçosa, no Estado de Minas Geraes, um Patronato Agrícola, posteriormente chamado de Artur Bernardes.

<sup>103</sup> O Decreto nº 13.070, de 15 de junho de 1918, criou em Caxambú, Estado de Minas Geraes, o Patronato Agrícola Wenceslau Braz que, de acordo com o art. 2º de seu Regulamento, destinava-se “a promover, o desenvolvimento da pomicultura, principalmente quanto às plantas frutíferas exóticas aclimaveis á região, e o da horticultura e jardinicultura e a transformar menores abandonados em especialistas pomicultores, abegões e profissioaes praticos nos diversos officios agrícolas”.

<sup>104</sup> Decreto-Lei n. 6.865, de 11 de setembro de 1944.



estritamente com o Juízo de Menores, porquanto todos os seus internados são oriundos daquele Juízo. Sendo assim, os “elementos” confiados pelo Juiz de Menores, depois de internados no S.A.M., passavam por todos os exames necessários à avaliação de sua saúde física e psíquica. Para a primeira, especialistas<sup>105</sup> realizavam os seguintes exames: antropometria, medicina, otorrinolaringologia, oftalmologia, neurologia, além de exames de laboratório, dentário e radiológico; posteriormente, o exame do psiquismo era realizado pelo psiquiatra e pela psicotécnica que, “coadjuvando seus esforços, se propõem a estudar as funções psíquicas, desvendando complexos, tendências, preocupações, etc.” e empregavam para esse fim “métodos de exames peculiares às suas especialidades, tais como: testes de nível mental, escolaridade, personalidade, além de entrevistas e outros trabalhos” (DOVICCHI e QUINTELA, 1945, p. 9). O Setor de Psicotécnica, parte integrante da Secção de Pesquisas Pedagógico-Sociais (S.P.S.)<sup>106</sup>, era “eminente técnico” e realizava o “levantamento do Quociente Intelectual e a determinação dos conhecimentos escolares dos menores que tiveram suas internações autorizadas”. (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, pp. 137-138).

O S.A.M. alegava que “não é possível educar e orientar, senão conhecendo-se o elemento a quem vamos dirigir”, desta forma, era somente depois de passar pelos exames “sômato-psico-pedagógicos” e receber “tratamento” médico, quando necessário, que o menor era “distribuído” “pelas várias dependências” subordinadas ao S.A.M. (ALENCAR NETO, 1945A, p. 124). Como estes estabelecimentos eram de diferentes tipos e, visando favorecer a visualização deste sistema, o próprio S.A.M. adotou uma classificação dos órgãos a ele subordinados, ou por ele fiscalizados ou orientados, quer na parte técnica quer na administrativa. Diferenciavam-se:

- os estabelecimentos oficiais, que tinham subordinação direta tanto técnica quanto administrativa, estando ainda sujeitos à fiscalização. Eram estes: o Instituto Profissional Quinze de Novembro, a Escola João Luiz Alves, o Patronato Agrícola Artur Bernardes e o Patronato Agrícola Venceslau Braz, para onde eram enviados apenas menores do sexo masculino;

<sup>105</sup> A Secção de Diagnóstico e Tratamento Médico (S.D.T.) contava com “Enfermaria, Farmácia, Ambulatório, Radiologia, Odontologia, Exames de Laboratório (prestados a menores do S.A.M. e a funcionários)” e tinha lotados no seu quadro de funcionários: 13 Médicos, 2 Dentistas, 2 Farmacêuticos, 1 Operador de Raio X, 2 Laboratoristas e 1 Enfermeira, além de Atendentes e Serventes. (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, p. 144).

<sup>106</sup> Esta seção contava, no seu quadro de funcionários, entre outros, com 2 Professores e 12 Assistentes Sociais.

- as casas sob contrato, sujeitas à orientação técnica e fiscalização do S.A.M. e que só recebiam menores do sexo masculino. Eram estas: o Asilo Agrícola Santa Izabel, o Instituto Profissional Getúlio Vargas, o Patronato Agrícola Campos Sales, o Patronato Agrícola Delfim Moreira e o Patronato Agrícola Lindolfo Coimbra;
- os órgãos de colaboração gratuita, estabelecimentos particulares sujeitos à orientação técnica e à fiscalização do S.A.M., eram: o Asilo Nossa Senhora de Nazaré, o Orfanato Santo Antônio e a Fundação Romão Matos Duarte – da Santa Casa de Misericórdia, sendo os dois primeiros destinados a menores do sexo feminino e o último recebendo menores de ambos os sexos;
- as instituições particulares, sujeitas à orientação técnica e fiscalização, que recebiam menores mediante contribuição mensal “per capita” do Estado. Neste grupo estavam: a Escola Maria Rayde (fem.), o Instituto Santo Antonio (fem.), o Instituto Jackson de Figueiredo (masc.), o Serviço de Obras Sociais (misto), Asilo Isabel (fem.), o Instituto Mário de Andrade Ramos (fem.), o Asilo Bom Pastor (fem.), o Orfanato da Pequena Cruzada (fem.), a Escola Moreira (masc.), o Orfanato São José (fem.), as Escolas Profissionais Salesianas (masc.), o Abrigo Maria Imaculada (fem.), a Casa da Criança (masc.), o Orfanato Santa Rita de Cássia (fem.), o Educandário da Sagrada Família (fem.), o Pio Brasileiro (masc.), o Instituto Munis Barreto (masc.) e o Ginásio Vasco da Gama (masc.);
- os órgãos subvencionados pelo governo e administrados por instituições particulares, sujeitos à orientação técnica e fiscalização do S.A.M., reuniam: a Casa Maternal Melo Matos (misto), o Recolhimento Infantil Artur Bernardes (misto), a Casa das Mãezinhas (fem.), a Escola Alfredo Pinto (fem.) e o Patronato Getúlio Vargas (masc.) – todos subvencionados pelo Ministério da Educação, e o Abrigo Feminino (fem.), subvencionado pelo Ministério da Justiça.

Apesar desta enorme rede de estabelecimentos que deveriam ser fiscalizados ou orientados, tanto na parte técnica quanto na administrativa pelo S.A.M., ALENCAR NETO, (1944) afirmava que:

Em razão dos trabalhos que se processam no Serviço de Assistência a Menores, esta instituição é de caráter mais científico do que técnico, verdadeiro laboratório de biologia da idade evolutiva. Seus problemas são mais de estudo e pesquisa do que de administração e os problemas desta última devem ser resolvidos sem os rigores da burocracia, com

rapidez, pois surgem em função das secções especializadas e tão só para as servir (p.15).

Até esse ponto, o S.A.M. foi descrito em sua estrutura administrativa e suas engrenagens foram apresentadas. A partir de agora estas engrenagens serão postas em funcionamento e as ações efetivas empreendidas por este Serviço serão analisadas tendo em vista o discurso “psi”, utilizando como fonte primária o periódico “**Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**”<sup>107</sup>, organizado pelo diretor do S.A.M., Meton de Alencar Neto. Foram publicados seis números dos **Arquivos** referentes ao período de junho de 1942 a dezembro de 1946<sup>108</sup>; tendo em vista que o período privilegiado neste trabalho se encerra com o Estado Novo, em 1945. Assim, utilizarei apenas os cinco volumes referentes a este período.

Na leitura dos sumários dos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores verifica-se que esta publicação tinha o objetivo de divulgar as ações do S.A.M., pois, além de fazer às vezes de relatório anual das atividades do Serviço, contava com as seguintes seções: conferências e entrevistas, trabalhos originais, notas e comentários, legislação e administração.

Visto que pretendo levantar peculiaridades do funcionamento do S.A.M., utilizarei todo o material publicado nos Arquivos, porém como meu foco é a incorporação do discurso psicológico nas políticas de proteção e assistência à infância abandonada promovidas pelo S.A.M., privilegiarei alguns textos publicados na seção “Trabalhos Originais”, pois estes têm o objetivo de divulgar os resultados de pesquisas, estudos e estatísticas elaboradas a partir do cotidiano deste serviço.

Na citada seção foram pesquisados 32 textos. Após a leitura destes, 10 artigos foram selecionados tendo em vista a presença explícita de referências à Psicologia. São estes os textos escolhidos:

- **Vol. I:** “Psicologia das Amotinações” de Alcion Baer Baía, “Delinqüência de Menores no Rio de Janeiro” de Meton de Alencar Neto e José Nava e “Educação da Infância Anormal” de Glória Quintela;

---

<sup>107</sup> Na publicação de seu Volume I, o Diretor do S.A.M. esclarece que os “Arquivos do Serviço de Assistência a Menores” são uma continuação dos “Anais do Instituto Sete de Setembro”, e que “à vista dos elementos que ora dispõe, esta publicação” está “mais ampliada e com maiores detalhes”. (ALENCAR NETO, 1942, p. 10).

<sup>108</sup> Ver Apêndice 4 – Sumários dos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores.

- **Vol. II**, “Estudo sobre o quociente intelectual na infância desvalida (3.000 menores)” de Meton de Alencar Neto e Glória Quintela e “De abandonado a delinqüente” de J. Zacarias de Sá Carvalho;
- **Vol. III**, “Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência” de Olinto Dovicchi e Glória Quintela e “Algumas considerações em torno do problema da coeducação dos sexos” de José Francisco Carvalhal;
- **Vol. IV**, “Considerações Sobre o Nível de Maturidade na Infância Desvalida” de Glória Quintela e Margarida Estrela Bandeira Duarte;
- **Vol. V**, “A inteligência das crianças luéticas desvalidas do Rio de Janeiro (Nota prévia)” de C. Viana Guerra e “O professor e a sua ação – O educando” de Glória Quintela;

Apresentando estes textos sob outra forma, temos a seguinte distribuição por autores:

<b>Revista: Arquivos do Serviço de Assistência a Menores</b>						
<b>Autores:</b>	<b>Vol I</b>	<b>Vol II</b>	<b>Vol III</b>	<b>Vol IV</b>	<b>Vol V</b>	<b>Total</b>
Alcion Baer Baía	1	-	-	-	-	1
C. Viana Guerra	-	-	-	-	1	1
Glória Quintela	1	1*	1	1	1	5
J. Zacarias de Sá Carvalho	-	1	-	-	-	1
José Francisco Carvalhal	-	-	1	-		1
José Nava	1*	-	-	-	-	1
Margarida Estrela Bandeira Duarte	-	-	-	1**	-	1
Meton de Alencar Neto	1	1	-	-	-	2
Olinto Dovicchi	-	-	1**	-	-	1

**Quadro 1** – Distribuição dos textos selecionados para análise por autor.

Com relação aos autores dos textos encontrei dificuldades para construir uma biografia, mínima que fosse, a respeito de alguns deles, mesmo tendo lançado mão de diversas ferramentas de busca bibliográfica e da Internet. À medida que forem citados, as informações obtidas serão referenciadas.

\* Co-autoria com Meton de Alencar Neto.

\*\* Co-autoria com Glória Quintela.

A leitura atenta dos artigos selecionados fez emergir três temas para análise: os testes psicológicos, a educação/reeducação e a delinquência e tornou claro que havia uma preocupação constante de que o S.A.M. funcionasse sobre “alicerces científicos” estando o discurso psicológico presente entre estes alicerces das propostas, pesquisas e práticas do S.A.M. divulgadas nos Arquivos. ALENCAR NETO<sup>109</sup> e NAVA<sup>110</sup>, em seu artigo, reforçam essa idéia ao afirmarem que:

As pesquisas mais atuais refletem a ajuda concedida pela psicologia, pela patologia e, em particular, pela psiquiatria, a todos os setores de observação. Pois a criança sugere o problema de constituir, ou não, sua delinquência um fator natural. (1942, p. 53)

A presença do discurso psicológico também fica patente se observadas as interlocuções estabelecidas nos textos. Confrontamos a lista de autores referenciados nos textos selecionados para análise com o índice remissivo de um livro de História da Psicologia (SCHULTZ e SCHULTZ, 1992) e do Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil (CAMPOS, 2001) para obter a seguinte lista de coincidências:

<b>Autores referenciados nos textos:</b>	<b>nº. de vezes</b>
Pintner, Rudolph (1884-1942)	14
Claparède, Édouard (1873-1940)	10
Adler, Alfred (1870-1937)	9
Cardoso, Ofélia Boisson (1894-1994)	9
Lourenço Filho, Manoel Bergstrom (1897-1970)	9
Mira y Lopez, Emilio (1896-1964)	8
Ramos, Arthur (1903-1949)	7
Sampaio Dória, Antonio de (1883-1964)	5
Antipoff, Helena Wladimirna (1892-1974)	4
Lombroso, Cesare (1835-1909)	4
Teixeira, Anísio Spínola (1900-1971)	4
Freud, Sigmund (1856-1939)	3
Goddard, Henry (1866-1957)	3

<sup>109</sup> Meton de Alencar Neto (?-?), médico, oculista especializado, em 1925 é nomeado médico da Escola João Luis Alves. Foi Diretor do Laboratório de Biologia Infantil e do Instituto Sete de Setembro, quando este foi transformado no S.A.M. manteve-se na direção deste órgão. Organizou a publicação dos “Anais do Laboratório de Biologia Infantil”, dos “Anais do Instituto Sete de Setembro” e dos “Arquivos do Serviço de Assistência a Menores”.

<sup>110</sup> José Nava (?-?), médico psiquiatra do Serviço de Assistência a Menores.

Hall, Granville Stanley (1844-1924)	3
Beers, Clifford Whittingham (1876-1943)	2
Galton, Francis (1822-1911)	2
Ombredane, André (1898-1958)	2
Otis, Arthur S. (?-?)	2
Pimentel, Iago Victoriano (1890-1962)	2
Terman, Lewis Madison (1877-1956)	2
Alvim, Mariana Agostini de Villalba (1909-2001)	1
Andrada e Silva, José Bonifácio de (1763-1838)	1
Azevedo, Fernando de (1894-1974)	1
Dewey, John (1859-1952)	1
Hollingwourth, Leta S. (1886-1939)	1
Lippmann, Hans Ludwig (1921-1981)	1
Maudsley, Henry (1835-1918)	1
Murray, Henry (1893-1988)	1
Pacheco e Silva, Antonio Carlos (1898-1988)	1
Rabello, Sylvio de Lyra (1899-1972)	1
Rorschach, Hermann (1884-1922)	1

**Quadro 2** – Autores referenciados nos textos selecionados dos Arquivos do S.A.M..

Ver-se-á a seguir que o S.A.M. “compreende duas bases científicas, a educação, a biologia educacional, que estuda as condições orgânicas, para estabelecer condições pedagógicas corretas ao aluno; e a psicologia, que estuda e analisa o comportamento, para corrigi-lo” (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, p. 115).

### III.2.1 – Os testes psicológicos e seus usos

Um dos objetivos do S.A.M. era proceder à investigação social e ao exame médico-psico-pedagógico dos menores desvalidos e delinquentes, sendo assim:

(...) é ela [a criança do S.A.M.] submetida a um exame psico-pedagógico, por meio de “tests” objetivos e impressões subjetivas do especialista, a fim de determinar o seu nível mental, a sua escolaridade, e através dos percalços tão conhecidos no julgamento da

orientação profissional, fazer, quando e se possível, algumas previsões no movediço terreno das aptidões. (ALENCAR NETO, 1945B, p. 140)

A aplicação dos exames psicométricos era de responsabilidade da professora Helena Paladini Cardoso<sup>111</sup>, até setembro de 1940, e a partir de agosto de 1941 ficaram a cargo da professora Glória Quintela<sup>112</sup>. Um dos registros deste procedimento pode ser citado:

Desde julho de 1936, quando se inauguraram as pesquisas médico-sociais do Laboratório de Biologia Infantil, até 31 de dezembro de 1941, depois de entrar em vigor o decreto criando o Serviço de Assistência a Menores, examinaram-se 805 menores transviados, sendo 27 do sexo feminino (ALENCAR NETO e NAVA, 1942, pp. 76-77).

De acordo com o relatório do ano de 1941, “submeteram-se 557 menores ao exame de psicotécnica, processando-se, em seguida, sua seleção pedagógica e distribuição nos diversos educandários, supervisionados pelo S.A.M.” (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1942, p. 239).

Em Relatório sobre as atividades em 1944, Meton de ALENCAR NETO (1946) afirma que um dos setores mais importantes de trabalho no S.A.M. era o que fazia o “levantamento do Quociente Intelectual e à determinação dos conhecimentos escolares dos menores que tiveram suas internações autorizadas” (p. 137). A Seção de Pesquisas Pedagógico-Sociais (S.P.S.) realizava este trabalho através do Setor de Psicotécnica, que para tal utilizava-se de

Excelente material de psicometria, representado pelos seguintes testes, devidamente estudados e estalonados: coletivos de Dearbon, de desenho, de F. Goodenough, individual de Binet-Terman, labirinto de Porteus, reativos de Sante de Sanctis, os testes A.B.C., do Professor Lourenço Filho, para verificação de maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita e, por último os testes de Rorschach, para estudo global da personalidade do indivíduo. (ALENCAR NETO, 1946, p. 138).

Antes de analisar o uso que lhes foi dado no S.A.M. considero importante apresentar alguns comentários sobre os testes utilizados no Setor de Psicotécnica, visto que cada um

---

<sup>111</sup> Helena Paladini Cardoso (?-?), professora.

<sup>112</sup> Glória Quintela (?-?), professora, Assistente de Educação e Psicotécnica do S.A.M.

deles se propõe a avaliar diferentes capacidades, características e traços de personalidade do indivíduo, além do fato de muitos destes terem caído em desuso com o tempo<sup>113</sup>.

Alfred Binet<sup>114</sup> e sua equipe desenvolveram, em 1905, o primeiro teste de inteligência. ANASTASI (1977) comenta que este, “consistia simplesmente de 30 testes curtos, dispostos numa ordem ascendente de dificuldades” (p. 225) que agrupados por níveis de idade mediam a I.M. (Idade Mental). Foram várias as revisões, traduções e adaptações<sup>115</sup> deste teste até que em 1916 Terman<sup>116</sup> e seus colaboradores desenvolveram uma versão que se tornou um marco, transformando-se em referência para todos os testes que a ela se seguiram. Conhecida como *Stanford-Binet*, ou *Binet-Terman*, esta versão do teste é composta de noventa tarefas que abarca o período de 2 aos 18 anos e “a fim de apresentar uma medida que (...) permita uma interpretação uniforme, independente da idade do sujeito” (ANASTASI, 1977, p. 54) adota o conceito de Q.I. (Quociente de Inteligência) – resultado da razão entre idade mental e idade cronológica multiplicada por 100, a fim de evitar o emprego de decimais. O tempo de aplicação deste teste pode variar de trinta minutos a uma hora e meia e exige do aplicador experiência no seu emprego, pois os testes precisam ser corrigidos à medida que são aplicados.

Muito usado para complementar o Binet e outras escalas verbais, o teste do desenho da figura humana de Goodenough<sup>117</sup> foi padronizado em 1926. É um teste não verbal que possibilita a avaliação da inteligência infantil na faixa de cinco a quinze anos, a partir da avaliação da acuidade da observação e do grau de desenvolvimento do pensamento. Consiste em solicitar ao sujeito que “desenhe um boneco da melhor forma possível”, o que deverá ser

---

<sup>113</sup> Convém lembrar que em março do 2003 o Conselho Federal de Psicologia definiu e regulamentou o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, Resolução CFP nº. 002, a partir daí compôs uma Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, responsável pela avaliação dos testes psicológicos em uso. Dos testes apresentados a seguir os únicos que obtiveram parecer favorável desta comissão foram o Rorschach e o T.A.T.

<sup>114</sup> Alfred Binet (1857-1911), psicólogo francês, foi pesquisador associado do Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade de Sorbonne de 1891 a 1894, ano em que assumiu sua direção na qual permaneceu até 1911. Teve importante papel no desenvolvimento da psicologia experimental tendo dado uma contribuição fundamental à avaliação da inteligência através de testes desenhados para esse fim. Mais informações: <<http://www.bookrags.com/biography-alfred-binet-woh/>>.

<sup>115</sup> Mais detalhes sobre o desenvolvimento dos testes de Binet ver: ANASTASI, 1977.

<sup>116</sup> Lewis Madison Terman (1877-1956), psicólogo americano, ingressou como professor da Universidade de Stanford em 1910, tornou-se chefe do Departamento de Psicologia em 1922 e ocupou o cargo até sua aposentadoria em 1942. Mais informações: <<http://www.psych.usyd.edu.au/difference5/scholars/terman.html>>.

<sup>117</sup> Florence Laura Goodenough (1886-1959), psicóloga norte americana, em 1921 trabalhou com Lewis Terman na Universidade de Stanford, em 1925 assumiu o cargo de professora assistente na Universidade de Minnesota onde atuou como docente até sua aposentadoria precoce em 1947 devido a uma doença física. Mais informações consultar: <<http://www.webster.edu/~woolfm/goodenough.html>>. Ver Anexo 2 – Teste de Goodenough.



feito com calma e procurando aperfeiçoar o mais possível o desenho, que será avaliado com base na presença de 51 elementos. A cada elemento presente no desenho atribui-se um ponto.

O Teste de Dearborn<sup>118</sup>, utilizado para verificar o nível mental de “alunos do curso primário e ginásial”, apresentava algumas facilidades: pode ser aplicado coletivamente, é de fácil apuração e dispensa a escrita de frases ou palavras, pois utiliza desenhos, cruces, círculos ou algarismos. Compõe-se de três quadros nos quais os alunos executarão as ordens transmitidas pelo aplicador. QUINTELA (1942) nos informa que “a tabela brasileira [para o teste de Dearborn] foi organizada por Mme. Hélène Antipoff, notável pedagoga, que dirige o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. (Devo-lhe a gentileza desta tabela). A experimentação foi feita com crianças mineiras” (p. 166).

De acordo com ANASTASI (1977), os testes de Labirintos de Porteus<sup>119</sup>, criados em 1914, são um dos primeiros tipos de teste de desempenho, como medida de visão e capacidade de planejamento. “Consistem numa série de labirintos impressos, com graduação muito acentuada de dificuldade” (p. 283) e apresentam a vantagem de poderem ser aplicados sem instrução verbal, através do emprego do labirinto mais fácil para demonstração. O teste não limita o tempo para sua realização e consiste em fazer com que o sujeito trace o caminho mais curto entre a entrada e a saída do labirinto, sem retirar o lápis do papel.

Os testes Reativos de Sante de Sanctis<sup>120</sup> são bem simples e consistem de seis testes de reação, rápidos, fáceis, em dificuldade progressiva e que se prestam à classificação da insuficiência mental, em três graus: alto, médio e leve, conforme a criança observada vença o segundo, o quinto e o sexto reativo. A experimentação não dura mais de quinze minutos e não exige conhecimentos escolares, o que, de acordo com QUINTELA (1942) é uma vantagem em relação a outros testes; afinal, “não se pode prender, por largos espaços, a atenção débil e instável de uma criança deficiente” (p. 171).

Os testes A.B.C., do Professor Lourenço Filho, não indicam diretamente a maturidade em termos de inteligência geral, mas o fazem indiretamente através de aptidões necessárias para

---

<sup>118</sup> Não foi possível localizar informações sobre o autor deste teste. Ver Anexo 1 - Teste de Dearborn.

<sup>119</sup> Stanley David Porteus (1883-1972), psicólogo australiano, em 1918 mudou-se para os Estados Unidos convidado para trabalhar numa escola de Nova Jersey, no período de 1922 a 1948 foi professor na Universidade Hawaii embora não tivesse nenhuma formação universitária. Mais informações consultar: <<http://www.ferris.edu/isar/bios/porteus/stannard.htm>>. Ver Anexo 3 – Teste de Labirintos de Porteus.

<sup>120</sup> Agostino Gemelli Sante de Sanctis (1862-1935), médico italiano, foi professor de Psicologia Experimental na Universidade de Roma, é considerado o pai da neuropsiquiatria infantil na Itália. Mais informações: <<http://www.accademiaxl.it/Biblioteca/Virtuale/Ipertesti/neuroscienzeXL/desantis.htm>>. Ver Anexo 4 – Testes Reativos de Sante de Sanctis.

começar a aprendizagem sistemática da leitura. O teste se compõe de 8 provas, a saber: prova 1 – de controle visual-motor; prova 2 – de memória visual; prova 3 – de controle visual-motor; prova 4 – de memória auditiva; prova 5 – de memória lógica; prova 6 – de capacidade de prolação; prova 7 – de controle visual-motor; e, prova 8 – de controle visual-motor e índice de fatigabilidade.

Entretanto, testes de personalidade também eram utilizados e preferidos para elaboração de diagnósticos mais detalhados,

Sem dúvida, destes exames os mais interessantes são: o teste de Rorschach, já bem conhecido e cujo valor todos são acordes em atestar, e o “Thematic Apperception Test” (DOVICCHI e QUINTELA, 1945, p. 9).

O Rorschach<sup>121</sup> é um teste psicológico projetivo de personalidade dos mais conhecidos. São analisadas as interpretações do testando para dez desenhos abstratos, como uma forma de mensurar o funcionamento e a integração emocional e intelectual. Outro teste para o estudo da personalidade utilizado era o “Minhas Mãos”, também chamado de Teste MM, que, elaborado por Helena Antipoff, consistia em solicitar ao examinando que fizesse uma redação com o título “As minhas mãos”<sup>122</sup> o que oferece ao examinador uma gama de informações para o conhecimento do examinando sob o ponto de vista psico-pedagógico. “Instrumento genuinamente brasileiro na sua origem e aplicação”, realizado em curto tempo, econômico quanto ao material – lápis e papel – e universal quanto ao estímulo, o teste MM se diz “capaz de evidenciar diferenças individuais nas seguintes áreas: a) conduta frente ao estímulo; b) produção verbal; c) estrutura mental; d) estrutura evolutiva; e) desenvolvimento pedagógico do ponto de vista lingüístico; e, f) distúrbios de conduta” (ANTIPOFF, 1975, p. 49).

Outro teste de educabilidade utilizado era o Teste de “Sinalização” que, elaborado pelo Dr. André Ombredane<sup>123</sup>, permite apreciar a capacidade de adaptação a tarefas novas, além de possibilitar a verificação de curvas de acumulação de erros, número de tentativas e número de erros e o grau de atenção do examinando. Na aplicação deste teste era utilizado “um aparelho

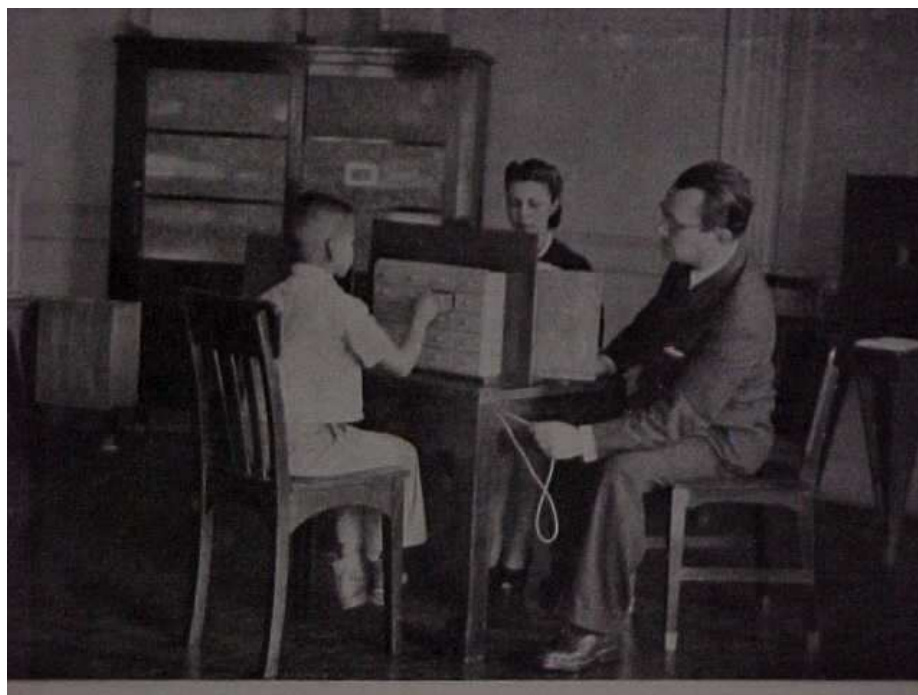
<sup>121</sup> Hermann Rorschach (1884-1922), médico suíço, em 1914 especializou-se em psiquiatria na Universidade de Zurique, em 1918 começa seus estudos e experimentos com pranchas com manchas de tintas e em 1921 publica o resultado destas pesquisas no livro intitulado “Psicodiagnóstico”. Mais informações: <<http://www.britannica.com/ebc/article-9377171?query=Hermann%20Rorschach&ct=>>

<sup>122</sup> O tema foi escolhido por Antipoff por ser a “mão, objeto real, sempre presente, parte inerente do EU CORPORAL, instrumento da vontade do homem, expressão de sua vida interior, revelação de sua personalidade” (ANTIPOFF, 1975, p. 10).

<sup>123</sup> André Ombredane (1898-1958), psicólogo francês, assumiu, de 1939 a 1944, a cátedra de Psicologia Geral e Experimental da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

de dispositivo elétrico” com botões que correspondem “a cada uma das cores: vermelho, verde, amarelo e azul” e a “dois sons diferentes – campainha e cigarra. Aparecem, um de cada vez, som ou cor. Depois da apresentação, o examinando reagirá, na primeira vez, por tentativa, devendo fixar, depois de alguns ensaios, qual o botão que apaga determinada cor, ou faz cessar o som ouvido.” (DOVICCHI e QUINTELA, 1945, p. 13)

A Figura 20 ilustra a aplicação de um teste pelos Professores André Ombredane e Glória Quintela:



**Figura 20** – Professor André Ombredane e a professora Glória Quintela na sala de psicotécnica do S.A.M..  
Fonte: ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1942.

O Questionário de Woodworth-Mathews<sup>124</sup> é um inventário de autodescrição da personalidade. Segundo ANASTASI (1977), suas questões “referiam-se a desvios de comportamento tais como fobias ou medos anormais, obsessões e compulsões, pesadelos e outras perturbações do sono, fadiga excessiva e outros sintomas psicossomáticos, sentimento de irrealidade e perturbações motoras tais como tiques e tremores” (p. 524).

O Teste de Apercepção Temática, mais conhecido simplesmente como T.A.T., possibilita a investigação “de impulsos dominantes, tendências, emoções, sentimentos, complexos e conflitos da personalidade”. Este teste deve ser aplicado em duas partes, com “um intervalo

<sup>124</sup> Só foi possível localizar informações sobre Robert Woodworth (1869-1962), psicólogo norte-americano, foi professor da Universidade de Columbia.

mínimo de vinte e quatro horas” entre a primeira e a segunda aplicação. “Consta de uma série de dezenove gravuras e um cartão em branco”, a partir de cada uma o examinando em cinco minutos deve “*fazer uma história, (...) tão sentimental, quando possível, explicando o acontecimento que lhe sugere a mesma, o que estão pensando e sentindo as personagens da gravura*”. Quase sempre, “o examinando sai da prova, feliz, sem saber que brindou o examinador com uma verdadeira ‘radiografia’ do seu próprio íntimo”. (DOVICCHI e QUINTELA, 1945, pp. 9-11, grifo dos autores).

O Teste de Violação de Proibições, organizado pelo Dr. Meton de Alencar Neto e pelo Prof. André Ombredanne, consiste em encaminhar o menor a uma sala especial que permite que ele seja visto e ouvido sem que o perceba. “Depois dêste contato com o ambiente e de ter o menor tido ocasião de verificar o que aí se encontra, dizemo-lhe que nos vai ajudar a armar um quebra-cabeças”. Depois de firmado um compromisso de que o fará “*sem olhar no modelo*” o examinador sai da sala e “passa à observação”, ficando o menor “à vontade, abolindo-se desse modo, grande causa de erro, traduzida pela natural inibição ideativa, geralmente provocada pela presença do examinador”. O resultado desta observação “*sem ser pressentida*, fornece dados valiosos no que tange à conduta do menor, ou seja: atenção, capacidade de fixação, preservação, humor, impulsividade, interesses, tendências predominantes, etc.” (DOVICCHI e QUINTELA, 1945, pp. 11-12).

Como visto, a maioria dos testes utilizados no Setor de Psicotécnica do S.A.M. visava avaliar o nível intelectual geral do indivíduo, eram os “testes de inteligência”, porém é preciso lembrar que, ainda que possam ser reunidos sob este título, os testes diferem em seu conteúdo. Sendo assim, o “resultado, deve ser sempre acompanhado do nome do teste com o qual foi obtido. Os resultados de testes não podem ser adequadamente interpretados em abstrato; devem referir-se a testes específicos” (ANASTASI, 1977, p. 76) para evitar discrepâncias nos resultados. Na leitura dos textos publicados nos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores a necessidade de identificar os testes aplicados parece ser do conhecimento dos autores, porém nem sempre foi cumprida, como será visto neste trabalho.

ALENCAR NETO e QUINTELA (1944) em seu “Estudo sobre o Quociente Intelectual na Infância Desvalida (3.000 Menores)” identificam o teste utilizado visando “estabelecer as correlações entre os diversos testes” utilizados no S.A.M., afirmando que: “A documentação que temos é suficiente para conclusão satisfatória. Mesmo aproximadas, as medidas mentais são índices indicadores, úteis e indispensáveis, sem oferecerem a bem de ver, precisão

matemática.” (p. 135). Os autores apresentam alguns dos resultados obtidos que confirmam a correlação entre os resultados dos testes aplicados:

M.B.R. – Registro Geral: 6.441. Dearborn: I.M.: 6,6 – Q.I.: 76.  
 Desenho de Miss Goodenough: 6,6 – Q.I.: 76  
 M.F. – Registro Geral: 6.997. Dearborn: I.M.: 12,3. Porteus: I.M.: 12,6.  
 O.B. – Registro Geral: 6.979. Dearborn: I.M.: 10,11. Porteus: I.M.: 10,6.  
 A.H. – Registro Geral: 5.187. Dearborn: I.M.: 6,10 – Q.I.: 43.  
 Reativos de Sante de Sanctis: confirmada deficiência mental no grau de imbecilidade.  
 D.C.R. – Registro Geral: 5.709. Desenho de Miss Goodenough: I.M.: 4,3 – Q.I.: 40. Binet-Terman: I.M.: 4,8 – Q.I.: 43.  
 M.A. – Registro Geral: 7.152. Dearborn: I.M.: 6 – Q.I.: 37. Binet-Terman: I.M.: 6,4 – Q.I.: 39. (ALENCAR NETO e QUINTELA, 1944, p. 135)

Porém, quando passam a apresentar os resultados levantados nos 3.000 menores investigados por eles, apresentam apenas quadros estatísticos referentes ao “nível mental” (p. 136) sem especificar o instrumento utilizado para obter os resultados. Ainda em outra parte do texto fazem um “paralelo da classificação total da inteligência, segundo o Q.I.” entre os 3.000 menores do S.A.M. e outros 3.000 menores alunos do “Instituto La-Fayette”<sup>125</sup> e mais uma vez, o instrumento utilizado não é identificado, no entanto partindo dos dados apresentados pode-se afirmar que estes: “Revela[m] que o ambiente de privações contribue para engrossar a caudal de débeis mentais e retardados pedagógicos, evidenciando ainda a necessidade em que estamos de socorrer, precocemente, a criança desvalida.” (p. 148).

Em outro dos “Trabalhos Originais” publicados nos Arquivos do S.A.M., DOVICCHI e QUINTELA (1945) tecem “Considerações sôbre a Preocupação Sexual na Adolescência”, apresentando “um exame mais detalhado da personalidade” de “três menores, cujas respostas ao teste de Rorschach despertaram a (...) atenção, por revelar intensa preocupação sexual” (p. 13). Neste texto, os autores relatam um “resumo da observação” de cada um dos três menores explicitando os instrumentos utilizados e os resultados em cada um deles, seguindo o roteiro que reproduzo abaixo:

I – Identificação

II – Histórico

---

<sup>125</sup> “Gloria Quintela trabalha, também, no Instituto La-Fayette, na parte de Psicometria. Fazendo o levantamento estatístico dos trabalhos ali realizados, com alunos do Curso Primário, 1<sup>as</sup>. séries e alguns casos especiais de classes mais adiantadas, cujos exames são necessários, de 1935, quando se iniciou este serviço, até 1942, (...)” (ALENCAR NETO e QUINTELA, 1944, p. 147).

### III – Síntese dos Exames Clínicos

- a) Antecedentes hereditários e familiares
- b) Exames de Laboratório
- c) Exame somático
- d) Exame Neurológico
- e) Exame psíquico

Conclusão

### IV – Exame Psicométrico

- a) Teste de Dearborn
- b) Teste de Porteus
- c) Teste individual de Binet-Terman
- d) Reativos de Sante de Sanctis
- e) Escolaridade
- f) Teste de Rorshach
- g) T.A.T.
- h) Minhas Mãos
- i) Teste de Violação de Proibições
- j) Prova de Associações de Idéias
- k) Questionário de Woodworth-Mathews
- l) Teste de Sinalização (do Dr. André Ombredane)

A “intensa preocupação sexual” (DOVICCHI e QUINTELA, 1945, p. 37) apresentada pelos menores conduziu os autores a um estudo minucioso da personalidade destes empregando diferentes instrumentos de avaliação. Depois deste “estudo mais completo” os autores afirmam

(...) quão delicado é o estudo dessa característica do adolescente e a necessidade de explorá-la, através de vários testes, porque os de percepção, por exemplo, quando aplicados, isoladamente, deixam sentir de modo mais acentuado o seu caráter restritivo e a sua artificialidade. Necessária se torna a aplicação conjunta de vários testes, com o intuito de preencher lacunas que, por ventura, hajam alguns deles deixado, permitindo, tanto quanto possível, o conhecimento perfeito da personalidade do menor, desvendando a causa de seu desajustamento. (DOVICCHI e QUINTELA, 1945, pp. 37-38 – *sic*)

O mesmo respeito à identificação do teste utilizado foi detectado no texto onde QUINTELA e DUARTE<sup>126</sup> (1946) tecem “Considerações sôbre o Nível de Maturidade na

---

<sup>126</sup> Margarida Estella Bandeira Duarte (?-?), professora, coadjuvante de ensino do Serviço de Assistência a Menores.

Infância Desvalida”. As análises apresentadas se basearam “no largo material” que têm “resultante da aplicação dos testes A.B.C., de Lourenço Filho” (p. 55). As autoras detalham os oito testes que compõem o A.B.C. e partem para a “análise estatística da amostra apreciada, nas várias idades, em número de 100 testes para cada uma delas [dos 6 aos 12 anos], à exceção da amostra de 12 anos que tem 57 testes” (p. 60). Logo após, apresentam dados obtidos pela aplicação do mesmo teste A.B.C. em alunos do “Instituto La-Fayette” divididos em dois grupos distintos: alunos que cursaram e alunos que não cursaram o Jardim da Infância. Ressaltando que, em virtude da amostragem pequena que possuem, não farão “própriamente paralelo entre esta e a amostra do S.A.M.”, restringindo-se à apresentação de uma análise do material. Identifica-se neste texto que as autoras apresentam os resultados de suas pesquisas nos moldes pretensamente científicos, preocupadas em identificar não só o instrumento utilizado, mas também em comentar detalhadamente a amostra por elas utilizada. Na parte final do texto, QUINTELA e DUARTE (1946) retomam uma das propostas difundidas pelo DNCr – a necessidade de criação de órgãos dedicados à assistência moral da criança, dentre os quais os Jardins da Infância – ao afirmarem que:

As deficiências encontradas nos testes que examinámos vêm mostrar, ainda, a necessidade da multiplicação dos Jardins da Infância que viriam dar à criança oportunidade de desenvolvimento mais normal, facilitando-lhe melhor e maior aproveitamento no curso primário, e de modo geral na vida. (p. 69)

Ainda um outro trabalho, onde se percebe a preocupação com os “moldes científicos” de apresentação de resultados de pesquisas é assinado por GUERRA<sup>127</sup> (1948) e investiga a inteligência de crianças portadoras de “sífilis ingênita” visando verificar se esta infecção prejudica seu desenvolvimento intelectual. Neste artigo, antes de entrar propriamente na análise a que se propõe, reserva um tópico para discutir a “medida de inteligência” (p. 80), mostrando conhecimento das discussões sobre as conotações gerais do conceito de ‘inteligência’, tal como é simbolizado pelo Q.I., alertando o leitor que “O vocábulo inteligência não designa os mesmos fatos nem para os especialistas do assunto. Basta um simples cotejo das definições de inteligência propostas pelos maiores psicologistas”. (p. 80)

Apresenta então algumas das definições fornecidas pelos “psicologistas”, “especialistas no assunto”:

Segundo Stern, inteligência é a capacidade geral do indivíduo para ajustar conscientemente o seu pensamento a novas situações. Para

---

<sup>127</sup> Cleodulpho Viana Guerra (?-?), médico, chefe da Seção de Orientação e Coordenação do S.A.M.

Buckingham é, simplesmente, a capacidade de aprender. Para Terman é a capacidade de pensar em termos de idéias abstratas. De acordo com Burt a atenção voluntária é o fator essencial da inteligência. Thorndike a define como o poder de dar boas respostas sob o ponto de vista da verdade ou do fato. Pintner a entende como avaliação da eficiência duma reação ou grupo de reações em circunstâncias específicas.

Esta diversidade de conceituação do mesmo fenômeno entre os vários pesquisadores foi, sem dúvida, a razão que levou Binet, conhecido autor da primeira “escala métrica da inteligência”, quando solicitado a definir a inteligência a responder que esta era o que sua escala media. (GUERRA, 1948, p. 81)

Sem deixar claro com qual destas definições estará trabalhando, segue afirmando a necessidade de “aplicar a mesma técnica de investigação” para evitar discrepâncias nos resultados obtidos, o que “concorre para o descrédito da medida psicológica entre os leigos” (GUERRA, 1948, p. 81). No entanto, ao apresentar seus dados não deixa claro qual foi o instrumento por ele utilizado para obter os resultados apresentados. Estes se referem a uma amostra de 178 “crianças luéticas” cujos Q.I.s são comparados aos de 3.400 crianças “da mesma população” – apesar de não explicitado no texto, supõe-se serem todas as crianças internas do S.A.M. – apresentando a seguinte distribuição:

<b>Comparação do Q.I. entre o grupo total e o das crianças luéticas</b>		
<b>Q.I.</b>	<b>Grupo Total</b>	<b>Crianças Luéticas</b>
Supernormais	3%	0%
Normais	17%	8,4%
Subnormais	80%	92%

**Quadro 3** – Comparação do Q.I. entre o grupo total e o das crianças luéticas.  
Fonte: GUERRA, 1948, p. 83.

Partindo do confronto dos números expostos acima, GUERRA (1948) não apresenta exatamente conclusões, permite-se, apenas, “algumas inferências”. Ressalta que a percentagem de subnormalidade intelectual é elevada nos dois grupos e afirma que:

A diferença entre estes números 92 e 80, exprimirá, provavelmente, para a população desvalida ou abandonada do Rio de Janeiro, e somente para esta população, a responsabilidade da sífilis na subnormalidade intelectual é, em números redondos, de 12%, isto é, em 100 casos de inteligência abaixo do normal 12 deverão ser incriminados à lues inata. (p. 83)



Era grande a importância atribuída à classificação dos menores segundo o Quociente Intelectual (Q.I.) feita pelo Setor de Psicotécnica do S.A.M., pois além de ser tema de análise nos “Trabalhos Originais” publicados nos Arquivos, era constante a apresentação nos Relatórios anuais sobre as atividades do S.A.M. de quadros conforme o Quadro 4:

Movimento dos Exames de Menores Internados no S.A.M., feitos no Setor de Psicotécnica da S.P.S., e sua classificação segundo o Quociente Intelectual (Q.I.)		
Q.I.	Inteligência	Número de Examinados
25-50	Imbecilidade	87
51-70	Debilidade mental	853
71-80	Fronteira de debilidade	527
81-90	Limite da normalidade	394
91-110	Normalidade mental	311
111-120	Elevada	21
121-140	Elevadíssima	4
	<b>Total</b>	<b>2.197</b>

**Quadro 4** – Movimento dos exames feitos no Setor de Psicotécnica da S.P.S./S.A.M. no ano de 1944.  
Fonte: ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, p.140.

Os resultados obtidos nos testes de Q.I. foram também utilizados para autorizar a saída para visitar os pais de maiores de 14 anos internados na sede do S.A.M., de acordo com a Portaria nº 185 de julho de 1944:

IV – Os maiores de 14 anos, de Q.I. não inferior a 70, poderão sair sozinhos, mediante autorização, por escrito, dos pais e responsáveis, após verificadas as condições morais e materiais dos respectivos lares, e, bem assim, as conclusões da Seção de Pesquisas e Tratamento Sômato-psíquico.

VII – Só terá saída o aluno que houver completado os exames médico-psico-pedagógicos e, bem assim, depois de concluída a ficha sobre sua personalidade. (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, p. 120)

Nas considerações feitas sobre esta Portaria pelo Diretor do S.A.M., Meton de Alencar Neto, uma das justificativas para os procedimentos para autorização de saída dos internos é que:

(...) a concessão de saída passa a funcionar, assim, como uma adequada motivação psicológica, de tal modo que seria licito prever-se a formação, em nossos menores, de um desejável e sadio hábito, qual o de comportarem-se bem, para o que, por meio de conselhos e exemplos edificantes, se venha a tirar partido da própria personalidade

do aluno; (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, p. 119).

Devo chamar a atenção para alguns detalhes no discurso tão bem encadeado desta Portaria. Em primeiro lugar, pode-se depreender que o índice de Q.I. do interno está sendo associado à idéia de responsabilidade, uma vez que só se obtiver um índice maior ou igual a 70 o interno poderá sair sozinho, o que retrata o uso do resultado de um teste de inteligência de forma inadequada, visto que não há descrições da conexão entre inteligência e responsabilidade nos estudos realizados pelo S.A.M.. Outro ponto é a justificativa baseada na “motivação psicológica”, esta na verdade encobre uma punição a um mau comportamento, pois o interno fica impedido de sair no único final de semana em que isso seria permitido ao longo de um mês.

A Seção de Pesquisas Pedagógico-Sociais do S.A.M., à qual se liga o Setor de Psicotécnica, pode ter seu trabalho resumido da seguinte forma:

(...) aquilatar o desenvolvimento pedagógico e intelectual de cada um, por meio de exame de escolaridade e das provas de psicometria: determinam-se, assim, o adiantamento normal ou o retardamento pedagógico do futuro aluno, e o seu quociente intelectual. (ALENCAR NETO, 1944, p. 14).

Este setor era considerado um dos mais importantes do serviço, pois “é em função dele que se vão desenvolver tôdas as atividades educativas” (ALENCAR NETO, 1946, p. 136) nos estabelecimentos subordinados ao S.A.M.. Ver-se-á no próximo tópico como é referido nos textos dos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores este sistema pedagógico.

### **III.2.2 – Educar e Reeducar**

Conforme visto no Capítulo anterior, o movimento da Escola Nova teve seu período áureo nas décadas de 1920 e 1930 reunindo personalidades de diversas tendências pedagógicas em torno do projeto comum de colocar a Educação a serviço da cidadania. Porém, com a emergência do Estado Novo esta ambição inicial foi reduzida, embora continuasse fazendo parte do movimento educacional brasileiro, deixou de ter a abrangência inicial que lhe deu unidade e levou-o ao apogeu, ficando a escola sendo vista:

(...) menos como instituição encarregada da distribuição igualitária de conhecimentos do que como lugar privilegiado de realização de um projeto preventivo que depositava na identificação antecipada das “anormalidades infantis” a esperança de mais ordem e progresso. Dizendo de outro modo, defendiam a existência da escola não como garantia do direito universal à instrução, mas como meio de prevenir a criminalidade; datam desta época o lema “escolas cheias, cadeias vazias”. (PATTO, 1999, p. 327)

É consonante com estas idéias que ALENCAR NETO e NAVA (1942), após um detalhado mapeamento estatístico sobre a incidência da delinqüência de menores no Rio de Janeiro, afirmam que o estudo da “delinqüência traz à baila dois aspectos do problema pedagógico: a educação e a reeducação” (p. 103). Com relação à educação, os autores afirmam que esta “impediria a eclosão da criminalidade”, esclarecendo que se referem

(...) à educação encarada em dois ângulos distintos, o medico e o social, englobando a profilaxia, a prevenção e a defesa tanto do individuo, quanto do organismo social, de que é célula. A educação, por principio, pelo menos teoricamente, deve evitar o crime. (p. 104)

A reeducação deveria ajustar-se a este mesmo ideal, isto é, “bem orientada, sobre alicerces científicos, não permitirá, as mais das vezes, reincidência nem recidiva, tampouco deixará o individuo declarado em estado de periculosidade social ou pré-delinqüência colidir com o código criminal” (p. 105). Apesar de ressaltarem que “sobre reeducação não há regra ou sistema estabelecido” (p. 107), afirmam que o sistema de reformatórios “tem falhado no estrangeiro e aqui” (p. 105). Exemplificam o fiasco dos reformatórios apresentando o caso da Escola Correccional Quinze de Novembro e da Escola João Luiz Alves que no ano de 1939 mereceram do desembargador Sabóia Lima o seguinte comentário: “São meros depósitos de menores sem orientação educativa. O primeiro não é um instituto profissional como deveria sê-lo, e o segundo não preenche a alta finalidade de escola de reforma” [Os autores comentam que o termo reforma estava sendo utilizado no sentido de reeducação] (p. 105). Apesar disto, não culpam exatamente o sistema proposto pelo fiasco, mas “o fato essencial (...) [de que] jamais puzemos em prática, por técnicos capazes e bastantes, aquele sistema apontado em 1923, quando se cuidou de reformatórios entre nós”, concluindo que “paradoxalmente, impunha-se em primeiro lugar a reeducação do professorado e mestrança” nestes estabelecimentos (p. 108).

Mesmo sofrendo severas críticas “os reformatórios, com seus métodos, de forma alguma se devem considerar em decadência ou fadados ao fracasso. Há erros que é necessário

observar e emendar” (ALENCAR NETO e NAVA, 1942, p. 112) sendo necessário substituir “os imensos depósitos de menores que são os patronatos e reformatórios, nos quais os ambientes coletivos comprometem a humanização dos educandos.” (p. 113)

Analisa de forma detalhada o “Borstal System”, sistema de reformatórios, desenvolvido em instituições inglesas, cuja origem deve-se à necessidade da separação de jovens e adultos nas prisões e data de 1894, deve este título à instalação experimental de uma ala destinada a jovens na prisão da cidade de Borstal. Segundo ALENCAR NETO e NAVA (1942) este sistema acolhe “menores de 16 a 21 anos, pelo tempo de seis meses até três anos” (p. 113), devendo para a admissão do menor numa “casa Borstal”:

(...) haver ordem do Juiz competente, concedida no ato de lavrar a sentença; para tanto haverá a presunção de que o tratamento será benéfico, o que o Juiz verificará na conclusão de exames [de] médicos e psicólogos detalhados, documentos integrantes do processo do menor. (p. 114)

O sistema Borstal é apresentado pelos autores como “um meio lógico e racional, simples e humano, de cuidar dos delinquentes”, sendo eficaz na “adaptação” de “jovens às profissões praziosas ou às rurais”, “segundo o exame psicotécnico”. Neste sistema “há vários tipos de disciplina, conforme seja a casa ‘fechada’, ‘parcialmente fechada’ ou ‘inteiramente aberta’ (walled, partially enclosed e entirely open)” e “o transviado será conduzido para uma unidade aberta ou fechada” “de acordo com o grau de periculosidade” que apresenta (p. 115). Para melhor explicar o funcionamento do método Borstal, ALENCAR NETO e NAVA (1942) dão um exemplo prático:

Suponha-se o indivíduo numa das casas fechadas: é como se estivesse no centro de um círculo; por intermédio da reeducação, e através da casa parcialmente fechada, aproximar-se-á paulatinamente da periferia, considerando-se aí a casa inteiramente aberta; o ambiente aberto se encontra, pois, na vizinhança próxima da sociedade, que está fora do círculo. (p. 115)

Afirmam ainda, que o “indivíduo pode também retroceder” dentro deste sistema, o que afirmam que é “pouco comum dada a excelência do método Borstal”. Comentam que existem “meios próprios de coerção” dos rebeldes, são a “perda de privilégios”, que não excedem uma semana e que nas casas fechadas “há células solitárias, modificação de regime alimentar, até à dieta a pão e água, durante breve período e como último recurso”, no entanto, ressaltam que “não há castigos físicos” (p. 116).

No que se refere ao “pessoal da instituição – professorado, mestrança e inspetoria – é especializado e selecionado com rigor” e “o número de inspetores é grande, na proporção de 1 para 20 reclusos”, o que é fundamental para atingir a finalidade do sistema Brostal, isto é, “educar racional e humanamente” (p. 116).

ALENCAR NETO e NAVA (1942) apresentam, ainda, “um resumo da rotina” diária em uma instituição Borstal, onde há uma rígida divisão do tempo:

A divisão das horas do dia obedece a seguinte regra: nove horas de dormir, o necessário para um indivíduo jovem, de 16 a 21 anos; as outras quinze horas repartem-se em duas para aula e estudo ou atletismo, segundo a estação do ano; uma ou uma hora e meia para afazeres caseiros ou ginástica; duas e meia para refeições (quatro refeições), e uma hora de recreio. (p. 117).

Fazendo as contas deste roteiro diário percebe-se que restam sete horas e meia sem ocupação determinada, porém observado o detalhamento que fazem os autores da distribuição das atividades vê-se que estas horas são dedicadas ao “trabalho”, descrito como a realização de “tarefas monótonas, mas úteis” (p. 116), ficando claro que a reeducação proposta por este sistema não se dará pela educação, a qual só são dedicadas duas horas diárias, mas sim pelo trabalho.

Dado o espaço que dedicam à descrição deste sistema “não é difícil imaginar que os autores reservam suas preferências para o Borstal” (p. 119), ficando explícita a intenção de Meton de Alencar Neto de adaptá-lo no “reajustamento que se processa agora das Escolas Quinze de Novembro e João Luiz Alves, que constituirão um todo uno, o Instituto Profissional Quinze de Novembro”.

Ao final do texto, uma espécie de resumo do problema da delinqüência de menores é apresentado e ALENCAR NETO e NAVA (1942) afirmam que o tratamento da delinqüência:

(...) pode ser profilático e curativo. O profilático ou preventivo deve ter caráter educacional e ministrarse, de acordo com os princípios da psicologia evolutiva e da pedagogia. O curativo será em parte de reeducação e em parte clínico-psiquiátrico. (p. 123)

A partir do que concluem que “o problema do menor desvalido e transviado é secundário ao problema de proteção e assistência à família”, reforçando as idéias que motivaram a criação do DNCr anos antes.

O tema da educação é retomado em outro texto sobre a “Educação da Infância Anormal” de Glória QUINTELA (1942), que utiliza a definição dada por Sampaio Dória<sup>128</sup> para educação, que seria:

(...) a interferência do homem na formação do homem. A finalidade deve ser, adaptar, normalizar, superiorizar e o primeiro dever é não prejudicar, não anormalizar. E para que a educação seja completa, é preciso estender-se às seguintes modalidades: física, intelectual, moral, cívica, profissional e econômica, o que importa dizer: saúde, inteligência, vontade, deveres para com os pais e para consigo mesmo. (pp. 151-152)

A noção de anormalidade está sendo utilizada pela autora no sentido daquilo que foge ao padrão regular, isto é, ao “normal”, apontando como fatores para tanto: a hereditariedade, o meio físico e o meio social. Daí a afirmativa de QUINTELA (1942) de que “assim é que, em consequência destas causas, encontraremos mais crianças anormalizadas e desajustadas, do que propriamente anormais” (p. 150, grifos meus). O emprego feito pela autora da categoria “criança anormal” está em sintonia com o discurso médico-pedagógico do começo do século XX que integrava nesta categoria: o idiota, o imbecil e o débil – com seus graus de anormalidade da inteligência – além da figura do indisciplinado, vicioso, instável, contumaz, desequilibrado, impulsivo, entre outros – que se caracterizavam pelo descontrole dos instintos e por toda a sorte de desvios de caráter. LOBO (1997) argumenta que:

a detecção das crianças anormais não se justificará apenas por razões escolares (elas estorvam as aulas e são prejudiciais às outras crianças), ou profiláticas (evitar que se tornem parasitas e perigosas no futuro), mas também por razões econômicas da utilização da mão-de-obra de seus pais e parentes (p. 326).

Na seqüência do texto QUINTELA (1942), mais uma vez, mostra-se grande entusiasta do projeto dos Jardins da Infância<sup>129</sup>, como visto anteriormente uma das propostas que o DNCr visava implementar. Segundo a autora, o Jardim da Infância “prepara o espírito do educando, disciplina-lhes as faculdades intelectuais, desperta-lhe os sentimentos morais, desenvolve-lhe

<sup>128</sup> Antonio Sampaio Dória (1883-1964), advogado, publicista e sociólogo, foi professor de Psicologia na Escola Normal e nomeado Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado em 1920, foi o responsável pelo primeiro recenseamento escolar realizado no país. Foi Procurador Geral do Tribunal Superior Eleitoral de São Paulo em 1934 se mantendo no cargo até 1937. Com a deposição de Vargas em 1946 foi nomeado Ministro da Justiça, exercendo o cargo até o ano seguinte, quando se afasta da política e volta a se dedicar ao magistério.

<sup>129</sup> É bom lembrar que nas décadas de 1960 e 1970, os Jardins de Infância serão novamente incentivados com base nas teorias da privação cultural e na idéia de educação compensatória, desta forma no Jardim da Infância seriam supridas as deficiências de saúde e de nutrição, familiares, emotivas, motoras, lingüísticas etc., enfim, as deficiências do meio, e ofereceriam às crianças estímulos que deveriam ter existido e não existiram.

a atividade individual e principalmente a física”, mas, lamenta-se, “infelizmente, não é instituição divulgada entre nós e que tanto viria beneficiar a infância desvalida, na idade pré-escolar” (p. 152).

Outro tema relativo à educação é trazido para o debate nos Arquivos do S.A.M. por CARVALHAL<sup>130</sup> (1945) que tece “Algumas Considerações em Torno do Problema da Coeducação dos Sexos”, isto é, sobre o:

(...) sistema de educação de acordo com o qual meninos e meninas, sem consideração do fator sexo, freqüentam as mesmas classes, sob a direção de um mesmo professor. Na constituição destas classes mistas, consideram-se, apenas, para um agrupamento homogêneo, a idade cronológica, a idade mental e a escolaridade que possuem os educandos. (p. 43)

Neste texto são expostos “os argumentos de que mais se valem os que condenam e os que defendem calorosamente a coeducação dos sexos, deixando ao exame e à crítica dos leitores o valor e a importância de cada um deles” (p. 47). As discussões em torno do problema não eram poucas, mas pode-se resumir os argumentos contrários ao sistema de coeducação nas críticas ao fato de que as diferenças entre os sexos não podem deixar de repercutir na educação, pois “não é missão da escola formar seres andróginos, mas homens e mulheres, com as qualidades e virtudes que os distinguem como tais” (p. 48). Particularmente, no que diz respeito à prática deste sistema em escolas secundárias, período em que os jovens de ambos os sexos estão na puberdade, o impeditivo é moral, o temor é que os jovens se entreguem a “colóquios chocantes, para não dizer obscenos” (p. 48) relegando o interesse pelo estudo a segundo plano. Tendo como lema “a igualdade na diferença” (p. 46), os favoráveis ao sistema rebatem estes argumentos afirmando que “é quase impossível hoje uma educação dirigida somente à função biológica e, ainda mais, que a juventude é precisamente a fase em que ambos os sexos devem receber a mesma formação cultural”. Afirmam, ainda, que os resultados em escolas mistas são “francamente favoráveis, (...) [pois], os rapazes tornaram-se mais sociáveis mais delicados, as meninas perderam a timidez, a frivolidade, tornaram-se independentes” (p. 49).

Na conclusão de seu texto CARVALHAL (1945) se posiciona e argumenta que “uma sadia consciência pode ser conseguida através do sistema coeducativo”, porém alerta para o fato de que “não resta dúvida de que o sistema exige, por si só, pessoal docente e

---

<sup>130</sup> José Francisco Carvalho (?-?), médico, chefe da Seção de Pesquisas Pedagógico-Sociais do S.A.M..

pròpriamente administrativo à altura das graves responsabilidades que sua implantação acarreta” e que “é preciso preparar os jovens para receber uma adequada educação em comum, (...) ‘é preciso educar os jovens para a coeducação’” (p. 50).

Uma palestra proferida aos “que exercem sua atividade no setor educacional do S.A.M.” (p. 90) abordando “O professor e a sua ação – o educando” foi reproduzida nos Arquivos. Neste texto QUINTELA (1948) reforça a visão do professor como missionário, responsável por formar, aprimorar e elevar a inteligência e o caráter dos que lhe são confiados, relembrando:

(...) o conceito dos mestres da pedagogia renovada sobre qualidades que devem caracterizar o professor – entusiasta, observador (...) ordeiro, paciente e justo; prático, dinâmico, cooperador, idealista; deve ter ainda: tato, firmeza de espírito, otimismo, senso de humor, largueza de espírito, lealdade; ser conhecedor da psicologia infantil e da adolescência (...) e sobretudo deve ser amigo dos escolares (...). (p. 91).

Visto que tem como interlocutores especificamente os militantes de um “setor especializado da educação – assistência ao menor desvalido” e sendo ela psicologista do S.A.M. atém-se num comentário sobre a forma de utilização dos resultados do exame psicológico dos menores no trabalho educativo, afirmando que:

É preciso que tenham sempre em vista uma questão fundamental – embora agrupados em classes homegêneas, segundo o Q.I., dois alunos não podem produzir igualmente. Dentro da mesma classificação de inteligência (...) outros fatores intervirão (...) [e] Temos que atender acima de tudo à personalidade do educando. [pois] Como bem apontou Anísio Teixeira, a criança na escola é um ser que age com toda a sua personalidade e não uma inteligência pura, interessada em estudar matemática ou gramática.” (QUINTELA, 1948, p. 92)

Afirma, ainda se referindo a Anísio Teixeira<sup>131</sup>, que a “escola deve ter por centro a criança” (p. 94) e o professor deve estar sempre atento ao educando que “terá que ser dirigido

---

<sup>131</sup> Anísio Espínola Teixeira (1900-1971), formado em ciências jurídicas e sociais, em 1928 estudou na Universidade de Columbia, em Nova York, onde conheceu o pedagogo John Dewey. De volta ao Brasil em 1931, nomeado secretário de Educação do Rio de Janeiro criou uma rede municipal de ensino completa, que ia da escola primária à universidade. Defensor da escola pública gratuita, laica e obrigatória foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Durante a ditadura do Estado Novo afastou-se da vida pública e se dedicou exclusivamente a seus negócios privados. Na década de 1950, foi secretário-geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Em 1963 foi nomeado reitor da Universidade de Brasília (UnB), mas foi afastado do posto em 1964, em virtude do golpe militar. Nos anos seguintes, lecionou em universidades norte-americanas, retornando ao Brasil em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



pela sua inteligência e pelo conjunto das qualidades e deficiências que o caracterizam” (p. 95). QUINTELA (1948) lamenta, porém, o fato de o S.A.M. não estar ainda em “condições de enviar uma ficha social e psicológica bem completa a respeito de cada menor” aos educandários para os quais são encaminhados. Talvez assim, a disciplina, utilizada pelo educador para “dirigir, motivar o interesse, formar bons hábitos para o educando agir num sentido verdadeiramente construtivo” (p. 96), pudesse ser mais facilmente efetivada. A autora faz questão de lembrar que “a disciplina deve ser considerada, como um processo de tratamento, para se conseguir a adaptação do aluno, para ajuda-lo, e nunca como finalidade de castigar” (p.96), uma vez que a missão dos educadores do S.A.M. era “melhor plasmar e elevar a mente e o caráter da infância e da adolescência desvalidas, para mais felizes dias porvindouros” (p. 100).

Ainda no tocante à Educação, uma das principais preocupações do S.A.M. era que “ao sair um menor de qualquer de seus estabelecimentos quando atingir a idade limite conte com profissão que lhe assegure a subsistência, transformando-o assim em elemento útil à sociedade” (ALENCAR NETO, 1942, p. 9). Segundo GUSMÃO<sup>132</sup> (1942)

A solução verdadeira do problema dos menores abandonados depende mais particularmente, na prática, de um aparelhamento moderno e eficiente de proteção e educação, porque não basta internar crianças em asilos ou simples abrigos, sem lhes dar instrução ou educação capaz de transforma-las, mais tarde, em indivíduos úteis à sociedade. (p. 20)

Partindo da compreensão de que “o fim de toda educação” se constitui na “formação da personalidade e [n]a adaptação do ser humano às necessidades e exigências da sociedade” (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1944, p. 94) o papel do S.A.M.:

(...) não poderia ser outro, pois, senão o de (...) fornecer-lhes [(“à infância e à juventude desvalidas”)] conhecimentos úteis, de que se servirão na vida prática, (...), formando-lhes o caráter e a personalidade, de tal sorte que, de futuro, ao completar 18 anos de idade, estejam em razoáveis condições de participar da vida coletiva, como elementos sociais dignos, cheios de valor, para si e para a comunidade de que vierem a tomar parte. (p. 93)

---

<sup>132</sup> Saul de Gusmão (?-?), foi Juiz de Menores no período de 1939 a 1945 quando deixou o cargo promovido a desembargador.

Assim, as instruções e diretrizes do S.A.M., traçadas em sintonia com as propostas pedagógicas do Ministério da Educação e Saúde, partiam da compreensão de que:

Cabe justamente ao ensino primário fornecer os elementos essenciais da educação patriótica. Nele, o patriotismo, quando esclarecido pelo conhecimento do passado e do presente do país, deverá ser formado como um sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a Pátria, (...) enquanto o ensino de grau secundário tem mais precisamente, por finalidade, a formação de uma consciência patriótica, através de um ensino capaz de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos maiores valores da Pátria, a sua independência, a sua ordem e o seu destino. (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1944, p. 94 – *sic*)

Porém, “o S.A.M., procurando orientar como lhe compete a iniciativa particular” conclui que “é fácil encontrar-se instituições que atendem o ponto de vista moral excelentemente, enquanto do ponto de vista material e sobretudo médico-pedagógico, deixam muito a desejar” (ALENCAR NETO, 1946A, p. 17). Neste sentido, dois problemas mais prementes na rede de educandários particulares de que dispõe o S.A.M. são estudados e apontados. O primeiro deles diz respeito ao “corpo de auxiliares, (...) pôsto a serviço de seus internados”. Este, apesar de trabalhar com “a alma e o coração”, apresentava “grandes deficiências [que] somente poderão ser corrigidas pela técnica”. ALENCAR NETO (1946A) afirma que esta deficiência técnica

(...) pode ser verificado[a] pelo que acusam as nossas fichas, pelo que afirmam as sínteses diagnósticas que acompanham o menor quando internado, e que ao ser visitado mais tarde, em inspeções de controle, raramente assinalam os tratamentos que foram então indicados, resultando inúteis os trabalhos iniciais de triagem (...) (ALENCAR NETO, 1946B, p. 17)

O outro problema enfrentado diz respeito à “superlotação, que causa as maiores dificuldades e embaraços, entrvando a disciplina, higiene e educação”. Para minimizar este problema, que se deve à “pequena rêde assistencial” de que dispõe, buscava especializar as casas que compõem a sua rede de educandários “o Serviço procura[va] homogenizar os menores transferidos para estas casas de ensino (...) evitando que cada uma delas cuide de vários aspectos e facetas do problema, atabalhoadamente” (p. 17). Porém, ALENCAR NETO (1946B) reconhece que “esta solução não pode ainda ser perfeita”, porque “a fixação de um espírito especializado iria acarretar super-lotação de umas casas, enquanto outras estariam

com muitas vagas” pois, na verdade, o cerne do problema “é ainda de quantidade e não de qualidade” dos estabelecimentos. Afirma ainda que os estabelecimentos existentes precisam manter “certa maleabilidade” na definição do currículo escolar, visto que “entre nós não existe ainda estabelecimentos necessários para menores amblíopes, estropiados, oligofrênicos, etc.”(p. 18).

O problema da falta “de estabelecimentos de educação capaz de atender às diferenças individuais que revelam os menores mandados abrigar pelo Juiz de Menores” é tema da Portaria nº 125, de 20 de janeiro de 1944. Nesta, o diretor do S.A.M. – Meton de Alencar Neto – resolve determinar que os atuais institutos de ensino subordinados ao S.A.M.

(...) recebam na qualidade de “adidos”, os alunos que, não estando compreendidos na caracterização que traçou o espírito e as normas educacionais a serem obedecidas pela administração dos mesmos institutos, possam, entretanto, acompanhar, com alguma dificuldade, embora, as atividades escolares neles realizadas e, bem assim, os programas em vigor. (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, p. 119)

Esta mesma Portaria prevê, ainda, que os diretores de estabelecimentos ao verificarem a existência de “alunos que se encontram desajustados em relação ao nível médio de inteligência e de aproveitamento dos demais que participam do mesmo grupo, bem como aos objetivos educacionais visados pelo educandário” solicitem ao S.A.M. que estes sejam considerados “adidos”. Os alunos considerados “adidos” ficavam “isentos dos cursos normativos ministrados no estabelecimento”, devendo, entretanto, “tomar parte ativa na vida escolar do educandário” (ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES, 1946, p. 119).

Ainda sobre o funcionamento dos educandários, o S.A.M. enfrentava ainda um outro problema: os motins e rebeliões. Alcion Baer BAÍA<sup>133</sup> (1942) se debruça sobre este tema no texto “Psicologia das Amotinações”, embasando sua análise na afirmação de que a amotinação em recintos fechados, tais como “uma penitenciária ou uma escola de reforma”, “se aproxima, até certo ponto, das ‘psicoses de situação’, o que equivale a dizer, das ‘psicoses carcerárias’”. Esclarece que estas se afastam no que diz respeito ao foco de estudo de suas “causas determinantes”, visto que nas “psicoses de situação” deve-se considerar

---

<sup>133</sup> Alcyon Baer Baía (1911-1974), médico psiquiatra e psicanalista. Em 1936, após sua formatura, tornou-se professor da Escola 15 de Novembro, em 1942 ingressa como psiquiatra no Serviço Nacional de Doenças Mentais (SNDM) e na mesma época assume a chefia da Seção de Pesquisas e Tratamento Sômato-Psíquico do S.A.M. Mais informações ver: CAMPOS, 2001.

“principalmente o indivíduo em função do meio”, já “nas amotinacões, o que importa ver é sobretudo a situação desencadeante” (p. 36).

BAÍA (1942) no início de seu artigo se refere aos estudos desenvolvidos sobre o tema, afirmando que “as amotinacões (...) seja sob o aspecto de simples conflito, seja sob a aparência mais caudalosa, mais imponente de revolução, teem sido esquadrinhadas em suas causas fundamentais, por numerosos autores”, citando entre estes Gustave Lê Bon e Emilio Mira y Lopez (p. 35). No entanto, o autor vai buscar as fontes para sua pesquisa “seguindo os caminhos habituais do método experimental”, isto é, investigando os “meandros” de “entidades mórbidas” para aprender “a conhecer seu funcionamento normal”. É neste sentido que vai buscar o “fato da psicopatologia” que poderia “ser equiparado [a]o espetáculo da amotinação num recinto fechado” e conclui que “a secção de agitados de um hospital psiquiátrico recompõe – em cores mais vivas, é claro – o mesmo ‘clima’ psicológico das amotinacões nos presídios e nos estabelecimentos de reforma”. (p. 36)

Buscando então “fixar (...) a similitude das duas situações; pó-las em paralelo, para deduzir o fisiológico do patológico” (p. 36), BAÍA (1942) passa a “esmiuçar, tanto quanto possível, (n)os seus menores determinismos, [d]o ambiente de uma secção de agitados num hospital de insanos” (p. 37). Suas análises são resumidas da seguinte forma:

Eis então, em largos traços, o que nos ensina o exame atento de uma “secção de agitados” num hospital de insanos:

- a) a agitação de um doente psicótico pode propagar-se facilmente a outro;
- b) esta propagação depende do tipo mental do próprio paciente, da psicose que apresente e do tipo que lhe seja vizinho;
- c) a inatividade do paciente incrementa a sua excitação. (p. 38)

Seu passo seguinte no artigo é transportar “a experiência dessas conclusões para o ambiente das escolas de reforma (...) penetrado o mecanismo íntimo das amotinacões nos recintos fechados”, visto que considera “forçoso (...) reconhecer, nas agitações das secções fechadas dos hospícios e nos distúrbios dos (...) reclusos em reformatórios, uma identidade de forma e de substancia psicológica”. Sendo assim afirma, categoricamente, que “os princípios que regem os motins são, em última análise, aqueles mesmos que põem em marcha o psiquismo delirante dos enfermos mentais” (p. 38).

A rebelião que ocorreu em novembro de 1941 no pavilhão anexo ao Instituto Profissional 15 de Novembro é utilizada para ilustrar a conclusão do autor. Este “pavilhão era destinado

(...) à internação e ao tratamento de menores ‘desadaptados’ ao ambiente escolar do Instituto” (p. 39). Sem “a intensão [de] apontar (...) culpados” pois “as deficiências eram mais funcionais que pessoais” aponta os “vícios de organização” deste núcleo anexo (p. 41 – *sic*). Destaca, o que considera serem os principais fatores desencadeantes da rebelião: “a vigilância da secção era exercida – imagine-se com que indigência de compreensão – por um soldado de Polícia!”; a “promiscuidade dramática” em que os menores se encontravam, “abandonados à ociosidade, mergulhados, sabe Deus em que escuros poços dos mais degradantes vícios” e a falta de “seleção de tipos psicológicos” o que “num ambiente assim destituído de orientação, seria até hilariante, não fosse o trágico que a questão encerra” (p. 40).

Encerra o texto, no entanto, congratulando o S.A.M. pois “a lição dos fatos foi amarga, mas fecunda” e “o menor delinqüente já não mais vai ser atirado ao trágico ‘saco de gatos’” visto que

(...) uma grande e fecunda mudança se está operando na organização do chamado “Núcleo Anexo” do Instituto Profissional Quinze de Novembro. Em lugar do policial, cogita-se de colocar à testa desse departamento, um psiquiatra de estirpe, o Dr. José Nava, aos cuidados de quem estão entregues os jovens delinqüentes. E o Serviço de Assistência a Menores, superiormente orientado pelo Dr. Meton de Alencar Neto, trata, no momento, de por em execução, nos moldes do “Borstal System”, usado na Inglaterra, um dos planos mais grandiosos de socorro ao menor delinqüente (BAÍA, 1942, p. 42).

Nas discussões veiculadas pelos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores, tanto no que diz respeito à educação quanto ao que chamam reeducação, pode-se perceber a pregnância do aspecto formativo dos menores, num discurso perfeitamente coerente com o ideário pedagógico da época. No entanto, não estava presente nenhuma discussão quanto ao aspecto informativo que os educandários também deveriam oferecer, isto é, não se viu nenhuma problematização pragmática no que diz respeito à matriz curricular a ser trabalhada e à metodologia a ser empregada para sua consecução. Isto denuncia que os atendidos no S.A.M. eram vistos como corpos a serem moldados, formados para tornarem-se indivíduos úteis à sociedade e não como sujeitos cuja inteligência deveria ser estimulada e desenvolvida.

O que se depreende, como resultado desse cenário, é a produção de um contingente de seres adoecidos, transformados de abandonados em delinqüentes. Esta análise é partilhada por LIMA (2002), que se refere ao funcionamento do S.A.M. como uma “fantástica engenharia que transforma a criança pobre/órfã social em delinqüente perigosíssimo, no infame anônimo interno dos estabelecimentos que se denominam instituições

ressocializadoras e reeducadoras” (p. 5). As interrelações entre o abandono e a delinquência são muitas e já foram tema de diversas pesquisas<sup>134</sup>, porém, a seguir serão tratadas, apenas, as articulações presentes em artigos publicados nos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores.

### III.2.3 – O Abandono e suas rotas de colisão com a delinquência

Algumas considerações gerais sobre a delinquência são tecidas por ALENCAR NETO e NAVA (1942) em seu texto sobre “A Delinquência de Menores no Rio de Janeiro”. Afirmam os autores que “seja qual for a causa fundamental da criminalidade, oriunda do próprio indivíduo ou não, isto é, endógena ou exógena, – o exame geral do homem delinqüente jamais será completo, sem a avaliação patológica particular do seu todo orgânico e funcional” (p. 51) e que “pode supor-se, portanto, que existe na perspectiva do crime um fundo mórbido reconhecido, que o une à loucura, homologa e confirma o conceito atual de periculosidade em lugar da idéia antiquada de responsabilidade” (p. 52).

Comentam que a respeito das causas da delinquência “a questão não se fechou. A controvérsia é, assás, ampla; e as discussões se perdem no campo de especulação de sociólogos e juristas” (p. 53 – *sic*), porém, dado “o âmbito e a natureza” do trabalho que apresentam, ALENCAR NETO e NAVA (1942) não se propõe a discutir pormenorizadamente a “interpretação, discussão e classificação de delinqüente e delito”, suas análises “concernindo à delinquencia de menores” (p. 53)<sup>135</sup>.

Afirmam os autores que “a criança sugere o problema de constituir, ou não, sua delinquência um fator natural” (p. 53) visto que “concorda-se, em geral, que o menor representa um indivíduo humano privado, em todo ou em parte, do senso de moral” (p. 54). Prosseguem a exposição comentando que:

<sup>134</sup> Sobre o tema consultar: ALTOÉ, Sonia. **De menor a presidiário: a trajetória inevitável?**. Rio de Janeiro: USU/Amais, 1993; AZEVEDO, Hilda Costa. **Do abandono à delinquência**. Rio de Janeiro: Shogun, 1983; EDMUNDO, Lygia P. **Instituição: escola de marginalidade?**. São Paulo: Cortez, 1987; RIZZINI, Irene. **Do internato à prisão**. Rio de Janeiro: USU/Amais, 1993; ROSARIO, Selma Eschenazi do. **Criança abandonada, jovem infrator, adulto...?**. Rio de Janeiro: PUC/ABTH, 1997; SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo. A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. São Paulo: Ática, 1997.

<sup>135</sup> ALENCAR NETO e NAVA (1942) fazem questão de colocar em seu texto uma nota de rodapé onde esclarecem que “como lavra grande confusão no que sejam infância, puberdade e adolescência, empregaremos o termo jurídico de ‘menor’, compreendendo o indivíduo com a idade mínima de 12 anos” (p. 53).

Entretanto, estudos mais recentes de psicofisiologia infantil esclarecem que a evolução mental é um processo lento, de pausas alternantes, com fases de maior atividade somática. Reconhecem-se o crescimento estrutural e o crescimento psicológico, nos quais se sucedem, também, fases dormentes e fases de impulsos; a atividade de uma inibe a de outra. Apesar do cérebro e do sistema nervoso periférico estarem já bastante evoluídos na época do nascimento, de forma alguma é alcançado o conjunto de funções e sínteses psíquicas que constituem a personalidade. (p. 55)

Após este “resumo breve e omissivo”, segundo a opinião dos próprios autores, feito com o “intuito [de] apontar a inconsistência da capacidade dos menores sintetizarem o julgamento” (p. 58), passam a abordar o que consideram “um dos mais intrincados aspectos da delinqüência de menores: o das causas” (p. 59). Sobre este ponto também não há consenso. ALENCAR NETO e NAVA (1942) ponderam que

Alguns estudos atribuem grande importância às primeiras experiências da criança. Há estatísticas que realçam o desajustamento social e a instabilidade. Outras pesquisas dão relevo a fatores tais como o grau de inteligência, o estudo econômico e social da família, as relações com o ambiente e a adaptação às condições escolares e sociais. Certos autores dão mais ênfase aos distúrbios endócrinos, associando-os a um ou outro fator” (p. 59).

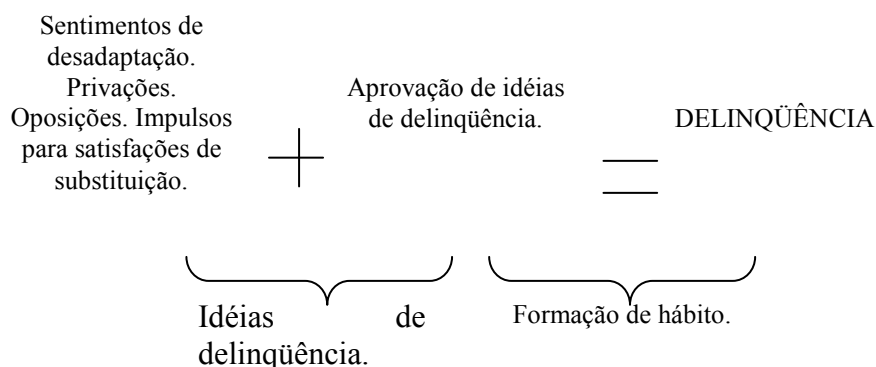
Comentam que “muito interesse manifestaram os psicólogos em aferir o Q.I. dos delinquentes” e que apesar dos “resultados (...) contraditórios que encontraram” (p. 60), “verificou-se que a inteligência deficitária, sub-normal, não explica a criminalidade” (p. 59) no que se refere a menores. Reproduzem então longa lista elaborada por Pintner<sup>136</sup> “contendo as percentagens de débeis mentais verificadas por inúmeros autores” (p. 61) que estudaram a delinqüência em jovens. Tendo em vista as “variações tão flutuantes nas percentagens de débeis mentais”, os autores se escusam “de acrescentar qualquer comentário”, passando a apresentar dados de “outro trabalho de Healy e Bronner, não incluído na lista de Pintner, efetuado em (...) delinquentes menores”<sup>137</sup> (p. 62).

<sup>136</sup> Rundolph Pintner (1884-1942), psicólogo americano, professor de Psicologia Educacional da Universidade de Columbia.

<sup>137</sup> Na bibliografia apresentada por ALENCAR NETO e NAVA (1942) neste artigo não constam os trabalhos referidos de Pintner e de Healy e Bronner, no entanto acredito que se referem a: PINTNER, R. **Educational Psychology**. New York: Henry Holt, 1929 e a HEALY, William, and BRONNER, Augusta. **New Light on Delinquency and Its Treatment**. New Haven, CT: Yale University Press for the Institute of Human Relations, 1936.

William Healy<sup>138</sup> e Augusta Fox Bronner<sup>139</sup>, empregando métodos considerados científicos e tomando a família como unidade de pesquisa, estudaram, durante 25 anos, casos de 105 delinquentes menores comparando-os com 105 indivíduos “testemunhas” – indivíduos das mesmas famílias, não criminosos. ALENCAR NETO e NAVA (1942) chamam a atenção para o fato de haver oito gêmeos entre estes pares – delinquentes/testemunha – e, visando tornar compreensíveis os resultados da pesquisa de Healy e Bronner, reproduzem “um diagrama esquematizado”, produzido pelos próprios, para mostrar “o desenvolvimento da delinquência” (p. 66).

(...) Nele se representam as correntes de atividades aceitas na sociedade, ao lado das correntes de impulsos, apetites e desejos, oriundos das características hereditárias e adquiridas e das tendências mais precoces para reação. No entrelaço das relações humanas insatisfatórias surge a seguinte equação:



(ALENCAR NETO e NAVA, 1942, p. 66).

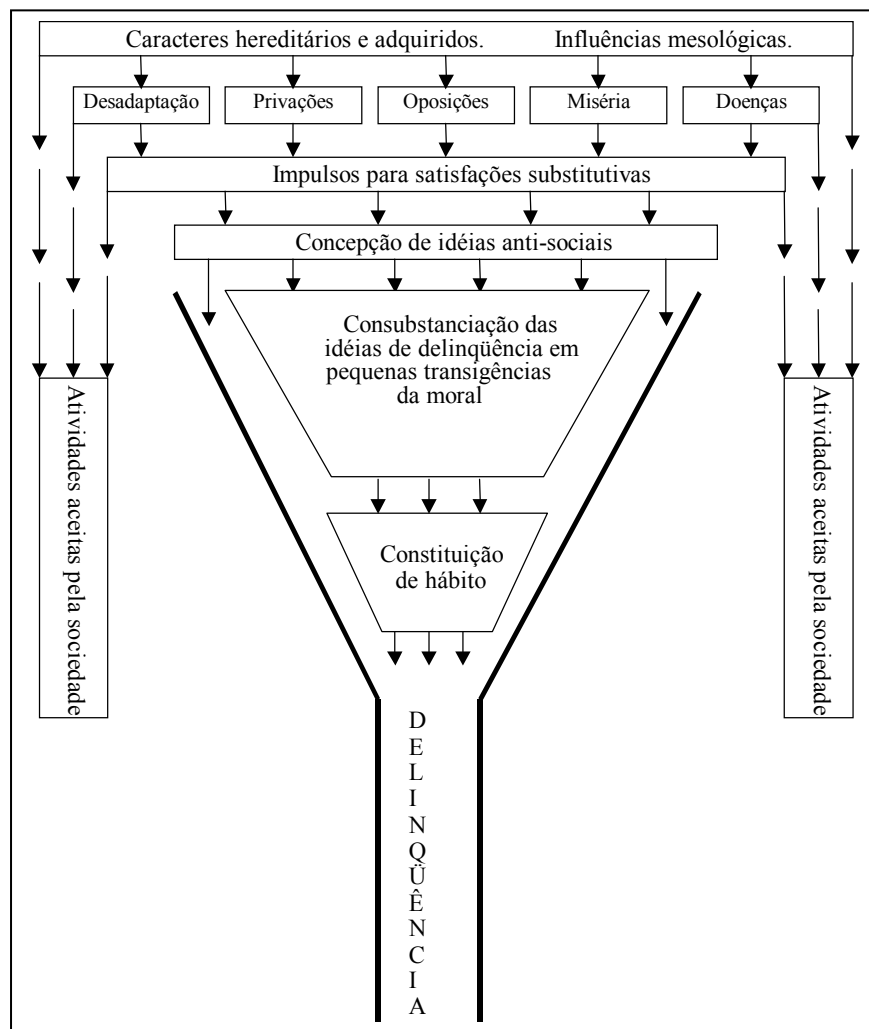
ALENCAR NETO e NAVA (1942) chamam a atenção para o fato de que o estudo de Healy e Bronner indica que “as influências externas (...) não foram fatores causais exclusivos da criminalidade e, sim, desempenharam um papel de segunda linha”, reforçando que reconheceram “que tanto os sociais, como os econômicos são fatores secundários” (p. 66). Considerado pelos autores uma “das pesquisas mais atuais sobre causação de criminalidade”, o estudo Healy e Bronner, leva à conclusão de que “a delinquência é o resultado de operações recíprocas entre o indivíduo e o meio, nas quais o papel principal cabe à vida emocional, que condiciona a conduta” (p. 68).

<sup>138</sup> William Healy (1869–1963), médico e psicólogo norte americano, começou seu trabalho com os delinquentes em 1909 quando fundou em Chicago um Instituto de Psicopatía Juvenil, precursor do Instituto de Pesquisa Juvenil que é considerado como a primeira clínica de orientação. Em 1915 publicou o primeiro estudo sistemático sobre os fatores psicodinâmicos na delinquência juvenil.

<sup>139</sup> Augusta Fox Bronner (1881-1966), psicóloga, esposa de William Healy, foi sua grande colaboradora de pesquisa, tendo trabalhado com ele no Instituto de Psicopatía Juvenil, e posteriormente no Instituto de Pesquisa Juvenil.



Na tentativa de objetivar o resumo que fizeram deste estudo de Healy e Bronner, ALENCAR NETO E NAVA (1942) elaboraram o que denominam de “organograma”, que reproduzo a seguir:



**Figura 21** – Organograma que resume estudo de Healy e Bronner.

Fonte: (ALENCAR NETO e NAVA, 1942, p. 67)

Sobre este “organograma”, ALENCAR NETO e NAVA (1942) apresentam em seguida uma descrição deste, onde afirmam que para sua elaboração:

(...) não foi preciso grande esforço de imaginação: as correntes de vida de Healy, no início oriundas dos caracteres constitucionais e adquiridos, progredem... Uma parte, depois de estádios de desadaptação, privações, oposições, miséria, doença, etc., impelida pelos impulsos para satisfações substitutivas, é colhida no turbilhão das idéias anti-sociais; estas idéias de criminalidade se precipitam num **funil fatal**, em cujo torvelinho se entrechocam com pequenas transgências da moral. A freqüência de idéias anti-sociais e a repetição de pequenas transgressões acarretam o hábito. Do hábito

para a delinqüência a progressão será tão natural, quanto a da força que atrai para o centro um corpo no espaço. Observando-se o organograma vê-se outra parte das correntes da vida deslizar por fora do funil: são as atividades compatíveis com as pautas sociais. (p. 68 – grifos meus).

É inevitável comentar que esta teoria, de Healy e Bronner, eleita por ALENCAR NETO e NAVA (1942) para explicar a causalidade da delinqüência em menores, desvela uma concepção fatalista que põe em xeque todas as propostas de reeducação do S.A.M.. Isto, porque no fluxograma apresentado por eles, “a freqüência de idéias anti-sociais e a repetição de pequenas transgressões acarretam o hábito” e este conduz de um modo inexorável para o “funil fatal” da delinqüência. Logo, toda a proposta de reeducação e ressocialização do S.A.M. é dissolvida, desfeita, corroída por esta compreensão da delinqüência, pois, seguindo o raciocínio apresentado neste “organograma”, uma vez que o fluxo é posto em curso, não há escapatória, não há *feedback*, não há possibilidade de retorno.

Isto se confirma no texto de CARVALHO<sup>140</sup> (1944). Intitulado “De Abandonado a Delinqüente”, o texto relata a “história de um caso de desajustamento social provocado pelo abandono completo”: o caso de W. – Registro Geral nº. 2.828 do S.A.M.. Este caso é descrito a partir de “uma das técnicas científicas modernas, mais usadas em sociologia, como em psicologia social”: a “história de caso”. De acordo com o autor “essa técnica” faz parte de “um corpo de processos de observação, mensuração e descrição dos fenômenos sociais”, assim:

Consiste em considerar o fenômeno que se está estudando como centro de referência para todo o conjunto psico-social da vida observada, fazendo a descrição dos fatos, selecionando-os de acordo com um número de hipóteses pré-estabelecidas. Essas hipóteses indicarão qual o aspecto a que se deve dar ênfase (p. 211).

“Os fatos descritos são o resultado de observações, por parte do autor, esclarecidas e complementadas por testemunhos da madrinha de W..., de mais uma pessoa de suas relações, e do próprio W....”. As informações que compõem este estudo de caso foram “selecionadas de acordo com a importância para a pesquisa e com o caráter de objetividade” (p. 213), visto que “o objetivismo” é apontado por CARVALHO (1944) como “principal vantagem” do emprego desta técnica.

---

<sup>140</sup> Não foi possível reunir informação sobre J. Zacarias de Sá Carvalho.

Para acompanhar a interpretação de CARVALHO (1944) para o caso, é necessário mergulhar na história de W.. A seguir, apresento fragmentos da história de W. conforme as “informações” oferecidas pelo autor.

Não se sabe onde nasceu nem quem são seus pais. Sabe-se que foi encontrado na rua, com idade mais ou menos de cinco anos e que foi encaminhado ao distrito policial. O delegado transferiu a responsabilidade a uma sua conhecida (...) [o menino ficou com ela por] três meses e de onde foi retirado pela polícia, por ter sido essa mulher considerada incompetente para educar uma criança [e] entregue a um asilo de menores abandonados. (...) um bombeiro idoso que morava perto da casa dessa mulher (Mangue) (...) prontificou-se a ficar com ele.

Da vida com êsse velho, recorda-se apenas de uma mulher que morava com ele e que o surrava muito. Tem até hoje, cicatrizes no corpo.

(...) o velho entrega-o novamente ao Juízo de Menores, com mais ou menos oito anos (não tinha sido ainda registrado). É internado então em um dos institutos destinados à educação da infância abandonada, onde vem a conhecer uma jovem que dava ali aulas de religião e que se interessa por êle. Ela o batiza nessa época (...) [e] condoída do lastimável estado, físico e moral do garoto, levá-o consigo, assinando, junto ao Juiz de Menores, o termo de responsabilidade. (p. 214)

(...) Chama-a de madrinha e adota o nome de W... . Como sobrenome, adota o da madrinha.

Nessa ocasião ela tenta ensinar-lhe a ler e escrever, apesar de que ele sente muitas dificuldades e aprende muito pouco. Na casa onde vive, ajuda nos afazeres domésticos, sendo também utilizado pelas moças hóspedes, como menino de recados.

Algum tempo mais tarde (...) “descobre” a praia e foge de casa para passar os dias no mar. (...) Quando é encontrado ou resolve voltar, é castigado, mas não dá mais importância às surras.

(...) sua madrinha (...) começa a sentir-se desgostosa e resolve reinterná-lo.

(...) Nessa nova fase, passa os sábados e domingos na casa da madrinha e volta segunda-feira. Está satisfeito neste estabelecimento, pois é “ajudante do diretor”.

Neste tempo, conta mais ou menos 12 anos (*ainda não foi registrado*) e o teste de Dearborn, feito nessa ocasião dá como nível 85-89 (normal).

(...) Tempos depois, houve um castigo geral no instituo, constante da proibição de saída dos meninos num domingo. Apesar dos pedidos da madrinha, que o fôra buscar, não o deixam sair. (...) tem a sua primeira revolta, diz desaforos sôbre o regime escolar, sôbre maus tratos, etc ... (p. 215)

No dia seguinte (...) foi transferido para novo instituto (...)

Aproximadamente, aos 15 anos, (um mês depois de internado) nesse último estabelecimento, foge, e atravessa a pé de Bonsucesso ao Catete, chegando a casa da madrinha com os pés ensangüentados.

Esta recebe-o e desde êsse dia não é mais procurado pelo Juízo. Ela própria sabe que os fugitivos não são procurados.

(...) [começa a vender] revistas em bairros residenciais.

(...) conciente de seu estado de quase adulto; não admite mais que sua madrinha o trate como criança. Responde brutalmente. Tem impulsos de revolta contra todos e amaldiçoa os pais que o puseram no mundo.

(...) arranja um emprego de menino de entregas, (...) sua madrinha arranja-lhe um emprego no consultório de seu dentista. (...) Nesta época anda muito nervoso e iracível. (p. 216) (...) Certa vez, ao brigar com a madrinha devolve um tapa que recebeu, dizendo que não é “mais criança para apanhar”.

(...) Dois meses depois é despedido pelo dentista (...)

(...) passa os dias em botequins e embriaga-se constantemente (...) é visto diversas vezes bêbado e envolvido em brigas.

[Mudam-se para uma] cidadezinha pacata (...) Por algum tempo a estabilidade se mantém. (...) sofre o golpe no que mais importa à sua personalidade. Chamam-no de “*engeitado*”, numa ocasião em que brigava contra alguns meninos.

Desde então fica desiludido de qualquer possibilidade de sucesso na luta por uma posição na sociedade. Inicia-se um processo de desvio dos seus impulsos para outros terrenos menos aceitáveis. (...) (p. 217)

(...) a madrinha encontra-o, certo dia afiando facas para transforma-las em punhais. Assustada, pede auxílio, sem que o rapaz o saiba, à polícia, e o traz de volta ao Rio, acompanhado de um soldado.

Mais uma vez é entregue (1941) ao Juiz de Menores que o interna no Serviço de Obras Sociais. (...)

No SOS, (...), arranjam-lhe um emprego num açougue (...) Sai do SOS e vai morar num quarto em companhia de um amigo. (...)

Por intermédio de anúncio no jornal, arranja um lugar como entregador de flores. (...) Continua a morar com o amigo no quarto e alimenta-se de médias e pastéis, demonstrando aparência de pouco satisfeito, muito débil fisicamente e cheio de vontade de arranjar outro meio de trabalho mais vantajoso.

Está muito magro e debilitado, Consegue, então, por intermédio de uma amiga da madrinha um lugar no Laboratório em que esta trabalha. (...) Será entregador de amostras (...)

Mostra-se satisfeito (...) e decide-se a trabalhar com vontade. Aluga um quarto em casa de família (...) [onde] tem café, jantar e roupalavada. Almoça numa pensão no centro da cidade. (p. 218)

Neste período (17 anos aproximadamente) manifesta-se forte gonorréia e é obrigado a fazer um sério tratamento. (...)

Trabalha bem, mas nunca tem dinheiro. Pede emprestado constantemente e faz vales sôbre o ordenado. (...)

Passa seis meses nesse equilíbrio de conduta, mas sempre com falta de dinheiro. Joga algumas vezes no *bicho*. (...)

(...) por ocasião da declaração de guerra do Brasil aos países do eixo, participou até como líder de demonstrações populares. (...)

Dias após, entretanto, começa a chegar reclamações de alguns médicos que não receberam as amostras pedidas. (...) nega que tenha desviado amostras. (...) Um de seus superiores, resolve acompanhá-lo

à sua casa (...) constata a presença de amostras em seu quarto, amostras estas que deveriam ser entregues já há mais de um mês. Severamente interpelado, (...) diz que se sente fraco, que voltou a gonorréia e que escarra sangue. (p. 219)

(...) declara que não gosta do trabalho e que quer ser aviador. No entanto, diz ele, a madrinha negou-se a escrever ao Presidente da República para pedir um lugar na Escola da Aeronáutica. (...) Aconselham-no que estude para conseguir seu objetivo, mas êle diz que nada vale, pois, não é possível, que êle “não tem futuro”.

Em vista de sua situação de menor quase sem orientação, dá-se-lhe mais uma oportunidade no emprego. Submetido a rigoroso exame médico, (...) dá resultado fortemente positivo para a sífilis.

Volta ao trabalho (...), porém começa a faltar seguidamente. (...) A pessoa que o colocou, fala-lhe (...) como se fosse adulto. Pergunta-lhe porque quer perder a oportunidade que se lhe apresenta para melhorar. Responde revoltado. Diz que está fadado ao crime, pois soube que seu pai foi criminoso; não diz como veio a saber disso, nem mostra coerência em suas afirmativas. Diz que odeia a religião, pois Deus não existe e “tudo é mentira”. Diz também que não quer ser soldado nem servir à Pátria, pois ela não merece. (...)

De nada valem os conselhos e continua a faltar, sendo então despedido. (p. 220)

Passa a viver de expediente, nessa nova fase. (...)

(...) W... foi preso em Copacabana ...

Meses depois, sabe-se que está novamente sob os cuidados do juiz de Menores. (...)

(...) Diz ainda que ficou dois meses na Delegacia, sofrendo maus tratos, fome e pancada e que não agüentando mais confessou a polícia ser cúmplice nos furtos que o outro fazia. Levado ao juízo, não quer ser considerado menor (p. 221). (...) Entretanto no fichário do internato, consta como tendo agora 17 anos, motivo pelo qual se acha novamente no estabelecimento aguardando o resultado do processo.

W... está relativamente calmo quanto ao seu futuro. Fala em leis e conhece todos os códigos aplicáveis a seu caso.

O teste de Dearborn dá agora o nível mental baixíssimo de 65. As suas respostas ao psiquiatra, espostas em sua ficha, demonstram premeditações na maneira de tentar enganar o médico a respeito de sua situação e sua história. (...) Consta da ficha a consideração do médico, de se tratar segundo rápido exame, de rapaz de mais ou menos 16 anos (coincidência com os 12 que lhe deram em 1939), dono de capacidade normal de atenção e raciocínio. Como o teste de Dearborn contradiz as impressões da clínica psiquiátrica, espera-se por estes dias repetir a prova. O menor está mais acomodado no ambiente da escola, (...) é submetido a tratamento suave, embora permaneça na obstinação de ser libertado, depois de declarado maior, ainda que com o risco de ser condenado. (p. 222 – todos os grifos do autor).

CARVALHO (1994) parte então para a interpretação “do material relatado”, visando indicar “as linhas mestras do desajustamento de W...”, “as transformações em sua conduta e o

seu estado de periculosidade”. Destaca que o menor “recebeu um tratamento misto de assistência dos poderes públicos e de adoção por um particular”, reconhece a importância da adoção e da madrinha na vida de W., entretanto, afirma que esta serviu “para gravar em seu espírito a mancha persistente de ‘enjeitado’”, marca reforçada pelas diversas vezes em que “o internamento-castigo” foi utilizado pela madrinha como tentativa de afastá-lo do caminho desviante (p. 223).

CARVALHO (1944) divide sua análise do caso de W. em dois momentos distintos: “no internato” e “fora do internato”. No que se refere aos períodos de internamento de W. afirma que:

Temos a constatar, como fenômeno constante na formação dos menores, os defeitos de organização e de direção executiva dos institutos de educação e reeducação de menores abandonados, considerados até há pouco, verdadeira escola do crime, ante sala dos presídios e penitenciárias. No caso particular de W... podemos compreender facilmente que êle tenha conhecido nos Institutos muitos “especialistas” do crime, com os quais se tenha solidarizado, em muitas ocasiões, e aos quais se tenha considerado igual, reagindo, em idênticas condições com as mesmas “saídas” para idênticas situações” (p. 223).

Apesar dessas considerações, afirma que o convívio com “menores que já cometeram faltas, em graus mais diversos” não pode ser “responsabilizado pelos desvios na conduta de W...” (p. 223). As “irregularidades nas entradas e saídas na Escola” de menores são tomadas como justificativa para a não profissionalização de W., “a sua história de cinco entradas no internato faz com que pouco ou quase nada de positivo possamos constatar na ação educativa desses estabelecimentos” (p. 224). Outro fato que CARVALHO (1944) aponta como negativo para o ajustamento de W. ao meio social é a não regularização de sua situação civil, a falta de registro de seu nascimento, pois “apesar de não essencial, esse problema (...) pode assumir caráter de grande importância”, visto que possuir certidão de nascimento era o primeiro passo para o reconhecimento do cidadão. “Carteira de identidade, certificado de reservista, carteira profissional” (...) serão elos de ajustamento que fortalecerão as tendências à adaptação em contraposição às tendências dasajustadas ou atípicas” (p. 225).

Referente ao período “fora do internato”, apesar de não “poder reconstituir as influências exercidas pelos responsáveis até aos oito anos de vida” de W., este período da chamada “primeira infância” não pode ser esquecido, uma vez que “papel preponderante [é] exercido nessa fase para a construção das camadas mais profundas do (...) psiquismo” (p. 225). Sendo

assim, CARVALHO (1944) aponta “a necessidade de um estudo psicológico profundo a suprir os dados da pesquisa social realizada” (p. 225).

No período que conviveu com a madrinha, W. foi estimulado a “ações aceitáveis”, entretanto, “a sua posição de membro ‘marginal’ da sociedade”, dada pelo fato de ser “enjeitado”, segundo o autor, “bastou para criar em seu espírito a revolta contra as próprias iniciativas de que era objeto” (p. 226). CARVALHO (1944) observou em seu convívio com W. que:

(...) todas as vantagens e favores recebidos, quando de estranhos, eram em homenagem à sua madrinha e quando dela própria era um ato caridoso. Tudo ressentia a “distância social” entre ele e os seus protetores. A sua vida estava estigmatizada pelo apelido quase pejorativo de “enjeitado”. A sua *resposta*, (...), foi a malcriação, o desrespeito, a fuga, a auto-declaração de que não merecia confiança, e finalmente os atos anti-sociais de conduta. (p. 226)

A teoria de Healy e Bronner – “adotada e divulgada por Meton de Alencar Neto e por José Nava no Brasil” – sobre a causalidade da delinquência, segundo CARVALHO (1944), não é contrariada pelo caso de W., porém, o “aspecto ambivalente e flutuante de sua personalidade, que o faz oscilar entre a vida ajustada ao meio e a desajustada”, “dá um aspecto dinâmico (...) à formação da carreira de delinqüente” (pp. 226-227). Esta oscilação entre ajustamento e desajustamento, apontada pelo autor no caso de W., vem apenas postergar sua entrada no “funil da delinquência”, pois para contornar a “prolongada formação de idéias de delinquência e suas experiências em pequenos deslises, culminando na participação, como cúmplice, de atos criminosos” seria preciso “a intervenção de métodos correccionais baseados em profundas análises psico-sociológicas” (pp. 227-228), o que como visto anteriormente, não dispunha o S.A.M..

Acompanhadas as pesquisas, estudos e discussões teóricas veiculadas pelos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores, percebe-se que a Psicologia forneceu instrumentos de medida que serviram para o mapeamento dos menores atendidos visando possibilitar o duplo ajustamento na relação entre esta clientela e instituições vinculadas ao S.A.M.. As informações coletadas pela Seção de Pesquisas Pedagógico-Sociais, reunidas e divulgadas, visavam fornecer dados para nortear a educação e reeducação promovida nos educandários. Porém, não houve a organização de um projeto pedagógico que pudesse ser implementado, limitando-se as discussões sobre educação e reeducação ao campo das idéias abstratas. Sendo

assim, o que se viu foi a produção de um volume de teorizações de aspectos educacionais distantes da prática cotidiana. Sobre esta, as poucas referências dizem respeito à questão da disciplina, e a utilização de uma retórica, bem estruturada, mascarava o encerramento dos menores em instituições totais, onde reinavam a coerção, o medo, o autoritarismo e os castigos violentos.

A delinqüência era compreendida numa visão fatalista, segundo teorias patologizantes; quer fossem suas causas apontadas como endógenas ou exógenas, ou ainda uma combinação destes dois tipos de fatores, versão, aliás, preferida pelos autores apresentados. A possibilidade do “contágio” da delinqüência e\ou seu “aprendizado” transformou o S.A.M. numa máquina produtora do que deveria tratar. Ao entrar nessa maquinaria, onde o atendimento era “pasteurizado”, no seu rol de entrada recebia abandonados e delinqüentes encaminhados pelo Juizado de Menores e na porta de saída, devolvia à sociedade seres “inúteis”, despreparados para a vida, gerando gravíssimas denúncias e severas críticas que alimentaram a fama de que o S.A.M. era a “Sucursal do Inferno”, uma “Escola do Crime” ou ainda que sua sigla queria dizer “Sem Amor ao Menor”.



## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

### **COMPARTILHO ENCONTROS, DESENCONTROS E DESCOBERTAS...**

Uma pesquisa é sempre uma aventura, uma viagem, que necessita de um certo planejamento. Programamos com antecedência um roteiro, porém surpresas e imprevistos sempre podem acontecer.

Esta tese é resultado de uma grande aventura pela história que buscou investigar a relação entre a assistência à infância e a psicologia. Chego ao fim deste trabalho, tal qual quem volta de uma viagem: retornando ao ponto de partida. Volto ao mesmo lugar, mas não sou a mesma.

Acompanhou-me em toda essa empreitada um lema: A criança é o futuro ... Por todos os caminhos que percorri “ouvi” esse mesmo aforismo, algumas vezes mais alto, outras vezes sussurrado... o que descobri foi que o lema se mantém e tal qual uma espiral que se expande ou se retrai em consonância com o momento histórico ... o lema permanece ... e se atualiza nas campanhas anuais promovidas nacionalmente, a mais pregnante é a “Criança Esperança”.

Outro encontro foi com os “discursos pendulares”, que oscilam entre pólos antagônicos: criança – menor, “em perigo” – “perigoso”, abandonado – delinqüente, DNCr – S.A.M., assistência – proteção, ambientalismo – inatismo, educação – justiça, e provavelmente outros que não me ocorrem agora, e nem vêm ao caso. O que importa é perceber o movimento oscilatório ... perceber como alguns discursos são tão encadeados que aprisionam o pensar

essas polaridades, como se fora a única combinação possível ... Descobri que a identificação destes pólos, como o que ocorreu no Estado Novo, quando era explícita sua distinção no caso do DNCr e do S.A.M., que implementavam políticas específicas para cada um dos pólos criança – menor, não favoreceu a interrupção do movimento pendular ...

Parti, tentando me encontrar com a psicologia e com o como esse conjunto de saberes que faz parte da minha formação foi parar nesta maquinaria de assistência à infância ... me desencontrei neste caminho, pois o “ponto turístico” que escolhi – os processos tramitados no Juizado de Menores – me decepcionei ... mas, flanando meio distraída, descobri outras trilhas que me possibilitaram esse encontro ...

Nesta tese percorri um dos muitos roteiros possíveis na análise da assistência à infância no Brasil. Alguns trechos, já se assemelham a largas estradas, muitas vezes percorridos; outros, ainda são apenas trilhas. Espero que esta tese sirva de guia para outros aventureiros...

Saber que não há uma resposta não me impede de continuar perguntando...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1988.

ALENCAR NETO, Meton de e NAVA, José. “Delinquencia de Menores no Rio de Janeiro”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. I, junho de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

ALENCAR NETO, Meton de e QUINTELA, Glória. “Estudo sôbre o Quociente Rntelectual na Infância Desvalida (3.000 Menores)”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. II, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

ALENCAR NETO, Meton de. “Assistência a Menores”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. III, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ALENCAR NETO, Meton de. “Assistência Social a Menores”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. III, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945B.

ALENCAR NETO, Meton de. “Do Relatório das Atividades do S.A.M. em 1944. Apresentação ao Senhor Ministro”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. IV, dezembro de 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

ALENCAR NETO, Meton de. “Preleção no Curso de Administração de Obras de Proteção à Maternidade, Infância e Puericultura do Departamento Nacional da Criança”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. IV, dezembro de 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946A.

ALENCAR NETO, Meton de. “O Serviço de Assistência a Menores e seu Movimento”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. II, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

ALENCAR NETO, Meton de. “Reeducação de Menores Transviados”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. II, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944A.

ALENCAR NETO, Meton de. “Serviço de Assistência a Menores”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. I, junho de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

ALENCAR NETO, Meton de. “Serviço de Assistência a Menores”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. III, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945A.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. “A Política da Família no Estado Novo e a Atuação do Serviço Social”. **EM PAUTA – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, n. 11 (dez. 1997). Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa & VALLADARES, Lúcia do Prado. “Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura”. **Boletim Informativo e Bibliográfico**. Nº. 26. Rio de Janeiro: AMPOCS, 1998.

ANNAES BRASILEIROS DE GYNECOLOGIA. 1936.

ANTIPOFF, Daniel I. **Helena Antipoff. Sua vida, sua obra**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.

ANTIPOFF, Helena. “Psicologia Educacional e Proteção Social à Infância”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**, ano V, n. 20, 1945.

ANTIPOFF, Helena. **Teste MM**. Belo Horizonte: Fundação Estadual de Educação Rural, 1975.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **O processo de autonomização da Psicologia no Brasil: 1890/1930. Uma contribuição aos estudos em história da Psicologia**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

ARANTES, Esther Maria Magalhães. “De criança ‘infeliz’ a menor ‘irregular’ - Vicissitudes na arte de governar a infância”. *In*: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde, JABUR, Fabio e JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

ARANTES, Esther Maria Magalhães. “Rostos de Crianças no Brasil”. *In*: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. (orgs.) **A Arte de Governar Crianças - A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. “Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista”. *Revista Brasileira de História*. Vol. 18, no. 35, 1998.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

**ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES**. Vol. I, junho de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

**ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES**. Vol. II, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

**ARQUIVOS DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES**. Vol. IV, dezembro de 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BARRETO, Caroline Brandão. **Os diversos olhares sobre a roda dos expostos do Rio de Janeiro (1738-1938)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

BAÍA, Alcion Baer. “Psicologia das Amotinações”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. I, junho de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

BARROS, Regina Duarte Benevides de. **Grupo: Afirmção de um Simulacro**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), 2 vol. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

BARTHOLOMEU, Hermes. **Especificações do Posto de Puericultura**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BASTOS, Adilson Dias. **De Infrator a Delinqüente: o biográfico em ação**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, 2002.

BASTOS, Christina Pinto da Silva. **Uma história recente sobre o modo-de-ser-indivíduo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 1998.

**BOLETIM TRIMESTRAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA**. Ano II, n. 8, março de 1942.

**BOLETIM TRIMESTRAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA**. Ano III, n. 12, março de 1943.

**BOLETIM TRIMESTRAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA**. “A Criança e o Brasil de Amanhã”. Ano IV, n. 18, setembro de 1944.

**BOLETIM TRIMESTRAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA CRIANÇA**. “Recepção do prof. Emílio Mira y Lopez feita no D.N.Cr.”. Ano V, ns. 21 e 22, abril a setembro de 1945.

BOMFIM, Manoel. **O Methodo dos Tests**. Rio de Janeiro: Escola de Aplicação, 1928.

BRASIL. Actos do Poder Executivo. Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1923, vol. III. **Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923**. “Approva o regulamento da assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.024, de 17 de fevereiro de 1940**. “Fixa as bases da organização da protecção à maternidade, à infância e à adolescência em todo país”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.799, de 05 de novembro de 1941**. “Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **A Semana da Criança em 1944**. Coleção DNC 113. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **A Semana da Criança em 1945**. Coleção DNC 120. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **Associações de protecção à Maternidade e à Infância**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **Semana da Criança em 1942. Sugestões para Comemoração**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942A.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **Programa**. Rio de Janeiro, 1956.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **Semana da Criança em 1942. Sugestões para Comemoração**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942A.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional da Criança. **O Centro de Orientação Juvenil**. Coleção N.N.Cr. 155. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956A.

- BRENAL, Eliane Marina Bueno. **Arquivos do Abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960)**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRITO, Ezequiel de Souza. “Mortalidade Infantil”. **Brazil-Médico**. Anno XXIII, no. 24, julho de 1909.
- BULCÃO, Irene. **Investigando as Práticas do Juizado de Menores de 1927 a 1979**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, 2001.
- CAMARA, Sônia. “As reformas de Instrução Pública e a Educação Profissional Feminina no Distrito Federal Durante os Anos 20”. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil - Pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília/DF: CFP, 2001.
- CAPANEMA, Gustavo. “Discurso pronunciado pelo Sr. Ministro Gustavo Capanema”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VII, n. 14, 1a. Parte, janeiro de 1937.
- CARNEIRO, Levi. “Tendencias actuaes da legislação da infancia”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VIII, n. 15, janeiro de 1938.
- CARVALHAL, José Francisco. “Algumas Considerações em Torno do Problema da Coeducação dos Sexos”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. III, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- CARVALHO, J. Zacarias de Sá. “De Abandonado a Delinquente”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. II, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas/SP: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- CHALHUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CHAVES, Antonio Marcos. **Crianças Abandonadas ou Desprotegidas?**. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Universidade de São Paulo, 1998.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

- COSTA, Flamarion. **Departamento Nacional da Criança. Objetivos e Realizações.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico.** Rio de Janeiro: Xenon, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto. **Livro de Ouro da História do Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001
- DEL PRIORE, Mary. “O cotidiano da criança livre entre a Colônia e o Império”. *In: Del Priore, Mary (org.). História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. “O papel em Branco, A Infância e Os Jesuítas na Colônia”. *In: Del Priore, Mary (org.). História da Criança no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1992.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DOVICCHI, Olinto e QUINTELA, Glória “Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores.** Vol. III, dezembro de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- DRAIBE, Sônia Maria. “As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas”, *In: IPEA. Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas.* Brasília, IPEA/IPLAN, vol.4., 1989.
- EWALD, Ariane P. **Fragmentos da Modernidade nas Crônicas Folhetinescas do Segundo Reinado.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- FALEIROS, Vicente de Paula. “Infância e Processo Político no Brasil”. *In: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. (orgs.) A Arte de Governar Crianças – A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.
- FIGUEIREDO, Gastão de. “A mão que embala o berço governa o mundo”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança,** ano III, n. 13, 1943.
- FIGUEIREDO, José Burle de. “Laboratório de Biologia Infantil – Discurso pronunciado pelo Desembargador Burle de Figueiredo”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação.** Anno VII, n. 14, 1a. Parte, janeiro de 1937.
- FIGUEIREDO, José Burle de. “Os Tribunaes de menores e os Serviços sociaes”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação.** Anno VII, n. 14, 1a. Parte, janeiro de 1937A.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. “Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas”. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva,** vol. 3, número 2, 1993.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção (1904-1954).** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FONTOURA, Afro do Amaral. **Introdução ao Serviço Social.** Rio de Janeiro: M. Beerens, 1944.

- FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977.
- FRY, Peter. “Direito positivo versus direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no período de Heitor Carrilho”. *In*: FIGUEIRA, Sérvulo. **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GANDELMAN, Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. vol.8, no.3, Set./Dez. 2001.
- GARCIA, Renata Monteiro. **A Ciência, a Infância e o Progresso da Nação: Moncorvo Filho e as políticas de assistência à infância no século XX**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. “Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930-1935)”. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: “O Brasil Republicano”, 3o Vol. “Sociedade e Política (1930-1964)”. São Paulo: DIFEL, 1986.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. “O Primeiro Governo Vargas: projeto político e Educacional”. *In*: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia & GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- GUANABARA, Alcindo. **Pela Infância Abandonada e Delinqüente no Districto Federal: exposição de motivos e projecto de Lei**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1917.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- GUERRA, Cleodulpho Viana. “A inteligência das crianças luéticas desvalidas do Rio de Janeiro”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. V, dezembro de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- GUSMÃO, Saul de. “Proteção à Infância. A Ação do Juízo de Menores – A Assistência Oficial e a Particular”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. I, junho de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- GUSMÃO, Saul de. **Menores Desvalidos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- GUSMÃO, Saul de. **O Problema dos Menores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- GUSMÃO, Saul de. **Proteção à Infância**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- HARDMAN, Francisco Foot. “Trabalho Urbano e Vida Operária”. *In*: MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo (orgs.). **Brasil História – Texto e Consulta**. Vol. 3 (República Velha). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. “O Imaginário Moderno no Brasil”. *In*: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. (orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.



- IAMAMOTO, M & CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez-CELATS, 1985.
- IBGE. **Brasil, 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- JACÓ-VILELA, A. M. “Os primórdios da Psicologia Jurídica”. *In*: BRITO, L. M. T. (org.). **Temas de psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- JACÓ-VILELA, Ana Maria. “Análise inicial da produção escrita em Psicologia no Brasil”. *In*: MANCIBO, Deise e JACÓ-VILELA, Ana M. (org.). **Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. “O Óbvio e o Contraditório da Roda”. *In*: DEL PIORE, Mary.(Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.
- LIMA, Augusto Sabóia da Silva. “Discurso pelo Desembargador Sabóia Lima, pronunciado no Instituto Nacional de Música, em 17-10-945, na Semana da Criança, por iniciativa do Departamento Nacional da Criança”. *In*: RUSSEL, Alberto Mourão. **Serviço Social do Juízo de Menores**. Vol. I, Ano de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- LIMA, Augusto Sabóia da Silva. **A Infância Desamparada**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.
- LIMA, Augusto Sabóia da Silva. **Relatório do Juízo de Menores do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.
- LOBO, Lilia Ferreira. **Os Infames da História: a instituição das deficiências no Brasil**. Tese (Doutorado em Psicologia), 2 vol. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.
- LONDOÑO, Fernando Torres. “A Origem do Conceito Menor”. *In*: DEL PIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.
- LOPES, Eliane Cristina. **O Revelar do Pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.
- MACHADO, Roberto [et al]. **Danação da Norma – Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARCILIO, Maria Luiza. “A roda dos expostos e a criança abandonada do Brasil. 1726-1950”. *In*: Freitas, Marcos César de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Histórias de Higienização pelo Trabalho: crianças paranaenses no noventa”. **Caderno Cedes**. Campinas, v. 23, n. 59, p. 57-78, abril 2003.
- MASSIMI, Marina. **História da psicologia brasileira: da época colonial até 1934**. São Paulo: EPU, 1990.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. “O Filho da Escrava”. *In*: DEL PIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.
- MINEIRO, Beatriz Sofia. **Código de Menores dos Estados Unidos do Brasil: comentado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.
- MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação (São Paulo, 1922-1933)**. Brasília/DF: Inep/MEC, 2001.

- MONCORVO FILHO. **Pela infância, tudo!** Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1920.
- MONFREDINI, Maria Isabel. **A gestão descentralizada e participativa da política de assistência social.** Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho). Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Brasil e Portugal: imagens de nação na Geração de 70 do século XIX.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- NASCIMENTO, Maria Livia do & BULÇÃO, Irene. “O Estado protetor e a ‘proteção por proximidade’”. In: NASCIMENTO, Maria Livia do (org.). **PIVETES: a produção de infâncias desiguais.** Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto, 2002.
- NASCIMENTO, Maria Livia do & DAVILA, Jorge. “Proteção à infância: por uma pesquisa histórica”. **Discursos Sediciosos Crime Direito e Sociedade.** Rio de Janeiro, v. Ano 5, n. n. 9 e 10, 2000.
- NASCIMENTO, Maria Livia do; AYRES, Lygia Santa Maria; FERNANDES, Janaína Barros & NEVES, Claudia E. Abbês Baêta. “Algumas Incursões nas Engrenagens Produtoras de Infâncias Desiguais”. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF.** vol. 11, nº. 1. Niterói/RJ, 1999.
- Olinto, Plínio. “A psicologia experimental no Brasil”. **Imprensa Médica.** Rio de Janeiro, ano XX, n. 365, maio de 1944.
- OLIVEIRA, Leila Andrade. **A Influência dos Saberes Psicológicos na Construção da Assistência à Infância no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A Sociologia do Guerreiro.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Olinto de. “O Boletim do Departamento Nacional da Criança”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança,** n. 1, junho de 1940.
- OLIVEIRA, Olinto de. “O Novo do Departamento Nacional da Criança”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança,** n. 1, junho de 1940A.
- OLIVEIRA, Olinto de. “Palavras do Professor Olinto de Oliveira”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança,** Ano III, n. 14, outubro de 1943A.
- OLIVEIRA, Olinto de. **O Lactário e sua Organização.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- OLIVEIRA, Olinto de. **Postos de Puericultura.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- PATTO, Maria Helena Souza. “Ciência e Política na Primeira República: origens da psicologia escolar”. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde, JABUR, Fabio e JACÓ-VILELA, Ana Maria (Org.). **Clio-Psyché: Histórias da Psicologia no Brasil.** Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.
- PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. **Estudos Avançados,** vol. 13, n. 35, jan/abr, 1999.
- PEIXOTO, Afrânio. “Higiene Social”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação.** Anno VII, n. 14, 2a. Parte, janeiro de 1937.
- PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Políticas Sociais e Corporativismo no Brasil: o Departamento Nacional da Criança no Estado Novo.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, 1992.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. “A construção do conceito de assistência social: aproximações e divergências na produção do serviço social”. **Cadernos do Núcleo de Segurança e Assistência Social**, nº 02. São Paulo: PUC, 1995.

PESSOTTI, Isaias. “Notas sobre a Evolução da Psicologia Experimental no Brasil”. **Anais da XVIII Reunião Anual de Psicologia**. Ribeirão Preto/SP: Sociedade de Psicologia, 1989.

PESSOTTI, Isaias. “Notas para uma história da psicologia brasileira”. *In*: Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Quem é o psicólogo brasileiro?**. São Paulo: Edicon, 1988.

PIÉRON, Henri. **Dicionário de Psicologia**. Porto Alegre, Editora Globo, 1977.

PIRAGIBE, Vicente. “Infância abandonada e delinquente”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VII, n. 14, 2a. Parte, janeiro de 1937.

PORTO-CARRERO. *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil - Pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília/DF: CFP, 2001.

QUEIROZ, Carlota de. “Serviços sociaes e sua applicação na Assistência á Infância”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VII, n. 14, 2a. Parte, janeiro de 1937.

QUINTELA, Glória & DUARTE, Margarida Estrela Bandeira. “Considerações sôbre o nível de maturidade na infância desvalida”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. IV, dezembro de 1944. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

QUINTELA, Glória. “Educação da Infância Anormal”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. I, junho de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

QUINTELA, Glória. “O Professor e sua Ação – O Educando”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. V, dezembro de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

RAGO, Luiza Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAMOS, Fábio Pestana. “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI”. *In*: Del Priore, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS, Guerreiro. “Clínica do Comportamento (I)”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**, Ano IV, n. 17, junho de 1944.

RAMOS, Guerreiro. “Clínica do Comportamento (II)”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**, Ano IV, n. 19, junho de 1944A.

REIS, José Roberto Franco. “De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental”. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, VII(1): 135-157, mar.-jun. 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Leonidio. “Delinqüência infantil e prevenção do crime”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VII, n. 14, 2a. Parte, janeiro de 1937.

RIBEIRO, Leonidio. “Estudo médico do menor abandonado”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno IX, n. 17, janeiro de 1939.

- RIBEIRO, Leonidio. “Laboratório de Biologia Infantil – Discurso pronunciado pelo seu diretor Dr. Leonidio Ribeiro”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VII, n. 14, 1a. Parte, janeiro de 1937A.
- RIBEIRO, Leonidio. “Laboratório de Biologia Infantil. Relatório apresentado pelo seu director, Dr. Leonidio Ribeiro, ao Juiz de Menores”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VIII, n. 15, janeiro de 1938.
- RIBEIRO, Leonidio. “Laboratório de Biologia Infantil”. **Archivos de Medicina Legal e Identificação**. Anno VII, n. 1, 1a. Parte, janeiro de 1937B.
- RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.
- RIZZINI, Irene. **A Criança e a lei no Brasil revisitando a história (1822-2000)**. Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000.
- RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.
- RIZZINI, Irma. “Meninos Desvalidos e Menores Transviados: a Trajetória da Assistência pública até a Era Vargas”. *In*: PILOTTI, Francisco & RIZZINI, Irene. (orgs.) **A Arte de Governar Crianças - A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)”. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: “O Brasil Republicano”, 3o Vol. “Sociedade e Política (1930-1964)”. São Paulo: DIFEL, 1986.
- ROHDEN, Fabíola. “Natalidade, nação e raça no Brasil a partir das especialidades médicas em torno de sexo e reprodução”. *In*: **Anais do I Simpósio Internacional O Desafio da Diferença: articulando gênero, raça e classe**. (Disponível em <<http://www.desafio.ufba.br/gt1-010.html>>). Salvador : UFBA, 2000.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1982.
- RUSSEL, Alberto Mourão. **Serviço Social do Juízo de Menores**. Vol. I, Ano de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- RUSSEL, Alberto Mourão. **Serviço Social do Juízo de Menores**. Vol. II, Ano de 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- RUSSEL, Alberto Mourão. **Serviço Social do Juízo de Menores**. Vol. III e IV, Anos de 1947 e 1948. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.
- RUSSEL, Alberto Mourão. **Serviço Social do Juízo de Menores**. Vol. VII, Ano de 1951. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, Autores Associados, 1987.

- SCHECHTMAN, Alfredo. **Psiquiatria e Infância: um estudo histórico sobre o desenvolvimento da psiquiatria infantil no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Medicina Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1981.
- SCHEINVAR, Estela. **O Feitiço da Política Pública Ou Como Garante o Estado Brasileiro a Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente?.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 2001.
- SCHULTZ, Duane P. e SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cultrix, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon, BOMEY, Helena & COSTA, Vanda Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um Auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Rio de Janeiro, Brasília: CPDO/FGV, Universidade de Brasília, 1983.
- SILVA, Alexandre Schreiner Ramos da. **Cuidando do Futuro do Brasil: infância, educação e higiene mental na obra de Arthur Ramos**. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- SILVA, Benedito (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- SILVA, Renato da. **“Abandonados e Delinquentes”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2003.
- TEIVE, Hélio Afonso Guizzon. O papel de Charcot na doença de Parkinson. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**. vol. 56, no.1, Mar 1998.
- VARGAS, Getúlio. “A instrução profissional e a Educação”. *In*: VARGAS, Getúlio. **A Nova política do Brasil**. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, [1938].
- VARGAS, Getúlio. “O Bem-Estar das Mães e das Crianças”. *In*: VARGAS, Getúlio. **A Nova política do Brasil**. Vol. VII. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, [1942].
- VASCONCELLOS, Mario Pereira de. “A Significação de um Decreto”. **Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança**, n. 1, junho de 1940.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. “Infância e Pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808”. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 36, 2002.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVII e XIX**. Campinas/SP: Papirus, 1999.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VIEIRA, Livia Maria Fraga. “Mal Necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970)”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 67, São Paulo, novembro de 1988.
- VILLENA, Cynthia Pereira de Souza. **Família, mulher e prole: a doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 1988.

ZERO, Arethusa Helena. “Ingênuos, Libertos, Órfãos e a Lei do Ventre Livre”. **Anais do V Congresso Brasileiro de história Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu/MG, 2003.

## **Apêndice 1 – Informações dos Processos Pesquisados**

**Processos - Ano 1924**

<b>n.º</b>	<b>Tipo</b>	<b>Petição Inicial</b>	<b>Exames e outros</b>	<b>Observações</b>
20	Abandono	Portaria do Juiz	Boletim de Internação; Carteira de Saúde; Exame de Habilitação	Povoamento do Solo – Patronato Agrícola “Visconde de Mauá” (em Minas).
107	Abandono	Polícia	Exame Médico-Pedagógico	Casa de Preservação
151	Abandono	Polícia	Exame Médico-Pedagógico	Povoamento do Solo – Patronato Agrícola “José Bonifácio”
224	Destino	Casa de Preservação – Patronato de Menores		
277	Entrega sob Responsabilidade	Mãe		
354	Soldada	Sem vínculo	Exame Médico-Pedagógico	Soldada – A menor Estela, com 17 anos quando o processo foi aberto, passou por 11 casas. Estava na Casa de Prevenção e Reforma e foi entregue a primeira família em 15 de março de 1924, foi devolvida e entregue a outras famílias várias vezes, passando alguns períodos novamente na Casa de Prevenção até que em 27 de janeiro de 1927 a Sra. Rita – última a levá-la em soldada – comparece ao Juízo para comunicar que Estela “sahio de sua casa indo se empregar em outra casa, devido a referida menor lhe ter dito que havia atingido a maioridade”.

**Processos - Ano 1925**

<b>n.º</b>	<b>Tipo</b>	<b>Petição Inicial</b>	<b>Exames</b>	<b>Observações</b>
8	Destino	Polícia	Exame Médico-Pedagógico	Povoamento do Solo
51	Abandono	Polícia	Exame Médico-Pedagógico	O menor Marcos, de 9 anos, foi encaminhado ao Abrigo de Menores em 2 de fevereiro de 1925 e posteriormente ao Patronato Agrícola “Diogo Feijó” (SP), em 29 de julho de 1927 com o consentimento de sua mãe Ana. Em 13 de dezembro deste mesmo ano Ana volta ao Juizado solicitando o desligamento de seu filho Marcos mediante termo de guarda e responsabilidade o que veio a ocorrer em 17 de agosto de 1928.
102	Abandono	Portaria do Juiz	Exame Médico-Pedagógico (6)	Abrigo de Menores – 5 dos meninos são entregues aos pais, um outro fica aguardando embarque para Patronato Agrícola.
158	Abandono	Polícia	Exame Médico-Pedagógico	Abrigo de Menores – Patronato Agrícola “Monção” (SP).
250	Destino	Portaria do Juiz	Exame Médico-Pedagógico	Escola Aprendizes de Marinheiros.
300	Abandono	Polícia	Exame Médico-Pedagógico (2)	“Por falta de colação entreguem-se os menores às mães”. Um dos meninos, Jorge de 17 anos envolve-se em “infração penal ... o aludido menor, que conta apenas 16 anos, já é profissional na prática de furtos do que lhe rendeu a ofensa referida” (Delegado), pela qual responde a processo criminal. Foi encaminhado ao Abrigo de Menores de onde foge por duas vezes.



**Processos - Ano 1925**

		<b>Processos - Ano 1925</b>		
<b>n.º</b>	<b>Tipo</b>	<b>Petição Inicial</b>	<b>Exames</b>	<b>Observações</b>
302	Destino	Patronato Agrícola de Pinheiros, anexo ao Posto Zootécnico Federal	Exame Médico-Pedagógico	Menor Estevão "é expulso deste instituto (...) em virtude de seu péssimo e incorrigível procedimento". Fica no Abrigo de Menores e solicita sua transferência para o Corpo de Marinheiros Nacionais em 9 de março de 1927. Em 12 de novembro de 1928, Estevão volta ao Juizado "desejando assentar praça no Primeiro Regimento de Cavalaria do Exército, requer muito a V. Excia que se digne officiar a dita corporação o que almeja", seu pedido foi deferido.

**Processos - Ano 1926**

		<b>Processos - Ano 1926</b>		
<b>n.º</b>	<b>Tipo</b>	<b>Petição Inicial</b>	<b>Exames</b>	<b>Observações</b>
49	Soldada	Sem vínculo		Soldada
54	Apreensão de Menor	Mãe		
103	Internação	Juiz de Órfãos		Soldada
151	Destino	Polícia		"Tendo mais de 18 anos, seja devolvida á Polícia"
250	Destino	Polícia	Exames: de Corpo de Delito, Pedagógico, Médico-Pedagógico e Médico-Psicológico	"alega ser espancada"
299	Abandono	Polícia	Exames: Pedagógico e Médico-Pedagógico	"Devolva-se a policia por falta de logar" Escola Aprendizizes de Marinheiros
350	Abandono	Polícia	Investigação de Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	Tios assinam termo de guarda.
400	Internação	Mãe		"A mãe dos menores, como acima ficou dito, não tem recurso algum e por isso não pode cuidar da educação dos referidos menores que necessitam receber instrução afim de que se habilitem a futuramente ossupar qualquer emprego ou officio donde aufriram meos para a subsistência de sua mãe e irmãos."
450	Destino	Polícia		"Ponha o menor em liberdade por não ser abandonado".

**Processos - Ano 1927**

		<b>Processos - Ano 1927</b>		
<b>n.º</b>	<b>Tipo</b>	<b>Petição Inicial</b>	<b>Exames</b>	<b>Observações</b>
2	Diligencias para investigação	Mãe	Exame Médico-Pedagógico	"Márcia Cristina, mãe do menor Alberto filho de um soldado do Corpo de Bombeiros desta Capital morto durante a epidemia que assolou esta cidade no anno de 1918 não possuindo meos para a manutenção e educação de seu filho que conta 7 annos de

						idade vem requerer a V. Excia. que se digne mandar internal-o em estabelecimento onde possa sahir para ser útil á Pátria.”
99	Abandono		Polícia		Exame Médico-Pedagógico	Soldada
150	Destino		Polícia			“Devolve-se o menor a policia para ser restituído aos paes”.
199	Destino/Internação		Mãe			“desejando dar instrução de seu filho Jarbas e não lhe permitindo as suas condições de pobreza custear as despesas necessárias, vem requerer ao vosso patrocínio, no sentido de providenciar sua internação em estabelecimento de ensino nesta Capital, subordinado a este Juízo.”
249	Destino		Portaria do Juiz			Soldada
251	Abandono		Sem vínculo		Exame Médico	Casa dos Expostos
305	Abandono		Polícia		Exames: Médico e Pedagógico	Soldada
399	Diligencias para investigação		Mãe			“Proceda-se a investigação” – sem resposta
450	Abandono		Sem vínculo		Exame Médico-Pedagógico	Soldada. Alvará para Casamento.
451	Destino		Juiz de Órfãos			Internada na Escola Alfredo Pinto, depois padrinho vem pedir seu desligamento da instituição.
501	Tutela		Sem vínculo		Exame Médico	Guarda
597	Abandono		Abrigo de Menores		Exame Médico-Pedagógico	“O menor se evadiu quando era condizido para o Abrigo”
650	Diligencias para investigação		Mãe		Exame Médico-Pedagógico (2), Investigação de Comissário de Vigilância	Soldada

**Processos - Ano 1928**

nº	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
2	Reclamação	Polícia		
51	Desligamento	Irmão		
105	Destino	Pai		Em 9 de Janeiro Alberto expõe e requer o seguinte “O Supte, tem uma filha, Marcia, de 16 anos de idade, a qual vive em sua companhia. Acontece, porém, que essa menor não attende a pessoa alguma, querendo fugir de casa, e que ainda não fez devido a severa vigilância a que esta sujeita, e receiando o Supte. Pela honra de sua filha, pede a V. Excia. Se digne mandar internal-a em um estabelecimento a cargo desse Juiz. Junta a esse o atestado de pobreza.” Márcia é internada no Asylo Bom Pastor. Dois meses depois, em 14 de maio de 1928, Alberto volta ao Juizado alegando que “como a referida menor mudou sua forma de pensar, vem mui respeitosamente requerer a V.Excia. a entrega da referida menor, e por estar o suplicante em condições de tel-a em

Processos - Ano 1928				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
334	Destino	Mãe		Pede a internação da filha na Casa dos Expostos em 29 de março de 1928 e em 11 de junho do mesmo ano retorna pedindo que a mesma lhe seja devolvida.
538	Alvará	Pai de criação		“alvará de autorização para que o aludido menor acompanhe o supplicante e sua família em viagem de recreio á Europa”.
551	Destino	Polícia		“A menor orphã de pae e mãe, Sonia, enviada do Hospital Dom Pedro Segundo, afirm de lhe ser dado acolhimento em um estabelecimento adequado, visto que, segundo me parece, é surda e muda”. Sonia foi encaminhada para abrigo de Menores em 9 de maio de 1928, em 25 de janeiro de 29 a Secção Feminina do Abrigo de Menores comunica que Sonia faleceu devido a “Coqueluche e mais complicações”.
700	Desligamento	Escola 15 de novembro		Menino desligado para ser entregue ao pai
750	Abandono	Vizinha da mãe	Exame Médico-Pedagógico	Soldada
965	Alvará para Casamento	Irmão		
1040	Abandono	Portaria do Juiz	Exame Médico-Pedagógico	Paula de 9 anos é internada no Abrigo de Menores e depois entregue a soldada.
1141	Ofício do Juizo de Menores de SP	Juiz de SP		Pede para informar sobre madrinha de um menor lá internado. A dita senhora não foi encontrada.
1250	Abandono	Irmã		Renata quer retirar a irmã menor do Recolhimento de Santa Thereza. Tutela concedida.
1258	Abandono	Sem vínculos	Exames: Médico-Pedagógico e de Corpo de Delicto	Soldada e posteriormente solicitação de autorização para movimentar caderneta.

Processos - Ano 1929				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
44	Abandono	Polícia		Menor deflorada
52	Destino	Polícia		Menor deflorada
61	Abandono	Mãe		“Amália, solteira e sem recurso algum, vem respeitosamente pedir a V.Excia. que se digne ordenar para que seu filho José, com 6 annos de idade seja internado no Asylo Maternal, (...), visto que a supplicante exercendo como exerce a profissão de cosinheira, não despõe de tempo nem de recursos para delle cuidar convenientemente, vivendo o mesmo sob a guarda de estranhos que não podem despendere os cuidados que a sua tenra edade exige.”
89	Abandono	Portaria do Juiz	Exame Médico-Pedagógico (2), Investigação de Comissário de	Soldada

Processos - Ano 1929				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
			Vigilância	
103	Abandono	Portaria do Juiz		
188	Desligamento	Patronato de Menores		Casa de preservação – Alto de Therezopolis
335	Abandono	Polícia		
492	Abandono	Pai		Internada na Escola Alfredo Pinto
859	Abandono	Irmã		Recolhimento Infantil – Instituto 7 de Setembro. Soldada
956	Destino	Sem vínculo – cria a menor		Soldada e depois autorização para movimentar caderneta
1098	Abandono	Mãe	Exame Médico-Pedagógico	Abrigo de Menores – Instituto 7 de Setembro
1145	Abandono	Portaria do Juiz		Soldada
1228	Destino	Polícia		Defloramento
1282	Abandono	Mãe		Casa Maternal Mello Mattos
1350	Nomeação de Tutor	Polícia		Defloramento

Processos - Ano 1930				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
50	Destino	Pai	Exame Médico-Pedagógico	Instituto 7 de Setembro – Patronato Agrícola Wenceslau Braz
99	Internação	Mãe		Escola 15 de novembro
150	Abandono	Mãe		Instituto 7 de Setembro e Asylo Nossa Senhora de la Salette
200	Alvará – Festival Infantil	Grémio Republicano Portuguez		Matiné infantil
209	Abandono	Polícia		Defloramento
251	Abandono	Avó		
350	Destino	Mãe		“caso haja vaga”
392	Alvará de Casamento	Noivo		
402	Destino	Mãe		“Havendo vaga”
548	Tutela	Testamenteiro		Declarar tutor para poder dar o espólio a menor Zélia.

Processos - Ano 1930				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
632	Destino	Diretoria Geral do Povoamento do Solo		Desligamento do menor Silvío internado no Patronato Agrícola Manoel Barata a pedido da mãe, indo depois para o Patronato Campos Salles
660	Abandono	Mãe		
712	Internação	Portaria do juiz	Exame Médico-Pedagógico (2), Exame de verificação de idade	Soldada. Solicitação de autorização para movimentar caderneta.
790	Abandono	4ª Vara Criminal		Defloramento
823	Destino	Instituto 7 de Setembro	Investigação de Comissário de Vigilância	Soldada
874	Desligamento	Tia		Serviço de Industria Pastoral – Fazenda Modelo de Santa Mônica

Processos - Ano 1931				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
36	Internação	Polícia	Exame de verificação de idade	Menor surda muda – entre 16 e 18 anos, foi internada no Instituto 7 de Setembro
98	Apreensão	Pai	Exame de Defloramento	“que sua filha Zora, de 15 anos de idade, fugiu de sua casa, ha uns dous mezes, para se entregar a prostituição, pelo que vem o peticionário pedir a V.Exa. as necessárias providencias no sentido de ser a referida menor apreendida e internada no Asylo Bom Pastor” Defloramento
123	Abandono	Mãe		Instituto 7 de Setembro – Patronato Campos Salles
168	Carta Precatória para Apreensão	Pai		
239	Internação	Juiz de órfãos		Instituto 7 de setembro
350	Internação	Mãe	Exame Médico-Pedagógico	Instituto 7 de setembro
392	Tutela	Marido da irmã		Soldada. Solicitação de autorização para movimentar caderneta.
411	Abandono	Portaria do Juiz		
455	Abandono	Juiz de órfãos	Exame Médico-Pedagógico (2)	Instituto 7 de setembro
572	Abandono	Mãe		
603	Abandono	Portaria do Juiz	Exame de Defloramento e idade	Instituto 7 de setembro

Processos – Ano 1932				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
1	Internação	Marido da irmã das meninas		
99	Abandono	Mãe		Escola 15 de Novembro
150	Abandono/ Apreensão	Mãe		Camila tendo “cohabitado durante 4 annos” com Carlos com que teve uma filha Beatriz, de 2 annos e 4 meses, “foi victima, durante todo esse tempo, dia por dia, de maus tratos, sevicias e privações de toda natureza”. Carlos “expulsou-a violentamente da casa em que residiam juntos, retendo a creança e prohibindo a supplicante, sob ameaça de morte, de, siquer, approximar-se de sua filha”. “vem implorar a V.Exa. que seja apprehendida a referida menor, sua filha, á rua ..., e que seja ella restituída á supplicante”. O pai desmente a história contada e declara que “ha oito dias collocou a menor em casa de Dona Norma, sua conhecida, casada com um seu amigo de nome Antonio, os quaes se incumbiram de cuidar-a e educal-a; que deseja que a menor continue entregue a essas pessoas, pois a mãe não tem posses nem onde collocar a menor”. Camila declara “que está de accordo com a permanência da menor sua filha de nome Beatriz, na casa de Dona Norma, ..., onde tem certeza que ella será bem tratada e onde a depoente a poderá vizitar”. O tramite do processo demora somente um dia.
188	Abandono	Mãe		Em 16 de março de 1932, Zilá, mãe de Marina – 6 annos – “não tendo recursos para mantel-la em sua companhia, vem mui respectosamente solicitar a V.Excia a sua internação para um dos estabelecimentos a vossa disposição”. No mesmo dia Marina é internada no Instituto 7 de Setembro e no dia seguinte transferida para o Recolhimento Infantil Arthur Bernardes. Em 24 de agosto de 1932, Zilá requer que sua filha seja desligada do Recolhimento para mante-la em sua companhia, e é atendida pelo Juiz. Em 11 de outubro de 1932, Zilá volta ao Juizado para solicitar que Marina seja novamente internada, porém desta vez seu pedido foi “Indeferido por falta de vaga”
250	Alvará de Casamento	Noivo		
350	Destino	Polícia	Exame Médico-Pedagógico	Instituto 7 de Setembro e depois para Escola Aprendizizes de Marinheiros.
357	Internação	Polícia	Exame Médico-Pedagógico (2), L.B.I. (despacho)	Em 18 de maio de 1932 Delegado faz “apresentar os menores abandonados: Lucas e André, que perambulavam pelas ruas desta capital, em virtude de não terem família e serem orphãos de pais (...) para o fim de serem ahi collocados em Instituição apropriada”. São encaminhados para o Abrigo 7 de Setembro no mesmo dia, depois de prestarem declarações em Juízo. Em 26 de dezembro de 1938 o Patronato Agrícola “Delfim Moreira” envia pedindo que André seja transferido para estabelecimento na capital pois “apesar de sollicitamente atendido e medicado pelo medico deste estabelecimento, não logrou melhorar de seu estado de saúde. [pois] se trata de moléstia impossivel de ser tratada neste Patronato, (...) (Enfraquecimento geral sem

Processos – Ano 1932			
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames
			causa aparente). O Juiz pede que as Diretoras do Laboratório de Biologia Infantil que opinem com urgência sobre o caso. Em 10 de janeiro de 1939 o Dr. Meton de Alencar Neto responde informando “que os mesmos podem ser Internados no Instituto 7 de setembro afim de receberem o tratamento de que necessitam”. Em 25 de janeiro de 1939 um despacho do Juiz registra que André “permanece internado em Silvestre Ferraz”.
419	Destino	Patrão	Regularização de Guarda e responsabilidade por soldada de Maria Helena de 12 anos, em 14 de abril de 1932. Em 27 de outubro de 1943, já com vinte e três anos Maria Helena solicita autorização para retirar o saldo de sua Caderneta e é atendida em 3 de novembro de 1943.
451	Apreensão	Pai	
537	Desligamento	Escola 15 de Novembro	

Processos – Ano 1933			
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames
27	Destino	Tia	
59	Abandono	Polícia	Exame Médico-Pedagógico, Boletim de Informações
108	Carta do Juiz de Menores de SP	Juiz SP	Pede para menor ser entregue a mãe que mora no Rio
154	Guarda	Pai de Criação	Regularização de guarda visto que “a mãe da referida menor pretende a posse desta, afim de explorá-la em empregos como domestica, arrojando riscos e perigos de que está resguardada em casa do suplicante.” (...) “sirva de deferir ao suplicante título que o habilite, sem constrangimento actual ou futuro, a continuar a obra de educação da menor Olívia, aceitando esta gostosamente mesmo a adopção do suplicante.”
247	Apreensão	Irmão	Investigação do Comissário de Vigilância
272	Internação	Escola 15 de Novembro	Exame Médico-Pedagógico, Boletim de Informações
302	Abandono	Mãe	Exame Médico-Pedagógico
390	Apreensão	Juiz da Comarca de Mar de Espanha (MG)	
434	Internação	Avô	Exame Médico-Pedagógico, Exame de Habilitação, Boletim de

Processos – Ano 1933				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
			Informações	
451	Maus Tratos	8ª Pretoria Criminal	Investigação do Comissário de Vigilância	Internado no Instituto 7 de Setembro e posteriormente Patronato Lindolpho Coimbra (MG)
Processos – Ano 1934				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
4A	Soldada	Sem ligação		Soldada
50	Internação	Tia		
97	Internação	Mãe	Exame Médico-Pedagógico, Boletim de Informação	Patronato Delphim Moreira
119	Internação	Madrinha	Investigação do Comissário de Vigilância	Escola Profissional João Alfredo
165	Abandono	Polícia	Exame Médico-Pedagógico, Exame de Defloramento e idade, Exame de Verificação de Idade	Pede a internação da menor enquanto são investigadas as “acusações aqui feitas pela dita menor contra o Doutor Jeronymo Rodrigues de Moraes, sua senhora e um filho do casal de nome J., entre as quaes, citou que foi violentada.”
220	Destituição de Pátrio Poder	Em vínculo	Investigação do Comissário de Vigilância	
261	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	“Como se vê, as crianças vivem sem conforto, passando certas privações. Por esse motivo, a requerente deseja internar um de seus filhos em qualquer estabelecimento, pois que lucha com grandes dificuldades.”
327	Apreensão	Pai		
385	Autorização para Embarcar	Menor		“Investigue-se” – sem resposta
450	Internação	Guardiã	Investigação do Comissário de Vigilância, Exames: Médico-Pedagógico, de Idade, Médico-Pedagógico, Ficha e Exame de Habilitação	Instituto 7 de Setembro – Patronato Agrícola Wenceslau Braz (Caxambu/MG)
497	Destino	Irmão	Investigação do Comissário de Vigilância	
521	Maus Tratos	Sem vínculo	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico (2), Exames de Idade (2)	



Processos – Ano 1934				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
552	Requer Carteira de Identidade	Irmã		
620	Destino	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	“Requer na inicial a internação de seus dois únicos filhos André de dez anos e Alexandre de nove anos, em um estabelecimento de ensino, alegando ser viúva e não ter recursos para os conservar em sua companhia.” “Pedido Indeferido”
652	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	“Não há vaga. Aguarde oportunidade”
734	Registro Civil	Menor		

Processos – Ano 1935				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
5	Apreensão	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	
70	Internação	Pai	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	
124	Internação	Pai	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	
197	Apreensão	Juiz de Menores (SP)		
232	Desligamento	Mãe		
363	Nomeação de Tutor	Polícia		Defloramento
436	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	“Baseado no resultado final das investigações por mim efetuadas, que vieram demonstrar não possuir a requerente de fls. 2, os necessários recursos econômicos para manter e educar o menor seu filho, que motivou o seu pedido de internação, além do mesmo ser muito desobediente e de índole rebelde, o meu conceito é favorável ao desejo daquela senhora, por julgar a internação do menor um amparo de inteira justiça.”
500	Internação	Guardião	Investigação do Comissário de Vigilância (2), Exame Médico-Pedagógico (2)	Instituto 7 de Setembro – Patronato Agrícola Lindolpho Coimbra

Processos – Ano 1935				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
550	Internação	Pai	Investigação do Comissário de Vigilância (2), Exame Médico-Pedagógico	“Aguarde-se vaga”
578	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	“A requerente é empregada doméstica, percebendo o ordenado de 50\$0000 mensaes, nas actualmente está desempregada pois não a querem aceitar com o menor.” “Indefiro o pedido. O menor é filho único e a mãe não se mostra impedida de mantel-o pelo seu trabalho.”
615	Internação	Guardiã	Investigação do Comissário de Vigilância	
651	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico (3)	
724	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Fichas do L.B.I.	Recolhimento Arthur Bernardes
783	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	Defloramento
851	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	“Pede a este Juízo a internação do menor, seu filho, em qualquer estabelecimento, em vista de viver pobremente, como também porque o mesmo vem se revelando rebelde, costumando passar o dia todo na rua, não querendo estudar nem trabalhar, não lhe obedecendo ás ordens, pelo que teme que possam advir para o futuro de seu filho conseqüências graves.”
848	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta
949	Delegação de Pátrio Poder	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	
971	Internação	Tia	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	“A peticionaria pede a este Juízo a internação do menor em questão que é seu sobrinho, por falta de recursos para mantel-o e educal-o convenientemente, como também porque vive empregada co domestica, não podendo desse modo ter em sua companhia o menor em apreço.”
Processos – Ano 1936				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
23012	Autorização para Exército	O próprio menor		

Processos – Ano 1936				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
23056	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	Instituto 7 de setembro
23124	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	
23195	Internação	Padrinho	Investigação do Comissário de Vigilância	
23228	Internação	Madrinha	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	“Seu pedido se prende ao fato da menor ter alcançado idade de tomar uma educação especial, o que não pode manter a peticionaria, que luta com grande dificuldade econômica, visto, empregar-se como doméstica em casa da família Cata-Preta, onde não pode ter a menor em sua companhia, bem como ter salário pequeno – (...) –, não podendo custear seus estudos.” “Aguarde vaga”
23261	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	
23315	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico	
23359	Tutela	Guardião	Investigação do Comissário de Vigilância	Regularizar situação “para ser nomeado tutor do referido menor para nessa qualidade poder requerer admissão do mesmo na Escola de Aprendizes da Marinha.”
23440	Tutela	Guardião	Investigação do Comissário de Vigilância	

Processos – Ano 1937				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
29	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta
64	Internação	Mãe		“sendo a requerente viúva não podendo pagar escola para os menores requer a internação dos mesmos.” “Investigue-se” – sem resposta
117	Internação	Guardião	Investigação do Comissário de Vigilância	“Aguarde Vaga” em 6 de março de 1937 Em 6 de outubro do mesmo ano a menina foi internada no Colégio Santo Adolpho.
177	Internação	Pai		“não tendo recurso suficiente para manter e educar o seu referido filho”

Processos – Ano 1937				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
219	Transferência	Portaria do Juiz		“Investigue-se” – sem resposta
285	Tutela	Guardião		Regulariza situação de menores internados Regularizar guarda de 5 meninas Pecúlio
350	Tutela	Sem vínculo		Laura, brasileira, professora municipal, casada, residente á rua ....., nesta cidade, não tendo filhos e desejando ter em sua companhia ema menina para educar, pede a V. Excia lhe seja entregue a menina Adriana, de cor escura, de 11 anos de idade, orphã, de paes ignorados, e que se acha internada na Escola Maria Raythe, assumindo, outrosim, inteira responsabilidade por essa menor.” Será soldada? Como não tem o termo não dá pra confirmar ....
377	Tutela	Abriego Tereza de Jesus		“Acontece, porem que esse menor, acaba de attingir a idade limite para permanecer no Abriego, pois conta hoje 17 anos, e, assim torna-se necessário o seu desligamento. Para que tal aconteça, a directoria do abriego providenciou como lhe cumpre, tendo deliberado que o menor fosse entregue a sua madrinha, Dona Espedita, viúva, residente ....., pessoa de idoneidade bastante para receber o dito menor, conforme o parecer da Comissão de syndicancia composta por 3 directores do Abriego, e cujo ora se junta por copia.”
429	Internação	Mãe		Casa de Preservação de Teresópolis em 5 de março de 1937. Transferido para o Asilo Agrícola Santa Izabel em 13 de setembro de 1940. Em 24 de julho de 1944 mãe volta ao Juizado para pedir o desligamento do filho para viver com ela.
456	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	“Aguarde-se vaga”
525	Internação	Guardião	Investigação do Comissário de Vigilância, relatório de aluna de Serviço Social, Exame de Idade	Internada no Abriego Feminino de Petrópolis em 28 de maio de 1937. Em 3 de agosto de 1938 é encaminhada pelo Juiz para o Hospital Nacional de Alienados, pois tendo “manifestado sintomas de alienação mental, e como este Juízo não dispõe de estabelecimento adequado ao seu tratamento ...”. Não há retorno do Hospital Nacional de Alienados, porém em 5 de agosto de 1938 a menina é transferida para a Escola Alfredo Pinto. Em 4 de novembro de 1938 é entregue a soldada e devolvida a Juízo em 19 de janeiro de 1939 com a alegação de “não se adaptar a menor ao serviço que lhe era afeito, que era cuidar de 2 crianças, filhos do peticionário, sendo, além disso, de gênio irascível.” De volta a Escola Alfredo Pinto no mesmo dia. Novamente entregue a soldada em 13 de maio de 1939. Tem muitos relatórios da estagiária de SS datados de 1939. Em 1941 solicita autorização para movimentar caderneta.
556	Internação	Mãe		Recolhimento Infantil Arthur Bernardes.

<b>Processos – Ano 1937</b>				
<b>n.º</b>	<b>Tipo</b>	<b>Petição Inicial</b>	<b>Exames</b>	<b>Observações</b>
604	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	“Aguarde-se vaga”
669	Internação	Mãe		Escola 15 de Novembro
736	Internação	Irmão		“Investigue-se” – sem resposta
785	Internação	Pai	Investigação do Comissário de Vigilância	“Aguarde-se vaga”
850	Internação	Polícia		Mãe foi a Polícia pedir para internar o filho, delegado encaminha pedido ao Juiz de Menores
894	Internação	Pai	Investigação do Comissário de Vigilância	“Aguarde-se vaga”
937	Abandono	Polícia	Auto de Perguntas, Boletim de Identidade do L.B.I., Fichas do L.B.I.	Instituto 7 de Setembro – patronato Agrícola Arthur Bernardes.
1028	Internação	Mãe		Casa Maternal Mello Mattos
1100	Tutela	Tia	Investigação do Comissário de Vigilância	
1124	Transferência	Portaria do Juiz		Regularizar transferência e situação de internação de menor no Instituto 7 de Setembro
1169	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Fichas do L.B.I., Fichas do Sanatório Escola de Petrópolis	“Aguarde Vaga” em 2 de junho de 1937. Em 7 de fevereiro de 1938 internado no Instituto 7 de Setembro.
1232	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	“Aguarde-se vaga”
1273	Internação	Tia		“Investigue-se” – sem resposta
1331	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta
1353	Tutela	Avó paterna		“Investigue-se” – sem resposta
1427	Internação	Avó		Orfanato Evangélico

<b>Processos – Ano 1938</b>				
<b>n.º</b>	<b>Tipo</b>	<b>Petição Inicial</b>	<b>Exames</b>	<b>Observações</b>
12	Pensão de Alimentos	Mãe		“(…) tendo se reconciliado com seu marido, cessou o motivo que a levou a fazer a petição (...)”

Processos – Ano 1938				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
73	Alvará de Casamento	Menor		“Maria do Carmo, 17 anos, natural de Portugal, cor branca, sabe ler e escrever, (...) declarou que sua mãe é falecida, residindo seu pae em Portugal, não prestando assistência á declarante ha cerca de cinco anos; que é empregada como domestica; que conhece Joaquim ha cerca de quatro anos, o qual é solteiro, com vinte e oito anos de idade, commerciarrio; que o mesmo pretende contrair matrimonio com a declarante que concorda; que foi deflorada por elle em outubro do ano p. passado, sendo que a partir de então mantendo com elle relações sexuais; que não tendo responsável legal que lhe forneça autorização recorre neste momento a Juízo; que vive com uma tia de nome Maria da Conceição, que todavia não lhe presta a devida proteção, pois como disse trabalha como domestica para se manter, della apenas recebendo mãos tratos e espancaentos.”
116	Internação	Irmã de criação	Investigação do Commissário de Vigilância	“A suplicante de fls.2, Monica, brasileira, solteira, (...), habita em companhia de uma irmã casada, é que desde o fallecimento de sua mãe e mãe adotiva de Pedro, é que mantém o menor, e como não aurifere lucro de seus serviços domésticos, requer a V.Ex., a internação do mesmo, em qualquer estabelecimento a cargo deste juízo, onde Pedro possa receber educação.” “Aguarde-se vaga”
188	Internação	Vizinha	Investigação do Commissário de Vigilância	“Aguarde-se vaga”
250	Providências	Avó materna	Investigação do Commissário de Vigilância	“Que a menor em questão resolveu deixar a casa paterna em vista dos maltratos que recebia de sua madrastra, indo abrigar-se na do suplicante, de que aquele teve sciencia, não tomando nenhuma providencia a respeito da filha legitima, até a presente data. Que, em face daquella situação, a menor não quer mais voltar para a companhia do pae; que este possui recursos pecuniários bastantes para poder educar convenientemente sua filha, internando num estabelecimento de ensino, mesmo porque ella tem bens a receber, por parte de sua mãe, aquelles em poder do pae e seu tutor, apezar do que aquelle não cumpre devidamente com os seus deveres inherentes ao pátrio-poder, pois que a menor se acha em situação de abandono. Assim, espera e pede que V.Excia se digne de mandar tomar as necessárias providencias que couberem no presente caso.” “Declara a menor Ana [15 anos], que tem vontade de ser internada, afim de completar sua educação, uma vez que não a recebeu como de seu desejo; ela é alfabetizada, dizendo que de fato frequentou escolas particulares e teve professores a domicilio, mas que não teve aproveitamento algum; que desde que mora com seus avós maternos, tem sido bem tratada (...)” “que o declarante não se nega a sustentar sua filha desde que ela volte para casa, quanto ao dinheiro que sua filha tem para receber, isto é depositado em caderneta da Caixa Econômica a quantia de três contos e cento e poucos mil reis, quantia esta que ela recebera quando completar a maior idade; que uma vez que sua filha não quer voltar para sua casa, o avó que assuma a responsabilidade pela menor.”

Processos – Ano 1938				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
				“O pae da menor tem razão. Deve ella voltar para a sua companhia, submetendo-se a sua autoridade, enfim, cumprindo os seus deveres para receber os seus direitos. Ella já tem idade bastante para compreender essa situação. É o que me parece. Roberto Py – Curador.”
251	Internação	Mãe		“Flavia, (...) casada, pede providencias afim de que sua filha, Isa, de 3 anos, filha de Antonio, de paradeiro ignorado, seja internada em estabelecimento hospitalar, visto se achar sofrendo de paralisia infantil.” Tratamento Médico – Juiz encaminha carta ao Sr. Dr. J.P. Fontanelle - Diretor do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal
348	Destino	Polícia		“(…) a menor de cor preta Edite, de 13 anos de idade, orphã de pae e mãe, a qual foi encontrada no dia 15 do corrente perambulando na via publica.” “Disse que não se lembra dos paes, estando ultimamente internada no Collegio Sto. Adolpho; que era bem tratada, mas que resolveu fugir para procurar emprego; que então foi presa pela delegacia e encaminhada a este juizo; que deseja ser reinternada.” Foi reinternada e 1 mês depois foi entregue a soldada.
359	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta em 24 de janeiro de 1938. Em 2 de dezembro de 1946 “Maria Carmem, (...) viúva, mãe do menor Olavo, com quinze anos, que por intermédio desse Juizo intemou no Instituto Profissional 15 de Novembro, requer a V.Excia se digne de mandar desliga-lo e entregar-lhe. Pede a devolução da certidão de registro de nascimento dele.” O Juiz encaminha ofício ao Diretor do S.A.M. autorizando o desligamento do menor.
433	Internação	Pai	Investigação do Comissário de Vigilância	“Aguarde vaga”
459	Internação	Mãe		“Alva, viúva, domestica, requer a V.Excia a internação da menor Hilda, com 11 anos de idade, filha da requerente e de Emanuel, falecido, por ser a menor desobediente e vadia.”
524	Internação	Guardião		“Investigue-se” – sem resposta
551	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta
620	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta
651	Abandono e Internação	Juiz de Menores de São Paulo		
728	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta

Processos – Ano 1938				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
790	Internação	Portaria do Juiz de Menores	Resumo de Exame Pedagógico (5), Resumo de Exame Clínico (5), Resumo de Exame Psíquico (5)	“Atendendo a que este Juízo em face das dificuldades de ter professorado idóneo o Asylo Agrícola Santa Isabel, em Juparanã, propoz ao Governo do Estado do Rio que internasse no referido Asilo, por intermédio do Juízo de Menores do Estado do Rio, cinco menores e em troca designasse uma professora para alli funcionar.” Tenho cópia de partes do processo.
826	Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância	“Joselena, solteira, domestica, residente no Morro do Cantagalo, requer a V.Excia a internação do menor Joacir, com 10 anos de idade, filho da requerente, por extrema pobreza, a sua mãe que trabalha como cozinheira nesta capital não possui meios que o possa não somente dar alimentação, como educação vivendo por isso ao abandono, sujeito a contrahir mãos hábitos.”
886	Abandono e Internação	Mãe	Exame Médico-Pedagógico, Fichas do L.B.I.	Internado no Instituto 7 de Setembro em 30 de abril de 1938. Transferido para Escola 15 de Novembro em 11 de janeiro de 1939. Em 29 de abril de 1942 officio do S.A.M.: “Comunico-vos que, de conformidade com o vosso officio n. 590, de 27 de abril de 1942, foi dada baixa na matricula do menor J.R.C., internado no I.P.Q.N., em vista do mesmo ter falecido.” Tenho cópia de partes do processo.
917	Internação	Mãe		“Investigue-se” – sem resposta
995	Defloramento	Irmã		
1033	Tutela	Guardião		Matricula em Escola. “Antonio, brasileiro, casado, com 57 anos de idade (...), precisando apresentar termo de tutela afim de matricular o menor Gustavo na Escola Profissional Silva Freire para o qual foi aprovado em concurso, mui respeitosamente requer a V.Exc. o deferimento do competente termo apenas para educação, uma vez que, ha cinco anos, assumiu a responsabilidade da educação do referido menor que filho de Silvio e Ana e que actualmente conta com 11 anos de idade.”
1073	Providências	Polícia	Investigação do Comissário de Vigilância	“No interesse da Justiça, solicito de V.Excia, as necessárias providencias no sentido de ser nomeado um curador “ad-hoc” para a menor Natália, de 9 anos de idade, filha natural de Márcia, já falecida, e que se encontra aos cuidados do Sr. Eduardo, (...), a qual, foi victima de atos de libidinagem por parte do individuo de nome Claudio, que se acha processado por este Serviço.” Juiz nomeia Curador em 2 de maio de 1938 e em 17 de maio de 1938 despacha “A menor Natália tem 9 anos e assim só o Recolhimento Infantil Heithor Bernardes é que pode recolhe-la, mas actualmente não ha vaga e assim a menor deve permanecer em companhia de Eduardo.”
2542	Abandono e	Mãe		“Maria, viúva, domestica, (...), requer a V.Excia a internação dos menores André e



Processos – Ano 1938					
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações	
	Internação				Tiago, com 11 e 8 anos de idade, filhos da requerente e de André (falecido), por não ter meios para educa-los.” “Investigue-se” – sem resposta
2653	Abandono e Internação	Mãe			Em 16 de novembro de 1938 o Juiz despacha “Officie-se a Diretora da Casa Maternal Mello Mattos para que informe os números de internados e se ha vaga, porquanto tendo recebido comunicação que não ha vaga, estão aguardando vaga vários pedidos e entre outros os seguintes, em que os requerentes não possuem recursos, conforme as investigações procedidas: proc. 2419, de 1937; 61, de 1938; 2528, de 1937; 1143, 1937; 2485, de 1937.”
2704	Abandono e Internação	Polícia			“Tenho a subida honra de solicitar a V.Excia providencias no sentido de ser nomeado curador ad-doc para a menor Maria Luiza, brasileira, natural deste Distrito Federal, com 15 anos de idade, solteira e residente (...) aqui em Campo Grande. A minha solicitação prende-se a uma determinação do Ilustre Representante do Ministério Publico que, nos autos do inquérito instaurado nesta Delegacia, em que a referida menor figura como ofendida de estupro pelo acusado Miguel, verificou não ter o pai da menor a defendido convenientemente e ser necessário a assistência de um curador.”
2751	Alvará de Casamento	Noivo			
2801	Abandono e Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Exame Médico-Pedagógico		Internado no Instituto 7 de Setembro e depois transferido para a Escola 15 de Novembro.
2853	Alvará para Casamento	Noivo			
2942	Denúncia	Sem vínculo			“A signatária do presente, vem a presença de V.Ex., denunciar a direção do Orfanato S.José, instalado em Jacarepaguá, pelo facto seguinte: Por intermédio da sulicante, contribuinte do referido Orfanato, foi internada naquele estabelecimento a menor Nilce, presentemente com 3 anos de idade presumíveis, natural desta Capital, filha de Lúcia; - Em dias do mês de Setembro próximo passado, uma religiosa daquele estabelecimento, foi a casa da suplicante, onde habita sua genitora, entregando a menor, sob a alegação de que a mesma se encontrava enferma, e carecendo de tratamento especial; - na mesma noite, agravando-se o estado da menor Nilce, viu-se a suplicante na contingência de requerer os serviços da Assistência Publica, onde foi constatado de que a menor sofria de hemorragia, contante de seivçia, o que levou a suplicante a apresentar queixa imediata as autoridades do 25º D.Policial; - correndo o respectivo processo naquela delegacia sem quaisquer resultado positivo no sentido de apurar o responsável ou responsáveis por aquele acto criminoso, pede a V.Ex., seja officiado a aquela autoridade no sentido de ser remetido o actual inquérito

Processos – Ano 1938				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
2951	Abandono e Internação	Pai		“Investigue-se” – sem resposta
3069	Abandono e Internação	Mãe	Investigação do Comissário de Vigilância, Ficha da “Seção de Pesquisas Pedagógicas Sociais”	“Aguarde vaga” em 27 de dezembro de 1938 e em 16 de janeiro de 1942 a mãe requer “se digne de mandar devolver-lhe a certidão de registro de nascimento de seus filhos (...), com onze e oito anos, respectivamente, cujos documentos estão anexos ao processo de sua internação, que não foi efetuada.” Consta ficha do S.A.M. com uma duas datas diferentes.
3180	Abandono e Internação	Mãe		Em 30 de dezembro de 1938 “Investigue-se” sem resposta. Em 3 de março despacho do Juiz determinando a internação dos menores no S.A.M. e em 11 de dezembro de 1942 “A (...) mãe dos referidos menores, que por intermédio desse Juízo, internou na “Escola 15 de Novembro”, requer a V.Excia se digne de mandar desliga-los e entregá-los. Também pede a devolução das certidões do registro de nascimento deles.”
3202	Nomeação de Curador	Polícia		Menor deflorada pelo namorado.

Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
32	Abandono e Internação	Pai		“(…) vem solicitar a V.Excia a internação de seu filho Tomás. em um dos institutos de educação emendativa subordinados a esse Juízo. Assim requer porque, pai de nove filhos vivos, acha-se há anos desempregado, vivendo de ganhos eventuais, e impossibilitado, por isto, de custear a educação do citado menor, que, por não conseguir também empregar-se, deu-se à vadiagem, furtando-se, pela continuada ausência do lar, à viglância e à autoridade paterna, adquirindo hábitos e vícios perniciosos, de sorte a constituir preocupação constante para os pais e exemplo perigoso para os irmãos menores.” “Aguarde vaga”.
94	Abandono e Internação	Sem vínculo		Em 10 de janeiro de 1939 no Juizado de Menores processo aberto em 21 de dezembro de 1938 no Juízo da 2ª Vara de Orfãos. Em 26 de dezembro de 1938, petição inicial: “Norma, brasileira, viúva, proprietária e domiciliada (...), requer a V. Excia. a tutoria da menor Maria Lúcia, orphã, que se acha recolhida no Asylo Alves Afonso, posta pela finada sua tia Maria Claudia, e a pedido da requerente.” Em 3 de março de 1939, Norma presta declarações: “disse que Maria Lúcia, foi para sua casa ainda engatinhando, pois que sua tia, que tomava conta da menor, era empregada da declarante; que a menor não tem bens ou haveres ou pensões para receber; que único título que a menor tem é o de irmã da Ordem de São Francisco de Paula, esse mesmo dado pela

Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
				declarante; que vai tirar a menor do Colégio por já ter a mesma completado o curso.” Em 8 de março de 1939 a requerente é nomeada tutora.
109	Abandono e Internação	Pai		Na petição inicial: “Josivaldo, casado, lavrador, (...) requer a V. Excia. a internação do menor Sérgio, com 11 anos de idade filho do requerente e de Ana Rosa, por falta de recursos e ser o menor muito levado, só querendo está na Rua jogando cartas, no meio de vagabundos.” Ficha de requerimento para internação. Menor é internado no Instituto 7 de Setembro, em 7 de fevereiro de 1939.
202	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. Em 19 de janeiro de 1939 “Aguarde vaga”. Em 2 de junho de 1941 “Interne-se o menor Flaviano no Instituto 7 de Setembro.” Em 7 de julho de 1941 é transferido para o Patronato Agrícola Arthur Bernardes e em 9 de outubro de 1946 ofício “Do Diretor do S.A.M. (...) Tendo em vista haver sido encaminhado pela S.C.M. deste Serviço, o menor Flaviano, procedente do Patronato Agrícola Arthur Bernardes, e colocado na Gráfica Pimenta de Melo, onde se encontra trabalhando, e em condições de se manter por si, solicito a V.Exa. a necessária autorização para desliga-lo do S.A.M.”
332	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”
451	Abandono e Internação	Polícia		Em 7 de fevereiro de 1939, delegado pede nomeação de curador para instruir caso de defloramento de menor com 15 anos “trata-se de um processo de prisão em flagrante com réu preso” “Rogo outrossim seja a menor asilada pois não tem residência e é órfã de paes.” Em 8 de fevereiro de 1939 o Juiz nomeia Curador e diz em seu despacho que “porquanto este Juízo no momento não dispõe de estabelecimento e a menor declarou que tem uma irmã, (...), para onde deve ir.”
578	Abandono e Internação	Madrinha		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”
779	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”
856	Abandono e Internação	Pai	L.B.I. – Psiquiatria; Fichas do L.B.I.	Ficha de requerimento para internação. Tenho cópia de partes do processo. L.B.I. – Psiquiatria: “Resumo de observação: - Ascendência italiana, portuguesa e brasileira. Antecedentes neuro-psicopáticos positivos. Alcolismo materno. Lues hereditária. Primeira e segunda infância mui anormaes, com distúrbios motores. Convulsão aos 2 anos com hemiparesia direita permanente, digo persistente. Interícia 20 dias após o nascimento. Temperamento irritável, desigual, com alternativas de bom humor e docilidade, às vezes crises de choro e riso. Nunca teve tendências agressivas. Já esteve

Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
				em tratamento tendo feito punção lombar. Resultado é ignorado. Acentuados estigmas físicos defenestrativos. Atenção instável. Está completamente orientado pessoalmente, no tempo, no lugar e no meio ambiente. Associação de idéias demorada, falha rudimentar. Afetividade muito diminuída. Disminesia acentuada. Vontade atingida para os atos iniciais elementares. Patrimônio aquisitivo reduzido. Poder de imaginação, fraco. Ainda não conseguiu alfabetizar-se. Este menor, com deficiência mental, mais acentuada á 1.ª vista, pela falta inicial de uma educação medico pedagógica conveniente, deve aer recolhido a um estabelecimento adequado.
973	Alvará de Casamento	Menor		Diagnostico mental: Lues hereditária. Imbecilidade. Encefalopathia infantil. A) Dr. Waldemar de Almeida” Em 6 de março de 1939: “Determino a internação no Instituto Sete de Setembro, com destino á Escola Sanatório de Petrópolis do menor Lucas com a idade de 17-12-928 cor branca (...). A internação só será efetivada depois de ouvido o diretor em face das condições de saúde do menor.” Em 26 de abril de 1939 ofício do Instituto Sete de Setembro comunicando que o menor Lucas foi apresentado ao Sanatório Escola de Petrópolis e em 18 de outubro “Defiro o desligamento definitivo porque o Sanatório ofiçou o Juízo comunicando que a 1.º de novembro próximo deixará de funcionar.”
1061	Abandono e Internação	Pai	Exame Médico-Pedagógico (2), Fichas do L.B.I.	Datada de 17 de março de 1939 abre o processo a seguinte carta: “Excmo. Snr. Dr. Getulio Vargas. D.D. Presidente da Republica. Como humilde trabalhador, pobre chefe de uma família numerosa e sem dispor de recursos necessários para fazer face ás despesas para a educação de filhos menores, e depois de ter recorrido a varias pessoas de V. Alta administração, como provo com documentos aexo, venho como recurso derradeiro appellar para o coração generoso de V.Excia porque sei que só V.Excia pode proporcionar-me este tão grande desejo. Exmo. Snr. Dr. Trata-se de dois filhos, que desejava fossem internados num Patronato ou num Asylo de Menores, o que após mil obstáculos por mim atravessados não conseguiu a minha grande ambição. Suplico Mais uma vez para a generosidade de V.Excia, que tão nobremente tem sabido reconhecer e amenizar o sofrimento do povo trabalhador do Brasil, afim de que meus filhos possam ser educados e mais tarde bemdizer a bondade de V.Excia. Ass. Carlos – Petrópolis” Tem anexo documento do Sub-delegado de Cascatinha atestando que os menores Alberto e Antonio tem péssimos costumes, má conduta e são dados a andarem na rua, não tendo portanto bons antecedentes, e que por varias vezes tem esta sub-delegacia recebido queixa dos vizinhos contra os referidos menores. Em 5 de abril de 1939 o Juiz determina que “Internem-se os menores no Instituto Sete de setembro, para aguardar vaga em patronato” e em 18 de setembro de 1940 “Determino a transferencia do Instituto Sete de Setembro para o patronato Wenceslau Braz” dos dois

Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
				menores. Em 7 de dezembro de 1948 Ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores comunica que Alberto, alcançou a maioridade e solicita seu desligamento. Em 27 de setembro de 1949 Ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores comunica que Antonio, alcançou a maioridade e solicita seu desligamento.
1148	Abandono e Internação	Polícia	Fichas Médico-psicológica, Exame Médico-Pedagógico	Em 5 de abril Curador manifesta sua opinião: “É um caso urgente de internação. O menor não tem pai, nem mãe, declara que vive em barraco da “Favela” em companhia de um amigo, e não tem ninguém por si. Parece indicado interná-lo no Inst. 7 de Setembro para os exames e depois encaminhá-lo para outro estabelecimento”. Em 27 de outubro de 1939: “Ofício do Instituto Sete de Setembro. Solicito-vos as necessárias providências no sentido de ser desligado deste estabelecimento por ter saído de licença e até a presente data não ter regressado o menor Marcelo, com 15 anos de idade.”
1294	Abandono e Internação	Mãe	Exame Médico-Pedagógico, Fichas do L.B.I.	Em 17 de abril de 1939, preenchida ficha de requerimento para internação. Em 20 de maio de 1939, José Jorge, com 10 anos de idade, cor branca, é internado no Instituto 7 de Setembro, depois (15 de junho) transferido para a Escola 15 de Novembro. Em 9 de janeiro de 1939 transferido para Atheneu Brasileiro e de lá para o Patronato Agrícola Campos Salles em 9 de maio de 1941. Em 22 de abril de 1942 é internado no S.A.M., e em 4 de maio o S.A.M. comunica que José Jorge foi internado nas Escolas Profissionais Salesianas. Em 27 de maio de 1946 “Ofício do Ministério da Justiça e Negócios Interiores levando ao conhecimento de V.Excia que o Sr. Diretor das Escolas Profissionais Salesianas comunicou que o menor José Jorge, em virtude de haver terminado o respectivo curso, saiu em companhia de seus responsáveis, por ocasião das férias, não mais regressando ao estabelecimento. Assim, solicito se digne V.Exa. a autorizar o desligamento do menor em apreço.”
1350	Abandono e Internação	Guardião (sem vínculo)	Fichas do L.B.I.	Em 22 de maio de 1939 “tendo sob sua guarda ha oito anos, a menor Hilda de 16 anos presumíveis, órfã de mãe, e que até agora se tem manifestado incorrigível, vem solicitar a V.Exa. se digne autorizar a internação da referida menor em asilo que possa reformá-la, de vez que o pai nunca apareceu.” Em 18 de maio de 1939, após ouvir a menor, o juiz: “Julgo em estado de abandono a menor Hilda e determino sua internação no Asylo Bom Pastor”. Em 13 de outubro o Asylo Bom Pastor comunica que Hilda “é anormal e não pode continuar aqui, conforme já me entendi com V.Excia pelo telefone. Apresento-a, pois, a esse Juízo, afim de que V.Excia de o devido destino, colocando-a em logar onde possa receber o tratamento que necessita.” Em 22 de dezembro de 1939: “Asylo do Bom Pastor. Desde então constatamos tratar-se de uma menina anormal, mas como era mansa e pacífica, fomos agüentando.

Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
				Ultimamente, porém, a menor tem se tornado insuportável. Além de manifestar-se rebelde, desordeira, abre luta com as companheiras pela menor cousa, e já por quatro vezes agredio-as brutalmente, a ponto de uma delas ficar hora e meia sem sentidos, por cuja razão, elas vivem em continuo sobressalto com uma companheira tão perigosa. Hontem, sem motivo, de sangue frio, sahio para a rua e foi dar a casa de sua protetora que fel-a voltar imediatamente para o Asylo. Estamos em obras, não temos segurança em casa, ser-nos-á sumamente desagradável que esse facto se repita. A menor passou a pouco pelos exames do Laboratório Biológico, cujo diagnostico acusou – DEBILIDADE MENTAL – Uma menor nestas condições não pode permanecer aqui; ela não tira proveito algum, só serve para incomodar e perturbar a ordem da casa. Receiando peiores conseqüências, rogo encarecidamente a V.Excia, dar as necessárias providências para que ela seja desenternada quanto antes.” No mesmo dia, “Emface das conclusões do exame procedido na menor pelo Laboratorio de Biologia Infantil e atendendo aos termos do officio retro, determino a transferencia da menor para a Seção Bourneville do Hospital Psiquiatrico.”
1402	Abandono e Internação	Sem vínculo		Em 4 de abril de 1940 “Oficio do Hospital Psiquiatrico. (...) em vista da inexistência de vaga no Pavilhão Bourneville destinado a creanças alienadas, e, tendo em vista a idade de 16 anos da menor Hilda, esta Diretoria fê-la recolher à Seção de indigentes adultos, onde deverá fazer o tratamento da psicose que deu motivo à sua internação no Hospital Psiquiatrico.”
1567	Abandono e Internação	Mãe	Exame Médico-Pedagógico	Pedido para retirar menino de 6 anos de idade doa Fundação Romão Mattos Duarte “sob termo de responsabilidade, obrigando-se a crial-o como filho”.
1660	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. Internado no Instituto 7 de Setembro e depois transferido para a Casa de Preservação de Therezopolis.
1768	Abandono e Alimentos	Mãe		“Aguarde-se vaga”
1854	Abandono e Internação	Sem vínculo		Processo aberto em 1 de junho de 1939. Em 4 de maio de 1949 a mãe volta ao Juizado para “vem requerer digne-se V.Excia permitir que sejam desentranhadas e entregues à ora suplicante as certidões dos registros de nascimento dos menores supra referidos, seus filhos, visto como delas necessita para fins de obter “Carteira de Trabalho” para os menores.”
1865	Abandono e Internação	Mãe		“O referido menor, que, anteriormente, a peticionaria, penalizada, apanhou na rua. Ihe tem causado muitos incômodos e disabores.” Ficha de requerimento para internação. “Indeferido por falta de vaga” Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”

Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
	Internação			
1956	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga” Anexa uma carta: “Exmo Amo. Dr. Saul de Gusmão. DD. Juiz de Menores: Venho solicitar a benévola simpatia de V.Exc. para uma menor, em situação que pede o amparo dos poderes públicos. Trata-se da menina J.F.S., filha de d. J.F.O., mãe pobre, residente à rua Barão de Guaratiba, 13 (sobrado), nesta Capital, e que não tem elementos para cuidar da saúde e preparação profissional de sua filha. Caso V.Exc. possa promover o internamento dessa menor em estabelecimento adequado, terá realizado um ato humanitário, pelo qual lhe antecipo os melhores agradecimentos. De V.Exc., com apreço cordial e atenciosos cumprimentos, ato. Admo.r e amo. (ass) Gustavo Capanema”.
1968	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”
2065	Busca e Apreensão	Mãe		“Alba, (...), casada, depois de muito maltratada por seu marido Gastão, brasileiro, maior, pintor, (...), viu-se forçada a deixar sua companhia, ficando elle, na occasião, com os quatro filhos do casal, os quaes, porém, ainda muito necessitam da assistencia materna, por sua tenra idade. Assim, requer a V.Excia. se digne de mandar apprehendel-os e entregal-lhos”.
2078	Abandono e Responsabilidade	Patroa		“A infrascripta tem, em sua casa, a menor acima mencionada [Luiza, 17 anos], cujos paes, não a visitam, nem com ella se preocupam. Ha, porém, um irmão de vinte e dois annos que se locupletar com o que a menor ganha, como empregada, na casa da abaixo-firmada, o que convém ser evitado. Assim, vem esta á presença de V.Excia requerer fique aquella menor sob a guarda, promptificando-se a firmar o respectivo termo.” Soldada.
2119	Abandono e Internação	Tio (“por afinidade”)		“O abaixo-firmado tem em sua companhia, ha quatro annos, o menor acima mencionado, seu sobrinho por afinidade, filho de João e Albertina, fallecida, ex-funcionaria do Moinho Origtez (?). Esta, por sua morte, deixou ao filho, quinhentos e tantos mil reis, a serem pagos pela “Caixa Funerária do Moinho Origtez(?)”. Succede, porém, que esta, apesar dos esforços empregados pelo abaixo firmado e do tempo decorrido – cinco annos – até agora não se dispos a realizar o pagamento devido. Assim, este vem, respectivamente, recorrer a V.Excia, solicitando sua intervenção no caso, devendo a importância respectiva, logo que recebida, ser depositada em caderneta da Caixa Econômica, em nome do alludido menor.”
2145	Abandono e Alimentos	Mãe		
2162	Abandono e Internação	Sem vínculo		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”

Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
2216	Abandono e Internação	Polícia		“O referido menor, é fichado neste serviço, onde conta inúmeras entradas, vivendo perambulando pelas ruas da cidade, especialmente no centro, onde exerce a mendicância, costumando dormir na via pública e vivendo em completo abandono.” Após ouvir o menor “Devolva-se o menor Joselino, à Delegacia de Menores, afim de ser entregue a sua progenitora, Maria, que trabalha como doméstica, à Praça Sans Pena no. 57”
2281	Abandono e Alimentos	Mãe		
2352	Abandono e Internação	Sem vinculo		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”
2397	Destino	Portaria do Juiz		Declaração prestada em 28 de julho de 1939: “declarou que vem criando desde tenra idade a menor Marcela, atualmente com dezesseis anos de idade, filha de pais incógnitos; que quem a entregou foi uma senhora, cujo nome não recorda, ha doze anos, quando a declarante estava passando uma temporada em Icarahy; que a menor em questão ultimamente tem se portado incorrigivelmente, insubmissa a seus conselhos, desobedecendo-a frequentemente, tomando-se assim insustentavel essa situação, motivo pelo qual, veio a este Juizo pedir uma providencia no sentido da menor ser recolhida a algum estabelecimento do governo sob a jurisdição deste Juizo; que a menor já esteve em dois estabelecimentos, sito o Asylo santa Maria e Escola S.O.S., sendo expulsa deste ultimo estabelecimento dado ser insubordinada; que como disse veio a este juizo solicitar a internação da menor em local próprio e receber educação.” No mesmo dia, Marcela também foi ouvida pelo Juiz que mandou interna-la na Escola Alfredo Pinto. Em 9 de novembro de 1939, foi transferida para o Instituto de Ciências Domésticas, que em 21 do mesmo mês envia ofício ao Juiz informando que “não servindo a mesma para o ensino que é ministrado nesse Instituto solicito (...), seja a referida menor desligada do Instituto e removida para a Escola Alfredo Pinto, de onde foi retirada.”
2429	Abandono e Internação	Mãe		Foi para a Escola Santo Adolpho, de onde foi retirada para ser entregue a Soldada; “devolvida” foi internada no Asylo Bom Pastor, de onde foi entregue a Soldada novamente em 1941.
2432	Abandono e Internação	Mãe	Fichas do L.B.I.	Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga” Ficha de requerimento para internação datada de 28 de julho de 1939. Em 28 de junho de 1941 determinada a internação de Walter no Instituto 7 de Setembro, de onde é transferido para o Patronato Agrícola Campos Sales em 10 de janeiro de 1941. Em 25 de janeiro de 1944 a “mãe do menor Walter, ex-aluno do Patronato Agrícola Campos Sales, atualmente internado no Serviço de Assistência a Menores, vem mui respeitosamente solicitar a V.Excia que se digne autorizar o desligamento de seu filho, de vez que já lhe conseguiu



Processos – Ano 1939				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
2545	Tutela	Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários	Investigação do Comissário de Vigilância	colocação, em oficina mecânica”, com o que concorda o Juiz. Em 31 de julho de 1939, ofício encaminhado: “Afim de que possa esta Caixa providenciar o pagamento da pensão a que tem direito o menor Sebastião, filho do falecido ferroviário Aderbal e dona Maria, solicito a fineza de vossas ordens determinando quem deve receber mensalmente o benefício do aludido menor, para o que, incluso vos remeto copias da sindicância procedida por esta Caixa, bem como do relatório final do processo.” Em 21 de agosto de 1939 o juiz se pronuncia: “seja deferida tutela a avó do menor Sebastião em vista da incapacidade da mãe que vive amasiada e em estado grave de saúde.”
2573	Alimentos	Mãe		
2654	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”
2688	Alvará de casamento	A menor		
2768	Abandono e Autorização para Movimentar Caderneta	O menor		Em 1 de setembro de 1939, “Romário, brasileiro, de 18 anos de idade completos, tendo sido desligado da Escola 15 de novembro, em virtude de estar em condições de se empregar, encontrando-se, no momento, trabalhando na Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, - vem dizer a V.Ex. que, em 5 de abril de 1924, sua madrinha, Eleonora (já falecida), abriu, condicionalmente, na Caixa Econômica do Rio de Janeiro a caderneta n. 601.089, da 3.ª serie, (...). O requerente não tem tutor e só, pois jamais teve a ventura de conhecer qualquer parente. Vem pedir a V. Ex. pelo presente, e no seu interesse, permissão para movimentar a dita Caderneta, expedindo, para tal fim, este Juízo o competente ofício à Caixa Econômica do Rio de Janeiro.” Em 13 de setembro de 1939 Juiz defere o pedido. Solicitação de autorização para movimentar caderneta
2866	Abandono e Alimentos	Mãe		
2967	Abandono e Internação	Mãe	Fichas do L.B.I.	Em 15 de agosto de 1939 foi preenchida a ficha de requerimento para internação anexa ao processo aberto em 25 de setembro de 1939 segundo informação constante da capa. Em 25 de setembro o despacho do Juiz “Aguarde Vaga”. Em 4 de abril de 1940, Tarcila, de 9 anos, cor preta, é internada no Orfanato São José. Em 13 de agosto de 1941 o Exame Médico da menor é retirado do processo e remetido ao Orfanato São José. O processo é remetido ao arquivo em 7 de outubro de 1948.
Processos – Ano 1940				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
51	Abandono e	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”

Processos – Ano 1940					
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações	
	Internação				
80	Abandono e Internação	Polícia		“Interrogue-se a menor. Não dispondo este Juízo de vaga para uma internação em estabelecimento do Juízo, seja a mesma entregue a pessoa idônea sob as condições ordinárias e mediante assinatura de termo.” Menor é entregue a Soldada.	
947	Autorização para registro civil	Tio			
951	Abandono e Internação	Pai		“O abaixo-firmado sendo pobre e lutando com grande falta de recursos, vem, pelo presente, recorrer a bondade de V.Excia., no sentido de conseguir hospitalização em algum estabelecimento desta Capital, para seu citado filho, que se acha doente, com um ecsema rebelde, necessitando de imediato tratamento medico.” Despacho do Juiz “Solicite-se ao Sr. Dr. Provedor da Santa Casa.” Tratamento Médico.	
1029	Abandono e Internação	Mãe	Fichas do L.B.I.	Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”	
1085	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”	
1122	Alvará para Casamento	Curador de Menores			
1167	Termo de responsabilidade	Padrinho	Investigação do Comissário de Vigilância	O processo tem 36 folhas, foi aberto em 4 de abril de 1940, sendo o requerente é “industrial” e constituiu advogado particular. O caso é uma disputa pela guarda de Orchidéa de 6 anos de idade, filha de uma ex-empregada do requerente, que a criou como filha. Despacho final do Juiz em 26 de junho de 1940: “Atendendo ao que consta dos autos, ao parecer do Dr. Curador de Menores e ao disposto no art. 50 do Código de menores, defiro o pedido de fls 2, ficando o suplicante obrigado a permitir visita da menor por parte da mãe.”	
1250	Abandono e Internação	Guardiã (sem vínculo)		Ficha de requerimento para internação. Em 16 de abril de 1940 “Aguarde-se vaga”.	
1261	Autorização para registro civil	Irmã		Em 24 de agosto de 1940 “A suplicante, responsável pelos citados menores, cuja internação solicitou, mas não foi efetuada, requer a V.Excia se digne de mandar devolver-lhe as certidões de registro de nascimento.”	
1305	Abandono e Internação	Madrinha		Ficha de requerimento para internação. Menina de 4 anos internada na Casa da Infância.	

Processos – Ano 1940				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
1338	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguarde-se vaga”
1339	Abandono e Internação	Sem vínculo	Conclusão do Instituto 7 de Setembro	Ficha de requerimento para internação. Em 22 de abril de 1940: “Determino a internação no Instituto Sete de Setembro, com destino ao Patronato de Juparanã do menor Macário, com a idade de 9 anos cor preta (...)” Em 14 de outubro de 1940: “Determino a transferência do Instituto Sete de Setembro para o Asilo Agrícola Santa Isabel do menor Macário.” Em 18 de dezembro de 1948: Ofício do Diretor do S.A.M. Havendo Macário, R. Geral 3.458, (OF/JM/1.175 de 23/4/940), alcançado maioridade, solicito a V.Exa., se digne determinar-lhe o desligamento.” Em 13 de janeiro de 1940 ofício do juizado autorizando o desligamento.
1501	Abandono e Alimentos	Mãe		Em 30 de abril de 1940: “Como seu marido tenha abandonado o lar, abandonando também moral e materialmente os menores supra citados [3 meninos e 1 menina de 8, 5, 4 e 3 anos], vem a peticionaria requerer legalmente a V.S. determine que o mesmo seu marido contribua com uma quota fixa, mensal, para alimentos de seus filhos, após suspende-lo do pátrio poder como determina o art. 41 do Código de menores.” Em 9 de dezembro de 1940 o Curador de Menores: “Requeiro investigações que se avalie qual a situação e estado dos menores”. O Juiz designa o Comissário Villar que não anexa relatório ao processo. Investigue-se sem resposta
1604	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. Em 20 de abril de 1940 “Aguarde-se vaga”. Em 20 de novembro de 1940: “Diz [pai], que tendo estado detido em 1940, sua finada mulher tentou internar seus filhos de nomes (...), requerendo nesse Juízo pelo processo no. 1604/40 a necessária internação, não conseguindo por falta de vagas. Tendo depois o requerente reformado a sua casa visto ter cessado o motivo da detenção, não se cuidou mais da internação e assim o processo foi arquivado. Nestas condições precisando agora colocar os menores em escolas, vem pedir a V.Ex. as restituições das certidões dos registros dos menores acima aludidos, que foram juntas ao requerimento de internação.”
1614	Abandono e Internação	Mãe	Fichas do L.B.I., Conclusão do Instituto 7 de Setembro	Em 20 de maio de 1940, Ficha de requerimento para internação. “Aguarde vaga”. Em 9 de outubro de 1940 determina a internação de Wilson no Instituto 7 de Setembro. Em 7 de março de 1941 determina a transferência para o Asilo Agrícola Santa Izabel. Em 29 de março de 1950 “Ofício do Diretor do S.A.M. Tendo a S.C.M. deste Serviço encaminhado ao Corpo de Bombeiros o aluno Wilson, OF/JM 2 450 de 21/10/940, solicito a V.Excia autorizar o seu desligamento, tendo em vista não necessitar mais do amparo do S.A.M.”

Processos – Ano 1940				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
1650	Abandono e Internação	Mãe		
1651	Defloramento	Cunhado		
1652	Abandono e Internação	Guardiã (sem vínculo)		<p>“Diz Florinda, brasileira, casada (...) tendo em sua companhia uma menor de Josefa, com 7 anos de idade, filha natural de Márcia, cuja menor lhe foi entregue a 6 meses passados pela progenitora da mesma menor, em virtude da mãe da menor não poder manter a sua filha em sua companhia, pois a mesma exerce a profissão de prostituta (...), como a requerente não tenha filhos e ter a menor revelado bons costumes e a peticionaria desejando zelar pelo futuro da menor em questão pois a mãe da mesma não pode fazer em virtude do seu meio social, a requerente vem (...) solicitar a V.Excia que se digne a autorizá-la a assinar neste Juízo um termo de Guarda e Responsabilidade pela referida menor afim de regularizar a permanência da citada menor em sua companhia.”</p> <p>“(…) essa senhora substituiu-se e sua filha passou a viver em casas diferentes, porém, sempre com pagamentos em dias, no que diz respeito a manutenção da menor e assim, foi como esteve durante seis meses em casa da requerente de fls 2 em que, a mãe da referida menor pagara a diária de 8000 reis, porém, como a requerente manifestou desejos de ficar definitivamente com a mesma e assim resolveu retirá-la da companhia de Florinda. Talvez, seja esta, a razão do requerido. Dali retirada a menor, sua mãe levou-a para a família Dona Acácia, casada com filhos moços, ambiente perfeitamente são, (...), casa ampla em que residem mais três pequenas famílias, porém, todas, honestas e sendo que, – conforme verifiquei – há o compromisso de pagamento por parte da mãe da menor, que tem cumprido rigorosamente, assim com a referida menor esta bem tratada, com bom aspecto físico e no fim deste mez, continuara os estudos em colégio particular a custa de sua mãe; Assim, como se vê, o ambiente, entre a casa da requerente de fls 2 e onde se encontra presentemente a menor, moralmente, há muita diferença e sua formação moral não sofrerá alteração. Nesse caso, como se mostra a criança esta perfeitamente amparada pela mãe que tudo tem feito pelo seu bem estar.”</p>
1755	Internação	Mãe	Fichas do L.B.I.	<p>Em 31 de maio de 1940 Ficha de requerimento para internação de Luiz Fernando e Roberto José. Em 16 de julho de 1940 o menor Luiz Fernando é internado no Ateneu Brasileiro. Em 4 de dezembro de 1940 “Ofício do Juízo á Senhora Diretora do Ayhenco Brasileiro. De acordo com as informações prestadas pela Seção de Educação deste Juízo, desligo desse estabelecimento de ensino o menor Luiz Fernando que não frequentou as aulas durante este ano letivo.” Em 19 de março de 1947 “A abaixo assinada, viúva, mãe do menor Roberto José, vem mui respeitosamente requerer a Vossa Excelencia se digne de autorizar a restituição da certidão de idade do referido menor, que se acha anexada ao processo desse Juízo n. 1.755/1940 e serviu para instruir a documentação exigida para o internamento do meu filho na Escola Moreira, cujo curso vem de terminar em 1946.”</p>

Processos – Ano 1940				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
1788	Alimentos	Mãe		“Tendo seu marido abandonado o lar, bem como os menores supra referidos, vem a petionaria requerer digne-se V.Excia. determinar que o mesmo contribua com uma quota fixa, mensal, para alimentos de seus filhos, de conformidade com o art. 41, do Código de Menores. A petionaria é pobre e não elemento para, sozinha, manter seus referidos filhos, motivo porque invoca em seu benefício a Justiça gratuita, apresentando como seu procurador “ad-justitia” o advogado deste Juízo, o qual assigna a presente.”
2135	Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
2351	Alvará para cantar no rádio	Mãe		
2874	Internação	Avó materna		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
3000	Alimentos	Mãe		
3049	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
3087	Abandono e Internação	Pai		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
3193	Alimentos	Mãe		
3295	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
3335	Investigações	Juiz de Direito de Pernambuco		
3340	Alimentos	Mãe		
3454	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
3500	Abandono e Internação	Pai		Ficha de requerimento para internação. Em 18 de novembro de 1940 “Interne-se o menor na Casa de Preservação de Teresopolis”. Em 24 de agosto de 1943: “Ofício do S.A.M. comunicando a transferência do menor do Patronato Getúlio Vargas para o Instituto Profissional 15 de novembro.” Em 24 de novembro de 1944: “Ofício do S.A.M. comunicando que a Diretoria do Instituto Profissional Wuinze de Novembro comunicou a fuga do menor Estevão”. Em 8 de fevereiro de 1945 “Ofício do S.A.M. comunicando que o menor foi transferido do Instituto Profissional Quinze de Novembro para o Asilo Agrícola Santa Isabel”. Em 16 de dezembro de 1948 “Ofício do S.A.M. solicitando o desligamento do menor por ter alcançado a maioridade.” Em 6 de janeiro de 1949 “Ofício do Juiz de Menores ao Diretor do S.A.M. autorizando o desligamento do menor Estevão”.

Processos – Ano 1940				
n.º	Tipo	Petição Inicial	Exames	Observações
3501	Abandono e Internação	Mãe		Na capa do processo a data de abertura é 18 de novembro de 1940, no entanto a Ficha de requerimento para internação é datada de 28 de setembro de 1939. Em 18 de novembro de 1940: “Interne-se o menor no Asilo Agrícola Sta. Isabel.” Em 28 de junho de 1943 “Ofício do S.A.M.. Levo ao conhecimento de V.Excia que o menor Luiz Claudio, aluno do Asilo Agrícola Santa Isabel, foi incorporado, como voluntário, no 1.º Regimento de Cavalaria Divisionária, de conformidade com a autorização desse Juízo, datada de 11 do corrente. Assim, solicito se digne Vossa Excelência autorizar o desligamento do menor em apreço.”
3548	Desligamento	Mãe		Petição Inicial: “Assunto: A infra-firmada depositou, ha um ano e meio, diretamente, na roda da Fundação Romão Matos Duarte, sua mensionada filha, - por falta de recursos para sustenta-la. Desejando, agora, retira-la, vê, respetosamente, requerer a V.Excia. se digne de dar a indispensável autorização para tal.”
3659	Abandono e Internação	Mãe		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
3691	Abandono e Internação	Tia		Entrega de forma definitiva a sobrinha a um seu conhecido.
3800	Nomeação de Curador	Polícia		Nomeação de curador para “instruir um inquérito para apurar o desvirginamento da menor Nivea”. Processo termina com a expedição de Alvará de casamento.
3899	Abandono e Internação	Guardiã (sem vínculo)		Ficha de requerimento para internação. “Aguardar-se vaga”
4000	Alimentos	Mãe		
4001	Alimentos	Mãe		

## **Apêndice 2 – Listagem das Publicações da Coleção D.N.C.**

## **Listagem das Publicações da Coleção D.N.C..**

### **Números publicados:**

...

3) As Perturbações Gastro Intestinais na Primeira Infância, pelo Dr. Adamastor Barbosa (para médicos)

4) Assistência Social à Infância, pelo Dr. João Amarante

5) Associações de Proteção à Infância, pelo Professor Olinto de Oliveira

...

7) Consultórios de Higiene Infantil e sua Organização, pelo Dr. Mário Pereira de Vasconcelos

8) Consultórios de Higiene Infantil e sua Organização, pelo Dr. Waldyr de Abreu

9) Guia Popular da Alimentação da Criança (2ª edição), pelo Dr. Adamastor Barboza

10) Inquérito sobre a Alimentação das Crianças no Rio de Janeiro, pelo Dr. Gustavo Lessa

11)

12) Lactários Populares, pelo Professor Olinto de Oliveira

...

16) Anais da “Conferência Nacional de proteção à Infância” 3 vol.

...

18) Anais da “Conferência Nacional de proteção à Infância” 5 vol.

19) Postos de Puericultura por toda parte, pelo Professor Olinto de Oliveira

20) Merendas Escolares, pelo Dr. Dante da Costa

...

53) A Proteção à Infância em alguns Países da Europa, pelo Professor Olinto de Oliveira

...

62) Postos de Puericultura por toda parte, pelo Professor Olinto de Oliveira

...

65) Alimentação na Infância, DNCr

66) Conselhos às Mães sobre os Filhos Pequenos, DNCr

67) Método de projetos aplicado à Educação e Saúde, pela Professora Juracy Silveira

68) A Infância e a Recreação, pelo Dr. Dante Costa

69) Parques Infantis para Cidades do Interior, pelo Dr. Dante Costa

70) Tipos de Merenda Escolar



- 71) Esperando o Filhinho, pelo professor Olinto de Oliveira
- 72) A Casa da Criança, pelo Professor Olinto de Oliveira
- 73) Algumas Fórmulas de Alimentos para Criança, pelo Dr. Aduino de Resende
- 74) A Terapêutica Farmacológica da Infância, pelo Dr. César Pernetta
- 75) O Lactário e sua Organização, pelo professor Olinto de Oliveira
- 76) Maternidade e Serviço Social, pelo Dr. Clovis Corrêa da Costa
- 77) Especializações do Posto de Puericultura, pelo Dr. Hermes Bartholomeu
- 78) Discurso Inaugural da Semana da Criança, pelo Prof. Olinto de Oliveira
- 79) Boletins do Departamento Nacional da Criança
- 80) A Mortalidade Infantil no Brasil, pelo Dr. Gustavo de Sá Lessa
- 81) Aspectos Médicos Sociais da Mortalidade Infantil no Brasil, pelo Dr. Luís Torres Barbosa
- 82) Puericultura e Maternidade, pelo Prof. Clóvis Correia da Costa
- 83) Infância Excepcional, Relatório da S. Pestalozzi de Belo Horizonte
- 84) Álbum em Retrogravuras, da Exposição de Puericultura da Semana da Criança de 1942, organizado pelo Dr. Flamarion Costa
- 85) Estudos Sobre o Crescimento (I), pela Professora Maria A. de Castro
- 86) Estudos Sobre o Crescimento (II), pela Professora Maria da Mata Eulálio
- 87) Alimentação na Infância, pelo Dr. Figueiredo Mendes
- 88) Semana da Criança de 1943, DNCr
- ...
- 90) Mortalidade Infantil em Belém do Pará (Separata), pelo Dr. L. Castro Leitão
- 91) Um Sistema Regional de Proteção à Infância e à Adolescência (separata), pelo Dr. Hermes Bartolomeu
- ...
- 93) Uma Ligeira Reportagem sobre a Delinquência Juvenil dos Estados Unidos da América, pela Professora Estela D. Monteiro
- 94) Relações Anti-Sociais de Menores Abandonados, pela Dra. Maria Esolina Pinheiro
- 95) Creches, pelo Dr. Gastão de Figueiredo
- 96) Associações de Proteção à Maternidade e à Infância (3ª. edição)
- 97) As Perturbações Gastro Intestinais na Primeira Infância, pelo Dr. Adamastor Barboza
- 98) Guia Popular da Alimentação, pelo Dr. Adamastor Barboza
- 99) Sugestões para Construção de uma Maternidade, pelo Dr. L. C. Leitão
- 100) Postos de Puericultura, pelo Professor Olinto de Oliveira
- 101) Disgenesia, nati-mortalidade e mortalidade infantil, pelo Prof. Clovis C. da Costa

102) Alguns problemas pré-natais, pelo Dr. H. Duék

...

113) Semana da Criança em 1944, DNCr

114) A locução dos puericultores de 1943, pelo Professor Olinto de Oliveira

115) Alimentação de Crianças, pelo Dr. Aduino de Resende

115-A) Registro de Crianças Internadas, pelo Dr. Gustavo Lessa

...

117) Meios de apurar os nascimentos, por diversos

118) Proteção à Infância e o departamento Nacional da Criança, pelo Professor Olinto de Oliveira

119) Semana da Criança de 1944, DNCr

120) A Semana da Criança em 1945, DNCr

...

122) Um Inquérito sobre Quinhentos Menores

...

130) Castigo e recompensa na idade Pré-Escolar, Betti Katzenstein

...

144) Postos de Puericultura e Associações de Proteção a Maternidade e a Infância

**Apêndice 3 – Sumários do Boletim Trimestral do Departamento  
Nacional da Criança**

## Sumários do Boletim Trimestral do Departamento Nacional da Criança

### Número 1 – junho de 1940

**Redatores:** Mário Pereira de Vasconcellos e Dante Costa

#### Sumário

- O Boletim do Departamento Nacional da Criança – p.2
- O Presidente Getúlio Vargas e a Infância – p. 3
- Aos Srs. Prefeitos dos Nossos Municípios – p. 4
- Unidade de Esforços – p. 4
- A Significação de um Decreto – p. 5
- O Novo Departamento da Criança – p. 7
- Movimento de Publicações sobre a Criança – p. 9
- Departamento Nacional da Criança. Ligeiro Histórico – p. 10
- Os Direitos da Criança Brasileira – p.11
- O Instituto de Higiene e Medicina da Criança – p. 12
- Parques Infantis – p. 13
- A Defesa da Criança no Interior – p. 14
- A Imprensa é Nossa Aliada – p. 15
- Juntas Municipais da Infância – p. 16
- Funcionamento dos Postos de Puericultura – p. 17
- Publicações do Departamento Nacional da Criança – 18

### Número 2 – setembro de 1940

**Redatores:** Mário Pereira de Vasconcellos e Dante Costa

#### Sumário

- Senhoras Professoras das Escolas Primárias de Todo o Brasil, pelo Professor Olinto de Oliveira – p. 2
- Postos de Puericultura, pelo Dr. Gastão de Figueiredo – p. 4
- O Exemplo do Estado do Rio – p. 5
- Coordenação e Orientação, pelo Dr. Mario Pereira de Vasconcelos – p. 6
- A Campanha pela Criança e o nosso “Boletim” – p. 7
- Visitas ao Departamento Nacional da Criança – p.7
- As 13 Normas para a Boa Alimentação do Escolar, pelo Dr. Dante Costa – p. 8
- O Melhor Imigrante – p. 9
- Uma Nova Associação de Proteção à Infância – p. 9
- Assistência aos Escolares nas Zonas Rurais, pelo Dr. Flammarion Costa – p. 10
- Associação de Proteção à Infância de Campos – p. 11
- Hospitais Infantis – p. 12
- Obstáculos à Amamentação Materna, pelo Dr. Silveira Sampaio – p. 13
- Minas e a Defesa da Criança – p. 13
- A Defesa da Criança no Interior – p. 14
- Um Depoimento. Um Município Mineiro Dirige-se ao D.N.Cr. – p. 15
- A Escola Primária e a Defesa da Criança – p. 16
- O Departamento Nacional da Criança e os Municípios Brasileiros – p. 16
- Como Solicitar as Subvenções Federais – p. 17
- Uma Nova Associação de Proteção à Infância no Estado do Rio – p. 18
- Movimento de Publicações do D.N.Cr. – p. 18

**Número 3 – dezembro de 1940****Redatores:** Mário Pereira de Vasconcellos e Dante Costa**Sumário**

- Aos Vigários Brasileiros, pelo Prof. Olinto de Oliveira – p. 2  
 Casa maternal e da Infância de São Paulo – p. 3  
 Berçários, pelo Dr. Mario Olinto – p. 4  
 Os Seminários e o Ensino de Higiene, pelo Dr. Gustavo Lessa – p. 5  
 50% – p. 6  
 O Clero ao Lado da Infância – p. 7  
 Concurso de Robustez?, pelo Dr. Gastão de Figueiredo – p. 8  
 A Carta de um Sacerdote – p. 9  
 Solução Urgente, pelo Dr. Mario Pereira de Vasconcellos – p. 10  
 Novo “Centro de Proteção à Infância” em Construção – p. 11  
 A Igreja, a Criança e a Alimentação, pelo Dr. Dante Costa – p. 12  
 Mais Dois Lactários em Pernambuco – p. 13  
 O Boletim nº. 2 e as Professoras Primárias do País – p. 14  
 Proteção à Infância em Tambaú – p. 14  
 O Ensino da Puericultura, pelo Dr. Flamarion Costa – p. 15  
 Proteção Social à Criança – p. 16  
 A Defesa da Criança no Interior – p. 17  
 Curso de Puericultura – p. 18  
 Ainda o Ensino Agrícola nas Escolas Rurais, pelo Dr. Silveira Sampaio – p. 19  
 Movimento de Publicações do D.N.Cr. – p. 20  
 Importante Personalidade do Clero Americano Visita o D.N.Cr. – p. 20  
 Duas Novas Instituições Criadas em Areia Branca – p. 20  
 Dr. Adolfo Zimelson – p. 21

**Número 4 – março de 1941****Redatores:** Silva Pinto e Dante Costa**Sumário**

- O Médico e a Criança, pelo Dr. Olinto de Oliveira – p. 2  
 Proteção à Infância no Paraná – p. 5  
 O Departamento Nacional da Criança, pelo Prof. Mario Olinto – p. 6  
 Um Novo Posto de Puericultura no Estado do Paraná – p. 6  
 O Médico da Roça – p. 7  
 Goiânia e a Proteção à Infância – p. 7  
 Porque Morrem as Criancinhas?, pelo Dr. Gastão de Figueiredo – p. 8  
 Interventores Estaduais em Visita ao D.N.Cr. – p. 11  
 Cooperação nos Inquéritos sobre a Infância, pelo Dr. Gustavo Lessa – p. 12  
 Técnicos Americanos em Visita ao D.N.Cr. – p. 13  
 A Aerografia do Lactante, pelo Dr. César Parnetta – p. 14  
 Vitaminas, pelo Dr. Dante Costa – p. 16  
 O exemplo do Ceará – p. 18  
 Bibliografia Recente – p. 19  
 O Médico e a Medicina nos Sertões, pelo Dr. Flamarion Costa – p. 20  
 Uma Auxiliar do D.N.Cr. no Interior de Sergipe – p. 21  
 A Defesa da Criança no Interior – p. 22  
 Colônia de Férias de Marataises – p. 23

**Número 5, 6 e 7 – junho a dezembro de 1941****Redatores:** Silva Pinto e Dante Costa**Sumário**

- Ministério Capanema, pelo Prof. Olinto de Oliveira – p. 2  
 Assistência Social à Infância, pelo Dr. Gustavo Lessa – p. 3  
 Aos Institutos de proteção à Infância – p. 4  
 O Artigo 10º. do Decreto-Lei nº. 2.024 e a Conferência Nacional de Saúde, pelo Dr. Gastão de Figueiredo – p. 5  
 Um Depoimento Norte Americano – p. 6  
 Assistência Social para o Interior do Brasil, pelo Dr. Flammarion Costa – p. 7  
 Sociedade de Puericultura do Brasil – p. 9  
 Serviços de Proteção Alimentar à Criança, pelo dr Dante Costa – p. 10  
 Repercussão do boletim nº. 3 – p 11  
 A 1ª. Conferência Nacional de Saúde e a Criança Brasileira – p. 12  
 O Exemplo do Estado do Rio – p. 13  
 Fundo nacional de proteção à Criança – p. 14  
 Sobre Mortalidade Infantil – p. 15  
 Defesa da Criança no Interior – p. 16  
 Decreto-Lei nº. 3.775 – p. 17  
 Organização dos Serviços Municipais de Proteção á Infância – p. 18  
 Curso de Puericultura em Aracajú – p. 20  
 Casa da Criança de Igarapava – p. 21  
 Como Diminuir a Mortalidade Infantil – p. 23  
 Centro de Puericultura de S. Gonçalo, Rio de Janeiro – p. 24  
 Cursos de Puericultura na A.C.M. – p. 24

**Número 8 – março de 1942****Redatores:** Silva Pinto e Silveira Sampaio**Sumário**

- Aos Srs. Interventores dos Estados, pelo Prof. Olinto de Oliveira  
 Proteção aos adolescentes em perigo moral  
 Departamento Nacional da Criança e as Instituições particulares de proteção à Infância, pelo Prof. Olinto de Oliveira  
 Instituto nacional de Puericultura  
 Prevalência do ceticismo moral, Pelo Dr. Gustavo Lessa  
 Finalidade do Posto de Puericultura, pelo Dr. Gastão de Figueiredo  
 Quadro demonstrativo da distribuição aos Estados do auxílio federal de 1939 e 1940, por intermédio do D.N.Cr.  
 A Proteção da Maternidade no Estado do Paraná, pelo Dr. Flammarion Costa  
 A defesa da Criança no Interior  
 A obra do Presidente Vargas no Campo Social  
 Atividades do Departamento Nacional da Criança  
 Instalada em Paranaguá, a “Casa da Criança Olinto de Oliveira”  
 Civilização e enriquecimento, pelo Dr. Silveira Sampaio  
 Sociedade de Puericultura do Brasil  
 O Departamento Nacional da Criança enviará técnicos ao interior do país  
 O médico e o Posto de Puericultura  
 Comentários sobre o Departamento Nacional da Criança  
 As Publicações do Departamento Nacional da Criança

**Número 9 – junho de 1942****Redator:** Silveira Sampaio**Sumário**

- A Semana da Criança – p. 2
- O Departamento Nacional da Criança e a Imprensa do Interior – p. 5
- Programa Municipal para a “Semana da Criança” – p. 6
- Apelo aos Srs. Prefeitos Municipais – p. 8
- A temperatura do bebê – p. 10
- Amparamos a criança – p. 11
- Todos os Prefeitos dos municípios brasileiros foram especialmente convidados – p. 12
- A Prefeitura do Distrito Federal colabora na “Semana da Criança de 1942” – p. 13
- Os Ministros da Viação e do Trabalho convidados – p. 14
- A Cooperação da Estrada de Ferro Central do Brasil – p. 14
- Os Clubes Agrícolas – p. 15
- O Departamento Nacional de Educação coopera pelo êxito da “Semana da Criança de 1942” – p. 17
- Todas as Sociedades Médicas do Brasil foram convidadas – p. 18
- Temas para as jornadas da criança – p. 18
- Milhares de Médicos foram convidados a cooperar – p. 19
- As Professoras e a campanha da alimentação da criança – p. 19
- “Senhoras Professoras das Escolas Primárias de todo o Brasil !” – p. 20
- Programa elementar de Puericultura – p. 21
- Concurso de originais para um filme sobre a puericultura – p. 22
- Exposições populares de puericultura – p. 24
- Resposta à consulta de uma Senhora do Interior – p. 30
- Nota sobre a 1ª. Campanha Nacional de Alimentação da Criança em 1934-1935 – p. 31
- As Vitaminas – p. 33
- Fundo Nacional de Proteção à Criança – p. 34
- O VIII Congresso Panamericano da Criança – p. 36
- Maternidade de Macacu, R. G. do Norte – p. 41
- A Defesa da Criança no Interior – p. 41
- Posto de Puericultura – Pacoti – Ceará – p. 41
- Em Defesa da população rural infantil – p. 42
- O Peso do bebê – p. 45
- Combate à tuberculose – p. 47
- Escolas rurais de alimentação – p. 48
- Lactário ou posto de puericultura? – p. 49
- A difusão da puericultura pelos sacerdotes – p. 50
- Inquérito no interior do País – p. 52
- A Natação – p. 53
- Notas sobre o moderno tratamento do tracoma – p. 54
- Caixa Escolar do Município de Campos – p. 55
- Livros recomendados – p. 56

**Número 10 – setembro de 1942****Redator:** Silveira Sampaio**Sumário**

- O Departamento Nacional da Criança e o seu programa de ação – p. 2  
 As Crianças do Brasil e a palavra do Ministério do Trabalho – p. 7  
 Serviço Pré-Natal – p. 9  
 Semana da Criança de 1942 – 11 a 18 de outubro – p. 11  
 A saúde da criança – p. 12  
 A alimentação no Brasil – p. 13  
 Porque é necessário que os pais registrem o nascimento de seus filhos – p. 15  
 A alimentação da mulher grávida – p. 16  
 A alimentação da criança – p. 19  
 Amamentação materna – p. 22  
 Alimentação do prematuro – p. 24  
 Alimentação pré-escolar – p. 27  
 A alimentação da criança em idade escolar – p. 30  
 Tipos de merenda escolar – p. 32  
 Cooperação do Rotary na campanha pela melhor alimentação da criança – p. 34  
 Proteção da maternidade, infância e adolescência – p. 37  
 A infância abandonada – p. 39  
 Carta enviada pelo Diretor do D.N.Cr. ao Dr. Juiz municipal de Alegrete R.S. – p. 43  
 Postos de Puericultura por toda parte – p. 44  
 Em defesa dos Pequeninos Brasileiros – p. 45  
 Os clubes agrícolas dão vida nova às Escolas Rurais do Brasil – p. 46  
 Alocução do professor Olinto de Oliveira – p. 47  
 Inauguração do Centro de Puericultura “Olinto de Oliveira”, em Goiânia – p. 48  
 Discurso pronunciado pelo Dr. Celso Hermínio, Juiz de Menores de Goiânia, Goiaz, quando do seu ato inaugural do Centro de Puericultura dessa cidade, no dia 12 de julho de 1942 – p. 49  
 Assistência Infantil “Prof. Olinto de Oliveira” – p. 52  
 A defesa da criança no interior – p. 55

**Número 11 – dezembro de 1942****Redator:** Silveira Sampaio**Sumário**

- “Semana da Criança” de 1942 no Distrito Federal – p. 2  
 Discurso inaugural da “Semana da Criança” – p. 6  
 “Semana da Criança” – p. 12  
 O Menor Abandonado – p. 14  
 O papel do Município na Alimentação Infantil – p. 16  
 Exposição de puericultura – p. 24  
 Aspectos médico-sociais da Mortalidade Infantil – p. 20  
 O Posto de Puericultura – p. 24  
 “Semana da Criança” em 1942 – p. 26  
 Cooperação do S.N.E.S. – p. 27  
 Alocução para o encerramento da “Semana da Criança” – p. 30  
 Proteção à Criança no Interior – p. 32  
 Cooperação dos Departamentos das Municipalidades – p. 34



“Semana da Criança” no Interior – p. 36  
 “Semana da Criança” em Miracema – p. 44  
 Um exemplo a ser imitado – p. 46  
 Colaboração à “Semana da Criança” – p. 59  
 Curso de Puericultura – p. 60  
 Moção congratulatória – p. 63  
 Natal no Sertão – p. 64  
 Defesa da Criança no Interior – p. 65

### **Número 12 – março de 1943**

**Redator:** Silveira Sampaio

#### **Sumário**

Decreto n. 12.216 – p. 2  
 Segunda Conferência Nacional de Proteção à Infância – p. 3  
 Ata final do oitavo Congresso Panamericano da Criança – p. 5  
 A Criança é o melhor imigrante – p. 21  
 Um sistema regional de proteção à infância e à adolescência – p. 24  
 Contribuição ao estudo da mortalidade infantil e da mortalidade em Belém (Pará) – p. 32  
 O valor do registro civil – p. 52  
 A formação de hábitos de alimentação na escola primária – p. 55  
 O leite – p. 57  
 O Departamento Nacional da Criança na opinião de uma técnica do “Children’s Bureau” – p. 58  
 No Conselho de Serviço Social – p. 59  
 Quarenta Vidas – p. 60  
 Modelos de cardápios para escolares – p. 61  
 Movimento da Divisão de Proteção Social – p. 63

### **Número 13 – junho de 1943**

**Redator:** Silveira Sampaio

#### **Sumário**

A visita da diretora do Children’s Bureau, de Washington – p. 2  
 Atividades da Divisão de Cooperação Federal do D.N.C. – p. 4  
 “A mão que embala o Berço Governa o Mundo” – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 10  
 Alguns Aspectos na Natalidade e Mortalidade Infantil no Brasil – Dr. Flammarion Costa – p. 12  
 Sugestões e especificações para construção de uma Maternidade de 19 leitos com posto de Puericultura – Dr. Luiz de Castro Leitão – p. 15  
 O ensino de puericultura nas escolas primárias – Dr. Aduino Rezende – p. 25  
 O Abrigo de Menores de Florianópolis – Santa Catarina – p. 28  
 O Serviço pré-natal da Maternidade de Guaratinguetá. Brilhante resultado de uma campanha bem orientada – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 30  
 Espírito Social em Puericultura – Dr. Luiz Torres Barbosa – p. 32  
 Os Brinquedos e a Criança – Dr. Waldyr de Abreu – p. 33  
 Meios preventivos das moléstias infecto-contagiosas agudas na infância – Dr. Milton Cordovil – p. 35

Inaugurando os serviços da maternidade de Manaus. É o primeiro estabelecimento do gênero que possui aquela capital – p. 37  
 O Centro de Puericultura de Campos e sua notável projeção social – p. 38  
 Alimentação da gestante. Trecho de uma palestra do Dr. Henrique Duék – p. 39  
 Cadastro torácico como cuidado pré-natal – Dr. Luiz Alfredo Corrêa da Costa – p. 40  
 Entrevista do Dr. Guido R. Alcalá – p. 42  
 As publicações do Departamento Nacional da Criança – p. 44  
 Atividades do Juizado de Menores de Manaus – p. 46

#### **Número 14 – outubro de 1943**

**Redator:** Silveira Sampaio e Darcy Evangelista

##### **Sumário**

Preparativos e realizações da Semana da Criança de 1943 – p. 2  
 Algumas das circulares enviadas aos Estados, pelo Departamento Nacional da Criança – p. 4  
 Carta da Diretoria do Departamento da Criança dos Estados Unidos ao Prof. Olinto de oliveira – p. 6  
 Programa da Semana da Criança – p. 7  
 Exposição comemorativa da Semana da Criança de 1943 – p. 8  
 A Semana da Criança de 1943, no Distrito Federal – p. 9  
 Discurso do D. Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro – p. 10  
 Oração da Sra. Anita Carpenter Ferreira, diretora do Serviço de Proteção a Menores da L.B.A. – p. 11  
 Discurso do Prof. Olinto de Oliveira, diretor do D.N.C., na sessão de abertura da Semana – p. 14  
 Encerramento da Semana da Criança de 1943 – p. 33  
 Discurso do Dr. Meton de Alencar Neto, diretor do Serviço de Assistência a Menores do ministério da Justiça – p. 33  
 Discurso do Dr. Carlos Florêncio de Abreu, diretor do Departamento de Puericultura da Secretaria Geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal – p. 35  
 Discurso do Desembargador Sabóia Lima, presidente do patronato de Menores – p. 36  
 Palavras do Prof. Olinto de Oliveira, no encerramento da Semana – p. 48

#### **Número 15 – dezembro de 1943**

**Redatores:** Silveira Sampaio e Darcy Evangelista

##### **Sumário**

No Instituto nacional de Puericultura – Uma sessão especial – p. 2  
 Conferencia do Dr. Meton de Alencar Neto – p. 3  
 Através do rádio – A colaboração da Semana da Criança de 1943 – p. 13  
 O S.A.P.S. e o seu concurso na Semana da Criança – Palestra da Dra. Edelweiss Teccola – p. 25  
 Mortalidade Infantil no Distrito Federal – Trechos da Conferência do Dr. Carlos F. de Abreu – p. 28  
 A Semana da Criança nos Estados – p. 30  
 Comemorações nos Estados – p. 31  
 Concurso da “Nestlé” na Semana da Criança de 1943 – Palestras na Rádio Nacional – p. 40  
 Curso Escolar – p. 48  
 Ilustrações – p. 53

**Número 16 – março de 1944****Redator:** Darcy Evangelista**Sumário**

- Curso de Puericultura e Administração – p. 2  
 Regulamento do S.R.S.S. no Rio Grande do Norte – p. 4  
 Centro Municipal de Proteção à Infância de Uberlândia – p. 8  
 Viajam os Médicos do D.N.C. – p. 9  
 Posto de Puericultura – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 11  
 Educandário Santa Maria – Dr. Cleto Seabra Veloso – p. 14  
 Aspectos da Assistência à Maternidade, Infância e Adolescência no Estado do Rio – Dr. Naim Merched – p. 15  
 Curso de Férias da <sup>a</sup>B.E. – p. 29  
 “O Ensino da Puericultura através da escola” – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 29  
 “A importância do asseio das mãos” – Dr. Flammarion Costa – p. 30  
 “Bandeiras de Saúde” – Dr. Hermes Bartholomeu – p. 32  
 “Significação social da escola” – Dr. Silveira Sampaio – p. 34  
 “Escola Rural” – Dr. Getúlio Lima Júnior – p. 37  
 “Da importância da recreação” – Dr. Adauto de Resende – p. 38  
 “Escola Maternal” – Dr. José Leme Lopes – p. 41  
 “Vacinação B.C.G.” – Dr. Raimundo Muniz de Aragão – p. 42  
 A terapêutica nas doenças infecciosas agudas da Infância – Professor César B. Pernetta – p. 45  
 O jejum escolar – Dr. Dante Costa – p. 48  
 Terapêutica das Verminoses – Professor César Pernetta – p. 50  
 Higiene Pré-Natal (A desinfecção genital na Profilaxia da Infecção Puerperal) – Dr. Henrique Duék – p. 52

**Número 17 – junho de 1944****Redator:** Darcy Evangelista**Sumário**

- A Terra e a Criança – p. 2  
 Despertemos no espírito infantil, a faculdade de discernir e orientar-se – A. Patri – p. 4  
 Reflexões sobre os filhos – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 5  
 Clínica do Comportamento – Dr. Guerreiro Ramos – p. 7  
 Os problemas da criança abandonada – Guilherme Dumont Villares – p. 8  
 Colaboração do D.N.C. à L.B.A. – p. 18  
 Sessenta Vidas – Dr. Renato Prado Leite – p. 19  
 Algumas instituições de proteção à infância – Dr. Silveira Sampaio – p. 24  
 Proteção à Infância em Alagoas, Sergipe e Bahia – Dr. Figueira Filho – p. 28  
 Correspondência do D.N.C. – p. 31  
 Doenças infecciosas agudas (T. Sintomático) – Dr. César Pernetta – p. 32  
 Dermatoses habituais da Infância – Dr. Léo Ferraz de Carvalho – p. 36  
 Intoxicação gravídica – Dra. Sarita Rabin – p. 47

**Número 18 – setembro de 1944****Redator:** Darcy Evangelista**Sumário**

- A Criança e o Brasil de Amanhã – p. 2  
 Alocução do professor Olinto de Oliveira – p. 3  
 Semana da Criança em 1944 – p. 9  
 O Primeiro Parque Infantil do Estado de Goiás – p. 10  
 O Chile quer a colaboração dos pediatras da América – p. 11  
 Criado o Departamento Estadual da Criança no Maranhão – p. 12  
 Os trabalhos da Maternidade do I.N.P. comentados nos E.U.A. – p. 12  
 Criado o Departamento Estadual da Criança no Paraná – p. 13  
 Ensino de Puericultura nas escolas de Goiás – p. 16  
 Cursos realizados pelo D.N.Cr. – p. 17  
 Divisões de Proteção Social à Infância (movimento de correspondência) – p. 18  
 Viajam os técnicos do D.N.Cr. – p. 19  
 Mortalidade Infantil no I.N.P. – Prof. Clovis Correia da Costa – p. 20  
 A Criança e o Cinema – Dra. Anita Andrade Gomes Pereira – p. 24  
 Pela Imprensa:  
     Proteção à Infância do Brasil – Prof. Aloysio de Castro – p. 26  
     O Departamento Nacional da Criança – Heitor dos Prazeres – p. 28  
     O dever de amparar a criança brasileira – Dr. Dante Costa – p. 30

**Número 19 – dezembro de 1944****Redator:** Darcy Evangelista**Sumário**

- Solução objetiva para o problema da Criança – p. 2  
 A “Semana da Criança” no Interior – p. 5  
 Criação do D.E.Cr. em São Paulo – p. 7  
 Criado o D.E.Cr. de São Paulo – p. 14  
 Visitas ao D.N.Cr. – p. 18  
 Atividades dos Departamentos Estaduais da Criança – p. 19  
 Colocação Familiar na Bahia – Dr. Álvaro Bahia – p. 20  
 O Menor Abandonado – Dr. Orlando Seabra Lopes – p. 29  
 Clínica do Comportamento – Dr. Guerreiro Ramos – p. 33  
 Higiene dos Jogos Infantis:  
     Valor Terapêutico do Brinquedo – Kathleen Nott – p. 34  
     Deve ensinar-se a criança a brincar – De “Viver” – p. 37  
 Palestras pelo rádio, durante a “Semana da Criança”:  
     O Papel do C.N.Cr. em defesa da nossa raça – Dr. G. de Figueiredo – p. p. 38  
     Despertar pelo Brasil – Dr. Odilon de Andrade Filho – p. 39  
     Colaboração à um Problema Nacional – Dr. Nilton Postch – p. 40  
     Construindo Gerações – Dr. Celeteo Seabra Veloso – p. 41  
     Responsabilidade individual para com a Criança – Dr. Darcy Evangelista – p. 42  
     O Significado da “Semana da Criança” – Dr. Hermes Bortolomeu – p. 44  
     Uma Urgente Mobilização de valores – Dr. Figueira Filho – p. 46  
     Apoiemos a causa da Infância – Dr. Adolfo Andrade Barreto – p. 47  
     A colaboração Particular na defesa da Infância – Dr. Manoel Vilaça – p. 48

- Proteção à Infância – Dr. Moacyr de Melo – p. 49  
 Redenção da Criança – Dr. Menandro Thomaz Whately – p. 51  
 O papel da Assistência Social – D. Anália Paoloello – p. 52  
 Uma tarefa de Brasilidade – Dr. Armando Gouvêa – p. 54  
 Uma justa homenagem – Dr. ° Seabra Lopes – p. 56

## **Número 20 – março de 1945**

**Redator:** Darcy Evangelista

### **Sumário**

- Infância Sadia e Instruída – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 2  
 Puericultores de 1944 – p. 4  
 Colaboração dos Pediatras da América do Sul à Proteção à Infância do Chile – p. 7  
 Departamento Estadual da Criança de São Paulo – p. 14  
 Semana da Criança no Acre – p. 20  
 Inauguração do Hospital Infantil de Campos – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 23  
 Correspondência do D.N.Cr. – p. 25  
 Divulgação da Divisão de Cooperação Federal em 1944 – p. 27  
 Comentários da imprensa sobre as atividades do D.N.Cr. durante o ano de 1944 – p. 42  
 Avitaminose A. Como preveni-la – p. 31  
 Serviço de Leite Humano – Dr. Adamastor Barboza – p. 34  
 Psicologia Educacional e Proteção Social à Infância – Helena Antipoff – p. 38  
 Como vestir os Escolares – Elisa Dias Veloso – p. 40  
 A especialização técnica do dentista no tratamento dentário da criança de idade escolar – Dr. Taylor Vieira Schneider – p. 28

## **Número 21 e 22 – abril à setembro de 1945**

**Redator:** Darcy Evangelista

### **Sumário**

- Hospitais Infantis – p. 2  
 Na Extensa proteção à Infância o Brasil assenta a garantia do seu futuro – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 3  
 Profilaxia da Tuberculose na Infância – Dr. Wiberto Guedes Pereira – p. 5  
 Campanha de Educação Pré-Natal – Dra. Sarita Rabin – p. 9  
 Merenda Escolar nas Férias – Eliza Dias Veloso – p. 11  
 Odontopediatria – Dr. Roberto Erbert – p. 13  
 Primeira Conferência de Assistência Social e juvenil – p. 14  
 40º. Aniversário do “Arquivos Latino-Americanos de Pediatria” – p. 17  
 O Novo Pavilhão do H. Infantil de Birmingham – p. 19  
 Recepção do Prof. Mira y Lopes feita no D.N.Cr. – p. 21  
 Criado o Departamento Estadual da Criança de Goiás – p. 28  
 Ação do D.N.Cr. junto a dirigentes de Estabelecimentos de Assistência à Infância – p. 30  
 Viajam os Técnicos do D.N.Cr. – p. 32  
 As Atividades do D.N.Cr. – p. 35  
 Inquérito sobre Recreação – p. 35  
 Condições de Assistência às Crianças Cegas – p. 36  
 Solução Ministerial – Serviço Pré-Natal – p. 36  
 Amparando os órfãos da Guerra – p. 36

- Carta de um Escolar – p. 37  
Carta do Professor Jaime Moragues Bernat – p. 37  
Inauguração do Lactário “Francisco Luiz” – p. 37  
Posto de Puericultura “São Lourenço” – p. 38  
Maternidade e posto de puericultura de São Simão – p. 38  
Proteção à Maternidade e Y Infância em Alagoas – p. 38  
Parque Infantil de Goiandira – p. 38  
Distribuição aos Estados e Municípios, do Auxílio Financeiro, em 1945, pelo D.N.Cr. – p. 39

### **Número 23 – dezembro de 1945**

**Redator:** A. Sousa Figueiredo

#### **Sumário**

- Valiosa colaboração do Children’s Bureau dos EE. UU. Com o D.N.Cr. – p. 2  
A aposentadoria do prof. Olinto de Oliveira – p. 3  
Brincando a criança se educa – Dr. Jorge Barata – p. 6  
Disgenésia – Prof. Clóvis Correia de Costa – p. 9  
Infância – O maior patrimônio do Brasil – Dr. Gastão de Figueiredo – p. 15  
Profilaxia da cárie dentária – Dr. Roberto Ebart – p. 17  
O Bem Estar da Criança – Rose Alvernaz – p. 19  
A família e a recreação infantil – Elias Veloso – p. 21  
Relatório do Técnico Especializado – Dr. Hermes A. Bartolomeu – p. 25  
Correspondência recebida pelo D.N.Cr. – p. 31

**Apêndice 4 – Sumários dos Arquivos do Serviço de Assistência a  
Menores**

## Sumários dos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores

### Volume I – junho de 1942

#### Sumário

- Serviço de Assistência a Menores – p. 7  
 Proteção à Infância, Dr. Saul de Gusmão – p. 19  
 Higiene da Visão, Dr. Meton de Alencar Neto – p. 25  
 Psicologia das Amotinações, Dr. Alcion Baer Baía – p. 35  
 A Hérnia Umbilical na Infância Desvalida, Dr. Carlos Vieir Lima – p. 43  
 Delinqüência de Menores no Rio de Janeiro, Dr. Neton de Alencar Neto e Dr. José Nava – p. 51  
 As Ciências Sociais na Escola Primária, Prof. José Franciasco Carvalho – p. 127  
 “Lichen Nitidus”, Dr. Raul Vieira Braga – p. 143  
 Educação da Infância Anormal, Prof. Glória Quintela – 149  
 Novo Regime Alimentar para os Estabelecimentos do S.A.M., Dr. Joffre Alcure – p. 177  
 Atividade do Serviço de Raios-X do S.A.M., Dr. Adalberto de Oliveira Freitas – p. 197  
 Movimento do S.A.M. – p. 239

### Volume II – dezembro de 1943

#### Sumário

##### Notas e Comentários:

- O ministro do trabalho fala ao pequeno operário – p. 9  
 O Serviço de Assistência a Menores e seu movimento – p. 13  
 O Instituto Profissional Quinze de Novembro – p. 43  
 Patronato Agrícola Arthur Bernardes – p. 61  
 O Patronato de Menores colaborando com o Serviço de Assistência a Menores e o Juízo de Menres – p. 65  
 A Legião Brasileira de Assistência a Menores e a infância desvalida – p. 83  
 A Justiça e os menores. O Juízo de Menores – p. 87  
 O Serviço de Assistência a Menores e as Forças Armadas – p. 93  
 A situação provisória dos menores transviados – p. 95

##### Conferências:

- Reeducação de Menores Transviados – Meton de Alencar Neto – p. 103

##### Trabalhos Originais:

- Estudo sobre o quociente intelectual na infância desvalida (3.000 menores) – Meton de Alencar Neto e Glória Quintela – p.129  
 A criptorquídia nos menores desvalidos – A. Carneiro de Campos – p. 177  
 A autonomia na escola e o problema da liberdade em educação – José Francisco Carvalho – p. 199  
 De abandonado a delinqüente – J. Zacarias de Sá Carvalho – p. 211  
 Tatuagens e pseudo-desenhos cicatriciais em menores - Meton de Alencar Neto e José Nava – p.229



## Volume III – dezembro de 1943

### Sumário

#### 1ª Seção: Trabalhos Originais:

- Considerações sobre a preocupação sexual na adolescência, Olinto Dovicchi e Glória Quintela – p. 7
- Algumas considerações em torno do problema da coeducação dos sexos, José Francisco Carvalhal – p. 43
- Sobre um caso de abcesso hepático, Miguel Cruz – p. 51
- Sugestões dos trabalhos de Biometria do S.A.M., Nelson Sousa e Silva – p. 57
- A mais recente classificação das raças humanas, Amândio Sobral – p. 65

#### 2ª. Seção: Legislação:

- A reforma do Código de Menores – p. 81
- O trabalho de menores – p. 89
- Congresso Jurídico Nacional de 1943. Legislação de Menores – p. 103

#### 3ª. Seção: Conferencias:

- Assistência a Menores, Meton de Alencar Neto – p. 117
- Assistência social a menores, Meton de Alencar Neto – p. 137
- Edifícios Escolares para Internatos, Meton de Alencar Neto – p. 155
- Sugestões à margem do tema “Edifícios Escolares para internatos” – p. 169

#### 4ª. Seção: Administração e divulgação:

- O Serviço de Assistência a Menores e seu movimento em 1943 – p. 183
- Seção de Pesquisas e Tratamento Sômato-psíquico – p. 189
- Seção de Pesquisas Sociais e Educacionais – p. 192
- Seção de Triagem e Fiscalização – 193
- Movimento da Biblioteca – p. ---
- [Repercussão dos Arquivos do Serviço de Assistência a Menores – p. 201]
- Relatórios – p. 205
- Serviço Social do S.A.M. – p. 207
- A semana da criança em 1943 – p. 223

## Volume IV – dezembro de 1944

### Sumário

#### 1ª Seção: Conferencias e entrevistas:

- Retirar dos nossos olhos o espetáculo do pauperismo não resolve nenhum problema nacional – Entrevista à imprensa – Meton de Alencar Neto – p. 7
- A reorganização do S.A.M. em face do decreto que lhe atribuiu âmbito nacional – Entrevista à imprensa – Meton de Alencar Neto – p. 13
- Preleção no Curso de Administração de Obras de Proteção à Maternidade, Infância e Puericultura do Departamento Nacional da Criança – Meton de Alencar Neto – p. 15
- Discurso em homenagem às enfermeiras expedicionárias – Meton de Alencar Neto – p. 19

#### 2ª Seção: Trabalhos originais

- A mais recente classificação das raças humanas e a etnotipologia dos menores – Amândio Sobral – p. 23
- Sugestões para remodelação dos trabalhos de bio-antropometria do Serviço de Assistência a Menores – Nelson de Sousa e Silva – p. 31

Considerações Sobre o Nível de Maturidade na infância desvalida – Glória Quintela e Margarida Estrela Bandeira Duarte – p. 55

O canto orfeônico e suas finalidades – Maria Luiza Jaguaribe Alencar e Moura – p. 71

O problema de fins e meios de ensino de ciências – Cleodulpho V. Guerra – p. 74

### **3ª. Seção: Notas e Comentários:**

Finalidades e objetivos do S.A.M. –Meton de Alencar Neto – p. 91

Aspectos da Assistência a Menores nos Estados Unidos – Tradução de Leonora Stirling Armstrong – p. 93

Considerações em torno da ficha de identificação e classificação dos estabelecimentos subordinados ao S.A.M. – José Francisco Carvalhal – p. 97

“Patronato de Menores” – A. de Sabóia Lima – p. 104

### **4ª. Seção: Legislação**

O Decreto no. 6.865, que atribuiu ao S.A.M. âmbito nacional – p. 107

O Decreto no. 16.575, de 11 de setembro de 1944, que aprovou o regimento do Serviço de Assistência a Menores – p. 108

Outros decretos – p. 112

### **5ª. Seção: Administração**

Apresentação ao Senhor Ministro do relatório das atividades do S.<sup>a</sup>M. em 1944 – p. 115

Portarias e circulares de maior interesse – p. 117

Seção de Pesquisas pedagógicas Sociais – p. 125

Modelo das fichas de classificação escolar e de inspeção periódica dos educandários – p. 135

Seção de Administração – p. 141

Seção de Diagnóstico e Tratamento Médico – p. 145

Seção de Registro e Distribuição – p. 150

Movimento dos menores nos educandários subordinados e articulados com o S.A.M. – p. 153

Livros adquiridos para a biblioteca em 1944 – p. 158

O Serviço de Assistência a Menores e seu movimento em 1944 – p. 158

## **Volume V – dezembro de 1945**

### **Sumário**

#### **1ª. Seção: Conferências e entrevistas**

Assistência social à infância em abandono e à juventude em erro social - Meton de Alencar Neto – p. 7

A Escola Alfredo Pinto – Dês. A. de Sabóia Lima – p. 11

#### **2ª. Seção: Trabalhos Originais**

As raças humanas e a etnotipologia dos menores – Prof. Amândio Sobral – p. 19

Críticas sobre o instrumental usado em bio-antropometria e sugestões para a sua simplificação, melhoramentos e complementação – Dr. Nelson de Sousa e Silva – p. 26

A inteligência das crianças luéticas desvalidas do Rio de Janeiro (Nota prévia) – Dr. C. Viana Guerra – p. 79

A mãe, o filho e o Estado – Dr. Eurico Carneiro – p. 85

O professor e a sua ação – O educando – Prof. Glória Quintela – p. 90

Alguns problemas de direção da aprendizagem de ciências – Dr. C. Vianna Guerra – p. 101

Assistência, educação e reeducação de menores nos Estados Unidos da América do Norte – Prof. Glória Quintela – p. 128

### **3ª. Seção: Notas e Comentários**

A Escola Técnica de Aviação do São Paulo e o S.A.M. – p. 168

### **4ª. Seção: Legislação**

Decreto-lei nº. 7.824, de 4-8-45 – Suprime o cargo em comissão, padrão K, de Diretor da Escola João Luis Alves – p. 175

Decreto-lei nº. 8.261, de 30-11-45 – Altera as carreiras de Escrivão, Dactiloscopista, Dactiloscopista Auxiliar e Detetive, passando os 2 Dactiloscopistas Auxiliares do S.A.M. a Dactiloscopista classe H – p. 175

Decreto nº. 17.723, de 31-1-45 – Suprime as funções vagas na Tabela Numérica Suplementar, de extranumerário mensalista – p. 175

Decreto nº. 17.806, de 14-2-45 – Altera a lotação numérica e nominal das repartições do Ministério da Justiça, fixando as do S.A.M. – p. 175

Decreto nº. 18.589, de 11-5-45 – Altera a lotação numérica do Ministério da Justiça, dotando o S.A.M. – p. 175

Decreto nº. 18.161, de 13-6-45 – Altera a lotação numérica do Ministério da Justiça, para objeto de transferir 5 cargos de carreira de médico da lotação do IPQN para o S.A.M. – p. 176

Decreto nº. 18.866, de 12-5-45 – Dispõe sobre Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar de Extranumerário mensalista da Escola João Luis Alves e S.A.M. – p. 176

Decreto nº. 18.995, de 25-6-45 – Altera a lotação do Ministério da Justiça, transferindo um cargo de Oficial Administrativo da lotação do S.A.M. e um de Escriturário do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política – p. 176

Decreto nº. 19.349, de 4-8-45 – Altera a lotação do Ministério da Justiça, transferindo diversos cargos da Escola João Luis Alves para os órgãos do S.A.M. – p. 176

Decreto nº. 19.366, de 7-8-45 – Altera a lotação dos cargos de carreira de Artífice do Q.S., suprimindo 2 cargos da Escola João Luis Alves e 1 do IPQN – p. 176

Decreto nº. 20.000, de 27-11-45 – Altera a lotação do Ministério da Justiça, e publica a relação nominal do S.A.M., com as alterações verificadas pelo Dec. nº. 19.349, de 4-8-45 – p. 177

### **5ª. Seção: Administração**

Apresentação ao Sr. Ministro do relatório das atividades do S.A.M. em 1945 – p. 181

Portarias e circulares de maior interesse – p. 185

Seção de Pesquisas Pedagógico-sociais (Ficha individual para consideração e solução de problemas apresentados por alunos de educabilidade difícil, para fins de transferência de estabelecimento) – p. 185

Seção de Orientação e Coordenação – p. 209

Seção de Colocação e Ajustamento de Menores – p. 210

Seção de Pesquisas Pedagógico-sociais – p. 211

Seção de Diagnóstico e Tratamento Médico – p. 213

Seção de Registro e Distribuição (Movimento dos menores nos educandários subordinados e articulados com o S.A.M.) – p. 217

O S.A.M. e seu movimento em 1945 – p. 220

Seção de Administração – p. 220

Livros adquiridos para a Biblioteca do S.A.M., em 1945 – p. 231

## Volume VI – dezembro de 1946

### Sumário

#### 1ª. Seção: Conferências e entrevistas

Discurso proferido pelo Dr. Meton de Alencar Neto, Diretor do S.A.M., no ato de inauguração da Escola Feminina de Artes e Ofícios – p. 7

Discurso pronunciado pelo Diretor do S.A.M., Dr. Meton de Alencar Neto, na solenidade de inauguração do Pavilhão-Escola Dr. Meton de Alencar Neto – p. 11

#### 2ª. Seção: Trabalhos Originais

Súmula histórica da proteção à infância abandonada – C. Viana Guerra – p. 15

O ensino de História na Escola Primária – José Francisco Carvalhal – p. 22

Sobre a Disciplina – pe. Álvaro Negromonte – p. 53

Casos de Parodite epidêmica no S.A.M. – Dr. Miguel Cruz – p. 59

Crítica sobre o instrumental usado em bio-antropometria e sugestões para a sua simplificação, melhoramentos e complementação (continuação) – Dr. Nelson de Sousa e Silva – p. 62

As raças humanas e a Etnotipologia dos menores (continuação) – Professor Amândio Sobral – p. 72

#### 3ª. Seção: Notas e Comentários

Considerações em torno da “Ficha para controle dos exames de nível mental e escolaridade” – José Francisco Carvalhal – p. 79

Alguns comentários sobre a “Ficha para fins de desligamento de menores” internados no S.A.M. – José Francisco Carvalhal – p. 97

Investigação Social realizada para o Tribunal de Menores (Washington – Dist. Columbia) – Glória Quintela – p. 99

Visitas de inspeção – p. 108

O Órgão Central do S.A.M. e o Alojamento Provisório – p. 110

Programa de trabalho para o ano de 1947 – p. 112

#### 4ª. Seção: Legislação

Decreto nº. 20.629, de 21-2-46 – Suprime função gratificada – p. 117

Decreto nº. 20.757, de 15-3-46 – Altera a lotação numérica do M.J.N.I. – p. 117

Decreto-lei nº. 9.128, de 4-4-46 – Autoriza o M.J.N.I. a aplicar no início da construção de uma escola para menores desamparados, saldos de verbas que menciona – p. 117

Decreto nº. 21.709, de 26-8-46 – Altera, com redução de despesa, Tabela Numérica, Ordinária e Suplementares de Extranumerário-mensalista de repartições do M.J.N.I. – p. 118

Decreto nº. 21.961, de 16-10-46 – Torna sem efeito o Decreto nº. 20.629, de 21 de fevereiro de 1946 – p. 121

Decreto nº. 21.975, de 23-10-46 – Dá ao P.A.A.P., do S.A.M., do M.J.N.I., a denominação de Escola Agrícola Arthur Bernardes e aprova o regimento deste órgão – p. 121

Decreto nº. 21.976, de 23-10-46 – Transforma o P.A.V.B., do S.A.M. – p. 127

Decreto nº. 22.015, de 31-10-46 – Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do S.A.M. de M.J.N.I. – p. 129

#### 5ª. Seção: Administração

Apresentação ao Sr. Ministro do relatório das atividades do S.A.M. em 1946 – p. 133

Relatório do Diretor do IPQN com as atividades deste Instituto em 1946 – p. 138

Programa de realizações para 1946. Formação e aperfeiçoamento de funcionários – p. 145

Seção de Pesquisas Pedagógico-sociais – p. 160

Seção de Orientação e Coordenação – p. 183

Seção de Diagnóstico e Tratamento Médico – p. 184

Seção de Colocação e Ajustamento de Menores – p. 188

Seção de Registro e Distribuição (Movimento dos menores nos educandários subordinados e articulados com o S.A.M.) – p. 191

Seção de Administração – p. 196

Circulares, Ofícios e ordens de serviço de maior interesse – p. 199

Livros adquiridos para a Biblioteca do S.A.M., em 1946 – p. 210

## **Anexo 1 – Teste de Dearborn**

## TESTE DE DEARBORN

Fonte: **Curso de Orientação Educacional – Antologia de Testes**. São Paulo: Editora Formar, [19??].

### QUADRO PRIMEIRO

1. Vêem uma bola e um quadrado? No espaço que há à direita, desenhem outro quadro com uma bola dentro.
2. Vêem o desenho do menino que corre? Desenhem um menino que corra atrás dêle. Vêem o gato? Desenhem outro gato que corra atrás dele.
3. Vêem desenhados um relógio, uma chave e um canivete? Tracem um quadrado em tórno do relógio. Depois uma rodinha em tórno da chave. Depois uma cruz em cima do canivete.
4. Olhem a fila de números que está debaixo do relógio. Procurem o número que indica a sua idade e tracem uma rodinha em tórno dêle.
5. Vêem esta maçã? Façam uma linha cortando a maçã em duas metades. Depois desenhem outra maçã e cortem-na também pela metade.
6. Vêem um sapo, um balde de carvão e um grampo de cabelo? Façam um cruz em cima do objeto que lhes parece mais pesado para levantar. Depois tracem uma rodinha em tórno do objeto que lhes pareça mais leve.
7. Aqui vêem o desenho de uma casinha e uma escola com dois caminhos que vão de uma para a outra. O menino que vêem junto à porta a casinha se chama João e mora ali. João vai sempre à escola pelo caminho mais curto. Trace uma linha sobre êsse caminho mais curto. Um dia João saiu tarde de casa para ir à escola e em lugar e ir pela estrada habitual, saiu pela porta traseira de sua casa e correu para a escola em linha reta. Façam uma linha marcando o caminho que João percorreu.
8. Um menino tinha uma quantidade de bolinhas numa caixa. Se êle desse a metade e guardasse a outra metade, com quantas ficaria? Desenhe aqui as bolinhas que êle ficou.

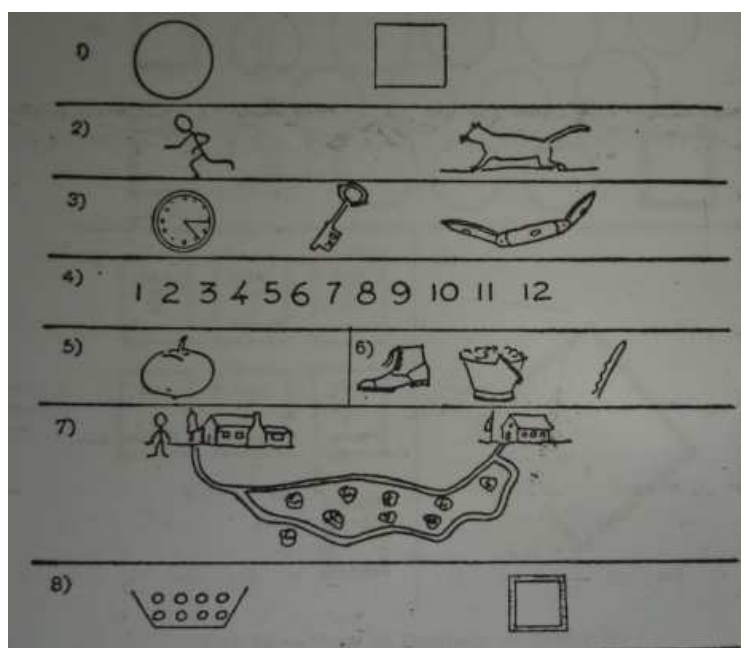


Figura 22 – Teste de Dearborn – Quadro II.

## QUADRO SEGUNDO

9. Olhem êstes palitos. Desenhem ao lado a mesma quantidade de palitos. Contem quantos palitos são e escrevam o número dentro do quadrado à direita.
10. Vêem êste losango? Desenhem ao lado outro losango igual. Agora olhem para o desenho que vocês fizeram e desenhem um novo losango ainda melhor.
11. Vêem esta mão? É uma mão esquerda. Desenhem ao lado dela uma mão direita. Agora contem quantos dedos há nas duas mãos e escrevam o número neste quadrado.
12. Êste é o desenho de uma estrela. Desenhem ao lado outra estrela igual.
13. Aqui está desenhada uma moeda de Cr\$ 1,00. A de baixo é de Cr\$ 2,00. Agora escrevam o número 1 em todos os círculos que pareçam ter o mesmo tamanho que a moeda de Cr\$ 1,00. e escrevam o número 2 em todos os círculos que pareçam do mesmo tamanho que a moeda de Cr\$ 2,00. Agora contem quantas moedas de Cr\$ 2,00 existem e escrevam êsse número no quadro ao lado da moeda de Cr\$ 2,00. Agora calculem quanto dinheiro há entre todas as moedas e escrevam a quantia no quadro grande ao lado direito.
14. Vêem êstes selos do Correio? Desenhem uma cruz sôbre os selos mais baratos e façam uma roda em tórno dos selos mais caros. Contem quanto custam todos os selos juntos e escrevam a quantia no quadro ao lado.
15. Eis um campo quadrado, rodeado por uma cêrca. Vêem a porta aberta? Agora, escutem bem: – suponhamos que uma senhora perdeu sua bôlsa dentro do campo e pede para vocês a procurarem. A bôlsa está em algum lugar dentro do campo e vocês têm que a procurar com muito cuidado. Tracem com o lápis uma linha que indique o caminho que vocês fariam por dentro do campo para encontrar a bôlsa.

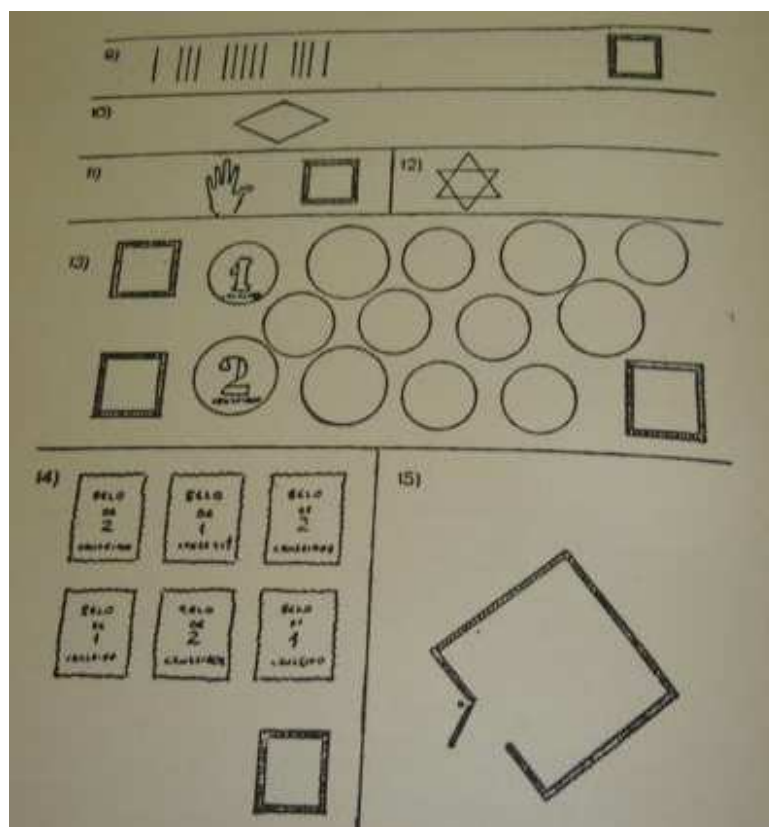


Figura 23 – Teste de Dearborn – Quadro II.



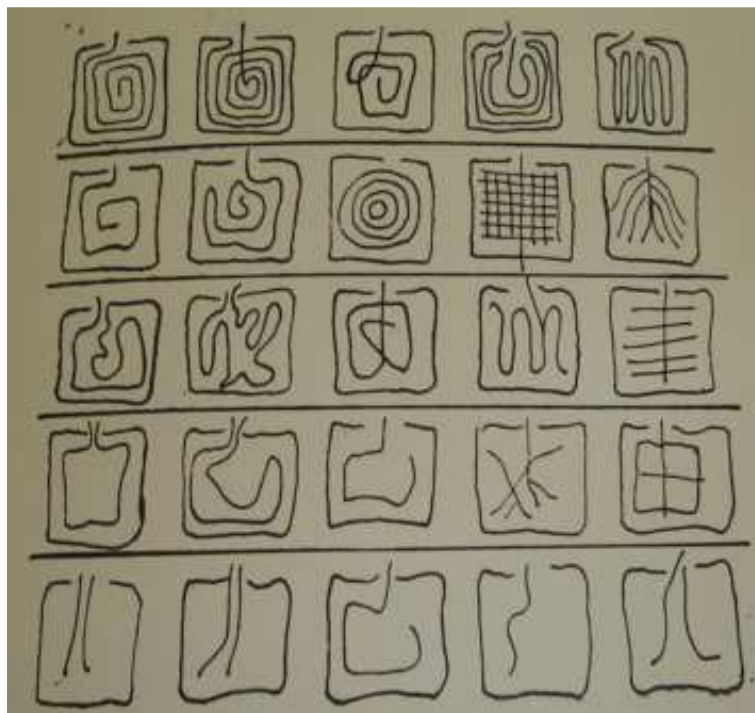


Figura 24 – Soluções para a questão n°. 15 (bolsa perdida no campo).

### QUADRO TERCEIRO

16. Vêem êstes relógios? Reparem na hora que marcam os da fila de cima. Procurem o relógio que marca três horas e escrevam o número 1 debaixo dêle. Agora procurem o que marca as dez para as cinco e escrevam o número 2 debaixo dêle. Agora procurem o que marca a 1,30 e ponham um 3 por baixo. Agora procurem o relógio que marca dez para uma, e ponham o número 4 em baixo. Agora procurem o relógio que marca vinte e cinco para as cinco, e ponham um 5 em baixo. Agora procurem o relógio que marca vinte para as três e ponham um seis por baixo. Agora olhem a fila de relógios de baixo. Êstes relógios não marcam hora por que não têm ponteiros. Agora no relógio 1 desenhe ponteiros que marquem as 10 horas. No relógio 2 desenhem ponteiros que marquem 4,30. No relógio 3 marquem um quarto para as duas. No relógio 4 marquem a hora que vocês saem da escola. No relógio 5, a hora em que vocês entram para a escola. No relógio 6 desenhem os ponteiros marcando 12 horas.
17. Olhem bem os meninos desenhados na fila de cima. Que faz êste menino? Está sentado (assinalar). Êste outro? Está abaixado (assinalar). E êste outro? Está parado (idem). Êste outro? Está correndo (idem). Nas outras filas de desenhos se vêem vários meninos e animais. Agora escrevam um 1 por baixo de cada menino ou animal que esteja sentado; um 2, por baixo de cada menino ou animal que esteja abaixado; um 3, por baixo de cada menino ou animal que esteja de pé; um 4 por baixo dos que estejam correndo e um 5 nos que estiverem pulando.

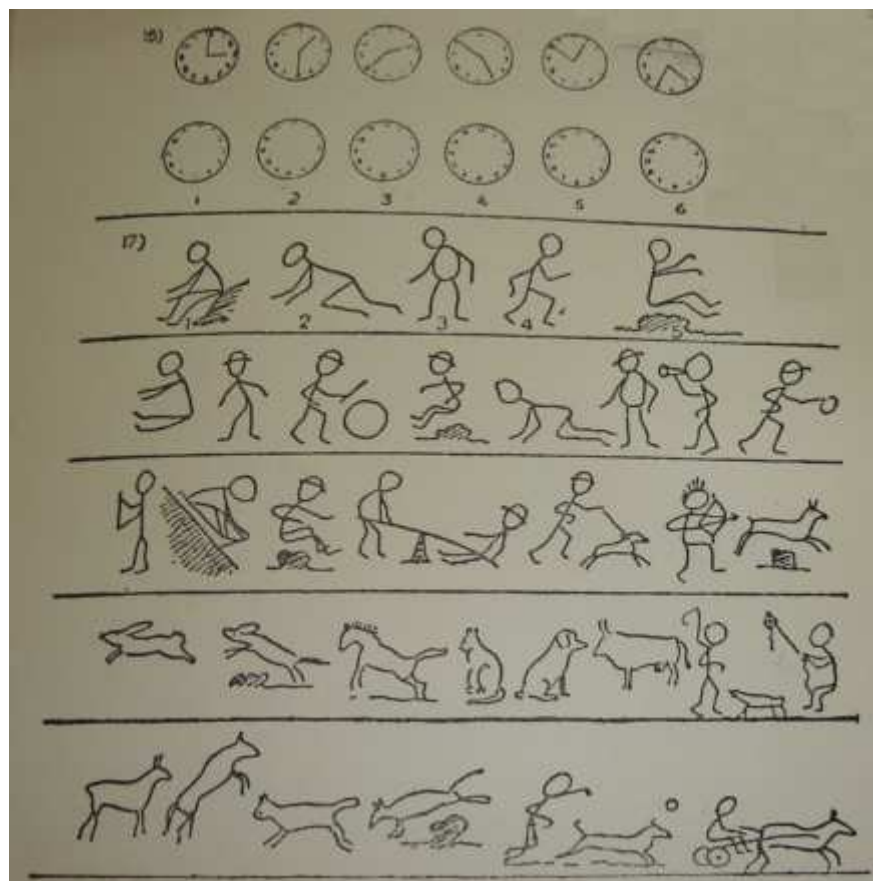


Figura 25 – Teste de Dearborn – Quadro III.

## APURAÇÃO DO TESTE DE DEARBORN

### QUADRO I

- *Teste 1* – Dá-se 1 ponto pelo quadrado, outro pelo círculo e outro pelo círculo dentro do quadrado. – Máximo 3 pontos.
- *Teste 2* – 1 ponto pelo desenho do homem, outro pelo sentido do movimento, outro pelo desenho do gato, outro pelo movimento de carreira. – Máximo 4 pontos.
- *Teste 3* – 1 ponto pelo quadrado em volta do relógio, outro pelo curículo em volta da chave e outro pela cruz sobre o canivete. – Máximo 3 pontos.
- *Teste 4* – 1 ponto pelo círculo e outro se esse círculo fôr traçado em volta do número devido. – Máximo 2 pontos.
- *Teste 5* – 1 ponto por desenhar uma maçã e outro por assinalar pelo menos três metades. – Máximo 2 pontos.
- *Teste 6* – 1 ponto se assinalar o grampo e outro se assinalar o balde. – Máximo 2 pontos.
- *Teste 7* – Dois pontos por assinalar a linha correta e 1 ponto só se a linha estiver interrompida ou siga paralelamente ao caminho e não dentro dêle. A seguir, 2 pontos

pela segunda linha correta e 1 só ponto se a linha corta o jardim ou se desvia. Máximo de pontos – 4.

- *Teste 8* – 2 pontos se indicar 5 bolinhas e um só se escrever o número 5. Máximo de pontos – 3.

## QUADRO II

- *Teste 9* – 1 ponto se desenhar 13 pauzinhos e 1 ponto se escrever o número 13. Total – 2 pontos.
- *Teste 10* – 2 pontos se o losango estiver razoável, 1 ponto se estiver mais ou menos, zero se estiver mau. Como são 2 losangos a desenhar, o total de pontos a alcançar é 4.
- *Teste 11* – 1 ponto por desenhar os 5 dedos, outro ponto pela palma, outro pelo polegar indicando que é a mão direita e outro ponto se indicar o número correto de dedos. Total de pontos a alcançar – 4.
- *Teste 12* – 4 pontos por uma estrêla de 6 pontas, formada por 2 triângulos equiláteros; 3 pontos se os triângulos são isósceles ou se a estrêla tem 5 pontas, 2 pontos se a estrêla tem 5 ou 6 pontas, mas os triângulos não estão indicados. Por desenhos mais imperfeitos, 1 ou zero pontos. Máximo de pontos – 4.
- *Teste 13* – 1 ponto se marcar exatamente 6 moedas de 1 cruzeiro, 1 ponto se marcar exatamente 4 moedas de 2 cruzeiros, 1 ponto se escrever o número de moedas de 2 cruzeiros marcadas e finalmente 2 pontos de indicar mediante números ou palavras a soma total. Máximo de pontos – 5.
- *Teste 14* – 1 ponto pelas rodinhas em redor dos selos de 2 cruzeiros; 1 ponto pelas cruces sôbre os selos, ou perto dêles, e 1 ponto se indicar o preço total. Máximo de pontos – 3.
- *Teste 15* – Vale de 1 a 12 pontos, conforme a perfeição de respostas. Levam-se em conta 3 elementos: o plano para a procura da bôlsa, a continuidade da linha e a extensão do campo (Vide figura com soluções para a questão n<sup>o</sup>. 15).

## QUADRO III

- *Teste 16* – 1 ponto por cada número colocado corretamente e 1 ponto por cada relógio da segunda linha que assinale a hora pedida, tolerando-se até 5 minutos de êrro. Meio ponto se o ponteiro das horas está colocado corretamente, embora o ponteiro dos minutos esteja mal colocado. Máximo de pontos – 12.
- *Teste 17* – 1 ponto por cada resposta correta, tirando-se 1 ponto por cada resposta errada. O último cachorro da terceira linha pode ser igualmente aceito com de pé ou se arrastando. As omissões não são levadas em conta. Se o número de erros supera o de respostas corretas dá-se zero neste teste. Máximo de pontos – 29.
- *Máximo de pontos a alcançar no total do teste (17 itens, nos 3 quadros) – 98 pontos.*

<b>BAREMO DO TESTE DE DEARBORN</b>			
<b>Nº. de pontos alcançados</b>	<b>Idade Mental correspondente</b>	<b>Nº. de pontos alcançados</b>	<b>Idade Mental correspondente</b>
5	6 anos	54	9 anos e 9 meses
8	6 anos e 3 meses	57	10 anos
11	6 anos e 6 meses	62	10 anos e 6 meses
14	6 anos e 9 meses	64	10 anos e 9 meses
17	7 anos	66	11 anos
20	7 anos e 3 meses	68	11 anos e 3 meses
23	7 anos e 6 meses	70	11 anos e 6 meses
27	7 anos e 9 meses	73	12 anos
31	8 anos	76	12 anos e 6 meses
35	8 anos e 3 meses	77	12 anos e 9 meses
39	8 anos e 6 meses	78	13 anos
42	8 anos e 9 meses	79	13 anos e 3 meses
45	9 anos	80	13 anos e 6 meses
48	9 anos e 3 meses	81	13 anos e 9 meses
51	9 anos e 6 meses		

**Quadro 5** – Baremo do Teste de Dearborn

## **Anexo 2 – Teste de Goodenough**

## TESTE DE GOODENOUGH

Fonte: **Curso de Orientação Educacional – Antologia de Testes**. São Paulo: Editora Formar, [19??].

Consiste em solicitar ao aluno que **“desenhe um boneco da melhor forma possível”**.

### **AVALIAÇÃO**

Recolhidas as provas, procede-se a avaliação da seguinte forma: atribui-se um ponto para cada um dos 51 elementos conforme relação que segue:

- 1) Cabeça presente
- 2) Pernas presentes
- 3) Braços presentes
- 4) Tronco presente
- 5) Tronco mais comprido do que largo
- 6) Ombros bem indicados
- 7) Braços e pernas unidos ao tronco, em qualquer ponto
- 8) Braços e pernas unidos ao tronco, nos lugares certos
- 9) Pescoço presente
- 10) Contorno do pescoço continuando o da cabeça, o do tronco, ou ambos
- 11) Olhos presentes
- 12) Nariz presente
- 13) Bôca presente
- 14) Nariz e boca representados em duas dimensões; os dois lábios indicados
- 15) Narinas representadas
- 16) Cabelos representados
- 17) Cabelos desenhados sem acompanharem o contorno da cabeça, o qual também não deve transparecer entre eles
- 18) Roupas representadas
- 19) Duas peças de roupa, pelo menos representadas (como chapéu e calças) sem deixar transparecer as partes que cobrem
- 20) Desenho sem nenhuma transparência: além disso, representação das mangas e dos sapatos
- 21) Quatro peças de roupa, pelo menos, representadas de modo claro
- 22) Vestuário completo, sem incoerências
- 23) Dedos das mãos representados
- 24) Representação exata do número de dedos

- 25) Dedos representados em duas dimensões: o comprimento maior que a largura e o ângulo entre os dedos não maior de 180°
- 26) Oposição do polegar à palma da mão
- 27) Mão representada como parte distinta dos braços e dos dedos
- 28) Representação de uma das juntas dos membros superiores: cotovelo, espádua ou ambos
- 29) Representação de uma das juntas dos membros inferiores: joelho, quadril, ou ambos
- 30) Tamanho da cabeça não maior do que a metade nem menor do que um décimo do tamanho do corpo
- 31) Braços de extensão igual ou pouco maior que o comprimento do tronco
- 32) Extensão das pernas não menor nem duas vezes maior que a do tronco; largura menor
- 33) Pés proporcionados em relação ao corpo
- 34) Braços e pernas proporcionados e representados em duas dimensões
- 35) Calcanhares representados
- 36) Todas as linhas firmes, encontrando-se sem de ultrapassarem mutuamente nem sem deixarem espaços
- 37) Todas essas linhas, além de traçadas com firmeza, com seus pontos de união exatos
- 38) Contorno da cabeça correto
- 39) Contorno do tronco correto
- 40) Contorno de braços e pernas correto
- 41) Traços fisionômicos sem irregularidades
- 42) Orelhas representadas
- 43) Orelhas pronunciadas e na posição correta
- 44) Representação das sobrancelhas, ou pestanas, ou ambas as cousas
- 45) Representação das pupilas
- 46) Olhos pronunciados
- 47) Representação correta do olhar
- 48) Representação do queixo e a testa
- 49) Representação de todo o corpo de perfil, embora com transparência
- 50) Projeção do queixo representada
- 51) Representação de todo o corpo de perfil, sem nenhum erro nem transparência

Em cada desenho, o professor deverá escrever: “Avaliação: elementos presentes: números tais e tais. Total: tantos pontos, correspondentes à I. M. de ..... (de acordo com o BAREMO reproduzido a seguir). Achada a I.M., é fácil calcular o Q.I. através da fórmula já tão nossa conhecida:  $Q.I. = I.M. \div I.C.$ ”

<b>BAREMO DO TESTE DE GODENOUGH</b>								
Tabela para verificação da Idade Mental (I. M.) da criança, segundo o número de pontos obtidos no Teste do Desenho, de Goodenough								
Nº. de pontos obtidos no teste	Idade Mental Correspondente		Nº. de pontos obtidos no teste	Idade Mental Correspondente		Nº. de pontos obtidos no teste	Idade Mental Correspondente	
	ANOS	MESES		ANOS	MESES		ANOS	MESES
2	3	6	16	7	---	30	10	6
3	3	9	17	7	3	31	10	9
4	4	---	18	7	6	32	11	---
5	4	3	19	7	9	33	11	3
6	4	6	20	8	---	34	11	6
7	4	9	21	8	3	35	11	9
8	5	---	22	8	6	36	12	---
9	5	3	23	8	9	37	12	3
10	5	6	24	9	---	38	12	6
11	5	9	25	9	3	39	12	9
12	6	---	26	9	6	40	13	---
13	6	3	27	9	9	41	13	3
14	6	6	28	10	---	42	13	6
15	6	9	29	10	3			

(Não se encontrou criança que alcançasse mais de 42 pontos).



### **Anexo 3 – Teste de Labirintos de Porteus**

## TESTE DE LABIRINTOS DE PORTEUS

Fonte: **Curso de Orientação Educacional – Antologia de Testes**. São Paulo: Editora Formar, [19??].

### INSTRUÇÕES DO TESTE DE PORTEUS

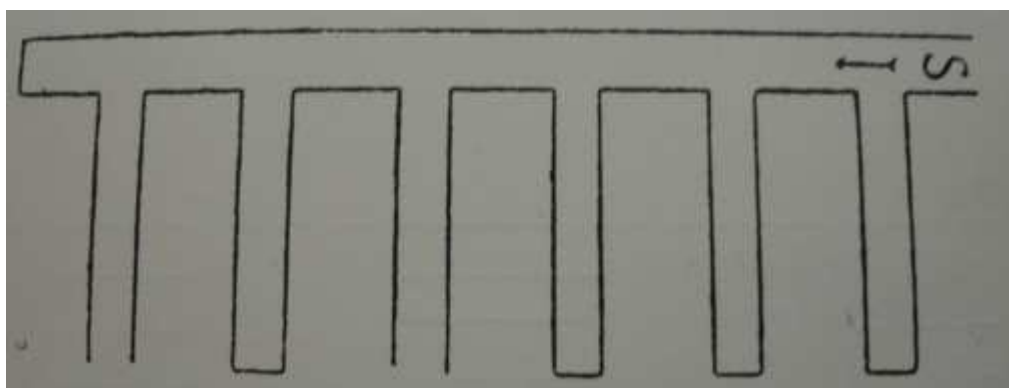
O professor dá ao menino uma pena sêca ou um estilête que não estrague o papel e lhe apresenta a figura de idade V, dizendo-lhe: “suponha que você vê aqui a árvores de um jardim; estas linhas são muros que não se podem saltar. Você vai passar sua pena, pelo caminho mais perto para sair do jardim, partindo do lugar da seta. Mostre-me, antes, as saídas que você vê. (*O menino mostra*). Todos os outros caminhos estão fechados; não entre nos caminhos fechados, siga por êste caminho e saia pela primeira abertura que você achar.

“Passando aos labirintos imediatos, o examinador não pedirá que aponte as aberturas. Dirá “Você deve seguir seu caminho e sair sem atravessar os caminhos fechados.

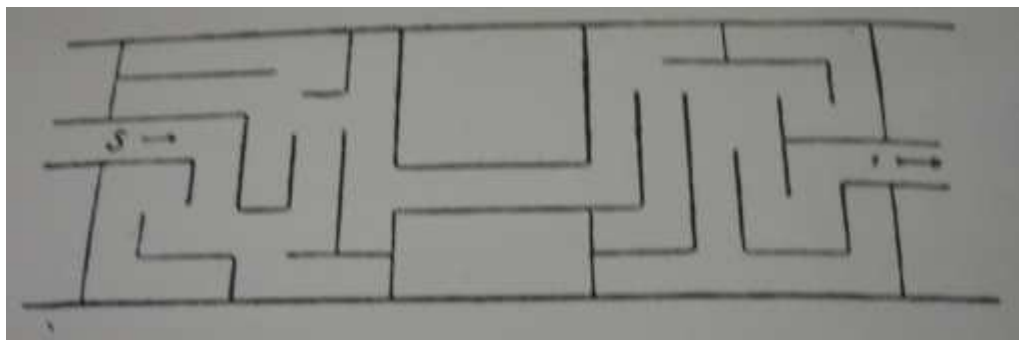
Se o menino entrar em aléia fechada e verificar o erro, não permita que ele volte pelo mesmo caminho. Faça recomeçar o trabalho do ponto e partida, para segunda experiência.

Se fôr necessário uma terceira tentativa, por suspeita de êxito casual e não consciente ou outro motivo, o examinador inverterá a figura e repetirá como se fôsse nôvo teste.

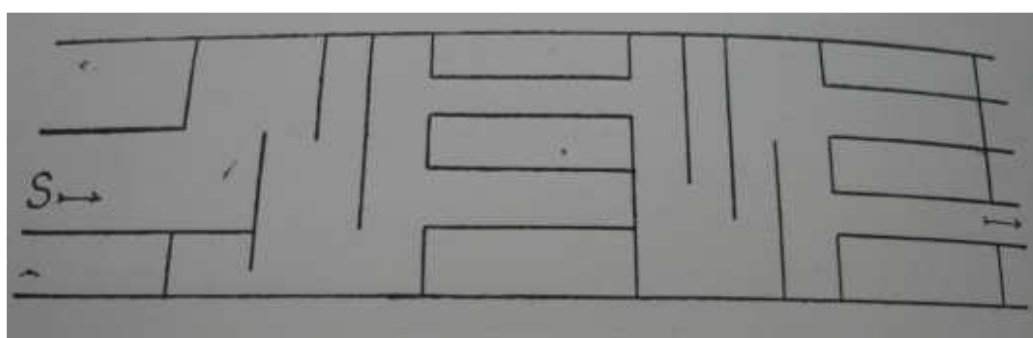
Deve-se seguir apresentando as figuras imediatas ao examinando até que se verifique sua falta de êxito em quatro consecutivas.



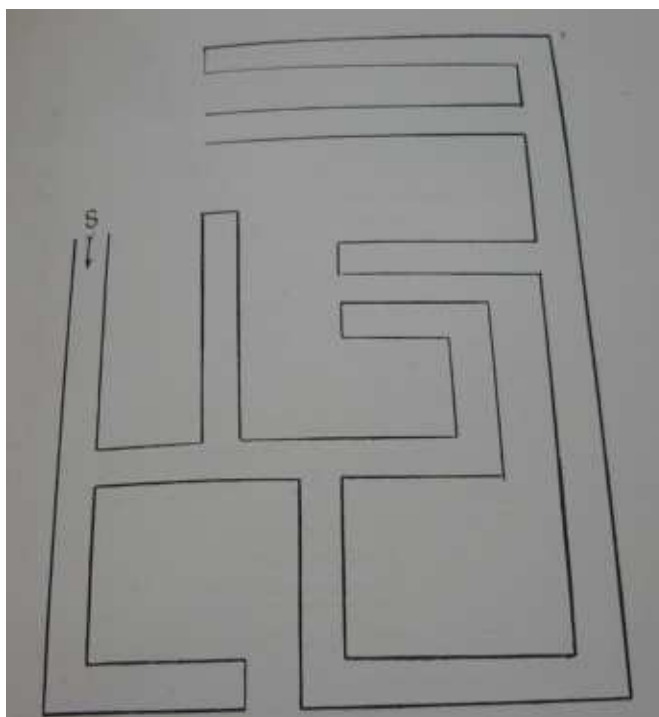
**Figura 26** – Labirintos de Porteus – Ano V. Mostre a abertura. Deduza  $\frac{1}{2}$  ponto, na segunda tentativa do aluno.



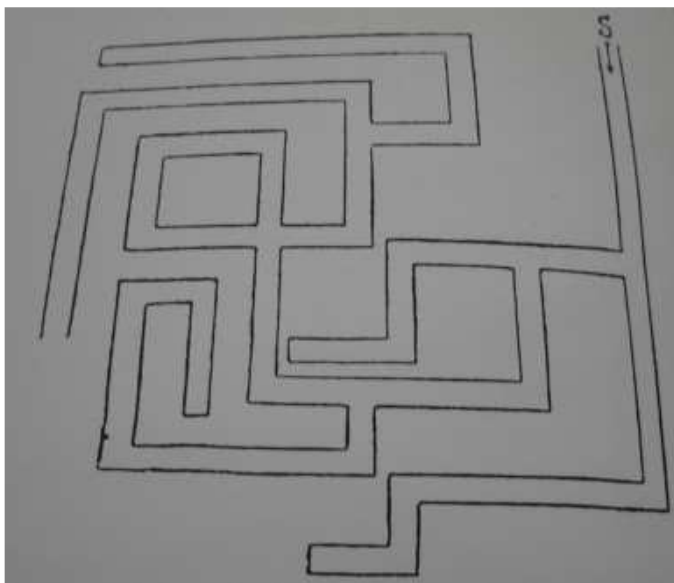
**Figura 27** – Labirintos de Porteus – Ano VI. A partir deste, o professor não executará preliminarmente e deduz-se  $\frac{1}{2}$  ponto, na segunda tentativa.



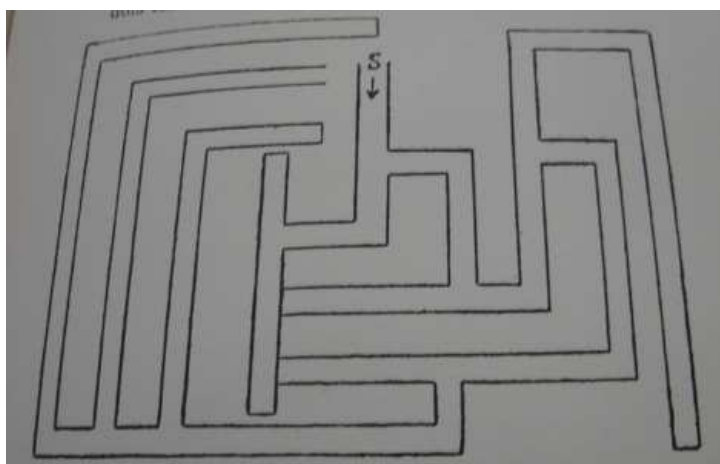
**Figura 28** – Labirintos de Porteus – Ano VII.



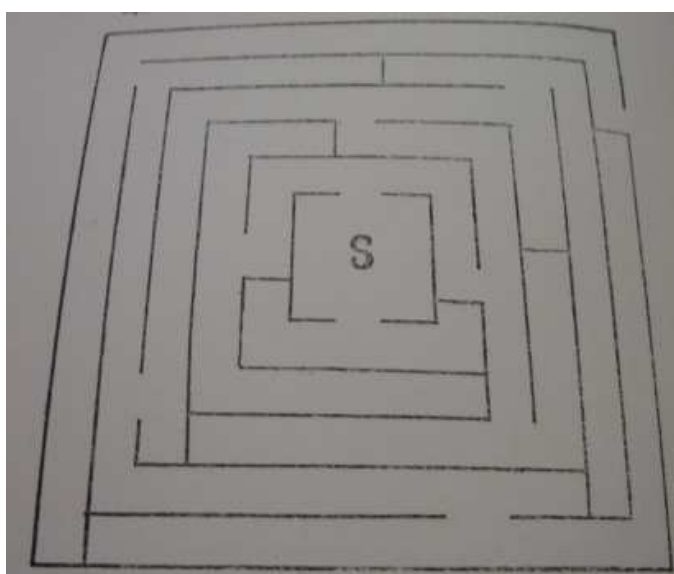
**Figura 29** – Labirintos de Porteus – Ano VIII.



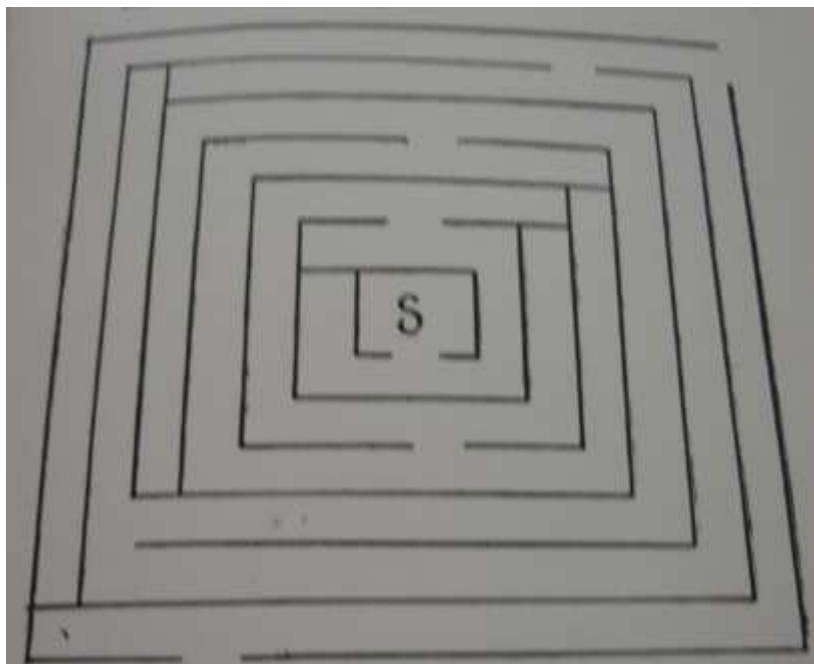
**Figura 30** – Labirintos de Porteus Ano IX.



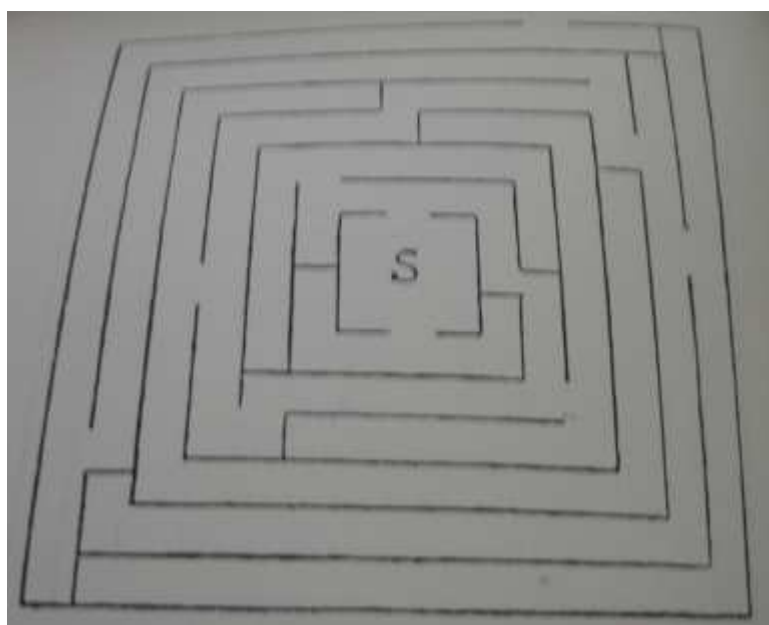
**Figura 31** – Labirintos de Porteus – Ano X.



**Figura 32** – Labirintos de Porteus – Ano XI.



**Figura 33** – Labirintos de Porteus – Ano XII.



**Figura 34** – Labirintos de Porteus – Ano XVI – 2, 1 e  $\frac{1}{2}$  e  $\frac{1}{2}$  ponto pela 1ª, 2ª, 3ª e 4ª tentativa, respectivamente.

## **Anexo 4 – Testes Reativos de Sante de Sanctis**

## TESTE REATIVOS DE SANTE DE SANCTIS

Fonte: QUINTELA, Glória. “Educação da Infância Anormal”. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**. Vol. I, junho de 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

### MATERIAL NECESSÁRIO PARA OS REATIVOS:

- Cinco bolas, diversamente coloridas, de preferência brilhantes.
- Doze cubos de madeira, igualmente coloridos, progressivamente maiores, de meio e meio centímetro, a partir de 1,5 cm.
- Três cones iguais, de madeira, de 5 cm de altura, coloridos de uma só cor.
- Cinco cubos de madeira de 3,5 cm de lado, da mesma cor dos cones.
- Dois paralelepípedos de madeira de 6x3x1,5 cm e da mesma cor que os cubos e os cones.
- Um cartaz em que estão reproduzidos, em preto, trinta e seis triângulos, cinquenta e cinco retângulos e quarenta e nove quadrados. Mede 40 cm x 30 cm; está dividido em dez linhas e, em cada uma delas há quatorze figuras.
- Um relógio de segundos.

### MANEIRA DE APLICAR OS REATIVOS

*1º. Capacidade de adaptação a uma experiência.*

Dê-me uma bola. Apresente-me as cinco bolas coloridas. Marca-se o tempo da resposta. Terminada a experiência, cobrem-se as bolas.

*2º. Memória imediata de cores.*

Qual a bola que me deu você? Mostram-se as cinco bolas, em alinhamento. Marca-se o tempo da resposta.

*3º. Reconhecer objetos da mesma forma.*

Vê você este pedaço de madeira? Mostra-se um cubo e diz-se: Bem, de todos estes pedaços de madeira que você vê, procure os que são iguais a este. Apresente-se cinco cubos, misturados com os três cones e os dois paralelepípedos. Obtido o reconhecimento e o agrupamento dos cubos, anota-se o tempo empregado.

*4º. Identificar formas sólidas e em planos.*

Vê você este pedaço de madeira? Mostra-se um cubo e diz-se: Aponte no cartaz, a figura que se assemelha a esta forma. (Mostra-se uma face do cubo). Obtido o reconhecimento, ajunta-se: Mostre, com o lápis, todos os quadrados, de divisão em divisão, fazendo o mais depressa possível sem deixar nenhum. Anota-se o número de erros, o de faltas, isto é, os que não foram mostrados e o tempo empregado.

*5º. Noção de quantidade, de tamanho e de distância.*

Vê, aqui, outros pedaços de madeira, parecidos, por sua forma, aos que há pouco você apontou no cartão? Dispõem-se os cubos sobre a mesa, desordenadamente, mas de modo que a diferença de distância, entre o cubo que se encontra mais longe e o que está mais próximo, não exceda a dois centímetros.

Desejando tornar mais difícil o reativo, deve-se: a) aumentar o número de cubos, dispostos desordenadamente sobre a mesa; b) tornar menores as diferenças de tamanhos entre uns e outros, e dizer: Olhe-os bem e diga-me depressa: Quantos são? Qual o maior? Qual se encontra mais longe de você? Anotam-se os erros, faltas e mede-se o tempo.

*6º. Noção de intensidade, tamanho, distancia e peso.*

Parece o som da campainha que está ao longe mais forte ou mais fraco que o som da campainha que está perto de nós? O som da campainha parece, só, mais fraco, ou é realmente mais fraco? Parecem as coisas que estão longe de nós maiores ou menores que as que estão perto? Parecem, só, menores, ou são na verdade menores? Está mais distante uma coisa feita ontem, ou uma coisa feita esta manhã? Terá você que fazer antes uma coisa que deve fazer, dentro de poucos dias, ou uma coisa que terá que fazer, dentro de muitos dias? As coisas grandes pesam mais, ou menos que as pequenas? Por que algumas coisas pequenas, às vezes, pesam mais que as grandes?

O experimentador poderá, algumas vezes, ampliar as perguntas e substituir as palavras, se julgar conveniente, por outras que se adaptem melhor à idade e ao desenvolvimento da criança experimentada. Se a experimentação deixar dúvida, poder-se-á, em outra hora, ou em outro dia, repeti-la, levando-se em conta os resultados médios. O tempo é tomado em segundos. Se a resposta for precisa, anota-se: Resposta exata; se não, errada e se o experimentado nada disser, coloca-se uma -----.



**FICHA PARA RESUMIR O RESULTADO DA EXPERIÊNCIA:**

Data, Nome Idade e Condição do reagente	REATIVOS DE SANTE DE SANCTIS														Obs.	
	I		II		III		IV		V		VI		VI-a			
	Resposta	Tempo	Resposta	Tempo	Resposta	Tempo	Resposta	Tempo	Resposta	Tempo	Resposta	Tempo	Resposta	Tempo		

**Quadro 6** – Ficha para resumir o resultado dos Reativos de Sante de Sanctis.  
Fonte: QUINTELA, 1942, p. 174.

**DETERMINAÇÃO DO GRAU DE DEFICIÊNCIA, DE ACORDO COM OS RESULTADOS DA EXPERIMENTAÇÃO**

Qualquer criança, desde que haja completado seis anos e não consiga vencer o segundo reativo, pode ser julgada insuficiente mental de alto grau. Claro que temos de verificar se o experimentado está a vontade ou inibido pela timidez ou emoção. Se não for capaz de vencer o quarto reativo, ou se executa o quinto, com muitos erros e incertezas, não sabendo contar até doze, comparar tamanhos, nem avaliar distâncias, é considerado insuficiente mental de grau médio. Se executar o quinto reativo e encontrar dificuldade para fazer o sexto, é considerada insuficiente mental de grau médio. Se vencer bem o primeiro grupo de perguntas do sexto reativo, e não chegar a superar o segundo é considerada insuficiente mental de grau leve. Se vencer sem erro o sexto reativo, não apresenta, verdadeiramente, insuficiência mental; pode ser considerada, com inteligência normal.

É preciso observar, cuidadosamente, durante a experimentação, se a criança está bem ambientada e não a prejudica a timidez.

De sete anos em diante, qualquer criança normal, conquanto de inteligência medíocre, pode vencer todas as provas.

Deve-se ter em conta que não se trata de medir, senão avaliar. Os reativos têm por finalidade reconhecer o débil, o imbecil e o idiota.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)